

Banco Europeu  
de Investimento



## Relatório Anual 1985





# O Banco Europeu de Investimento em 1985 e 1984

## Dados-chave

	1985	1984 (1)
	(milhões de ECUs)	
<b>Montante total dos financiamentos concedidos durante o ano</b>	<b>7 184,6</b>	<b>6 897,1</b>
dos quais — empréstimos por conta de recursos próprios	6 225,0	5 627,7
— financiamentos por contra de outros recursos (contabilizados na Secção Especial)	959,6	1 269,4
<b>Financiamentos na Comunidade</b>		
Montante Total	<b>6 524,4</b>	<b>6 188,8</b>
dos quais — empréstimos por conta de recursos próprios	5 640,7	5 007,0
incluindo		
empréstimos bonificados para a reconstrução das regiões sinistradas em Itália	30,2	51,9
— empréstimos por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos (NIC)	883,7	1 181,8
incluindo		
empréstimos bonificados para a reconstrução das regiões sinistradas em Itália	14,0	14,6
<b>Financiamentos no exterior da Comunidade</b>		
Montante Total	<b>660,2</b>	<b>708,3</b>
do qual — por conta de recursos próprios	584,3	620,7
— por conta de recursos orçamentais da Comunidade	75,9	87,6
<i>Distribuição entre:</i>		
— Países da bacia mediterrânica	425,2	547,6
dos quais — Espanha e Portugal	260,0	220,0
— Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e Países e Territórios Ultramarinos (PTUM)	235,0	160,7
<b>Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias pendentes em 31 de Dezembro</b>	<b>33 290,9</b>	<b>31 167,4</b>
<b>Financiamentos pendentes contabilizados na Secção Especial</b>	<b>8 198,2</b>	<b>7 551,3</b>
<b>Capital subscrito</b>	<b>14 400,0</b>	<b>14 400,0</b>
Realizado e a realizar	1 465,7	1 465,7
Reservas, Provisões e Resultados de Gestão	2 971,1	2 455,3
	em 31 de Dezembro	
<b>Capital subscrito</b>	<b>28 800,0</b>	
Realizado e a realizar	2 595,9	
Reservas, Provisões e Resultados de Gestão	3 227,9	
	em 1 de Janeiro de 1986	
<b>Recursos obtidos durante o ano</b>	<b>5 709,2</b>	<b>4 360,9</b>
<b>Empréstimos a longo e a médio prazo pendentes em 31 de Dezembro</b>	<b>26 735,8</b>	<b>25 007,0</b>
<b>Total do Balanço em 31 de Dezembro (2)</b>	<b>35 092,1</b>	<b>32 463,7</b>

(1) Em virtude de ajustamentos estatísticos periódicos, os montantes dos exercícios precedentes não podem ser comparados com os indicados nas publicações anteriores.

(2) Ver Anexo E das Demonstrações Financeiras, Nota A, ponto 3, pág. 99.







## Relatório Anual 1985

O presente relatório é igualmente  
fornecido nas seguintes línguas:

DA ISBN 92-861-0112-0  
DE ISBN 92-861-0113-9  
EN ISBN 92-861-0115-5  
ES ISBN 92-861-0111-2  
FR ISBN 92-861-0116-3  
GR ISBN 92-861-0114-7  
IT ISBN 92-861-0117-1  
NL ISBN 92-861-0118-X

## Lista dos quadros

Quadro 1: Financiamentos efectuados em 1985, de 1981 a 1985 e de 1959 a 1985		Quadro 12: Recursos angariados em 1985, por divisa	81
— Distribuição global segundo a origem dos recursos e a localização do projecto de investimento	9	Quadro 13: Recursos angariados de 1961 a 1985	82
Quadro 2: Dados de base: CEE — EUA — Japão (1981—1985)	12	Quadro 14: Especificação dos recursos angariados em 1985	84
Quadros 3-4: Financiamentos na Comunidade em 1985: distribuição segundo a localização, os objectivos económicos e os sectores		Quadro 15: Financiamentos de 1959 a 1985	109
— Por conta de recursos próprios do Banco	24	Quadro 16: Financiamentos em Espanha e em Portugal antes da adesão destes países à Comunidade	111
— Por conta de recursos do NIC	25	Quadro 17: Financiamentos na Comunidade em 1985 e de 1981 a 1985	
Quadro 5: Financiamentos na Comunidade em 1985 e 1984 e de 1981 a 1985		— Distribuição segundo os objectivos económicos	114
— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento	32	Quadro 18: Financiamentos na Comunidade em 1985	
Quadro 6: Participação dos empréstimos globais nos créditos concedidos nos sectores da indústria, da agricultura e dos serviços de 1981 a 1985	33	— Distribuição sectorial	116
Quadro 7: Empréstimos globais e créditos afectados em 1985	34	Quadro 19: Financiamentos na Comunidade de 1981 a 1985	
Quadro 8: Empréstimos na Itália em 1985		— Distribuição sectorial	119
— Distribuição segundo a origem dos recursos, os objectivos económicos e os sectores	37	Quadro 20: Empréstimos globais concedidos e créditos afectados na Comunidade de 1981 a 1985	
Quadro 9: Montantes da ajuda financeira da Comunidade prevista nas convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 13 de Maio de 1986	64	— Distribuição segundo os objectivos de política económica e a localização	122
Quadro 10: Financiamentos nos países da bacia mediterrânica em 1985		Quadro 21: Créditos no âmbito de empréstimos globais na Comunidade em 1985 e de 1981 a 1985	
— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos	65	— Distribuição regional e segundo o objectivo económico	123
Quadro 11: Financiamentos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) em 1985		Quadros 22-23: Financiamentos nos países da bacia mediterrânica de 1981 a 1985	
— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos	70	— Distribuição segundo o localização do projecto de investimento e a origem dos recursos	124
		— Distribuição sectorial	125
		Quadros 24-25: Financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) de 1976 a 1985 (Convenções de Lomé)	
		— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos	126
		— Distribuição sectorial	127

## Lista dos gráficos e mapas

Desenvolvimento das actividades do Banco	10	Mapa: Projectos financiados nos países de bacia mediterrânica, nos Estados ACP e nos PTUM em 1985	68
Produto Interno Bruto na Comunidade	14	Taxa de rendimento bruto das obrigações	78
Aumento do capital do Banco e dos créditos pendentes	20	Recursos angariados de 1981 a 1985 e empréstimos a médio e a longo prazo pendentes em 31 de Dezembro de 1985, por divisa	83
Financiamentos na Comunidade em 1985		Evolução dos efectivos e da actividade global do Banco (1960—1985)	89
— Distribuição segundo os principais objectivos de política económica	26	Balanço do Banco em 31 de Dezembro de cada ano	102
Financiamento de projectos que respondem aos objectivos energéticos da Comunidade de 1981 a 1985	26	Financiamentos nos Estados-membros e no exterior da Comunidade de 1959 a 1985	107
Financiamentos na Comunidade em 1985		Financiamentos na Comunidade (1981—1985)	
— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e por grande sector	28	— Distribuição segundo a localização do projecto de investimento	108
Financiamentos visando o desenvolvimento regional na Comunidade de 1981 a 1985		— Distribuição por objectivo de política económica	108
— Distribuição sectorial e segundo a localização do projecto de investimento	31	— Distribuição por grandes sectores	109
Financiamentos na Comunidade em 1985		Mapa: Projectos financiados em Espanha e Portugal antes da adesão destes países à Comunidade	110
— Distribuição sectorial	33	Mapa: Projectos financiados nos países da bacia mediterrânica de 1981 a 1985 e nos Estados ACP e nos PTUM de 1976 a 1985	112
— Distribuição por países e por sector	34	Financiamentos nos Estados ACP de 1976 a 1985	
Mapas: Investimentos financiados na Comunidade em 1985		— Distribuição em função do PIB per capita	113
— por meio de empréstimos individuais	36	— Distribuição sectorial	113
— no âmbito de empréstimos globais	40		

---

Índice		
	Conselho de Governadores — Comité de Fiscalização	4
	Conselho de Administração	5
	Comité Executivo — Estrutura dos serviços	6
	Unidade de Conta	8
	Financiamentos concedidos em 1985	9
	Contexto Económico	11
	A Política Comunitária	16
	A Política de Crédito do Banco	19
	Empréstimos na Comunidade em 1985	23
	Perspectiva geral	23
	Apresentação dos financiamentos por países	35
	Lista dos empréstimos concedidos na Comunidade	44
	<i>Empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco</i>	44
	<i>Empréstimos a cargo de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos</i>	59
	Financiamentos no exterior da Comunidade em 1985	63
	Empréstimos em Espanha e em Portugal	63
	Financiamentos noutros países da bacia mediterrânica	65
	Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM	66
	Lista dos financiamentos no exterior da Comunidade	72
	<i>Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco</i>	72
	<i>Financiamentos por conta de recursos orçamentais da Comunidade</i>	75
	Recursos	77
	Evolução do mercado de capitais	77
	Actividade do Banco nos diferentes mercados de capitais	80
	Resultados de Gestão	86
	Administração do Banco	87
	Demonstrações Financeiras	90
	Balanço em 31 de Dezembro de 1985	90
	Secção Especial	92
	Conta de Lucros e Perdas	94
	Notas Explicativas	95
	Declaração do Comité de Fiscalização	103
	Situação em 1 de Janeiro de 1986	104
	Evolução dos financiamentos concedidos	107
	Financiamentos na Comunidade (1981—1985)	107
	Financiamentos em Espanha e em Portugal (1975—1985)	109
	Financiamentos noutros países da bacia mediterrânica (1981—1985)	111
	Financiamentos nos Estados ACP (1976—1985)	113

---

# Conselho de Governadores

*Composição em 1 de Junho de 1986*

<b>Presidente</b>	Nigel LAWSON (Reino Unido) <i>até Junho de 1985</i>  Frans GROOTJANS (Bélgica) <i>até Novembro de 1985</i>  Mark EYSKENS (Bélgica)
BÉLGICA	Willy DE CLERCQ, Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e do Comércio Externo <i>até Janeiro de 1985</i>  Frans GROOTJANS, Vice-Primeiro-Ministro, Ministro das Finanças e da Classe Média <i>até Novembro de 1985</i>  Mark EYSKENS, Ministro das Finanças
DINAMARCA	Palle SIMONSEN, Ministro das Finanças
ALEMANHA	Gerhard STOLTENBERG, Ministro Federal das Finanças
GRÉCIA	Gerassimos ARSENIS, Ministro da Economia Nacional <i>até Junho de 1985</i>  Konstantinos SIMITIS, Ministro da Economia Nacional
ESPAÑA	Carlos SOLCHAGA CATALÁN, Ministro da Economia e das Finanças <i>a partir de Janeiro de 1986</i>
FRANÇA	Pierre BEREGOVY, Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento <i>até Março de 1986</i>  Edouard BALLADUR, Ministro para os Assuntos Económicos e Financeiros e da Privatização
IRLANDA	Alan DUKES, Ministro das Finanças <i>até Fevereiro de 1986</i>  John BRUTON, Ministro das Finanças
ITÁLIA	Giovanni Giuseppe GORIA, Ministro do Tesouro
LUXEMBURGO	Jacques POOS, Vice-Presidente do Governo, Ministro do Tesouro
PAÍSES BAIXOS	H. Onno RUDING, Ministro das Finanças
PORTUGAL	Miguel José Ribeiro CADILHE, Ministro das Finanças <i>a partir de Março de 1986</i>
REINO UNIDO	Nigel LAWSON, Ministro das Finanças

# Comité de Fiscalização

*Composição em 1 de Junho de 1986*

## Presidente

Jørgen BREDSDORFF, Fhv. rigsrevisor, Tribunal de Contas, Copenhaga  
*até Junho de 1985*  
  
Albert HANSEN, Secretário-Geral do Conselho do Governo, Luxemburgo

## Membros

Jørgen BREDSDORFF  
  
Albert HANSEN  
  
Konstantinos THANOPOULOS, Administrador do Banco da Grécia, Atenas



# Conselho de Administração

*Composição em 1 de Junho de 1986*

**Presidente:** Ernst-Günther BRÖDER

## **Vice-Presidentes:**

C. Richard ROSS

Arie PAIS

Lucio IZZO

Noel WHELAN

Alain PRATE

Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS, nomeado em Fevereiro de 1986

## **Administradores**

Luigi ARCUTI

Presidente dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma

Paul ARLMAN

Directeur, plaatsvervangend hoofd van de Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministério das Finanças, Haia

Richard BRANTNER

Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt

Karl BREDAHL

Fhv. afdelingschef, Ministério das Finanças, Copenhaga

Corneille BRÜCK

Président-Directeur de la Caisse d'Epargne de l'Etat, Luxemburgo

David DELL

Deputy Secretary, Ministério do Comércio e da Indústria, Londres

José María GARCÍA ALONSO

Director General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, a partir de Janeiro de 1986

Julián GARCÍA VARGAS

Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid, a partir de Janeiro de 1986

José António GIRÃO

Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, a partir de Março de 1986

Paolo GNES

Condirettore Centrale, Banca d'Italia, Roma

Philippe JURGENSEN

Directeur Adjoint du Trésor, Chef du Service des Affaires Internationales, Ministério da Economia, das Finanças et do Orçamento, Paris, até Abril de 1985

Roger LAVELLE

Deputy Secretary (Overseas Finance), Tesouro, Londres, a partir de Julho de 1985

Robert LION

Directeur Général de la Caisse des Dépôts et Consignations, Paris, até Fevereiro de 1985

David McCUTCHEON

Second Secretary, Ministério das Finanças, Dublin

Ludovicus MEULEMANS

Inspecteur-generaal van de administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas

Rudolf MORAWITZ

Ministerialdirigent, Ministério Federal da Economia, Bona

Waldemar MÜLLER-ENDERS

Ministerialdirektor, Ministério Federal das Finanças, Bona

Yves ROLAND-BILLECART

Directeur Général de la Caisse Centrale de Coopération Economique, Paris, a partir de Março de 1985

Massimo RUSSO

Director-Geral para os Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

Jean SAINT-GEOURS

Président Directeur Général du Crédit National, Paris

Gerassimos SAPOUNZOGLOU

Consultor do Ministro da Economia Nacional, Ministério da Economia Nacional, Atenas

Mario SARCINELLI

Direttore Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma

Jean-Claude TRICHET

Directeur du Cabinet du Ministre d'Etat chargé de l'Economie, des Finances et de la Privatisation, Paris, a partir de Maio de 1985

James Brian UNWIN

Deputy Secretary (Overseas Finance), Treasury, Londres, até Junho de 1985

Malcolm WILCOX

Deputy Chairman, Privatbanken Ltd, Londres  
falecido em Maio de 1986

## **Suplentes**

Berardo CLEMENTE

Ex-Dirigente Superiore, Ministério do Tesouro, Roma  
falecido em Agosto de 1985

Jacques DELMAS-MARSALET

Directeur Général-adjoint de la Caisse des Dépôts et Consignations, Paris, a partir de Março de 1985

Andrew EDWARDS

Under Secretary (Overseas Finance), Treasury, Londres, a partir de Julho de 1985

Flemming FARUP-MADSEN

Kontorchef, Banco Nacional da Dinamarca, Copenhaga

Geoffrey FITCHEW

Under Secretary (Overseas Finance), Treasury, Londres, até Junho de 1985

Winfried HECK

Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona

Pierre MATHIJSSEN

Director-Geral para a Política Regional, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas

Horst MOLTRECHT

Ministerialdirektor i. e. R., Ministério Federal para a Cooperação Económica, Bona

Miguel MORA HIDALGO

Consejero Técnico de la Dirección General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, a partir de Janeiro de 1986

Ian PLENDERLEITH

Assistant Director, Head of Gilt-Edged Division, Bank of England, Londres

Paolo RANUZZI DE BIANCHI

Direttore Generale, Ministério do Tesouro, Roma, a partir de Outubro de 1985

Yves ROLAND-BILLECART

Directeur Général de la Caisse Centrale de Coopération Economique, Paris, até Fevereiro de 1985

Denis SAMUEL-LAJEUNESSE

Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e da Privatização, Paris

Savino SPINOSI

Direttore Generale, Ministério do Tesouro, Roma

Jan VANORMELINGEN

Eerste adviseur bij de Administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas

# Comité Executivo

Composição em 1 de Junho de 1986

Ernst-Günther BRÖDER, Presidente  
C. Richard ROSS, Vice-Presidente  
Arie PAIS, Vice-Presidente  
Lucio IZZO, Vice-Presidente  
Noel WHELAN, Vice-Presidente  
Alain PRATE, Vice-Presidente  
Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS, Vice-Presidente

Consultor-Geral junto do Comité Executivo: Paul DIRIX

## Estrutura dos serviços do Banco <sup>(1)</sup>

em 1 de Junho de 1986

**Secretário Geral**  
Dieter HARTWICH, Director,  
**Direcção da Administração-  
-Geral**

### Directores de Departamento

Auditoria Interna  
Coordenação

Informação, Relações Públicas

**Pessoal**  
Hans HITZLBERGER, Co-Director  
Chefe de Pessoal

Recrutamento, Formação  
Administração do Pessoal  
Regulamentação

**Secretariado e Assuntos Gerais**  
Bruno EYNARD, Director Adjunto

Secretariado

Tradução  
Bureau de Representação em Bruxelas

Serviços Internos

**Serviços de Gestão**  
Jean EQUINET, Director Adjunto

Organização e Métodos  
Informática  
Orçamento

### Chefes de Divisão

Jan VOORDECKERS, Consultor  
Thomas CRANFIELD,  
Consultor Adjunto

Karl Georg SCHMIDT,  
Consultor Principal

Ronald STURGES, Consultor  
Jean-Claude CARREAU  
Arnout BRANDT CORSTIUS

Christopher SIBSON, Consultor  
Adjunto  
Klaus WOSZCZYNA, Consultor  
Manfred TEICHERT, Consultor  
Principal  
Michel HATTERER

Penrhyn TURNER, Consultor  
Ernest ERPELDING, Consultor  
Rémy JACOB

**Financiamentos na  
Comunidade**  
**Direcção 1**  
Eugenio GREPPI, Director <sup>(2)</sup>

**Operações na Itália, Roma**  
Giorgio RATTI, Director Central  
Ernest LAMERS, Consultor, Director de  
Departamento Adjunto

Alessandro MORBILLI, Consultor  
Filippo MANZI, Consultor  
Alain BELLAVOINE, Consultor  
Adjunto

**Operações na Dinamarca, na Alemanha e em  
Espanha**  
Christopher LETHBRIDGE, Director Adjunto

Fridolin WEBER-KREBS, Consultor  
Manfred KNETSCH, Consultor

**Direcção 2**  
Pit TREUMANN, Director

**Operações na Bélgica, França, Grécia,  
Luxemburgo e Países Baixos**  
Gérard d'ERM, Director Adjunto

Jean Marie PAYEN, Consultor  
Principal  
Anders ANKERSEN, Consultor  
.....  
Konstantinos ANDREOPOULOS,  
Consultor Adjunto

Bureau de Representação em Atenas

**Operações na Irlanda, Portugal, Reino Unido e  
Mar do Norte**  
Dennis KIRBY, Director Associado

Rex SPELLER, Consultor  
Jos VAN KAAM, Consultor Adjunto  
Richard POWER  
Guy BAIRD (Chefe do bureau)

Bureau de ligação para o Reino Unido

*Unidades organizacionais  
ligadas às Direcções 1 e 2*

**Administração dos financiamentos**  
Thomas HALBE, Director Adjunto

Coordenação

Francis CARPENTER, Consultor  
André DUNAND, Consultor  
Brian FEWKES, Consultor  
Agostino FONTANA, Consultor  
Adjunto  
.....

<sup>(1)</sup> Ver capítulo Administração, pág. 87.

<sup>(2)</sup> Preside igualmente ao grupo de coordenação para o conjunto das operações na Comunidade.



# Estrutura dos serviços do Banco *(cont.)*

	Directores de Departamento		Chefes de Divisão
<b>Direcção dos financiamentos no exterior da Comunidade</b> Jacques SILVAIN, Director		Coordenação	Terence BROWN
	<b>ACP — PTUM</b> Thomas OURSIN, Consultor Principal		John AINSWORTH, Consultor Jean-Louis BIANCARELLI, Consultor Adjunto Martin CURWEN .....
	<b>Países Mediterrânicos</b> Pietro PETTOVICH, Consultor		Roger ADAMS, Consultor .....
	<b>Administração dos Financiamentos</b> Robert CORNEZ, Director Adjunto		Alfred KAWAN, Consultor Principal Nicolas URMES, Consultor Adjunto Jacqueline NOEL
<b>Direcção das Finanças e da Tesouraria</b> Philippe MARCHAT, Director		Coordenação	Henri-Pierre SAUNIER
	<b>Emissões</b> Wolfgang THILL, Director Associado		Jean-Claude BRESSON, Consultor Principal Ulrich MEIER, Consultor Thomas HACKETT, Consultor Adjunto Joseph VOGTEN
	<b>Tesouraria</b> John VAN SCHIL, Director Adjunto		Lucio RAGUSIN, Consultor Eberhard UHLMANN
	<b>Contabilidade Geral</b> François ROUSSEL, Director Adjunto		
<b>Direcção de Estudos</b> Henri LEROUX, Director	<b>Estudos Económicos na Comunidade</b> Herbert CHRISTIE, Co-Director		Joachim MÜLLER-BORLE, Consultor Carlo BOLATTI, Consultor Adjunto Horst FEUERSTEIN Patrice GERAUD
	<b>Estudos Económicos no exterior da Comunidade</b> ..... (Herbert CHRISTIE, Co-Director, a. i.)		Klaus ACKERMANN, Consultor Luigi GENAZZINI, Consultor
	<b>Estudos Financeiros</b> Desmond G. McCLELAND, Director Associado		Anthony CLOVER, Consultor
	Documentação e Biblioteca		Marie-Odile KLEIBER
<b>Direcção dos Assuntos Jurídicos</b> Jörg KÄSER, Director	Xavier HERLIN, Director Adjunto		Konstantinos ANDREOPOULOS <sup>(1)</sup> , Consultor Adjunto Giannangelo MARCHEGANI, Consultor Adjunto Roderick DUNNETT

## Serviço de Consultores Técnicos

Grupo A: Projectos especiais	Hellmuth BERGMANN, Chefe de Serviço Filippo BARILLI, Chefe de Serviço Adjunto Jean-Jacques SCHUL, Consultor Técnico Adjunto Jean-Paul JACQUOT, Consultor Especial
Grupo B: Projectos na Comunidade	Walter LOWENSTEIN-LOM, Chefe de Serviço Adjunto Peter BOND, Consultor Técnico Jean-Pierre DAUBET, Consultor Técnico Adjunto
Grupo C: Projectos no exterior da Comunidade	Robert VERMEERSCH, Chefe de Grupo Zdenek HAVELKA, Consultor Técnico J. Garry HAYTER, Consultor Técnico Gerhart GERECHT, Consultor Técnico Adjunto Günter WESTERMANN, Consultor Técnico Adjunto

<sup>(1)</sup> Igualmente responsável pelo Bureau de Representação em Atenas.

## Unidade de conta

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º dos Estatutos, o Conselho de Governadores do Banco decidiu em 13 de Maio de 1981 adoptar, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1981, a seguinte nova definição da unidade de conta do Banco (Jornal Oficial das Comunidades Europeias L 311 de 30 de Outubro de 1981):

«A unidade de conta é definida como sendo o ECU utilizado pelas Comunidades Europeias» (para a composição do ECU, cf. página 99).

Para efeitos de elaboração das estatísticas relativas às suas operações de financiamento e de angariação de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão obtidas no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1985:

	durante o 1.º trimestre	durante o 2.º trimestre	durante o 3.º trimestre	durante o 4.º trimestre
1 ECU =				
DEM	2,23176	2,23658	2,24895	2,21245
FRF	6,83069	6,83117	6,85414	6,75146
GBP	0,609846	0,584022	0,567748	0,589526
ESP	122,860	125,208	128,506	135,583
ITL	1 371,10	1 428,77	1 433,15	1 494,63
NLG	2,51853	2,52306	2,53484	2,49411
BEC	44,7168	45,0079	45,2655	45,8803
DKK	7,98805	7,99418	8,06607	8,04946
GRD	91,0428	96,7198	99,9678	108,590
PPE	120,344	126,153	128,984	138,805
IEP	0,715023	0,717068	0,717724	0,715963
LUF	44,7168	45,0079	45,2655	45,8803
USD	0,708946	0,727107	0,734949	0,826221
CHF	1,83830	1,89593	1,88404	1,81025
JPY	178,052	182,213	183,113	179,083
ATS	0,858808	1,03724	1,10105	1,17062
CAN\$	0,935808	0,994319	1,00203	1,13234
LBP	6,28481	12,3608	11,5460	15,3264
NZ\$	1,48782	1,56032	1,52006	1,50633
Nkr	6,44254	6,46762	6,47674	6,59613

O balanço e as demonstrações financeiras foram elaborados com base na taxa de conversão em vigor em 31 de Dezembro do exercício em questão (cf. página 99).

# Financiamentos concedidos em 1985

O Banco Europeu de Investimento outorga essencialmente empréstimos por conta de recursos próprios (constituídos sobretudo pelo produto dos empréstimos que contrai no mercado de capitais) e garantias. É ainda mandatado pela Comunidade para conceder empréstimos por conta de recursos comunitários em países terceiros, promovendo a política de cooperação económica e financeira da Comunidade e, desde 1979, em Estados-membros, por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e concessão de empréstimos (NIC); estes financiamentos, contabilizados como contas extrapatri-moniais na Secção Especial, figuram nas estatísticas e relatórios das actividades do Banco, sempre que a decisão de concessão de financiamento emane do Conselho de Administração.

Os financiamentos concedidos pelo Banco em 1985 atingiram o montante total de 7 184,6 milhões de ECUs <sup>(1)</sup>, contra 6 897,1 milhões em 1984 <sup>(2)</sup> e 5 923,3 milhões em 1983; este ligeiro aumento a preços correntes (4,2 %) corresponde a uma quase estabilidade em termos reais. Os financiamentos por conta de recursos próprios, que totalizaram 6 225 milhões, registaram um acréscimo de 11 % em rela-

ção a 1984 (5 627,7 milhões); as operações da Secção Especial (cf. pág. 92) elevaram-se a 959,6 milhões, contra 1 269,4 milhões em 1984 (- 24 %).

Tal como ilustra o Quadro 1, os financiamentos na Comunidade atingiram em 1985 os 5 640,7 milhões por conta de recursos próprios do Banco e 883,7 milhões por conta de recursos do NIC, isto é, um total de 6 524,4 milhões, que representam 90,8 % do conjunto dos novos financiamentos. Os empréstimos concedidos nos Estados-membros por meio de recursos próprios do Banco satisfazem os objectivos definidos no artigo 130º do Tratado de Roma (cf. pág. 24) e os empréstimos por meio de recur-

(1) Salvo indicação em contrário, todos os valores indicados são expressos em ECUs (ver pág. 8). As diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais são devidas a arredondamento.

(2) Os valores referentes aos exercícios anteriores são objecto de ajustamentos estatísticos, pelo que podem apresentar ligeiras diferenças em relação aos valores anteriormente publicados.

Quadro 1: Financiamentos efectuados em 1985, de 1981 a 1985 e de 1959 a 1985 <sup>(1)</sup>

Distribuição global segundo a origem dos recursos e a localização do projecto de investimento

	1985		1981—1985 <sup>(2)</sup>		1959—1985 <sup>(2)</sup>	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
<b>Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias</b>						
— no seio da Comunidade	5 640,7	78,5	21 143,1	74,2	35 464,7	77,6
<i>(dos quais garantias)</i>	—	—	379,7	1,3	622,1	1,4
— no exterior da Comunidade	584,3	8,1	2 428,8	8,5	3 966,0	8,7
<b>Total</b>	<b>6 225,0</b>	<b>86,6</b>	<b>23 571,9</b>	<b>82,7</b>	<b>39 430,7</b>	<b>86,3</b>
<b>Financiamentos por conta de outros recursos</b>						
<b>(contabilizados na Secção Especial) <sup>(3)</sup></b>						
— no seio da Comunidade, por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos	883,7	12,3	4 595,9	16,1	5 070,6	11,1
— no exterior da Comunidade, por conta de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da Comunidade	75,9	1,1	347,7	1,2	1 191,5	2,6
<b>Total</b>	<b>959,6</b>	<b>13,4</b>	<b>4 943,6</b>	<b>17,3</b>	<b>6 262,1</b>	<b>13,7</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7 184,6</b>	<b>100,0</b>	<b>28 515,5</b>	<b>100,0</b>	<b>45 692,8</b>	<b>100,0</b>
— no seio da Comunidade	6 524,4	90,8	25 739,0	90,3	40 535,3	88,7
— no exterior da Comunidade	660,2	9,2	2 776,5	9,7	5 157,5	11,3

(1) Montantes aos preços e às taxas de câmbio correntes. Há que interpretar com precaução uma recapitulação abrangendo um período de tempo tão longo, pois os dados relativos aos diferentes anos são afectados pelo movimento dos preços e pelas variações das taxas de câmbio verificadas entre 1959 e 1985.

(2) Cf. nota 2 do texto supra.

(3) Excepção feita aos empréstimos Euratom e aos empréstimos com condições especiais concedidos no âmbito dos acordos de cooperação financeira, cuja decisão compete à Comissão das Comunidades Europeias.



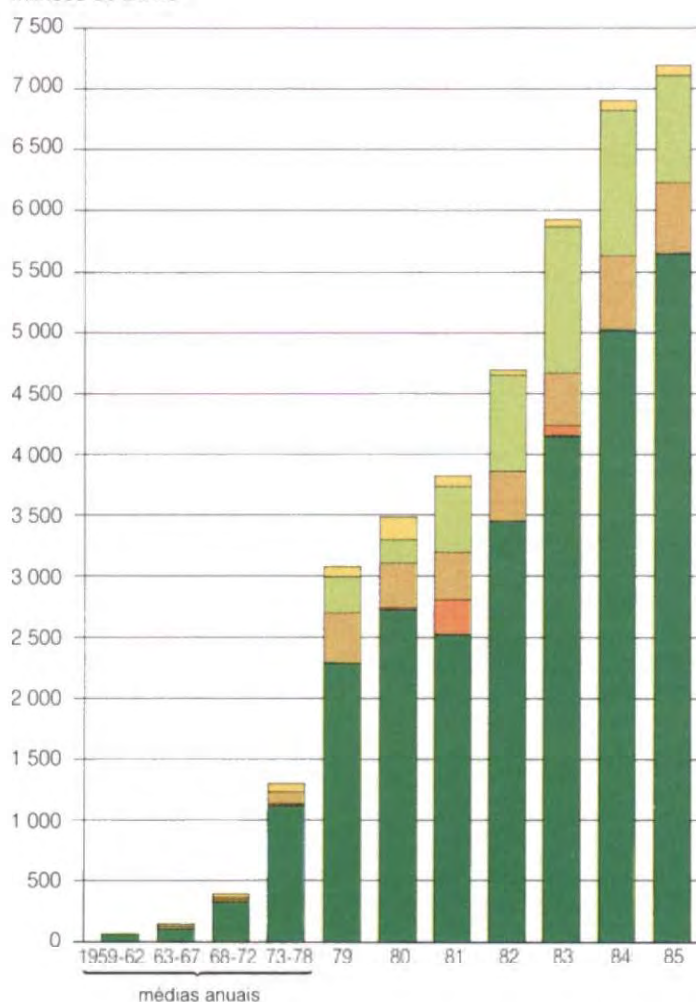
sos do NIC, os objectivos especificados nas diversas decisões adoptadas pelo Conselho das Comunidades Europeias desde a criação deste instrumento, em Outubro de 1978 (cf. pág. 25).

As operações no exterior da Comunidade financiadas a partir de recursos próprios do Banco elevaram-se a 584,3 milhões e a partir de recursos orçamentais da Comunidade, a 75,9 milhões, totalizando deste modo 660,2 milhões, contra 708,3 milhões em 1984; este declíneo deveu-se essencialmente à au-

sência de financiamentos na Jugoslávia. Os créditos são concedidos para projectos que satisfaçam os objectivos definidos nos acordos e protocolos financeiros respectivos.

O Banco recorreu ao mercado de capitais para um montante total de 5 709,2 milhões (4 360,9 milhões em 1984). Para financiar os créditos concedidos a partir dos seus recursos próprios, obteve 5 268 milhões através de emissões públicas e de empréstimos privados a taxas fixas, sendo 468,7 milhões

milhões de ECUs



Desenvolvimento das actividades do Banco

- Empréstimos concedidos na Comunidade a partir de recursos próprios
- Empréstimos sob mandato e garantias outorgadas na Comunidade
- Empréstimos concedidos fora da Comunidade a partir de recursos próprios
- Empréstimos na Comunidade a partir de recursos do NIC
- Operações fora da Comunidade financiadas a partir de recursos orçamentais

convertidos em operações a taxa flutuante, por meio de *swaps* de moedas e de juros. O montante das operações a taxa variável atingiu os 899,2 milhões, ou seja 15,7% do total angariado, incluindo 374 milhões por meio de emissões de papel comercial e 56,5 milhões por meio de empréstimos directos a taxa flutuante. Por último, foi obtido um montante de 10,6 milhões, através da atribuição a terceiros de certificados de participação nos empréstimos do Banco e garantidos pelo mesmo.

Os desembolsos efectuados em 1985 no âmbito de empréstimos por conta de recursos próprios totalizaram os 5 898,6 milhões, incluindo 5 343,2 milhões para empréstimos na Comunidade e 555,4 milhões para operações no exterior da Comunidade.

O total dos empréstimos por conta de recursos próprios e das garantias pendentes <sup>(1)</sup> aumentou de 31 137 milhões em 31 de Dezembro de 1984, para 33 290,9 milhões em 31 de Dezembro de 1985, o que representa um acréscimo de 7 %. Apresentam-se no Anexo B (Nota 2) das Demonstrações Financeiras (ver pág. 97), os pormenores das principais formas de garantia de que beneficiam os empréstimos pendentes.

Em 31 de Dezembro de 1985, o total do balanço atingiu os 35 092,1 milhões, em comparação com 32 463,7 milhões no final de 1984 (ver igualmente Anexo E das Demonstrações Financeiras, Nota A, ponto 3).

Os desembolsos efectuados em 1985 em relação a financiamentos provenientes de recursos comunitários ascenderam a 1 095,4 milhões, sendo 1 043,8 milhões relativos a empréstimos a partir de recursos do NIC e 51,6 milhões, a operações por conta de fundos comunitários, efectuadas em Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e em certos países mediterrânicos.

O montante pendente <sup>(1)</sup> relativo às operações da Secção Especial registou um aumento de 7 551,3 milhões em 31 de Dezembro de 1984, para 8 198,2 milhões em 31 de Dezembro de 1985, o que representa um acréscimo de 8,5 %.

<sup>(1)</sup> Montante inicial dos empréstimos e garantias após dedução ou acréscimo dos reembolsos de capital, das rescisões, anulações, ajustamentos de câmbio e, no caso de operações por conta de recursos próprios, de participações de terceiros em empréstimos do Banco (ver pág. 97, Nota 3 do Anexo B das Demonstrações Financeiras).

## Contexto económico

Em 1985, as actividades do Banco inseriram-se no contexto de um menor crescimento da produção nos países industrializados (2,7 % contra 4,9 % em 1984). Esta evolução resultou essencialmente, não só de uma nítida desaceleração do crescimento nos EUA e em menor grau no Japão, como também da consolidação do ritmo de crescimento moderado registado no ano anterior na Comunidade Europeia — 2,3 % contra 2,1 % em 1984 (ver Quadro 2, página 12). A maioria dos países industrializados manteve em 1985 a política anti-inflacionista baseada na contenção ou na redução da dívida pública e na aplicação de políticas monetárias restritivas.

A inflação, medida segundo o deflacionador do consumo privado, manteve-se estável nos Estados Unidos (cerca de 3 %) e continuou a declinar na Comunidade (onde passou de 6,1 % para 5,3 %). A descida de 20 % da taxa de câmbio efectiva do dólar entre Fevereiro e Dezembro foi absorvida sem grandes perturbações pelos mercados financeiros e contribuiu para reduzir as pressões no sentido da adopção de medidas proteccionistas nos EUA. Excepção feita ao ajustamento da cotação central da lira italiana em Julho, que se deveu essencial-

mente a factores alheios ao enfraquecimento do dólar, a descida da moeda americana não implicou, em 1985, a alteração das taxas centrais no seio do Sistema Monetário Europeu (SME).

Não obstante, a economia mundial continua a enfermar de desequilíbrios importantes. A Europa debate-se com um desemprego elevado, conquanto o emprego total tenha registado um aumento ligeiro pelo segundo ano consecutivo. A taxa de desemprego na Comunidade Europeia passou de 10,7 % em 1984, para 11 % em 1985. Nos Estados Unidos, a persistência de um défice orçamental significativo e os défices da balança de pagamentos correntes ao mesmo associados influenciaram o comércio e os movimentos de capitais internacionais. O défice da balança de pagamentos correntes dos Estados Unidos atingiu cerca de 150 biliões de ECUs, enquanto o Japão registou um excedente de 64 biliões de ECUs e a Comunidade, de 17 biliões de ECUs.

O endividamento de um elevado número de países em vias de desenvolvimento continua a ser um problema crucial para a economia mundial, embora os países não produtores de petróleo conseguissem

reduzir os défices da balança de pagamentos correntes. Em muitos destes países, foram feitos progressos significativos no sentido da concretização de ajustamentos estruturais, mediante adopção de medidas de liberalização económica e aplicação de políticas macroeconómicas anti-inflacionárias. Mas, um largo número debate-se ainda com grandes dificuldades na conciliação do crescimento económico com o equilíbrio externo.

Existem, no entanto, factores determinantes que escapam ao controlo dos países em vias de desenvolvimento, nomeadamente, as taxas de juro elevadas, que foram sem dúvida um dos elementos desencadeadores da crise do endividamento. Neste contexto, em 1985, a situação foi favorecida pela descida do dólar e o concomitante declínio das taxas de juro, na medida em que atenuaram a carga da dívida, grande parte da qual é expressa em dóla-

res e onerada com taxas de juro flutuantes. Em contrapartida, o aumento do volume das exportações foi muito menos acentuado em 1985, em virtude do menor ritmo de expansão da actividade económica nos Estados Unidos e a descida generalizada dos preços das matérias-primas afectou os lucros de exportação dos países em vias de desenvolvimento. Mas os efeitos da evolução dos preços das matérias-primas podem ser contraditórios. É certo que a queda dos preços do petróleo beneficia simultaneamente os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo, na medida em que melhora as suas condições de troca e, consequentemente, as suas perspectivas de crescimento, mas pode também comprometer a capacidade de satisfação dos compromissos externos de alguns países produtores de petróleo altamente endividados. Por outro lado, se a redução dos preços de produtos não petrolíferos conduz a

Quadro 2: Dados de base de 1981 a 1985: CEE — EUA — Japão

	CEE					EUA					Japão				
	1981	1982	1983	1984	1985*	1981	1982	1983	1984	1985*	1981	1982	1983	1984	1985*
Taxas anuais de crescimento em volume (%)															
PIB (1)	-0,2	0,5	1,2	2,1	2,3	2,5	-2,1	3,7	6,8	2,5	4,0	3,3	3,4	5,8	5,0
FBCF	-4,7	-1,5	0,2	2,3	1,4	1,1	-6,6	8,2	18,0	5,2	3,1	0,9	-0,2	5,7	5,2
PIB/per capita em volume (índices CEE 1980 = 100)	99,5	99,8	100,8	102,7	105,0	143,0	137,4	140,1	148,8	151,1	104,2	106,4	109,0	113,9	118,8
em paridades de poder de compra em ECUs	8 813	9 728	10 587	11 414	n.d.	12 668	13 401	14 717	16 530	n.d.	9 233	10 397	11 460	12 604	n.d.
FBCF em % do PIB	20,0	19,2	18,7	18,7	18,5	17,8	16,5	16,8	17,9	17,2	30,7	29,7	26,7	27,8	29,1
Preços (deflactor do consumo privado) (%)	11,8	9,8	7,8	6,1	5,3	8,4	5,8	4,5	3,2	3,1	4,4	2,6	1,9	2,1	1,8
Produtividade (2)	1,1	1,5	2,0	2,1	1,8	2,6	-1,3	2,4	2,6	0,5	3,1	2,3	1,6	5,2	4,0
Balança comercial (fob/fob) em biliões de ECUs	-1,2	3,2	11,9	11,9	18,3	-25,0	-37,3	-69,6	-137,2	-169,1	17,9	18,5	35,4	56,1	70,8
Capacidade ou necessidades de financiamentos do sector público (em % do PIB)	-5,4	-5,6	-5,5	-5,4	-5,2	-0,9	-3,8	-4,1	-3,4	-3,9	-4,0	-3,6	-3,5	-2,7	-1,7
Emprego (taxa de variação)	-1,2	-1,0	-0,8	0,2	0,4	0,8	-0,9	1,3	4,1	2,0	0,8	1,0	1,7	0,6	1,0
Taxas de desemprego	7,4	9,0	10,1	10,2	11,0	7,6	9,7	9,6	7,5	7,3	2,2	2,4	2,7	2,7	2,5

(1) PIB para a CEE e PNB para os EUA e o Japão.

(2) Taxas anuais de crescimento do PIB por pessoa empregada.

\* Estimativas.

Fontes: CEE, OCDE.



uma melhoria das condições de troca dos países industrializados, obtém exactamente o efeito contrário nos países em vias de desenvolvimento não produtores de petróleo.

A queda dos preços do petróleo verificada em 1985 e nos primeiros meses de 1986 foi muito mais acentuada que a das restantes matérias-primas. Afigura-se, pois, que o impacto inicial da alteração das condições de troca nos lucros líquidos de exportação dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo terá sido muito favorável. Nos países produtores de petróleo, o impacto foi negativo, embora seja difícil avaliar, nesta fase, em que medida os efeitos induzidos na produção e no comércio mundiais se repercutiram nos seus lucros de exportação.

Nos **Estados Unidos**, o governo manteve em 1985 uma política orçamental expansionista, assistindo-se a uma certa liberalização da política monetária, particularmente no decurso do segundo semestre do ano. Este facto traduziu-se num crescimento acelerado dos agregados monetários e numa descida das taxas de juro, parcialmente devida ao que a Reserva Federal considerou como uma quebra permanente da velocidade de circulação da moeda. O abrandamento do crescimento da produção (2,5 % em 1985, contra 6,8 % em 1984) deveu-se à contribuição negativa das exportações líquidas e ao declínio da procura interna (particularmente no que se refere aos investimentos fixos das empresas, que apenas aumentaram 5,2 % em 1985, contra 18 % no ano anterior) e da formação de stocks. Os investimentos perderam um certo ímpeto, especialmente no sector transformador. De um modo geral, os efeitos dos incentivos fiscais concedidos em 1983 e 1984 começaram a atenuar-se. O abrandamento do crescimento em 1985 conduziu a que o desemprego deixasse praticamente de baixar, estabilizando a respectiva taxa nos 7,3 %. A persistência da moderação dos salários, a concorrência dos produtos importados e a desregulamentação introduzida em certos sectores (telecomunicações e transportes aéreos, rodoviários e ferroviários) tiveram um efeito estabilizador dos preços.

No **Japão**, as autoridades prosseguiram a sua política de redução do défice geral do Estado, o qual desceu de 2,7 % do PNB em 1984, para 1,7 % em 1985. A política monetária foi conduzida segundo uma linha restritiva, ditada pelo receio de que a fraqueza do iene pudesse desencadear medidas proteccionistas nos mercados de exportação japoneses. No entanto, o crescimento da produção manteve-se animado, registando uma ligeira retracção de 5,8 % em 1984, para 5 % em 1985. Esta desaceleração deveu-se quase exclusivamente a um abrandamento

das exportações, decorrente da expansão mais lenta dos mercados norte-americanos. No entanto, as exportações aumentaram 7,6 % em termos reais e a balança de pagamentos correntes excedentária continuou a ser um factor de expansão. O crescimento da procura interna manteve-se inalterado em relação a 1984 (3,8 %), contribuindo fortemente para tal os investimentos em bens de equipamento (10,7 %). A taxa de inflação do Japão continua a ser uma das mais baixas do mundo industrializado e a taxa de desemprego voltou a descer em 1985 para 2,5 %.

Na **Comunidade Europeia**, o crescimento da procura interna em 1985 foi praticamente idêntico ao de 1984. O declínio dos investimentos no sector da construção foi compensado pelo aumento do consumo privado e dos investimentos em bens de equipamento. A contribuição das exportações líquidas para o produto interno bruto duplicou em relação a 1984 (0,4 % e 0,2 % do PIB, respectivamente) não obstante o menor crescimento do comércio mundial (5,3 % contra 9,3 % em 1984).

Em 1985, a taxa de **inflação** na Comunidade Europeia baixou pelo quinto ano consecutivo. Embora, simultaneamente, as diferenças entre as taxas de inflação dos vários países se tivessem atenuado ligeiramente, mantêm-se ainda bastante acentuadas, variando entre 2,2 % na Alemanha (deflacionador do consumo privado) e 18 % na Grécia. Um dos factores mais importantes da moderação dos preços em 1985, foi a extrema fraqueza dos preços das importações, a qual resultou da depreciação do dólar e da estagnação prevalecente na maioria dos mercados de matérias-primas. A descida dos preços de importação do petróleo bruto verificada em finais de 1985, deve possibilitar a contenção da alta dos preços em 1986.

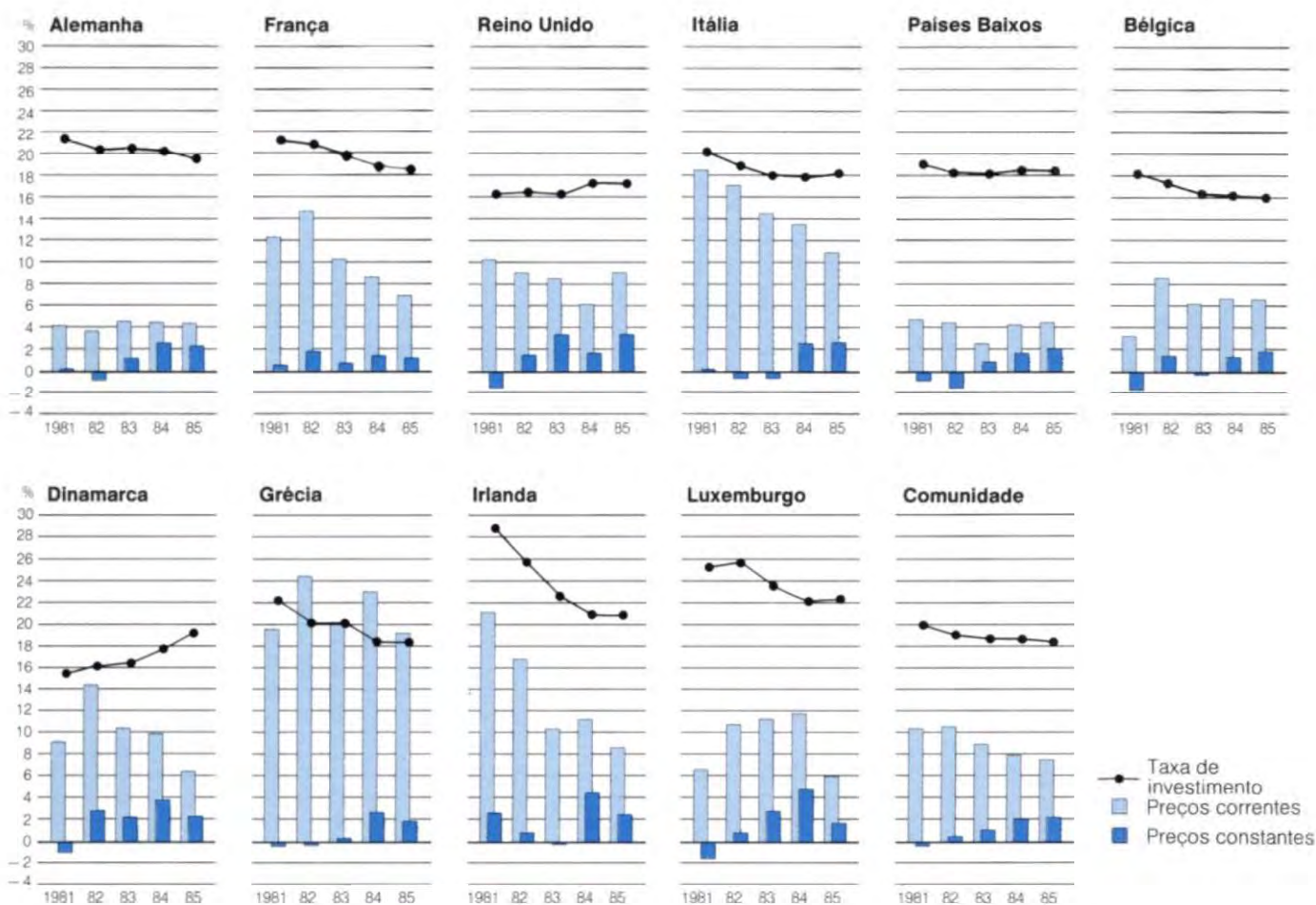
Outros factores subjacentes ao processo deflacionário observado na Europa desde 1980 continuaram a exercer a sua influência em 1985. A política monetária da maioria dos Estados-membros ainda preside a preocupação de estabilização dos preços. O crescimento da procura interna manteve-se muito moderado e, à excepção da Itália, os aumentos salariais verificados durante o relançamento actual mantiveram-se muito abaixo do que seria de esperar, atendendo à experiência anterior. Tal facto pode ser em parte imputado à situação depressionária do mercado de trabalho, em parte ao papel cada vez mais importante desempenhado pelo sector dos serviços, com o consequente enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos e em parte à aplicação mais ou menos rigorosa, consoante os países, de medidas tendentes a melhorar a flexibilidade do mercado de trabalho.

A **formação bruta de capital fixo** na Comunidade apenas registou um aumento de 1,4 % em 1985, contra 2,3 % em 1984. Esta retracção teve como causa exclusiva a quebra de 2,7 % dos **investimentos no sector da construção**, após um aumento de 1,1 % em 1984. A descida foi particularmente acentuada na Alemanha (-5,3 %), facto que se deveu em parte às condições climáticas extremamente rigorosas verificadas no início do ano. Em contrapartida, a taxa de crescimento dos **investimentos em bens de equipamento** acelerou-se consideravelmente em 1985 (6,1 % em 1985, contra 3,6 % em 1984), particularmente na Alemanha (8,8 %), na Dinamarca (19,5 %) e nos Países Baixos (11,7 %).

Nos últimos anos, a subida das taxas de juro reais contribuiu para a deterioração da situação financeira das empresas num grande número de países, a qual se tornou particularmente crítica no início da década de 80, altura em que as taxas reais excederam a taxa de remuneração do capital. No decurso do actual relançamento, a moderação salarial e o ligeiro declínio das taxas de juro conduziram a uma pequena melhoria da rentabilidade das empresas. No entanto, essa moderação salarial não anulou provavelmente os efeitos dos aumentos anteriores, não compensados pela melhoria da produtividade e das condições de troca. Nesta conformidade, as empresas, confrontadas com perspectivas de crescimento

### Produto Interno Bruto na Comunidade

Variações em percentagem em relação ao ano anterior <sup>(1)</sup>



(1) Obtidos a partir de valores globais expressos em moedas nacionais, no que se refere aos Estados-membros e em ECUs, no que se refere à Comunidade.



incertas e com níveis de rentabilidade ainda baixos, têm tendido mais, numa primeira fase, a reduzir o seu passivo e a empreender investimentos economizadores de mão-de-obra, que a expandir as suas capacidades.

O **emprego total**, que registou uma quebra por três anos consecutivos (1981-1983), beneficiou do presente relançamento, aumentando 0,2 % em 1984 e 0,4 % em 1985. Mas estes resultados modestos não foram suficientes para impedir um novo surto do desemprego em certos países, em virtude do aumento da oferta de mão-de-obra a médio prazo e a taxa média de desemprego na Comunidade voltou a subir. Existem, contudo, alguns sinais encorajantes. De um modo geral, o ritmo de crescimento do desemprego abrandou e pela primeira vez desde 1980, a taxa de desemprego estabilizou em certos Estados-membros (Bélgica e Luxemburgo) e declinou noutros (Países Baixos e Dinamarca) em 1985.

A **balança de pagamentos correntes** da Comunidade passou a excedentária em 1985 (0,5 % do PIB), confirmando a tendência delineada no ano anterior. Este resultado foi obtido graças a um crescimento mais rápido das exportações em relação às importações em termos reais, mas sobretudo a uma melhoria das condições de troca. A maioria dos países da CEE registaram uma balança excedentária ou reduziram os seus défices.

Ainda subsistem grandes disparidades em termos de estruturas sectoriais, de receitas, de produtividade, de emprego e de equipamento em infra-estruturas, entre as regiões menos favorecidas e o resto da Comunidade. Estas disparidades regionais tenderam a atenuar-se na década de 60 e no início dos anos 70, época de crescimento rápido em termos globais, e de grandes fluxos migratórios. Este processo chegou, no entanto, ao seu termo após a primeira crise do petróleo em 1973 e as estimativas recentemente efectuadas em relação ao período 1970-82 mostram que a tendência para uma redução das disparidades regionais se inverteu em 1974.

As disparidades regionais no seio da Comunidade acentuam-se obviamente com a adesão de novos Estados-membros com menor nível de desenvolvimento. Tal aconteceu com a adesão da Irlanda em 1973 e da Grécia em 1981 e o mesmo se passará em 1986 com a Espanha e Portugal: a população da CEE registará um aumento de cerca de 18 % em relação à Comunidade dos Dez, mas o número de habitantes com um rendimento per capita inferior a 60 % da média da Comunidade duplicará praticamente na Comunidade alargada, aproximando-se dos 60 milhões, o que corresponde a 20 % da população total.

Em **Espanha**, o crescimento abrandou ligeiramente no decurso de 1985, para tal contribuindo essencialmente o relançamento da procura interna, enquanto o crescimento das exportações ficou muito aquém da elevada taxa do ano anterior. Não obstante, a melhoria das condições de troca e o acréscimo das receitas de invisíveis conduziram a um aumento do superavit da balança de pagamentos correntes, de 3 biliões para 3,7 biliões de ECUs. A formação bruta de capital fixo aumentou sensivelmente, após vários anos de descréscimo e a inflação, embora muito superior à média comunitária, registou um declínio. Pela primeira vez desde há dez anos, o emprego aumentou em 1985; esse incremento foi, contudo, mais que anulado pelo aumento da população activa, pelo que a taxa de desemprego, já elevada, voltou a subir.

Em **Portugal**, prosseguiu-se a política de estabilização. O crescimento da produção foi relançado após dois anos de declínio e a retracção dos investimentos atenuou-se. Os proveitos das exportações e as receitas do turismo continuaram a desenvolver-se, enquanto as importações estagnaram, o que contribuiu para uma forte redução do défice da balança de pagamentos correntes. No entanto, a inflação, embora em regressão, ainda é muito elevada e o desemprego aumentou. O défice do sector público continua a absorver cerca de 14 % do PIB.

As dificuldades de adaptação que os países ibéricos têm de enfrentar, em virtude da sua adesão à Comunidade, serão certamente agravadas pelo seu elevado nível de desemprego e de inflação, embora os esforços empreendidos no sentido de sustentar a alta de preços comecem a colher resultados, sobretudo em Espanha e mais recentemente, também, em Portugal. Já foi iniciada uma profunda reestruturação sectorial, visando aumentar a eficácia das empresas do sector público, introduzir uma maior flexibilidade no mercado de trabalho e liberalizar o controlo cambial. A debilidade do investimento privado, que se observa há bastantes anos, constitui uma fonte de preocupações para ambos os países.

A maior parte dos **países mediterrânicos** não comunitários continuou a debater-se com problemas económicos, particularmente no que se refere à situação das respectivas balanças de pagamentos. O crescimento foi de um modo geral modesto e a inflação continuou a ser um problema. No Líbano, a guerra agravou a divisão do país e sobrecarregou significativamente a economia. A Turquia conseguiu melhorar sensivelmente a balança de pagamentos e prosseguiu a abertura da sua economia aos mecanismos de mercado. Em contrapartida, a Jugoslávia tem experimentado grandes dificuldades em pôr em prática reformas internas, sujeitando-se a constan-

gimentos significativos em matéria de empréstimos externos. O défice orçamental do Egipto mantém-se elevado, apesar dos esforços empreendidos no sentido de reduzir o volume das subvenções. Em inúmeros países, o nível das despesas militares e a redução das ajudas externas excluem, por agora, a adopção de uma estratégia de investimento tendente a promover o crescimento a longo prazo. Marrocos e a Jugoslávia continuam a seguir os programas de assistência do Fundo Monetário Internacional (FMI), que implicam medidas rigorosas de austeridade orçamental.

Embora os **países ACP** difiram uns dos outros em muitos aspectos, apresentaram uma característica comum, que consistiu nos resultados decepcionantes obtidos em 1985. Excepção feita a casos especiais, como por exemplo, alguns países das Caraíbas cuja economia se fundamenta no turismo, o nível de vida voltou a sofrer grandes pressões, especialmente na África sub-sahariana, não obstante a melhoria verificada na situação alimentar. A conjuntura económica adversa que tem caracterizado muitos países ACP nos últimos anos continua a persistir, muito particularmente, a inflação elevada e o profundo desequilíbrio das balanças de pagamentos. Muitos destes países tiveram de pedir um rescalonamento das respectivas dívidas, poucos são os que ainda têm uma certa capacidade de endividamento e o investimento privado directo declinou de

uma forma significativa. A ajuda externa oficial em condições favoráveis também se retraiu, embora em muitos destes países constitua a única fonte de financiamento externo.

As perspectivas para o conjunto dos países ACP não são, contudo, tão sombrias como poderiam parecer. A descida das taxas de juro e a recente queda dos preços do petróleo devem ajudar a criar um contexto económico externo mais favorável. Paralelamente, um pequeno grupo de países ACP empreenderam pela primeira vez um esforço sério de estabilização e de ajustamento estrutural, com o apoio do FMI e do Banco Mundial, entre outros. As medidas tomadas por estes países consistiram, nomeadamente, no aumento dos preços oficiais dos produtos agrícolas de exportação, na elevação das taxas de juro reais, na reestruturação das pautas aduaneiras e na liberalização das políticas de comércio externo e de câmbio.

Nestas circunstâncias, as possibilidades de novos investimentos continuam a ser escassas e uma boa parte dos financiamentos de projectos concentra-se na reabilitação de bens existentes, ligada a uma melhoria da eficácia da exploração e a uma reforma das políticas adoptadas. Cada vez mais, há que evitar considerar os projectos isoladamente; pelo contrário importa inseri-los num contexto económico mais amplo.

## A política comunitária

O ano de 1985 foi marcado pela conclusão das negociações para a adesão de Espanha e de Portugal à Comunidade a partir de 1 de Janeiro de 1986 e pela adopção de uma série de acordos elaborados por uma conferência intergovernamental encarregada da revisão do Tratado de Roma e ratificados pelo Conselho Europeu no Luxemburgo, no mês de Dezembro. O «Acto único» que reúne o conjunto destes acordos foi assinado no início de 1986 por todos os governos, estando em curso os procedimentos nacionais de ratificação.

Com a **adesão de Espanha e de Portugal**, a superfície da Comunidade aumentou cerca de 36 %, a população 18 % e o produto interno bruto 12 %. Mui-

tas regiões e sectores têm certamente à sua frente um período difícil de adaptação, que não afectará unicamente os dois novos Estados-membros, mas a longo prazo, a Comunidade alargada deve sair reforçada e melhor preparada que anteriormente para desempenhar o papel que lhe compete na cena internacional.

Os pontos constantes da **revisão do Tratado** que se relacionam directa ou indirectamente com as actividades do Banco, são os seguintes:

— A **coesão económica e social** visando promover o desenvolvimento harmonioso da Comunidade, passa a constituir um objectivo fundamental. O BEI

e os fundos estruturais contribuirão plenamente no sentido da consecução desse objectivo e, particularmente, da promoção do desenvolvimento das regiões menos favorecidas.

— O **mercado interno** deverá estar concluído em 1992, de forma a que as mercadorias, as pessoas, os serviços e os capitais possam circular livremente na Comunidade, sem entraves impostos pela existência de fronteiras internas. Nesta conformidade, as empresas deverão poder orientar, com maior segurança, a sua estratégia global em função de um mercado interno unificado à escala de um continente e ver a sua competitividade fortalecida a nível mundial.

— Com base na experiência adquirida no âmbito do SME e do desenvolvimento do ECU, a **cooperação monetária** será reforçada e poderá implicar a revisão do Tratado.

— As **bases científicas e tecnológicas** da indústria europeia serão consolidadas, como um meio de melhorar a competitividade internacional. Os esforços de investigação e de desenvolvimento das empresas, dos centros de pesquisa e das universidades serão encorajados, a cooperação entre as empresas será desenvolvida e os mercados públicos nacionais serão abertos a uma concorrência interna mais alargada.

— A importância de que se revestem a **defesa do ambiente** e a utilização mais cautelosa dos recursos naturais foi novamente salientada.

— As disposições do Tratado relativas à cooperação europeia em matéria de **política externa** fundamentam-se no princípio de uma informação e de uma consulta mútuas rápidas e bem assim na adopção de posições comuns no enquadramento das relações internacionais e no seio das organizações internacionais, incluindo em matéria de assuntos relacionados com a segurança europeia.

## Outras decisões e propostas

Em 7 de Maio de 1985, o Conselho decidiu **aumentar os recursos próprios da Comunidade** até um máximo de 1,4 % do IVA, a partir de 1 de Janeiro de 1986. Esta decisão permitirá, nomeadamente, incrementar os financiamentos comunitários para fins estruturais. O volume actual destes empréstimos e subvenções é o seguinte:

### Financiamentos comunitários para fins estruturais outorgados nos dez Estados-membros em 1985

(milhões de ECUs)

<b>Empréstimos</b>	
BEI — recursos próprios	5 640,7
— NIC	883,7
CECA	1 010,5
Euratom	208,1
<b>Total</b>	<b>7 743,0</b>
<b>Subvenções</b>	
FEDER	2 495,5
FSE	2 188,4
FEOGA — Orientação	726,2
<b>Total</b>	<b>5 410,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13 153,1</b>

Em 5 de Dezembro de 1985 <sup>(1)</sup>, o Conselho autorizou a elevação do limite máximo dos **empréstimos Euratom** — destinados ao financiamento de projectos de investimento no domínio da energia nuclear — para 3 000 milhões de ECUs, tendo o limite de 2 000 milhões de ECUs fixado em 1982, sido praticamente atingido.

No que se refere ao **Novo Instrumento Comunitário (NIC)**, a quarta autorização de obtenção e concessão de empréstimos, proposta pela Comissão em Junho, ainda estava a ser estudada pelo Conselho no início de 1986. O montante proposto eleva-se a 1 500 milhões de ECUs, para o financiamento de investimentos realizados por pequenas e médias empresas, principalmente as que promovam o desenvolvimento de novas tecnologias e da inovação.

A reforma do **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional**, empreendida no início de 1985, conferiu ao mesmo uma maior flexibilidade e um campo de acção mais amplo. Esta reforma consistiu essencialmente em substituir as quotas nacionais rígidas por limites máximos e mínimos aplicáveis a cada Estado-membro e em alargar as intervenções, anteriormente limitadas aos projectos, ao financiamento de programas.

A política regional registou um desenvolvimento importante, com a adopção do regulamento relativo aos **Programas Integrados Mediterrânicos**, cobrin-

(1) JO L 334 de 12. 12. 85.



do os anos de 1986-1992. Estes programas prevêem o financiamento conjunto, mediante recursos nacionais e comunitários, de investimentos nos sectores da produção e das infra-estruturas, bem como da educação e da formação, na Grécia e em regiões específicas da Itália e do sul da França. O seu objectivo consiste em ajudar estas regiões a fazer face às dificuldades decorrentes do alargamento da Comunidade e, particularmente no caso da Grécia, a melhorar a sua estrutura económica.

Os recursos comunitários afectados para este fim elevam-se a 2,5 biliões de ECUs a partir de fundos estruturais, aos quais acrescem contribuições orçamentais adicionais de 1,6 biliões de ECUs e empréstimos BEI e/ou NIC até 2,5 biliões de ECUs, concedidos em conformidade com as regras geralmente aplicadas a estas operações. Cerca de 40 % do conjunto dos financiamentos comunitários destinados aos PIM tomarão deste modo a forma de empréstimos. O êxito deste mecanismo implica necessariamente a existência de uma estreita cooperação entre o Banco, a Comissão e as autoridades nacionais e regionais.

Na esfera **industrial**, os acontecimentos mais marcantes de 1985 foram o desmantelamento progressivo das quotas de produção e do regime de controlo dos preços para produtos de **aço**, assim como a limitação mais severa dos subsídios públicos em favor deste sector industrial, no enquadramento de um acordo sobre a eliminação gradual deste tipo de assistência. Além disso, a ajuda financeira comunitária e a coordenação entre os Estados-membros, com vista a estimular a **inovação industrial** e a promoção da **investigação e desenvolvimento**, serão reforçadas através dos programas Esprit, Brite e Eureka.

A Grécia aderiu ao **Sistema Monetário Europeu** em Julho de 1985, não participando contudo, ainda, no mecanismo de câmbios; a dracma foi incluída nas moedas componentes do ECU em 1984.

Até aqui, na ausência de outras estruturas institucionais, a compensação das transacções em **ECUs** tem sido efectuada no âmbito do sistema bancário, por pequenos grupos de bancos comerciais trabalhando em estreita colaboração. Esta estrutura multipolar começou a revelar-se cada vez mais insuficiente, à medida que o volume de transacções foi aumentando, pelo que a partir de 1983, os bancos mais activos no mercado do ECU começaram, com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias, a estudar conjuntamente a hipótese de criar um sistema de compensação multilateral. As conversações desenrolaram-se no âmbito de um grupo de

trabalho em que o BEI se encontrava representado e conduziram à aprovação de um sistema pelos bancos intervenientes. No início de 1986, o Banco de Pagamentos Internacionais declarou-se disposto a desempenhar as funções de câmara central de compensação. O novo sistema de compensação do ECU deve começar a funcionar em Setembro de 1986, a título experimental, durante cerca de um ano, antes de se tornar plenamente operacional. O BEI é um dos membros fundadores da ECU Banking Association que gerirá este sistema de compensação, designando de pleno direito um dos vice-presidentes permanentes do Comité Executivo da associação e representando os interesses da Comunidade Europeia.

O limite máximo dos empréstimos comunitários contraiados e outorgados, destinados ao apoio das **balanças de pagamentos** dos Estados-membros foi elevado de 6 biliões de ECUs para 8 biliões de ECUs, por força de um regulamento do Conselho, que fixa em 50 % deste montante o máximo de que qualquer Estado-membro pode dispor em qualquer altura e que suprime a condição de que as dificuldades das balanças de pagamentos se devam a subidas do preço do petróleo.

No que se refere à **protecção do ambiente**, o Conselho adoptou uma directiva <sup>(1)</sup> relativa à avaliação do impacto no meio ambiente, de certos empreendimentos públicos e privados. Esta directiva visa garantir a realização de uma avaliação prévia do possível impacto sobre o ambiente de empreendimentos importantes, tais como refinarias de petróleo, centrais eléctricas, instalações de armazenagem de detritos radioactivos e fábricas de produtos químicos integradas, bem como auto-estradas, vias férreas, aeroportos, portos, etc. A apreciação incide, entre outros aspectos, sobre os efeitos destes empreendimentos no homem, na fauna e na flora, no solo, na água, nos factores climáticos, na paisagem e no património cultural, etc. O Conselho adoptou igualmente uma directiva relativa à harmonização das legislações dos diferentes Estados-membros referentes ao teor em chumbo da gasolina e avançou de uma forma significativa na análise da regulamentação futura sobre os níveis de emissões dos veículos automóveis.

Também durante 1985, a Comissão propôs novos **objectivos energéticos** para 1995. Estes implicam que os esforços empreendidos no sentido de reduzir a dependência da Comunidade em relação ao petróleo importado sejam mantidos, na medida em

---

(1) JO L 175 de 5. 7. 1985.



que não é de excluir a possibilidade de um novo período de tensão no mercado do petróleo no decurso dos anos 90. Na sua comunicação ao Conselho, a Comissão chama a atenção deste para o facto dos excedentes temporários e as pressões para uma descida dos preços, sendo passageiros, não deverem conduzir a que a adopção de decisões necessárias à satisfação das necessidades a longo prazo seja atrasada ou posta em causa.

## Cooperação para o desenvolvimento

Apresentam-se no Quadro 9 da página 64, as convenções, protocolos e acordos actualmente em vigor e relativos à cooperação financeira no exterior da Comunidade.

A **Terceira Convenção de Lomé**, que associa os Estados-membros da CEE com 65 países de África, das Caraíbas e do Pacífico, foi assinada em 8 de Dezembro de 1984, por um período de cinco anos. A assinatura da Convenção por Angola em 30.4.1985 elevou para 66 o número de Estados ACP intervenientes. A Convenção de Lomé III entrou em vigor em 1 de Maio de 1986, após conclusão dos procedimentos de ratificação.

Durante o período de transição, as operações continuaram a ser realizadas nos termos da Segunda Convenção de Lomé. Entretanto, o Banco asso-

ciou-se à Comissão das Comunidades Europeias para preparar a concretização da nova Convenção, nomeadamente participando em missões de programação da ajuda comunitária em cada um dos Estados ACP intervenientes. No final de 1985, tinham sido efectuadas missões em 30 países.

A cooperação com os **países mediterrânicos** caracterizou-se pela celebração de vários acordos, alguns dos quais chegaram ao seu termo com a adesão de Espanha e de Portugal à Comunidade, no final de 1985. Em 4 de Dezembro, foi assinado um novo protocolo financeiro entre Malta e a Comunidade, que prevê uma ajuda financeira de 29,5 milhões de ECUs, a qual deverá estar comprometida até 31 de Outubro de 1988 (16 milhões de ECUs por meio de empréstimos do BEI a cargo de recursos próprios e 13,5 milhões de ECUs essencialmente sob a forma de subvenções, mas incluindo também empréstimos em condições favorecidas — «soft loans» — por conta de recursos orçamentais da Comunidade). Em finais do ano, uma proposta da Comissão relativa a um novo protocolo financeiro estava a ser examinada pelas autoridades jugoslavas.

Depois da reunião ministerial ASEAN-CEE <sup>(1)</sup> em Outubro de 1985, dedicada a assuntos económicos, o desenvolvimento da cooperação não financeira entre estes dois grupos de países começou a merecer a atenção.

(1) Association of South-East Asian Nations.

## A política de crédito do BEI

No decurso do ano de 1985, os órgãos directivos do BEI adoptaram várias medidas e orientações que se revestem de grande importância para as actividades presentes e futuras do Banco.

Os Governadores do Banco, agindo nos termos dos Estatutos e por recomendação do Conselho de Administração, decidiram aumentar o capital subscrito do BEI, que foi incrementado, a partir de 1 de Janeiro de 1986, de 14,4 biliões de ECUs para 28,8 biliões de ECUs, incluindo as contribuições de Espanha e de Portugal. O limite máximo da responsabilidade total decorrente dos empréstimos e das garantias concedidas pelo Banco passou assim de 36 biliões de ECUs para 72 biliões de ECUs (para mais pormenores, ver página 20 e apêndice às Demonstrações Financeiras, páginas 104 a 106).

As recomendações referentes à política de crédito do Banco, aprovadas pelo Conselho de Governadores em Junho de 1984, indicam de que forma esta verba suplementar deve ser utilizada. As mesmas estipulam que deve continuar-se a dar prioridade aos empréstimos que promovam o desenvolvimento regional, que além dos seus objectivos tradicionais (desenvolvimento regional, energia, infra-estruturas de interesse comum), o Banco deve esforçar-se no sentido de financiar projectos que incentivem o desenvolvimento de tecnologias avançadas ou que contribuam substancialmente para a protecção do ambiente e, por último, que o Banco deve prosseguir, desenvolver e intensificar os seus esforços com vista a persuadir os promotores a recorrer, tanto quanto possível, a concursos públicos internacionais. No enquadramento destas directivas, o Banco

## Aumento do capital do Banco

No início de 1985, verificou-se que os empréstimos e garantias pendentes do Banco deviam atingir o limite estatutário de 250 % do capital subscrito nos primeiros meses de 1986. A fim de permitir ao Banco prosseguir o desenvolvimento das suas actividades, o Conselho de Governadores decidiu, em 11 de Junho de 1985, aumentar o capital subscrito de 14,4 biliões de ECUs para 26,5 biliões de ECUs, a contar de 1 de Janeiro de 1986, tendo assinalado igualmente que, em virtude das contribuições de Espanha e Portugal que, com base no peso económico relativo dos dois países, se elevam a 2,3 biliões de ECUs, o capital subscrito passaria a ser de 28,8 biliões de ECUs. A Espanha e Portugal tornaram-se membros do Banco em 1 de Janeiro de 1986, pelo que o capital subscrito se eleva desde essa data, a 28,8 biliões de ECUs.

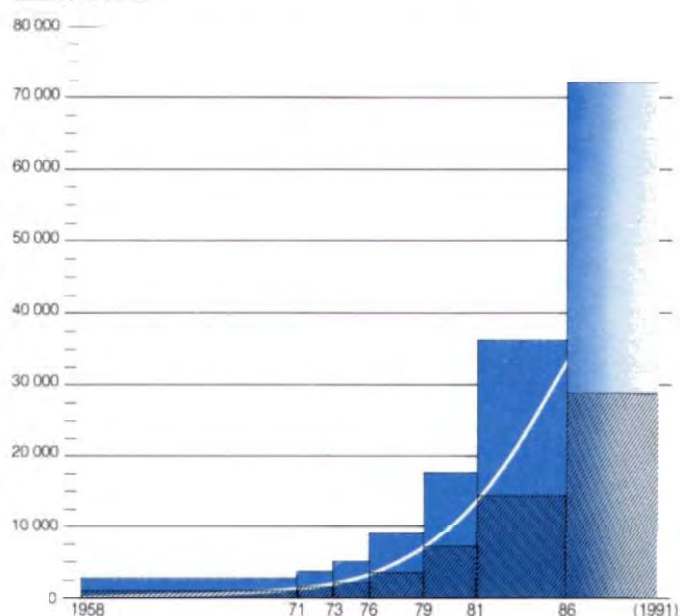
O Conselho de Governadores decidiu igualmente que 7,5 % do aumento do capital seria realizado em doze prestações semestrais iguais, entre Abril de 1988 e Outubro de 1993. Os novos Estados-membros pagarão igualmente a sua quota de capital já realizado pelos restantes Estados-membros ou a realizar, em virtude do aumento de capital de 1981. Uma vez todos estes pagamentos efectuados, o total do capital realizado, ou seja, 2 595,9 milhões de ECUs, será equivalente a 9,01 % do capital actualmente subscrito.

O capital subscrito do Banco — que já foi aumentado 5 vezes, para além dos montantes subscritos aquando da adesão pelos novos Estados-membros — evoluiu da seguinte forma:

	Data	Montante dos aumentos (milhões ECUs)	Aumentos gerais %
Capital inicial subscrito (Bel, F, Hol, It, Lux, RFA)	1958	1 000	—
Aumento	26. 4. 1971	+ 500	+ 50
Adesão (Din, GB, Irl)	1. 1. 1973	+ 525	—
Aumento	1. 1. 1976	+ 1 518,75	+ 75
Aumento	1. 1. 1979	+ 3 543,75	+ 100
Adesão (Gr)	1. 1. 1981	+ 112,50	—
Aumento	31. 12. 1981	+ 7 200	+ 100
Aumento	1. 1. 1986	+ 12 108,15	+ 84,08
Adesão (Esp, P)	1. 1. 1986	+ 2 291,85	—
<b>TOTAL</b>	<b>1. 1. 1986</b>	<b>28 800</b>	

Por ocasião do último aumento de capital, a quota da Itália no capital subscrito e realizado ou a realizar foi alinhada com a da Alemanha, da França e do Reino Unido, nos mesmos moldes em que a contribuição dos Países Baixos para o capital do Banco foi alinhada com a da Bélgica em 1971.

milhões de ECUs



**Aumento do capital do Banco e dos créditos pendentes**

capital subscrito  
limite máximo autorizado  
para créditos pendentes  
créditos pendentes efectivos

continua a adaptar-se de uma forma flexível à evolução da situação, envidando os seus esforços no sentido da consecução de um ajustamento estrutural e da modernização do potencial económico da Comunidade. A autorização concedida em 1984, para a obtenção de empréstimos a taxa flutuante e para o reempréstimo sob a mesma forma a clientes adequados, até um montante máximo global estabelecido, revelou ser um valioso meio de aumentar as capacidades do Banco de satisfazer os pedidos de empréstimo destinados a projectos de investimento válidos.

A contribuição do Banco para a modernização da Comunidade, mediante financiamento de investimentos que promovessem o desenvolvimento ou a introdução de novas tecnologias, não é claramente ilustrada nos quadros estatísticos tradicionais, que não podem captar totalmente as alterações havidas nas características dos diferentes projectos. Por exemplo, o papel das novas tecnologias nos projectos de telecomunicações é mais importante que antes do aparecimento das comunicações por satélite, da comutação digital e dos cabos em fibras ópticas. Um outro exemplo são os projectos relacionados com os caminhos de ferro, que no passado envolviam tecnologias clássicas, como a electrificação das principais linhas e, hoje em dia, implicam de uma forma crescente tecnologias de ponta, tal como ilustrado pela construção de novas ligações de alta velocidade entre as principais cidades. A nova via férrea entre Paris e as regiões atlânticas da França foi o primeiro projecto deste tipo que beneficiou de um empréstimo do Banco. Além disso, diversos projectos industriais, financiados em virtude da sua contribuição para o desenvolvimento regional, têm implicações importantes em termos de ajustamento estrutural e de introdução de tecnologias modernas.

O terceiro **alargamento** da Comunidade terá consequências profundas para o Banco, especialmente no que se refere à sua actividade de crédito. A adesão

acarretará novos problemas de ajustamento, tanto para os novos Estados-membros, como para os antigos. Os financiamentos do Banco em Espanha e em Portugal passam, a partir de agora, a obedecer aos mesmos critérios que nos outros Estados-membros. O volume de empréstimos outorgados pelo Banco nestes países já não será limitado pelos protocolos financeiros, como se verificava até 1985, mas somente pelo número e pelo interesse económico dos projectos de investimento objecto de pedido de empréstimo <sup>(1)</sup>.

Na sua política de crédito, o Banco terá em devida conta as disposições constantes do Tratado de Adesão de Espanha e Portugal à Comunidade Europeia e, especialmente, dos protocolos e declarações anexos, em que se preconiza a utilização adequada dos recursos comunitários, com vista a promover o desenvolvimento regional na Espanha e o desenvolvimento económico e industrial em Portugal. O aumento do capital do BEI e as alterações introduzidas na composição dos seus órgãos directivos (ver página 87) ajudarão o Banco a adaptar-se ao alargamento da Comunidade.

A importância de que se reveste o financiamento de projectos de desenvolvimento no exterior da Comunidade, no contexto de acordos de cooperação com países mediterrânicos e ACP, foi confirmada pelo Conselho de Governadores, o qual decidiu que durante o período de tempo entre 1985 e 1991, as operações do Banco por conta de recursos próprios no **exterior da Comunidade** e no enquadramento de acordos de cooperação económica poderão atingir os 3 000 milhões de ECUs. Este montante inclui os 1 120 milhões de ECUs previstos na Convenção de Lomé III e permitirá que o Banco prossiga os seus financiamentos nos países em que se tem mostrado tradicionalmente activo.

<sup>(1)</sup> Para mais pormenores sobre a aplicação dos acordos que regeram a assistência financeira durante os anos que precederam a adesão de ambos os países, ver páginas 109 a 111.



1	2
3	
4	5

Nos termos do artigo 130º do Tratado de Roma, os financiamentos do Banco aplicam-se principalmente a investimentos que contribuam para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas (exemplo: projecto industrial, foto 1), concorram para a consecução dos objectivos comunitários em matéria de energia (exploração da geotermia,

foto 2), melhorem as infra-estruturas de interesse comunitário (telecomunicações, foto 3), favoreçam as trocas na Comunidade (mercado de venda de flores em leilão, foto 4), ou reforcem a competitividade da indústria comunitária, através da introdução ou do desenvolvimento de tecnologias avançadas (foto 5).

Ph.: B. Turbang





# Empréstimos na Comunidade

## Perspectiva geral

Em 1985, o Banco concedeu empréstimos no valor de 5 640,7 milhões de ECUs a cargo de recursos próprios para investimentos situados nos Estados-membros, em comparação com 5 007 milhões em 1984 <sup>(1)</sup>; os empréstimos a cargo de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos (NIC) elevaram-se a 883,7 milhões (1 181,3 milhões em 1984) <sup>(2)</sup>.

O montante total dos empréstimos na Comunidade passou, deste modo, de 6 188,8 milhões para 6 524,4 milhões, o que corresponde a um aumento de 5,4 %, que se segue a um acréscimo de 13 % em 1984.

Os empréstimos concedidos pelo Banco por conta de recursos próprios destinaram-se em grande parte a investimentos nas regiões menos favorecidas e a projectos visando reduzir a dependência energética da Comunidade; em conformidade com as linhas de orientação em vigor, os créditos a cargo de recursos do NIC concentram-se de uma forma crescente no financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas industriais fora das regiões assistidas.

Em 1985, foram concedidos empréstimos no valor de 30,2 milhões, a partir de recursos próprios e de 14 milhões, a partir de recursos do NIC, para a

reconstrução de zonas sinistradas na Campânia e na Lucânia, os quais beneficiaram de bonificações de juro de 3 % ao ano, a cargo do orçamento geral das Comunidades. Tendo em conta os exercícios anteriores, o montante total destes empréstimos bonificados, relativamente aos quais se previu uma quantia global de um bilião <sup>(3)</sup>, elevou-se a 902,9 milhões, 611,5 dos quais por conta dos recursos do NIC.

<sup>(1)</sup> Cf. caixa na página 24.

<sup>(2)</sup> Cf. caixa na página 25.

<sup>(3)</sup> Decisão do Conselho 81/19/CEE de 20. 1. 1981.

## Financiamentos do BEI ao serviço das políticas comunitárias

A política regional responde aos objectivos de integração económica e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do Mercado Comum, continuando a ocupar uma posição prioritária numa altura em que o alargamento da Comunidade a Espanha e a Portugal se traduzirá em disparidades crescentes, em termos de produto per capita, de taxas de desemprego ou de dotação em certos equipamentos e serviços. Na época actual de evolução tecnológica, as intervenções em favor do desenvolvimento de regiões mais atrasadas ou em declínio devem por vezes assumir novas formas e sobretudo, apoiar-se nas potencialidades de cada região.

O financiamento de projectos que contribuam para o desenvolvimento regional permanece a esfera de acção prioritária do Banco, pelo que os empréstimos se concentram significativamente nos países em que os problemas regionais assumem maiores proporções e premência.

Em 1985, os empréstimos concedidos por conta de recursos próprios para projectos de interesse regional elevaram-se a 3 286,2 milhões (3 085,5 milhões em 1984), o que corresponde a 58,3 % dos financiamentos nos Estados-membros. Tendo em conta ainda os empréstimos por conta de recursos do NIC (104,5 milhões), o valor total dos financiamentos para projectos de desenvolvimento regional elevou-se a 3 390,7 milhões. Mais de 60 % deste mon-

tante concentraram-se nas regiões mais prioritárias do ponto de vista da política regional comunitária, ou ainda naquelas em que o produto per capita é inferior à média comunitária em pelo menos 20 %. Metade destas contribuições destinaram-se a investimentos na Itália (1 720,2 milhões, 1 462,9 dos quais no Mezzogiorno).

Cerca de um terço do total destinou-se à promoção de investimentos industriais e em menor grau, aos sectores terciário e agrícola: 1 138,1 milhões (em comparação com 1 110,2 milhões em 1984), 711,5 dos quais sob a forma de empréstimos globais para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas. Estas beneficiaram de 2 770 créditos, no montante total de 707,9 milhões.

Os empréstimos destinados ao melhoramento das infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento económico das regiões assistidas elevaram-se a 1 966,3 milhões, dois terços dos quais no domínio dos transportes e das telecomunicações.

\* \*

As medidas tomadas no sentido do desenvolvimento dos recursos internos, da diversificação das importações e de uma utilização mais racional da energia promoveram as adaptações necessárias,

que conduziram a que a Comunidade se encontre hoje numa situação menos vulnerável, em termos energéticos, que no início dos anos 70. A necessidade de prosseguir nesta via foi, não obstante, reconfirmada aquando do exame dos novos **objectivos energéticos** da Comunidade para 1995.

A evolução do mercado petrolífero e especialmente a descida dos preços do petróleo, constituem no imediato um factor de melhoria da situação económica. No entanto, alteraram sensivelmente os dados de base que intervêm na avaliação da justificação económica de certos projectos.

### Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco

Os **objectivos** de política económica a que os financiamentos por conta de recursos próprios do Banco devem responder na Comunidade são definidos no **artigo 130º do Tratado de Roma** e especificados nos Estatutos e nas directivas e orientações adoptadas pelo seu Conselho de Governadores. Na prática, os financiamentos do Banco aplicam-se a investimentos nos sectores da produção, da energia e das infra-estruturas

— que contribuam para o desenvolvimento económico das regiões **menos favorecidas** — **investimentos de interesse regional**;

— que apresentem um **interesse comum para diversos Estados-membros ou para a Comunidade no seu todo**;

— que **conduzam à modernização ou conversão de empresas ou à criação de novas actividades** tornadas necessárias pelo estabelecimento progressivo do Mercado Comum.

Estas duas últimas categorias abrangem:

— projectos no domínio da **energia**, que concorram para a consecução dos objectivos da Comunidade: desenvolvimento dos recursos internos, utilização racional da energia e diversificação das importações;

— projectos visando a **modernização ou a conversão de empresas**, exigida pelo estabelecimento progressivo do Mercado Comum, ou tornada necessária por dificuldades estruturais, projectos específicos que contribuam para reforçar a competitividade da indústria comunitária, mediante **desenvolvimento ou introdução de tecnologias avançadas**, ou ainda projectos resultantes de uma **cooperação técnica e económica** estreita entre empresas de Estados-membros diferentes;

— **infra-estruturas de interesse comunitário**, ou de interesse comum, que contribuam para a **integração económica** da Europa (investimentos no sector dos transportes e telecomunicações que conduzam à melhoria das relações intracomunitárias) ou que favoreçam a consecução de objectivos comunitários, tais como a **defesa do meio ambiente**.

Nos termos do artigo 20º dos Estatutos, o Banco vela «por que os seus fundos sejam utilizados do modo mais racional no interesse da Comunidade» e apenas intervém «quando a execução do projecto contribua para o aumento da produtividade económica em geral e favoreça a realização do Mercado Comum».

Quadro 3: Empréstimos outorgados em 1985, por conta de recursos próprios do Banco

	Total (2)	Sectores			Objectivos (1)			
		Indústria, agricultura, serviços	Energia	Infra-estruturas	Desenvolvimento regional	Objectivos energéticos	Infra-estruturas comunitárias	Modernização de empresas
Bélgica	77,8	—	77,8	—	—	77,8	—	—
Dinamarca	264,0	9,5	250,5	4,0	13,4	254,5	—	—
Alemanha	91,4	—	91,4	—	1,8	91,4	—	—
Grécia	401,7	44,2	71,7	285,8	401,7	71,7	45,7	—
França	889,6	290,2	191,6	407,8	653,9	191,6	114,1	128,3
Irlanda	146,6	25,1	7,0	114,5	146,6	7,0	—	—
Itália	2 603,9	723,7	884,0	996,3	1 692,8	890,6	268,0	206,9
Países Baixos	69,1	—	—	69,1	4,0	—	69,1	—
Reino Unido	1 096,7	148,1	657,0	291,6	372,0	657,0	120,6	—
<b>Total</b>	<b>5 640,7</b>	<b>1 240,7</b>	<b>2 230,9</b>	<b>2 169,1</b>	<b>3 286,2</b>	<b>2 241,6</b>	<b>617,4</b>	<b>335,2</b>

(1) Certos empréstimos respondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável; esse facto dá igualmente origem a diferenças entre certos valores das rubricas «objectivos» e «sectores» reunidos sob títulos análogos, para mais pormenores, ver Quadros 17 e 18.

(2) Os desembolsos efectuados em 1985, em parte para execução de contratos de empréstimos assinados anteriormente, elevaram-se a 5 343,2 milhões (às taxas de conversão em vigor em 31. 12. 1985).



De qualquer modo, é grande a incerteza quanto à evolução futura dos preços do petróleo. A Comunidade e mais particularmente certos Estados-membros, continuam a depender fortemente da importação de energia de países que apresentam um elevado risco político, conquanto muito haja a fazer no campo do prosseguimento de uma política de utilização racional da energia e de exploração dos recursos internos.

Em 1985, o Banco concedeu 2 282 milhões, principalmente a cargo de recursos próprios, para investimentos que contribuíssem para os objectivos da política energética da Comunidade. Os financiamentos

visando promover uma utilização racional da energia (565,2 milhões, em relação a 756,6 milhões em 1984) destinaram-se essencialmente a redes de aquecimento urbano (ver caixa pág. 27), à exploração de recursos geotérmicos, à interligação de redes eléctricas de alta tensão e, de igual modo, à electrificação de linhas de caminho de ferro, à instalação de painéis solares e a investimentos em empresas industriais.

Os empréstimos para o desenvolvimento dos recursos internos em energia registaram um aumento de 1 232,6 milhões em 1984, para 1 479,8 milhões, destinando-se principalmente a oito centrais nuclea-

### Empréstimos por conta de recursos do NIC

O Banco tem concedido desde 1979 empréstimos por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos, para o qual o Conselho das Comunidades autorizou sucessivamente duas «tranches» de 500 milhões cada uma (NIC I), seguidas de uma nova «tranche» de 1 bilião (NIC II). Por fim, em 1983 e 1984, foram autorizadas duas «tranches» de 1 500 e de 1 400 milhões (NIC III).

Estes empréstimos devem observar as linhas de orientação fixadas pelo Conselho das Comunidades. Segundo a fórmula considerada nas decisões de aplicação relativas à segunda «tranche» do NIC III, os mesmos destinam-se a:

— **projectos de investimento**, principalmente de **pequenas e médias empresas**, na indústria e nos serviços a esta directamente ligados, visando essencialmente a difusão da inovação e das novas tecnologias, cuja realização contribua directa ou indirectamente para a criação de postos de trabalho;

— **utilização racional da energia**, substituição do petróleo por outras fontes energéticas em todos os sectores, assim como infra-estruturas que favoreçam essa substituição;

— **infra-estruturas** ligadas ao desenvolvimento das actividades produtivas, que contribuam para o desenvolvimento regional ou que apresentem um interesse comunitário, tais como telecomunicações, incluindo as tecnologias de informação e os transportes, nomeadamente a transmissão de energia.

O Banco foi mandatado para a concessão destes empréstimos, em nome e por conta e risco da Comunidade, pelo que identifica os projectos e seguidamente, após decisão da Comissão sobre a admissibilidade de cada um em particular, encarrega-se da instrução dos pedidos, decide da concessão dos empréstimos e administra-os, em conformidade com os procedimentos previstos nos seus Estatutos e segundo os seus critérios habituais. A Comissão obtém os fundos e transfere os mesmos para o Banco.

Quadro 4: Empréstimos outorgados em 1985, por conta de recursos do NIC

	(milhões de ECUs)						
	Sectores			Objectivos (1)			
	Total (2)	Sectores da produção	Infra-estruturas	Infra-estruturas de interesse regional	Infra-estruturas de interesse comunitário	Objectivos energéticos	Modernização de empresas
Dinamarca	68,5	37,5	31,0	—	—	31,0	37,5
Grécia	22,0	4,4	17,6	17,6	17,6	—	4,4
França	357,8	269,9	87,9	14,6	73,2	—	284,6
Irlanda	27,9	27,9	—	27,9	—	—	—
Itália	374,1	300,9	73,3	27,4	36,5	9,4	300,9
Reino Unido	33,4	16,4	17,0	17,0	—	—	16,4
<b>Total</b>	<b>883,7</b>	<b>657,0</b>	<b>226,7</b>	<b>104,5</b>	<b>127,3</b>	<b>40,4</b>	<b>643,7</b>

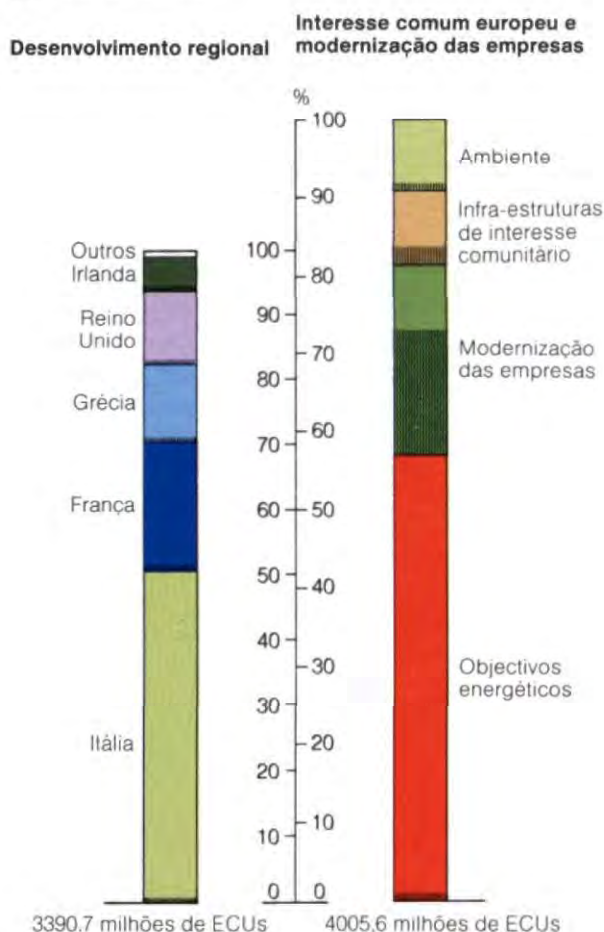
(1) Cf. nota 1 do Quadro 3.

(2) Os desembolsos efectuados em 1985, em parte para execução de contratos de empréstimo assinados anteriormente, elevaram-se a 1 043,8 milhões (às taxas de conversão em vigor em 31 de Dezembro de 1985).

### Financiamentos na Comunidade em 1985

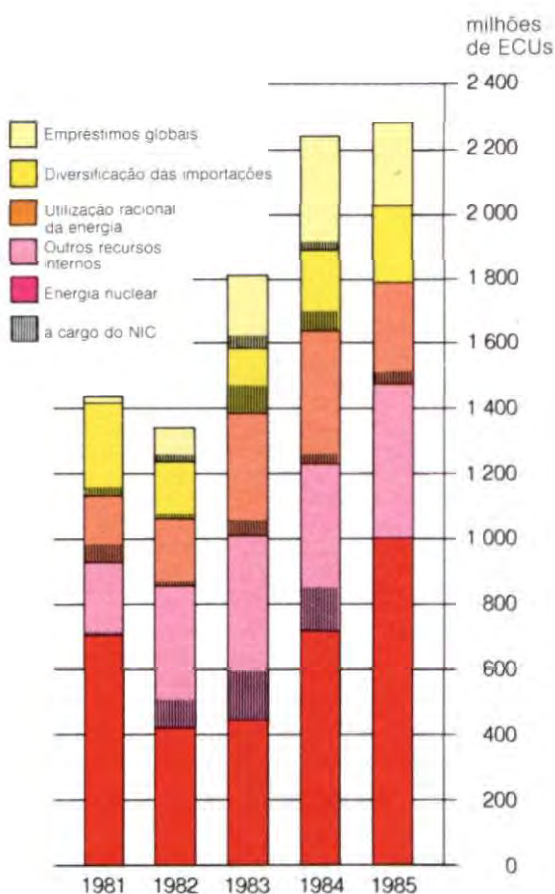
Distribuição segundo os principais objectivos de política económica

■ a cargo do NIC



### Financiamentos na Comunidade de 1981 a 1985

Objectivos energéticos



res e a um centro de reprocessamento e armazenagem de combustível (1 009 milhões) e a projectos relacionados com a exploração de jazigos de hidrocarbonetos. Os empréstimos para investimentos que contribuíssem para a diversificação das importações, sobretudo gasodutos, elevaram-se a 237 milhões.

Na qualidade de agente da Euratom, o Banco assinou, por outro lado, conjuntamente com a Comissão, cinco contratos de empréstimo no montante total de 208,1 milhões, para centrais nucleares na Itália, na Alemanha e na França. Estas operações, que são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (página 92), são instruídas e administradas pelo Banco, mas não são consideradas nas estatísticas de actividades do mesmo,

dado que a decisão de financiamento é da competência da Comissão.

A potência total das unidades das centrais nucleares financiadas pelo Banco e pela Euratom em 1985 elevou-se a cerca de 12,8 GW, o que corresponde a 13 % da potência instalada prevista para 1990.

É possível prever que, uma vez terminados, os novos investimentos co-financiados pelo Banco permitirão reduzir a dependência petrolífera da Comunidade em cerca de 9,3 milhões de toneladas de equivalente-petróleo (tep) ao ano, 2,9 dos quais para projectos de utilização racional da energia; este valor representa cerca de 3 % das importações de petróleo previstas na Comunidade em 1990. Os valores correspondentes para o conjunto dos pro-



jectos financiados de 1981 a 1985 são de 61 milhões de tep (14,8 dos quais graças a uma utilização mais racional da energia), isto é, cerca de um quinto das importações anuais.

\*  
\* \*

O objectivo de **consecução do mercado interno** pressupõe uma circulação mais livre de bens, pessoas, serviços e informações no seio da Comunidade. Tal implica, por seu turno, o melhoramento e a extensão das infra-estruturas de comunicação e de

transporte, o que significa em particular o reforço das ligações europeias, mediante modernização das infra-estruturas existentes e criação de novas ligações nas zonas em que as insuficiências da rede actual provocam pontos de estrangulamento.

Os novos requisitos em matéria de telecomunicações, especialmente quando se trata de assegurar a competitividade das empresas, ultrapassam em geral o âmbito nacional e implicam o recurso a tecnologias mais avançadas, como por exemplo, aos satélites. Esta evolução técnica exige uma harmoni-

## O aquecimento urbano

Como todos os períodos de provação, a crise energética que agitou o mundo a partir de 1973, teve o seu lado positivo. Aliás, segundo afirmava Toynbee, o repto e a reacção são o motor da história. Os Estados e os agentes económicos consciencializaram-se de que os recursos energéticos não eram ilimitados e de que se preconizava uma gestão prudente do património que os mesmos representavam.

Na Comunidade, a utilização racional da energia impôs-se como um objectivo prioritário, complemento do desenvolvimento dos recursos internos e da diversificação das importações. No que toca ao BEI, este interveio de uma forma crescente em relação a projectos que correspondessem a esta preocupação (2 463,1 milhões de 1981 a 1985). Entre os investimentos financiados, figuram as redes de transporte e de distribuição de calor, cujos montantes bastante significativos se elevaram a 353,5 milhões durante o mesmo período, sendo cerca de um quarto concedidos no enquadramento de empréstimos globais. Mais de metade, ou seja 196,2 milhões, destinaram-se à Dinamarca, que desde 1976 tem seguido uma política sistemática de racionalização do aquecimento urbano.

Os projectos apoiados pelo BEI neste país envolvem mais de 800 mil pessoas, ou seja, cerca de 16 % da população total. Os empréstimos concedidos às autarquias destinaram-se a redes para as aglomerações de Copenhaga e Kalundborg no Sjælland, a redes em várias cidades da Jutlândia — Århus, Randers, Herning, Ikast, Esbjerg e Varde — e a instalações nas ilhas de Bornholm, Falster, Lolland e Fiônia. As redes financiadas são abastecidas por unidades a carvão ou de incineração de detritos domésticos, como em Nykøbing, na Ilha de Falster.

Globalmente, o impacto destes investimentos em termos de redução do consumo de petróleo é da ordem dos 1,4 milhões de toneladas por ano, devendo-se metade a economias de energia e a outra metade, à substituição de outros combustíveis.

Em França, o Banco concedeu aproximadamente 94,2 milhões, em geral no âmbito de empréstimos globais para a Caisse d'Aide à l'Équipement des Collectivités Locales, tendo estes créditos ajudado cerca de uma trintena de autarquias a instalar redes que asseguram o aquecimento e por vezes a água quente, para uso doméstico e em estabelecimentos públicos.

A maioria destes investimentos destinou-se à Ile-de-France, onde mais de uma quinzena de municípios colocaram importantes fontes geotérmicas ao serviço do aquecimento urbano. Os restantes projectos financiados utilizam, quer o carvão, quer detritos domésticos incinerados. Alguns destinaram-se a grandes cidades como Besançon e Evreux, e em Villeurbanne o sistema que assegura o aquecimento da cidade universitária foi integrado na rede de distribuição de calor da aglomeração lionesa. Por último, na Drôme, o calor excedente da fábrica de enriquecimento de urânio de Pierrelatte passou a ser utilizado para o aquecimento de habitações e de estufas horticolas, em vez de ser desperdiçado nas águas do Ródano.

No conjunto, estes investimentos permitirão economizar mais de 100 mil toneladas de equivalente-petróleo por ano e evitar a importação de 60 mil toneladas de petróleo.

Foram igualmente outorgados empréstimos na Alemanha e na Itália. No Sarre, está em curso a instalação de uma rede de condutas visando recuperar o calor de fábricas de carvão ou de siderurgias e estabelecer a ligação da central térmica de Fenne com a rede de Saarbrücken. Na Itália, várias cidades do norte do país — Pádua, Reggio Emilia e Massa Carrara, bem como municípios próximos de Verona, beneficiaram de financiamentos.

Em qualquer destes dois países, as economias de petróleo importado elevaram-se a cerca de 40 mil toneladas, metade das quais obtidas mediante redução do consumo.

Por fim, há um outro aspecto que merece ser assinalado: na maioria dos projectos, a poupança de energia é acompanhada de uma redução da poluição, que pode ser directamente imputada ao equipamento instalado, ou indirectamente, à substituição das centrais convencionais por novas instalações. O efeito é particularmente sensível no caso de investimentos efectuados em zonas muito populosas ou industrializadas, tais como o Sarre, as regiões parisiense e lionesa, ou certos aglomerados populacionais do norte da Itália e do leste da Dinamarca. Conquanto apenas tenha efeitos a curto e a médio prazo, a descida recente dos preços do petróleo poderá vir a reduzir em certa medida a rentabilidade económica e financeira destes projectos, mas numa perspectiva a longo prazo, a contribuição dos mesmos para os melhoramentos estruturais necessários no domínio da energia, continua a ser inegável.



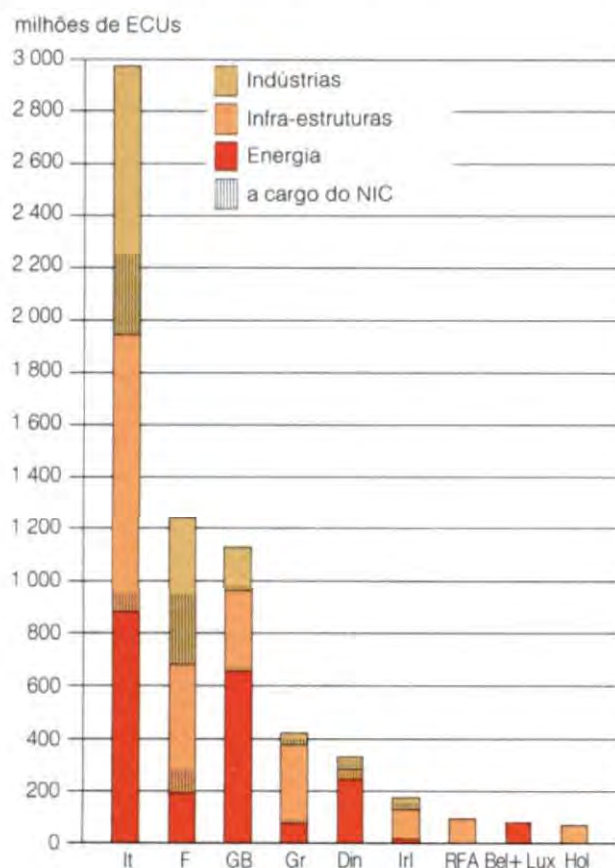
zação das normas e do equipamento e evidencia a necessidade de eliminar as barreiras existentes nos mercados.

Os financiamentos do Banco para projectos que respondem a estes objectivos elevaram-se a 384,3 milhões, principalmente para infra-estruturas de transporte de interesse comunitário.

Na sua maior parte, trata-se de estradas ou de auto-estradas: na Itália, a ligação Friul—fronteira austríaca e na França, diversos troços de ligação de Borgonha ao Vale de Aosta, da bacia siderúrgica da Lorena ao Luxemburgo e à Bélgica e da Alsácia à Suíça. Acrescem a estes projectos, no Reino Unido, infra-estruturas portuárias em Harwich e Felixstowe, nos Países Baixos, o reforço das frotas aéreas das companhias que asseguram a ligação com diversos Estados-membros e na Grécia, instalações de controlo do tráfego aéreo e de telecomunicações.

### Financiamentos na Comunidade em 1985

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e por grande sector



Foram ainda financiadas instalações visando facilitar as trocas comerciais, nomeadamente em Verona, na Itália, um centro de ligação intermodal via férrea/ /estrada e um centro de comercialização de produtos agrícolas, e próximo de Amsterdão, nos Países Baixos, o principal centro comunitário de venda de flores em leilão.

\*\*\*

As políticas de **protecção do ambiente** visam uma gestão óptima dos recursos e a melhoria da qualidade de vida, tendendo a um reforço da regulamentação e a uma harmonização das normas a observar. Tal pressupõe uma crescente coordenação a nível da Comunidade, quer para se obter a acção além-fronteiras que, só ela, poderá conduzir ao tratamento eficaz destes problemas, quer para evitar as distorções da concorrência. Estas preocupações deram azo a importantes programas de saneamento de águas e a projectos mistos que incluem a defesa do ambiente e a poupança de energia.

O Banco apoia a política comunitária nesta matéria, prestando a maior atenção à análise do impacto sobre o ambiente dos projectos que lhe são submetidos e desenvolvendo os seus financiamentos para investimentos que contribuam para a defesa do ambiente. Em 1985, o montante dos seus empréstimos duplicou em relação ao ano anterior, atingindo os 360,4 milhões. A maior parte destinou-se a importantes obras de saneamento no Centro-Norte de Itália (ver caixa na página 29), principalmente na bacia do Pó, mas também nas do Arno e do Tibre. Foram efectuados outros financiamentos na zona de Gorzone e na lagoa de Venezia, assim como no sul, no golfo da Manfredónia. Na Grécia, o Banco financiou as redes de recolha e de tratamento de várias grandes cidades. A maioria destes projectos contribuirão para a redução da poluição do Mediterrâneo e, em particular, das zonas mais ameaçadas do Adriático e do Mar Egeu.

Foram igualmente concedidos créditos para vários projectos de saneamento em diversos condados irlandeses, e no Reino Unido, no Sudoeste, no Yorkshire, no Norte e no Noroeste.

O Banco financiou ainda o equipamento em meios de intervenção aérea das unidades de protecção civil encarregadas, essencialmente, do combate aos incêndios que devastam periodicamente as florestas italianas.

\*\*\*



O esforço coordenado de desenvolvimento e de difusão das **novas tecnologias** reveste-se de uma importância vital para o reforço da competitividade europeia. Neste domínio, são inúmeras as iniciati-

vas, que assumem a forma de grandes programas de cooperação (Esprit, Race, Brite, Eureka) ou de realizações mais pontuais, num vasto leque de empreendimentos de todas as dimensões e em

### A protecção do ambiente no Centro-Norte de Itália

Percorrendo uma distância de cerca de 650 quilómetros dos Alpes até ao Adriático Norte, o Pó é indubitavelmente o rio mais importante da Itália. A sua planície é actualmente uma das áreas mais activas da Comunidade e a bacia hidrográfica que forma com os seus afluentes constitui uma zona vital da Itália. Cobrindo cerca de um quinto do território do país (70 000 km<sup>2</sup>), nela vivem cerca de 20 milhões de habitantes, ou seja, mais de um terço da população italiana. A fertilidade da planície do Pó, bem como a existência de numerosos eixos de comunicação, o próprio rio, navegável até Placência, ou a Via Emília da antiguidade, por exemplo, encontram-se na origem de um importante tecido urbano cujos pontos fortes são constituídos por Milão, Turim e Bolonha. Esta vasta zona reúne mais de metade da capacidade de produção do país.

No entanto, a urbanização, a industrialização e a agricultura intensiva são igualmente factores de poluição, na medida em que os efluentes líquidos e as águas de escoamento transportam consigo resíduos poluentes. Durante muito tempo, considerou-se que o próprio rio, que lança 50 biliões de metros cúbicos de água por ano no mar, poderia assegurar uma diluição suficiente e prover a uma auto-depuração natural. Mas actualmente, a poluição provocada pelas actividades económicas e pelos efluentes domésticos corresponde a uma população de 80 milhões de habitantes, acarretando uma deterioração permanente da qualidade da água e impedindo o seu consumo sem o recurso a tratamentos particularmente onerosos e que perturbam o equilíbrio do meio orgânico. Esta situação conduziu à necessidade de um recurso crescente às reservas das camadas freáticas pouco profundas e sujeitas, como o Pó, a contaminações. A sua sobreexploração provocou, em certos pontos, o abatimento de terrenos.

Na região do delta, calcula-se que o rio transporta diariamente 415 toneladas de azoto e 50 toneladas de fosfatos. Estes resíduos contribuem para aumentar a poluição do Adriático, um mar quase fechado, que é afectado pela ausência de correntes e de marés; os efeitos perniciosos para a pesca e o turismo são evidentes.

A partir do início da década de 70, as regiões afectadas tomaram várias medidas; em 1982, o Piemonte, a Lombardia, a Emilia Romana e Veneza elaboraram um «projecto inter-regional e intersectorial para o ordenamento e aproveitamento do rio Pó e também, dos recursos naturais e do meio ambiente da bacia hidrográfica».

Neste contexto, foi solicitada a participação do Banco no financiamento de instalações de recolha e de tratamento de detritos em diversos pontos da bacia do Pó e dos seus afluentes. Os projectos submetidos incluem, nomeadamente, a colocação de mais de 400 quilómetros de colectores principais e secundários e de 35 estações de depuração para o tratamento de 350 milhões de m<sup>3</sup> de água por ano. Esta melhoria do ambiente irá beneficiar cerca de 3,5 milhões de habitantes.

Os projectos financiados satisfazem a directiva de enquadramento referente à poluição de águas por substâncias nocivas (CEE 76/464 de 4. 5. 1976) e mais precisamente as directivas relativas à qualidade da água para consumo humano (CEE 80/778 de 15. 7. 1980) e das águas de banhos (CEE 76/160 de 8. 12. 1975). Os mesmos projectos contribuem para a protecção do Mediterrâneo contra a poluição de origem telúrica, objecto do Terceiro Protocolo da Convenção de Barcelona e dos três programas de acção da Comunidade em matéria de meio ambiente, participando na luta contra o fenómeno de eutrofização, cuja amplitude ameaça o norte do Adriático. Além disso, prosseguem-se os esforços empreendidos em tempos remotos da história para regularizar o Pó, com vista a reduzir a intensidade e a frequência das cheias, que na zona do delta acarretam periodicamente graves prejuízos para as infra-estruturas, as actividades industriais e comerciais, a agricultura e as próprias pessoas.

O restabelecimento do nível de poluição aceitável nesta zona do Mediterrâneo carece igualmente de outras medidas, em cujo financiamento o Banco participou em 1985.

O saneamento da bacia hidráulica do Gorzone, uma vasta área com cerca de 1 400 km<sup>2</sup> entre o lago de Garda e o Adriático, constituiu o objectivo da primeira fase dos trabalhos (quatro estações de depuração e 225 km de colectores) para o tratamento de efluentes domésticos e, sobretudo, de diversas indústrias químicas, têxteis e de cerca de 500 fábricas de curtumes instaladas na parte superior da bacia. Além da redução do lançamento de detritos no mar, o equipamento previsto evitará que inúmeras pequenas empresas tenham de suspender as suas actividades no período de estiagem.

Existe um projecto ainda mais ambicioso, constituído pelo saneamento da lagoa de Veneza, mediante construção de uma rede de colectores de efluentes e de estações de tratamento que respondem a necessidades mais prementes em termos de higiene, de desenvolvimento das actividades económicas, da pesca e do turismo. O programa empreendido para salvar Veneza prevê o encerramento temporário das três saídas da lagoa, para evitar as inundações periódicas («acqua alta») que ameaçam a cidade dos Doges. Este encerramento, que reduziria ulteriormente o fluxo já limitado de e para o Adriático, implica que se proceda numa fase preliminar, a uma grande redução do grau de poluição da lagoa.

Estes diferentes programas de saneamento no Norte da Itália representam custos consideráveis na ordem de um bilião de ECUs para a fase em curso. Em 1985, o Banco participou diversas vezes em favor dos diferentes investimentos previstos, com o montante total de 129,2 milhões, 36,5 dos quais por conta de recursos do NIC: 84,9 milhões para o saneamento do Pó, 30,6 milhões para a lagoa de Veneza e 13,7 milhões para a bacia do Gorzone.

diversos sectores. Estas iniciativas visam promover o desenvolvimento e a divulgação de novas tecnologias ainda pouco difundidas no seio da Comunidade.

Os financiamentos do Banco nestes domínios diversos, reunidos nos Quadros 3, 4 e 17 sob a rubrica «**modernização de empresas**», atingem o montante total de 978,9 milhões.

A primeira categoria inclui empréstimos em favor de investimentos que desenvolvam ou introduzam tecnologias avançadas. Estes empréstimos, que atingem o valor total de 325,6 milhões (250,7 milhões em 1984), consistem em:

— 225,5 milhões para investimentos na indústria: na Itália, a produção de antibióticos, de produtos anticancerígenos e de outros produtos farmacêuticos (ver caixa abaixo), o fabrico de equipamento de telecomunicações e de telemática, de satélites, de componentes electrónicos, de películas radiográficas

cas, de pneus de um novo tipo, etc; em França, a introdução da robótica numa fábrica automóvel que produz uma nova gama de motores;

— 59,9 milhões de empréstimos globais concedidos pela primeira vez neste contexto e que já permitiram a concretização de 12 afectações, totalizando 45 milhões;

— 40,2 milhões para uma estação de orientação de satélites e para o lançamento de satélites de telecomunicações.

São igualmente classificados como empréstimos que contribuem para a modernização de empresas:

— os empréstimos globais por conta de recursos do NIC, em favor de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas, fora das zonas assistidas (629,1 milhões contra 771,6 em 1984). Destes empréstimos e daqueles concedidos anteriormente, foram afectados 2 916 créditos no montante de 723,8 milhões (cf. Quadro 21);

### As tecnologias avançadas ao serviço do homem

O papel estratégico das tecnologias modernas na economia não carece de demonstração. Se existem sectores cujo desenvolvimento depende directamente de progressos científicos recentes (química, electrónica, etc.), todas as indústrias e serviços, ou até mesmo a agricultura, colhem hoje em dia benefícios da inovação: novos produtos e processos de fabrico, utilização de novos materiais, melhoria dos níveis de confiança, de precisão e de qualidade.

O Banco certifica-se de que todos os projectos que lhe são submetidos utilizam a tecnologia mais eficaz disponível, contribuindo além disso directamente para o financiamento de investimentos que impliquem o desenvolvimento ou a difusão de tecnologias avançadas.

A actividade do BEI no domínio das tecnologias avançadas evoluiu de forma significativa no decurso dos últimos anos: os créditos elevaram-se a cerca de 40 milhões em 1982, 172 milhões no ano seguinte, 250 milhões em 1984 e 325 milhões em 1985. A diversidade das intervenções merece ser assinalada, incidindo estas sobre satélites de comunicações, investimentos inovadores de dimensões modestas, a automatização de linhas de produção ou o fabrico de novos medicamentos.

Em 1985, foram concedidos 26 milhões para cinco projectos no domínio da saúde, os quais se relacionavam com centros de pesquisa e de fabrico de produtos farmacêuticos avançados e de materiais muito especializados:

— uma nova gama de películas radiográficas particularmente sensíveis e precisas, destinadas a limitar a exposição dos doentes às radiações e utilizando o processamento digital de dados;

— uma nova geração de estimuladores cardíacos e válvulas cardíacas, bem como filtros de hemodiálise utilizando novas fibras de filtração;

— anticorpos monoclonais destinados ao imunodiagnóstico;

— antibióticos e medicamentos anticancerígenos mais eficazes e menos tóxicos, fabricados segundo processos e com controlos que integram sistemas particularmente sofisticados, incluindo nomeadamente técnicas de fermentação e de recombinação do ADN (Ácido desoxirribonucleico). Um dos centros de pesquisa financiado já beneficiou de um empréstimo em 1982 para o seu laboratório e para a produção de antibióticos e de medicamentos anticancerígenos;

— novos medicamentos, que serão elaborados num centro de pesquisa e de desenvolvimento de substâncias para fins terapêuticos e de diagnóstico. As pesquisas incidem sobre produtos de quimioterapia de tumores com um maior espectro de aplicação e melhor tolerância, métodos de associação da fotoquimioterapia à tecnologia do laser e, igualmente, novos fármacos para a hipertensão, as doenças do aparelho respiratório ou o tratamento de úlceras.

É evidente que o recurso a tecnologias de ponta não se limitou ao aperfeiçoamento de novos produtos ou aos processos de fabrico ou de controlo desses mesmos produtos, mas aplicou-se igualmente à protecção do meio ambiente, nomeadamente ao tratamento de efluentes, em muitos casos particularmente tóxicos, que implicou a aplicação de métodos muito elaborados.



— os empréstimos para a modernização da indústria têxtil em Itália (24,2 milhões).

Embora não fosse considerado no total, um número elevado de investimentos nas regiões assistidas, visando igualmente a melhoria da produtividade e da competitividade de empresas industriais e de serviços, beneficiou de 580 milhões sob a forma de empréstimos individuais e de afectações no âmbito de empréstimos globais.

Apresentam-se a seguir as linhas gerais dos financiamentos no sector industrial, incluindo os concedidos nas zonas assistidas.

\* \* \*

Em 1985, o Banco contribuiu para apoiar **investimentos no total de 25 biliões** (5,4 dos quais no sector industrial), elevando-se a sua contribuição, em média, a 38 % do respectivo custo total.

Segundo os dados previsionais fornecidos aquando da instrução dos projectos, o conjunto destes investimentos deve garantir directamente a criação de cerca de 43 mil postos de trabalho permanentes, 36 mil dos quais na indústria. Aproximadamente 33 mil destes empregos devem ser criados por pequenas e médias iniciativas, no enquadramento de empréstimos globais. Os financiamentos para a modernização industrial contribuíram para melhorar a produtividade e a situação de empresas, sobretudo pequenas e médias, cujos efectivos totais se elevam a cerca de 300 mil empregados.

Simultaneamente, as obras e os fornecimentos necessários à realização dos projectos contribuem para ocupar um número importante de trabalhadores nos diferentes sectores, no decurso de períodos de construção por vezes bastante longos. Estes efeitos temporários directos e indirectos poderão corresponder a cerca de 190 mil postos de trabalho durante os dois primeiros anos, número que irá progressivamente diminuindo. Se se tiver em conta os efeitos análogos exercidos por projectos financiados no decurso dos exercícios anteriores, a contribuição para o apoio ao emprego em 1985 cifrou-se, em termos aproximados, em 500 mil a 600 mil postos de trabalho.

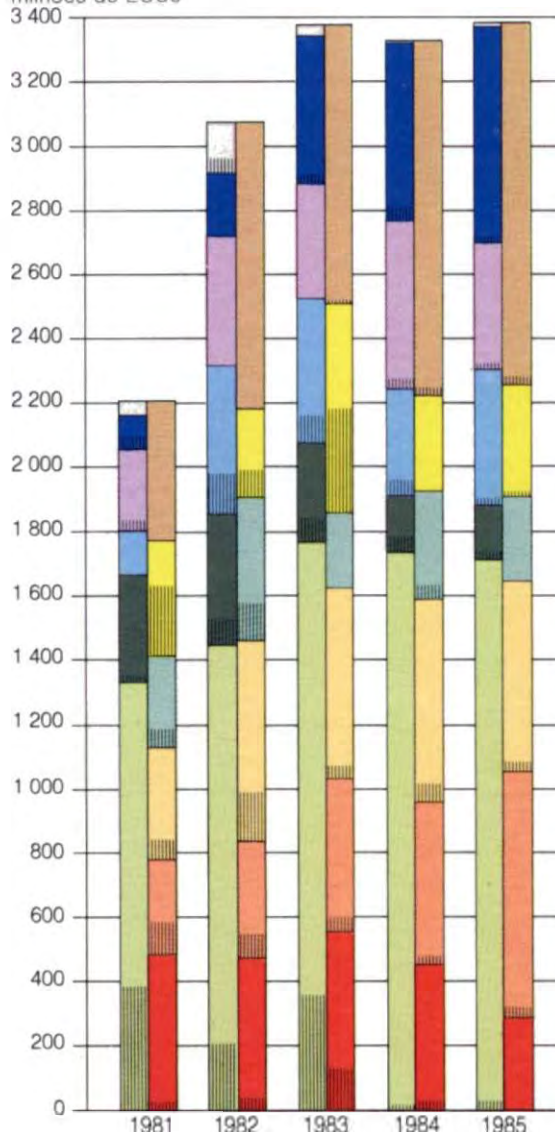
Por último, os investimentos tendentes a melhorar a produtividade e a competitividade, principalmente no sector industrial, contribuem, a longo prazo, para a consecução de uma situação laboral mais sólida.

O prazo médio dos empréstimos concedidos em 1985 é da ordem dos 13 anos para os projectos de

## Financiamentos na Comunidade de 1981 a 1985

Desenvolvimento regional

milhões de ECUs



Distribuição segundo a localização do projecto de investimento

Distribuição sectorial

- Outros
- França
- Reino Unido
- Grécia
- Irlanda
- Itália
- Indústria
- Infra-estruturas diversas
- Infra-estruturas hidráulicas
- Telecomunicações
- Transportes
- Energia

a cargo do NIC

infra-estruturas e as instalações energéticas e de 10 anos para os projectos industriais. Os empréstimos a taxa variável atingiram o montante de 844,4 milhões, ou seja 17,6 % do total dos empréstimos por conta de recursos próprios.

Globalmente, cerca de 30 % dos financiamentos destinaram-se a empresas privadas e 70 % a entidades públicas. Mais de quatro quintos dos empréstimos para projectos industriais destinaram-se à indústria privada; os créditos concedidos no âmbito

de empréstimos globais a instituições financeiras públicas ou mistas destinaram-se, bem entendido, quase exclusivamente ao financiamento de empresas privadas. Os projectos do sector energético emanaram essencialmente de entidades públicas, o mesmo acontecendo com a quase totalidade dos investimentos em infra-estruturas, quer se tratasse de grandes projectos financiados por meio de empréstimos individuais, quer de investimentos de menor dimensão financiados no âmbito de empréstimos globais.

## Distribuição sectorial

Os financiamentos para investimentos no sector energético elevaram-se a 2 230,9 milhões exclusivamente por conta de recursos próprios, destinando-se 955,9 milhões a projectos nucleares.

Os empréstimos para infra-estruturas, principalmente de transporte e de telecomunicações e para obras de saneamento, atingiram os 2 395,8 milhões, sendo 226,7 milhões por conta de recursos do NIC.

Quadro 5: Financiamentos na Comunidade em 1985 e 1984 e de 1981 a 1985

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento

	1985						1984						1981—1985					
	A cargo de recursos próprios		A cargo do NIC		Total		A cargo de recursos próprios		A cargo do NIC		Total		A cargo de recursos próprios		A cargo do NIC		Total	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
Bélgica	77,8	1,4	—	—	77,8	1,2	32,5	0,6	—	—	32,5	0,5	353,4	1,7	—	—	353,4	1,4
Dinamarca	264,0	4,7	68,5	7,8	332,5	5,1	183,9	3,7	134,6	11,4	318,5	5,1	1 047,5	4,9	392,2	8,5	1 439,7	5,6
Alemanha	91,4	1,6	—	—	91,4	1,4	134,3	2,7	—	—	134,3	2,2	690,7	3,3	—	—	690,7	2,7
Grécia	401,7	7,1	22,0	2,5	423,7	6,5	275,5	5,5	69,3	5,9	344,8	5,6	1 518,7	7,2	301,5	6,6	1 820,2	7,1
França	889,6	15,8	357,8	40,5	1 247,4	19,1	814,0	16,3	386,3	32,7	1 200,3	19,4	3 062,4	14,5	1 008,2	21,9	4 070,6	15,8
Irlanda	146,6	2,6	27,9	3,1	174,5	2,7	124,0	2,5	50,0	4,2	174,0	2,8	1 155,9	5,5	247,7	5,4	1 403,6	5,4
Itália	2 603,9	46,2	374,1	42,3	2 978,0	45,6	2 538,2	50,7	497,3	42,1	3 035,5	49,0	9 927,8	46,9	2 434,6	53,0	12 362,4	48,0
Luxemburgo	—	—	—	—	—	—	16,4	0,3	—	—	16,4	0,3	16,4	0,1	—	—	16,4	0,1
Países Baixos	69,1	1,2	—	—	69,1	1,1	—	—	—	—	—	—	69,1	0,3	—	—	69,1	0,3
Reino Unido	1 096,7	19,4	33,4	3,8	1 130,1	17,3	888,2	17,7	44,3	3,7	932,5	15,1	3 278,4	15,5	211,7	4,6	3 490,1	13,5
Fora da Comunidade <sup>(1)</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22,8	0,1	—	—	22,8	0,1
<b>Total</b>	<b>5 640,7</b>	<b>100,0</b>	<b>883,7</b>	<b>100,0</b>	<b>6 524,4</b>	<b>100,0</b>	<b>5 007,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1 181,8</b>	<b>100,0</b>	<b>6 188,8</b>	<b>100,0</b>	<b>21 143,1</b>	<b>100,0</b>	<b>4 595,9</b>	<b>100,0</b>	<b>25 739,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Garantias</i>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	379,7	1,8	—	—	379,7	1,5

(1) Operações de interesse directo para a Comunidade, efectuadas ao abrigo do artigo 18º, nº 1, parágrafo 2, dos Estatutos do Banco, nos termos do qual o Conselho de Governadores pode autorizar o financiamento de investimentos no exterior da Comunidade.



No sector da produção, após vários anos de crescimento acentuado e apesar da quebra dos empréstimos globais por conta de recursos do NIC, os financiamentos mantiveram-se a um nível próximo do de 1984, totalizando 1 897,7 milhões, 497,3 dos quais concedidos sob a forma de empréstimos individuais, nomeadamente para projectos de engenharia electrotécnica, equipamento de transporte, produtos químicos, tipografia, produtos alimentares e serviços; o complemento tomou a forma de empréstimos globais: 771,3 milhões por conta de recursos próprios e 629,1 milhões por conta de recursos do NIC.

Cerca de 26 % do montante dos empréstimos individuais e dos créditos no enquadramento de empréstimos globais, destinaram-se a indústrias de bens de consumo, 21 % a indústrias de bens semi-acabados e 53 % a indústrias de bens de investimento.

### Empréstimos globais e afectações

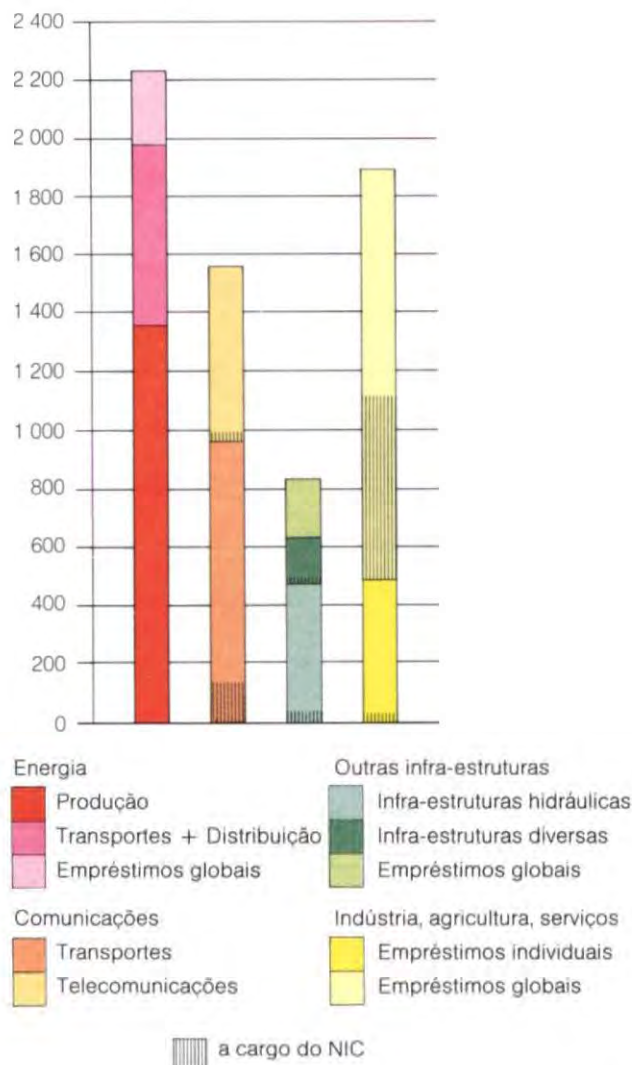
Em 1985, foram concedidos a 42 instituições intermediárias 96 empréstimos globais, 39 dos quais em França (25 empréstimos para 16 sociedades de desenvolvimento regional) e 48 na Itália. O montante total destes empréstimos elevou-se a 1 858,5 milhões (1 916,5 milhões em 1984), distribuindo-se da seguinte forma:

— por conta de recursos próprios, 711,4 milhões para o financiamento de pequenas e médias iniciativas dos sectores industrial, de serviços e do turismo nas zonas menos favorecidas; 207 milhões para infra-estruturas de dimensões modestas; 59,9 milhões para o financiamento de investimentos industriais de pequena e média dimensão, que contribuíam para a introdução ou o desenvolvimento de

### Financiamentos na Comunidade em 1985

Distribuição sectorial

milhões de ECUs



Quadro 6: Participação dos empréstimos globais (a cargo de recursos próprios e do NIC) nos créditos concedidos nos sectores da indústria, da agricultura e dos serviços de 1981 a 1985

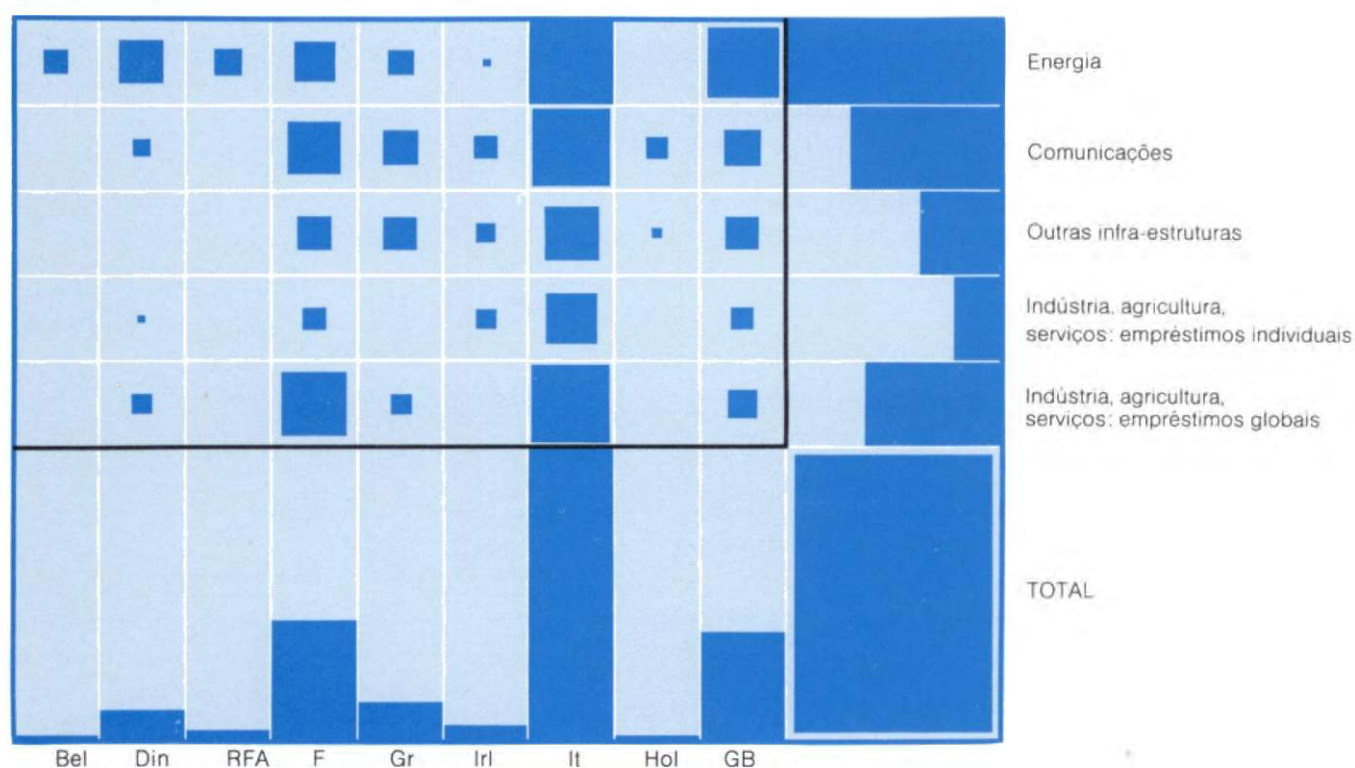
	1981	1982	1983	1984	1985
Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso:					
Número	843	1 183	3 172	4 563	5 813
Montante (a) — milhões de ECUs	282,3	438,0	1 010,9	1 389,3	1 602,9
Empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais:					
Montante (b) — milhões de ECUs	436,2	897,4	1 383,2	1 941,5	2 100,2
Percentagem de créditos no âmbito de empréstimos globais no conjunto dos créditos concedidos					
(a)/(b) — %	65	49	73	72	76



tecnologias avançadas e 251 milhões para investimentos na indústria e para pequenas infra-estruturas que respondiam aos objectivos energéticos da Comunidade;

— por conta de recursos do NIC, 629,1 milhões para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas situadas fora das zonas assistidas.

#### Distribuição por países e por sector



Quadro 7: Empréstimos globais e créditos afectados na Comunidade em 1985 por conta de recursos próprios e por conta de recursos NIC (cf. Quadros detalhados 18 a 21)

Objecto	Empréstimos globais assinados em 1985		Créditos afectados por conta de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
<b>Desenvolvimento regional</b>	<b>45</b>	<b>918,5</b>	<b>3 258</b>	<b>845,3</b>
Infra-estruturas			488	137,4
Indústria			2 770	707,9
<b>Objectivos energéticos</b>	<b>14</b>	<b>251,0</b>	<b>279</b>	<b>263,0</b>
Infra-estruturas			164	136,6
Indústria			115	126,4
<b>Modernização de empresas</b>	<b>33</b>	<b>629,1</b>	<b>2 916</b>	<b>723,8</b>
<b>Tecnologias avançadas</b>	<b>4</b>	<b>59,9</b>	<b>12</b>	<b>45,0</b>
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>1 858,5</b>	<b>6 465</b>	<b>1 877,1</b>

# Banco Europeu de Investimento

## Termos e condições de intervenção

O BEI pode conceder empréstimos e garantias a empresas públicas ou privadas, independentemente do seu estatuto jurídico, e bem assim a organismos públicos, para o financiamento de projectos que satisfaçam os critérios de intervenção estipulados pelo artigo 130º do Tratado de Roma, pelos seus Estatutos e pelas decisões do Conselho das Comunidades relativas aos empréstimos por conta de recursos do NIC, ou pelas disposições que regem a cooperação financeira entre a Comunidade e certos países terceiros. A concessão de financiamentos não está dependente da nacionalidade do mutuário.

O BEI financia uma parte do custo dos projectos, complementando os capitais próprios do promotor e os créditos provenientes de outras fontes. De uma forma geral, a sua participação não excede 50 % do custo do activo e, em certos casos, do custo do activo incorpóreo (como por exemplo, despesas de investigação e desenvolvimento) directamente ligado ao investimento.

**Tipos de empréstimo** — Os empréstimos do BEI destinam-se ao financiamento de projectos específicos, podendo ser concedidos quer directamente, quer por intermédio de uma instituição financeira. Além dos «empréstimos individuais», o BEI outorga igualmente «empréstimos globais» (linhas de crédito) a instituições financeiras, que subafectam o montante do empréstimo a investimentos de pequena e média dimensão compatíveis com os objectivos do Banco (afecções no âmbito de empréstimos globais).

**Fórmulas de empréstimo** — O BEI coloca à disposição dos seus mutuários:

- empréstimos a taxa fixa
  - o desembolsados em várias divisas, compostas por misturas-padrão, cuja composição, prazo e taxa de juro são pré-estabelecidos;
  - o desembolsados em várias divisas, mas em misturas adaptadas às disponibilidades e às preferências do mutuário;
  - o desembolsados numa só divisa, comunitária ou não, ou em ECU's.
- empréstimos a taxa de juro variável, dentro de certos limites.

O ECU faz parte das moedas de desembolso, quer como divisa única, quer como componente de uma mistura de divisas.

**Taxas de juro** — O Conselho de Administração estabelece as taxas de juro aplicadas aos empréstimos do BEI. Na prática, determina uma taxa específica para cada moeda utilizada pelo Banco, principalmente as moedas dos Estados-membros e o ECU, assim como o dólar dos Estados Unidos, o iene e o franco suíço. Quando um empréstimo é desembolsado em várias divisas, aplica-se a taxa em vigor para cada uma; nestes casos, pode calcular-se a título indicativo uma taxa média ponderada. Em virtude do BEI não prosseguir fins lucrativos, as taxas de juro dos seus empréstimos constituem um reflexo das condições do mercado de capitais em que obtém grande parte dos seus recursos. A(s) taxa(s) aplicada(s) a cada empréstimo a taxa fixa é (são) em geral aquela(s) em vigor na data de celebração do contrato ou, em certos casos, nas datas de desembolso, não sendo posteriormente objecto de revisão. As taxas aplicáveis aos empréstimos a taxa variável são determinadas trimestral ou semestralmente. Os empréstimos são desembolsados ao par e os reembolsos e pagamentos de juros são efectuados na(s) moeda(s) recebida(s), em geral em semestralidades iguais. O prazo dos empréstimos e o período de diferimento do reembolso dependem das características dos investimentos. O BEI condiciona a concessão de empréstimos, quer à garantia de um Estado-membro, quer a outras garantias de primeira ordem.

As taxas de juro dos empréstimos por conta de recursos do NIC também dependem dos custos incorridos na captação dos fundos. As divisas de desembolso, as condições de reembolso e as garantias exigidas são análogas às que se aplicam aos empréstimos por conta de recursos próprios do Banco.

As condições a que obedecem as operações do BEI no **exterior da Comunidade** são definidas pelas disposições dos acordos, convenções ou decisões específicas em vigor.



# Banco Europeu de Investimento

## Dados gerais

O **Banco Europeu de Investimento** (BEI) foi criado pelo Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia e entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1985. Os seus Estatutos fazem parte integrante do Tratado.

**Os seus membros** são os doze Estados-membros que integram a CEE; estes subscreveram conjuntamente o capital do Banco, que se elevava em 1 de Janeiro de 1986 a 28,8 biliões de ECUs, 2 595,9 milhões dos quais realizados ou a realizar.

**O seus recursos** provêm essencialmente de empréstimos contraídos no mercado de capitais da Comunidade e de países terceiros e bem assim nos mercados internacionais.

**A sua missão:** sendo uma instituição de direito público autónoma no seio da Comunidade, o BEI está vocacionado para contribuir, nos termos do artigo 130º do Tratado de Roma — sem prosseguir fins lucrativos — para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da Comunidade.

**Na Comunidade** — O BEI outorga empréstimos a longo prazo ou garantias a empresas, organismos públicos ou instituições financeiras, para o financiamento de projectos que contribuam para:

- o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas da Comunidade;
- a consecução dos objectivos comunitários em matéria de energia: desenvolvimento de recursos internos, poupança de energia e diversificação de importações;
- a modernização ou a conversão de empresas, o desenvolvimento ou a introdução de tecnologias avançadas que reforcem a competitividade da indústria comunitária, a promoção da cooperação entre empresas de diferentes Estados-membros;
- o melhoramento das comunicações intracomunitárias (transportes e telecomunicações) e outros objectivos comunitários, tais como a protecção do meio ambiente.

O BEI participa, em conformidade com os seus critérios e procedimentos habituais, ao financiamento de Programas Integrados Mediterrânicos em favor da Grécia e de certas regiões da Itália e do Sul da França.

Desde 1979, tem concedido igualmente na qualidade de mandatário da Comunidade — e após decisão de admissibilidade dos projectos por parte da Comissão das Comunidades Europeias — empréstimos por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e concessão de empréstimos (NIC), principalmente, desde 1982, para investimentos produtivos de pequenas e médias empresas. Estes empréstimos são contabilizados como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (cf. pág. 92).

O BEI intervém ainda, na qualidade de agente, na instrução e administração dos empréstimos da Euratom aprovados pela Comissão.

**No exterior da Comunidade** — Ao abrigo do nº 1, 2º parágrafo do artigo 18º dos Estatutos, o BEI pode conceder financiamentos no exterior da Comunidade, mediante autorização especial do seu Conselho de Governadores. Esta disposição aplica-se:

- caso a caso, para autorizar o financiamento de certos investimentos que apresentem um interesse particular para a Comunidade, como por exemplo, em termos de abastecimento de energia;
- globalmente, até um montante limite estipulado para cada país ou grupo de países, no âmbito dos acordos, convenções ou decisões sobre a cooperação financeira da Comunidade com diversos países terceiros.

A esfera de actividades do BEI estende-se actualmente a 66 países da África, das Caraíbas e do Pacífico, signatários de Convenção de Lomé (Estados ACP) e a 12 países da bacia mediterrânica (Turquia, Jugoslávia, Argélia, Marrocos, Tunísia, Egipto, Jordânia, Líbia, Síria, Israel, Chipre e Malta). Na maioria destes países, o BEI concede, além dos empréstimos por conta dos seus recursos próprios, financiamentos em condições especiais por conta de recursos orçamentais, que gere na qualidade de mandatário da Comunidade; estas últimas operações são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial.

*As empresas, organismos públicos ou instituições financeiras que desejem contactar com o BEI, podem dirigir-se directamente e sem quaisquer formalidades à sua Sede ou, no caso de projectos localizados na Itália, no Reino Unido ou na Grécia, aos seus escritórios em Roma, Londres e Atenas, respectivamente.*

## BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

100, boulevard Konrad Adenauer — L-2950 Luxembourg, Tel. 4379-1

Departamento Itália: Via Sardegna, 38 — I-00187 Roma, Tel. 4711-1

Bureau de ligação para o Reino Unido: 68, Pall Mall, London SW1Y 5ES, Tel. 839 3351

Bureau de Representação em Atenas: Ypsilantou 13-15 — GR-10675 Atenas, Tel. 7249 811

Bureau de Representação em Bruxelas: Rue de la Loi, 227 — B-1040 Bruxelles, Tel. 230 98 90



No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 6 465 créditos no montante de 1 877,2 milhões, em comparação com 5 258 créditos no valor de 1 773,9 milhões em 1984 (ver Quadros 7 e 21). Este novo aumento foi particularmente acentuado em relação aos investimentos de pequenas e médias empresas nas zonas assistidas, que beneficiaram de 2 770 créditos no valor de 707,9 milhões (1 870 créditos no valor de 649,5 milhões em 1984).

Fora das zonas assistidas, os créditos afectados distribuíram-se do seguinte modo: 723,8 milhões para investimentos produtivos de 2 916 empresas (2 593 créditos no valor de 685,2 milhões em 1984); 126,4 milhões para 115 investimentos que contribuíam para os objectivos energéticos e 45 milhões para 12 investimentos tecnologicamente inovadores.

Para além disso, 488 pequenas infra-estruturas de interesse regional e 164 infra-estruturas que respondiam aos objectivos energéticos beneficiaram de financiamentos que se elevaram, respectivamente, a 137,4 milhões e 136,6 milhões.

No sector produtivo, o desdobramento dos 5 813 créditos (1 602,9 milhões) concedidos em diversos contextos evidencia a predominância da metalomecânica e da engenharia mecânica, dos produtos alimentares e dos serviços prestados pelas indústrias têxtil e de calçado, da madeira e das artes gráficas e editoriais.

O investimento por posto de trabalho criado nas pequenas e médias empresas financiadas no âmbito de empréstimos globais foi da ordem dos 67 000 ECUs, elevando-se a 231 000 ECUs no que toca a projectos de maior dimensão financiados por créditos individuais.

Aproximadamente 99 % dos créditos e 96 % do respectivo montante foram afectados a empresas independentes empregando menos de 500 pessoas; estas percentagens elevaram-se, respectivamente, a 94 % e 81 % no que se refere a empresas com menos de 200 empregados, ou ainda a 72 % e 48 % no que toca a empresas com menos de 50 empregados.

## Apresentação dos financiamentos por países

### Itália

Na Itália, os empréstimos por conta de recursos próprios elevaram-se a 2 603,9 milhões, em comparação com 2 538,2 milhões em 1984. Os empréstimos por conta de recursos do NIC registaram um decréscimo de 497,3 milhões em 1984, para 374,1 milhões.

Cerca de dois terços dos empréstimos por conta de recursos próprios destinaram-se a projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional, nos sectores de infra-estruturas (996,3 milhões), energético (883,9 milhões) e industrial (723,7 milhões), sendo uma parte importante concedida sob a forma de empréstimos globais. Quatro quintos dos empréstimos por conta dos recursos do NIC destinaram-se a investimentos produtivos de pequenas e médias empresas fora das zonas assistidas.

O conjunto dos empréstimos, incluindo todos os tipos de recursos, elevou-se a um total de 2 978 milhões (3 035,5 milhões em 1984), ou seja, 45 % do

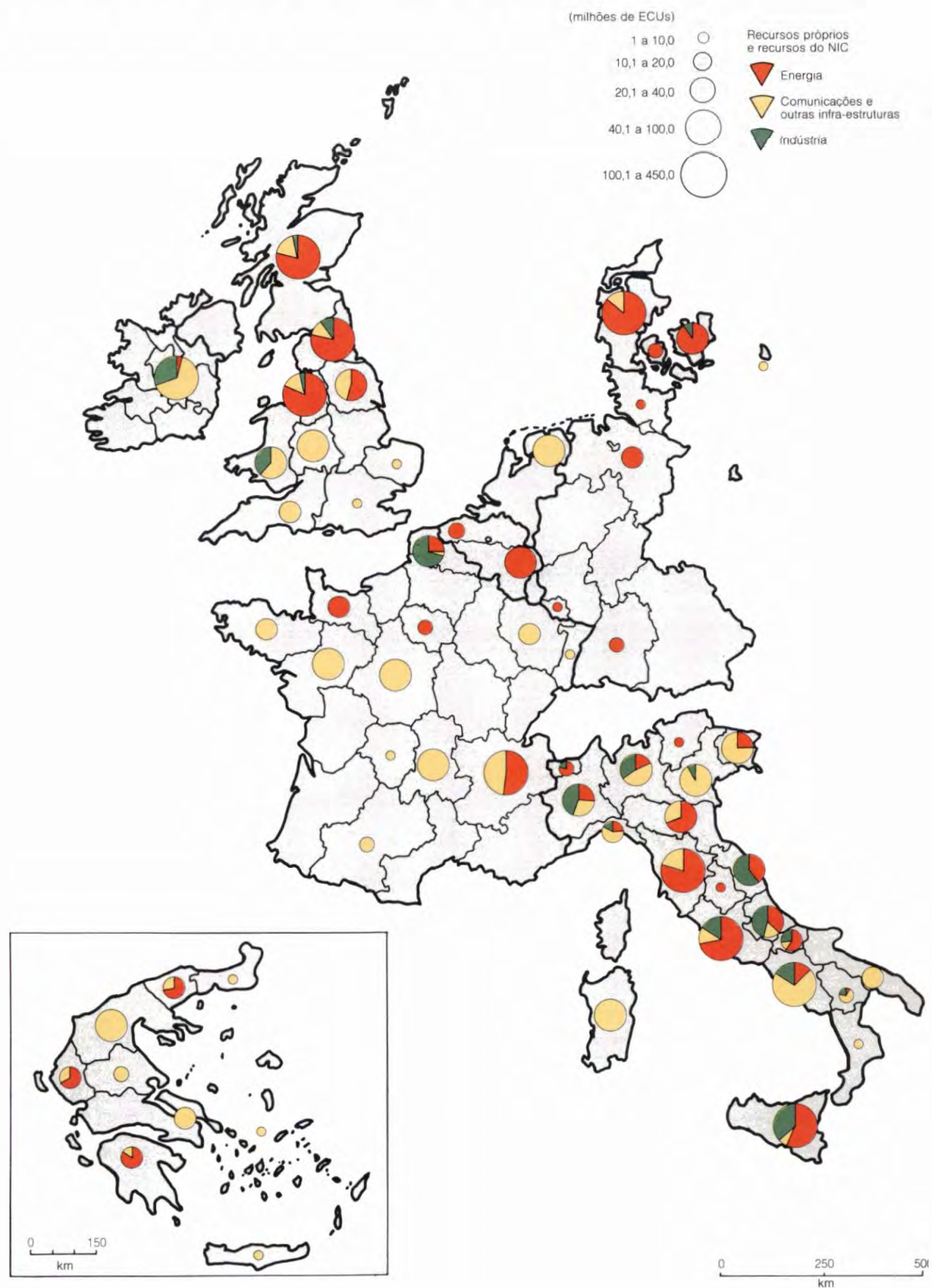
total dos empréstimos na Comunidade (49 % em 1984); apresenta-se no Quadro 8 a distribuição por menorizada.

\* \* \*

No que se refere às infra-estruturas, principal sector de intervenção, os empréstimos para o saneamento de águas assumiram uma maior predominância. No sector energético, há a assinalar um crescimento dos financiamentos ao ENEL, sobretudo para centrais nucleares. Por último, no sector da produção, os empréstimos individuais distribuíram-se por uma gama mais diversificada de projectos, a maioria dos quais implicava a difusão de tecnologias avançadas nos sectores da produção ou da gestão.

Cerca de um terço dos financiamentos destinaram-se a quinze instituições de crédito sob a forma de 48 empréstimos globais, totalizando 927,4 milhões, facto que confirma a estreita colaboração instaurada de longa data com as instituições italia-

# Investimentos financiados por meio de empréstimos individuais em 1985



nas de crédito a médio e a longo prazo. A maioria dos empréstimos destinou-se ao financiamento de pequenas e médias empresas industriais no Mezzogiorno (283,8 milhões) e no Centro-Norte (417,9 milhões, 300,9 dos quais foram utilizados fora das zonas assistidas, por conta de recursos do NIC). No âmbito dos empréstimos globais em curso, 2 323 pequenas e médias empresas beneficiaram de créditos no valor de 797,3 milhões: no Mezzogiorno, 1 113 empresas beneficiaram de 302,4 milhões, no

Centro-Norte, 391 beneficiaram de 142,9 milhões nas zonas assistidas e 819 beneficiaram de 352 milhões fora destas zonas.

Foram outorgados dois empréstimos globais no montante de 15,8 milhões, em favor de quatro investimentos que contribuíam para a introdução de tecnologias avançadas. Por último, os empréstimos globais para investimentos na indústria e nas infra-estruturas que respondiam aos objectivos energéti-

#### Quadro 8: Empréstimos na Itália em 1985

Distribuição segundo a origem dos recursos, os objectivos económicos e os sectores

	Por conta de recursos próprios Milhões de ECUs	Por conta de recursos do NIC Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	Total %
<b>Total Itália</b>	<b>2 603,9</b>	<b>374,1</b>	<b>2 978,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Distribuição segundo o objectivo económico <sup>(1)</sup></b>				
Desenvolvimento regional	1 692,8	27,4	1 720,2	57,8
Mezzogiorno	1 435,5	27,4	1 462,9	49,1
Reconstrução	30,2	14,0	44,2	1,5
Objectivos energéticos	890,7	9,4	900,1	30,2
Energia hidroeléctrica	30,3	—	30,3	1,0
Energia Nuclear	245,7	—	245,7	8,3
Hidrocarbonetos	99,2	—	99,2	3,3
Utilização racional da energia	120,1	9,4	129,5	4,4
Gasodutos	185,5	—	185,5	6,2
Empréstimos globais	209,9	—	209,9	7,0
Infra-estruturas de interesse comunitário	268,0	36,4	304,4	10,2
Comunicações	84,9	—	84,9	2,9
Outras Infra-estruturas	7,3	—	7,3	0,2
Protecção do ambiente	175,8	36,4	212,2	7,1
Modernização de empresas	206,9	300,9	507,8	17,0
Modernização e conversão	24,2	—	24,2	0,8
Tecnologias avançadas	182,7	—	182,7	6,1
Investimentos produtivos das PME	—	300,9	300,9	10,1
A deduzir <sup>(2)</sup>	— 454,5	—	— 454,5	— 15,2
<b>Distribuição por grandes sectores</b>				
Energia	883,9	—	883,9	29,7
Empréstimos individuais	674,0	—	674,0	22,6
Empréstimos globais	209,9	—	209,9	7,1
Comunicações	712,8	14,0	726,8	24,4
Infra-estruturas hidráulicas	209,3	36,5	245,8	8,3
Infra-estruturas diversas	74,2	22,7	96,9	3,2
Indústria, agricultura, serviços	723,7	300,9	1 024,6	34,4
Empréstimos individuais	307,1	—	307,1	10,3
Empréstimos globais	416,6	300,9	717,5	24,1

(1) Cf. nota 1 do Quadro 3.

(2) Para ter em conta as duplicações no caso de financiamentos justificados simultaneamente em relação a vários objectivos.



cos da Comunidade, atingiram o montante total de 215,6 milhões. Apresenta-se no Quadro 21 o desdobramento pormenorizado dos créditos afectados em 1985.

\* \* \*

Os empréstimos para projectos de **desenvolvimento regional** elevaram-se a 1 720,2 milhões, 27,4 dos quais por conta de recursos do NIC.

Cerca de 1 462,9 milhões, ou seja, 85 % dos financiamentos para o desenvolvimento regional, destinaram-se ao Mezzogiorno. Esta concentração adveio do forte apoio dado aos investimentos industriais e da colocação à disposição dos institutos intermediários, dos fundos necessários. No que se refere às infra-estruturas, o prosseguimento dos projectos empreendidos nos anos anteriores ocupou uma posição de relevo nesta fase de transição entre o regime de intervenção extraordinária e a aplicação da nova lei e do programa trienal; os restantes financiamentos destinaram-se a novos projectos, considerados no âmbito do Fundo para o Investimento e o Emprego (FIO). Finalmente, 44,2 milhões foram comprometidos no enquadramento da ajuda financeira para a reconstrução das regiões da Campânia e da Lucânia, sinistradas aquando dos sismos do final de 1980, tendo, por conseguinte, sido aplicados mais de 90 % dos fundos previstos para esse efeito.

Os empréstimos concedidos no Mezzogiorno continental e nas Ilhas distribuíram-se da seguinte forma: Campânia, 249,3 milhões; Sicília, 144,8 milhões; Sardenha, 83 milhões; Abruzzos, 67 milhões; Lácio, 63,7 milhões; Apúlia, 30,7 milhões; Molissa, 23,6 milhões; Marcas, 16,2 milhões e Lucânia, 11,9 milhões. A estes montantes acrescem 385,4 milhões para o prosseguimento do equipamento de diversas regiões em meios de telecomunicações e 310,7 milhões para os investimentos de pequenas e médias iniciativas industriais, de serviços e do turismo, por intermédio de diversas instituições de crédito com actividades no Sul.

Por último, foram concedidos empréstimos no total de 81,6 milhões para o reforço da frota aérea de transporte inter-regional e 36,8 milhões para o equipamento em aviões e em helicópteros das unidades de protecção civil, tanto no Sul como no Centro-Norte.

Segue-se a especificação das intervenções nas diferentes regiões:

Na **Campânia**, foram outorgados diversos empréstimos para infra-estruturas visando a consecução do

desenvolvimento integrado da zona urbana de Nápoles e em particular, a resolução de problemas-chave no sector dos transportes. Estes empréstimos destinaram-se à estruturação de um novo bairro comercial no centro da cidade, ao melhoramento de uma linha da rede de caminho de ferro suburbana, à extensão de uma ligação de auto-estradas, à melhoria do abastecimento de água potável e finalmente, à conversão para gás natural da rede de distribuição urbana, bem como à sua extensão a municípios vizinhos. Foram outorgados outros financiamentos para modernização de fábricas de equipamento de telecomunicações e de telemática em Caserta, de fabrico de antibióticos em Torre Annunziata, de produtos alimentares congelados em Benevento, assim como para a construção de dois hotéis em Avellino e Caserta. Por último, o Banco contribuiu para a reconstrução de viadutos da auto-estrada Nápoles—Bari e de zonas industriais em municípios sinistrados pelos sismos de finais de 1980.

As intervenções do Banco na **Sicília** contribuíram para o aproveitamento do maior jazigo petrolífero da Itália, localizado a largo de Ragusa no Canal da Sicília, bem como para a ampliação e a modernização de uma fábrica de componentes electrónicos na Catânia e de três hotéis em Palermo, Catânia e Siracusa.

Na **Sardenha**, os projectos financiados destinaram-se ao melhoramento do abastecimento de água na Ilha, especialmente em Cagliari e Sassari.

No **Lácio**, os diferentes financiamentos destinaram-se a investimentos nas indústrias de bens de consumo: electrónica em Anagni, artigos de higiene feminina, fraldas, sabões e detergentes em Patrica e Pomezia e produtos alimentares congelados em Ferentino.

Entre as actividades financiadas nos **Abruzzos**, salientaram-se: o armazenamento de gás natural em Nuova Cupello e S. Salvo e sobretudo, as telecomunicações, com a extensão da estação de Fucino, assegurando as ligações com os satélites e a construção de duas fábricas em Áquila, respectivamente, para a produção e a montagem de satélites e de equipamento de ligação e para o fabrico de equipamento de telecomunicações. Foi ainda concedido outro empréstimo para uma fábrica de produtos de higiene em Pescara.

Na **Apúlia**, o Banco financiou a rede de estradas principais, a construção de diques de protecção do terminal carbonífero do porto de Brindisi, o saneamento do Golfo da Manfredónia e o abastecimento de água na região.

Em **Molissa**, os empréstimos destinaram-se ao aproveitamento de um jazigo de petróleo na província de Campobasso, a diferentes obras de consolidação de terrenos instáveis nas zonas montanhosas da província de Isernia e à ampliação de uma fábrica de detergentes líquidos em Pozzilli.

Nas **Marcas**, além da exploração de jazigos de gás, os empréstimos incidiram sobre uma padaria industrial em Ascoli Piceno e uma fábrica de produtos congelados em Porto d'Ascoli.

Finalmente, na **Lucânia**, o Banco financiou a exploração de um jazigo de gás e a construção de um importante aldeamento turístico, que contribuirá para o desenvolvimento turístico da costa do Meta-ponto.

Nas zonas menos favorecidas do **Centro-Norte**, os financiamentos de interesse regional elevaram-se a 257,3 milhões, tendo sido concedidos sete empréstimos globais em favor de pequenas e médias iniciativas, no montante de 117 milhões. Os empréstimos individuais destinaram-se à construção do último troço até à fronteira austríaca da auto-estrada de Friul, ao prosseguimento da rearborização do Vale de Aosta e, na zona norte das Marcas, à modernização de uma fábrica de tractores em Jesi, assim como à instalação de equipamento para a redução do consumo de energia e da poluição numa refinaria em Falconara.

Os empréstimos para projectos visando a consecução dos **objectivos energéticos comunitários** elevaram-se a 900,1 milhões, 890,7 dos quais por conta de recursos próprios do Banco. Cerca de 375,2 milhões destinaram-se a uma central nuclear em Montalto di Castro, a diversas centrais hidroeléctricas em várias regiões do Norte e à exploração de jazigos de hidrocarbonetos, destinando-se cerca de 185,5 milhões à extensão da rede de transporte, de armazenamento e de distribuição de gás natural.

Os financiamentos para a promoção de uma utilização racional da energia elevaram-se a 129,5 milhões e destinaram-se a centrais geotérmicas na Toscana, a redes de aquecimento urbano no Centro-Norte, à modernização de refinarias em Livorno e em Falconara, à interligação das redes eléctricas de alta tensão da França e da Itália através do Alpes, à produção de biogás em unidades de criação de porcos na Úmbria e à instalação de painéis solares.

Finalmente, foram concedidos doze empréstimos globais no montante total de 209,9 milhões, para o financiamento de investimentos industriais e de infra-estruturas de menores dimensões, que contribuíam para os objectivos energéticos da Comunidade; foram concedidos aproximadamente 212 crédi-

tos no valor de 215,6 milhões no âmbito de empréstimos globais em curso, destinando-se 113,8 dos mesmos a equipamento industrial.

Os empréstimos em favor de infra-estruturas de **comunicação de interesse comunitário** destinaram-se à auto-estrada de Friul, a um terminal de porta-contentores no porto de Genova Voltri, a um centro de ligação intermodal de caminho de ferro/estrada em Verona, bem como a um centro comercial destinado a facilitar a exportação dos produtos agrícolas, especialmente do Mezzogiorno, para outros países da Comunidade (92,2 milhões).

Os empréstimos para projectos visando a **defesa do ambiente** têm vindo a progredir (212,2 milhões): além do equipamento de protecção civil já mencionado, foram sobretudo financiadas grandes obras de saneamento de águas. Estas inscreveram-se, na quase totalidade, no âmbito de programas elaborados pelo FIO, que incluem o saneamento da bacia do Pó, de uma parte da região de Veneza (ver caixa na página 29), da área da Grande Roma e do Golfo da Manfredónia. A regularização do curso do Arno reduzirá os riscos de inundação das cidades de Florença e de Pisa e será completada com a beneficiação da rede de saneamento.

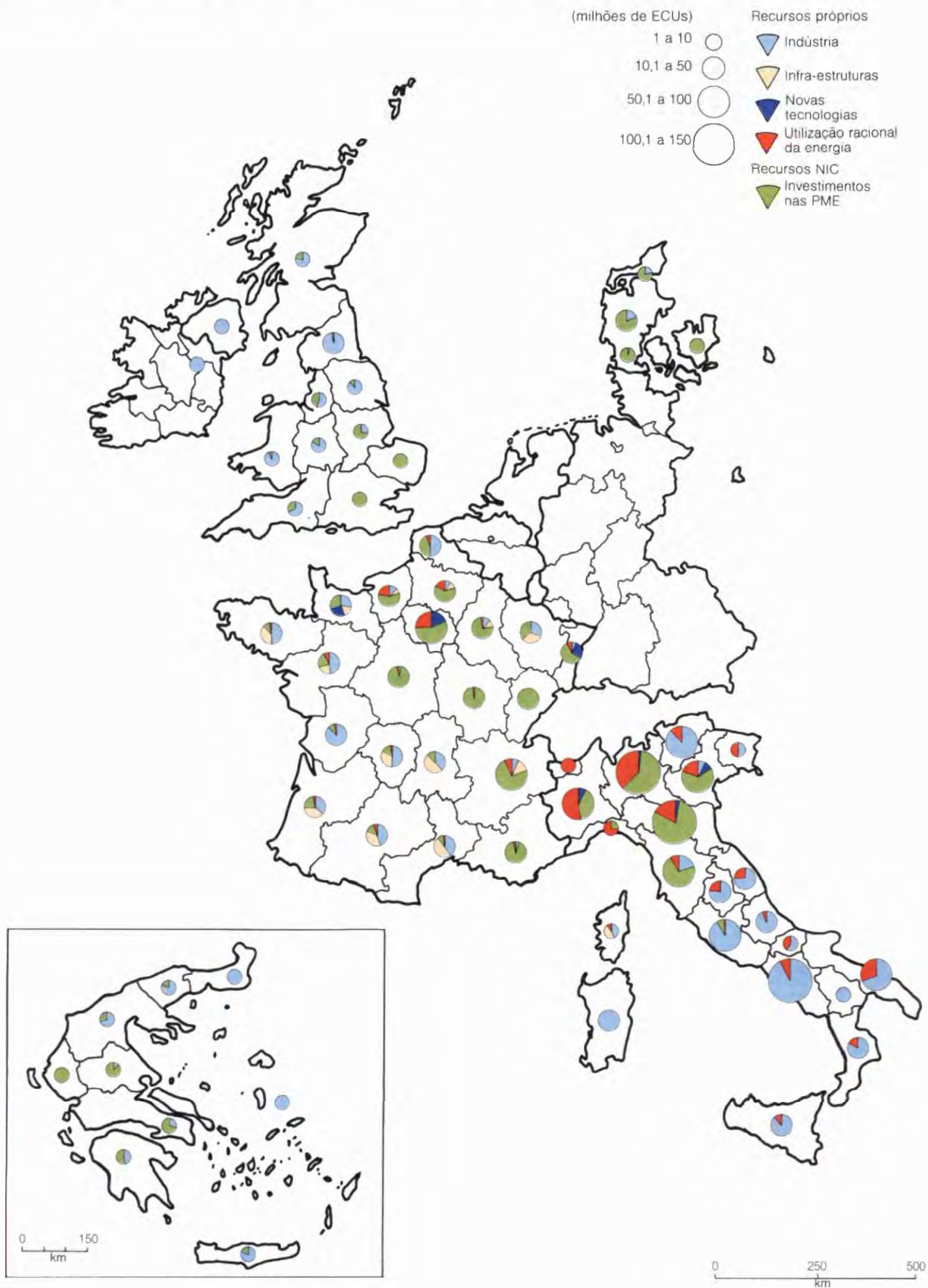
## França

O montante dos empréstimos em França elevou-se a 1 247,4 milhões, nível comparável ao de 1984, sendo 357,8 milhões concedidos por conta de recursos do NIC.

Este montante inclui 678,7 milhões de empréstimos globais acordados, tal como em 1984, com 20 instituições intermediárias, 16 das quais sociedades de desenvolvimento regional, para investimentos nos sectores produtivo, das infra-estruturas e da energia.

No sector da **produção**, foram concedidos 560 milhões para a introdução da robotização numa fábrica de produção de uma nova linha de motores para automóveis no Norte, assim como sob a forma de empréstimos globais. Estes destinaram-se ao financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas da indústria, dos serviços e do sector pesqueiro nas zonas assistidas (176,5 milhões por conta de recursos do Banco) e fora destas zonas (269,9 milhões por conta de recursos do NIC), destinando-se também a investimentos tendentes à introdução ou ao desenvolvimento de tecnologias avançadas no conjunto do país (44,1 milhões por conta de recursos próprios).

# Investimentos financiados no âmbito de empréstimos globais em 1985





No enquadramento dos empréstimos globais em curso, foram afectados a 2 946 créditos no montante total de 500,3 milhões a 1 049 empresas situadas nas zonas assistidas (168 milhões) e a 1 889 empresas fora dessas zonas (303,1 milhões), tendo sido concedidos oito créditos para investimentos inovadores (29,2 milhões). A maioria das empresas em questão insere-se nos sectores metalomecânico (20 %), de produtos alimentares (11,5 %), da indústria do papel e da tipografia (8,8 %), bem como nos sectores do turismo e dos serviços comerciais (11,2 %).

Os financiamentos para **infra-estruturas** (495,7 milhões) destinaram-se essencialmente a projectos visando melhorar as comunicações: o lanço Bourges—Clermont-Ferrand da auto-estrada A 71 contribuirá para melhorar os acessos ao Maciço Central; o desvio de Toulouse garantirá a ligação contínua por auto-estrada, de Bordeaux a Narbonne, atravessando todo o Sudoeste da França; o lanço Angers—Le Mans da A 11 completará o acesso ao sul da Bretanha e ao Baixo Loire; por fim, a linha Paris—Le Mans do TGV Atlântico encurtará sensivelmente a duração dos trajectos da capital para a Bretanha e para o Sudoeste do país. O Banco financiou igualmente, por intermédio da CAECL ou do FSGT («Fonds Spécial de Grands Travaux»), obras avultadas em muitas outras redes rodoviárias, principalmente no Oeste, no Centro, na bacia siderúrgica da Lorena e nos Vosges, bem como um conjunto de infra-estruturas em Nancy, destinadas principalmente à protecção contra as inundações.

Certas estradas financiadas constituem vias de ligação da rede intracomunitária, como o lanço Mâcon—Châtillon da A 40, de acesso ao Monte Branco e à Itália, e certos troços das ligações Longwy—Bélgica e Thionville—Luxemburgo. O Banco concedeu igualmente empréstimos para o fabrico e o lançamento de satélites de telecomunicações, que devem permitir a colocação de uma rede telemática interempresarial (29,3 milhões).

No contexto de empréstimos globais totalizando 147 milhões, contratados com a CAECL, o Banco financiou ainda infra-estruturas de pequena e média dimensão realizadas pelas colectividades locais e que contribuíam para o desenvolvimento regional. No decurso do exercício, 487 estruturas, principalmente rodoviárias, beneficiaram de créditos no montante de 121,3 milhões.

Os empréstimos no **sector energético** (191,6 milhões) destinaram-se à central nuclear de Flamanville, na Baixa Normandia, a uma central hidroeléctrica a montante de Lião, à realização de redes de aquecimento urbano na região parisiense e à interligação

da rede eléctrica de alta tensão com a do Reino Unido, mediante colocação de cabos submarinos através da Mancha, e com a da Itália, através do Petit Saint-Bernard. Além disso, dois empréstimos globais concedidos contribuíram para o financiamento de investimentos que correspondem aos objectivos energéticos da Comunidade; no âmbito dos empréstimos em curso, foram concedidos 67 créditos (47,5 milhões) que se destinaram, na maioria, a pequenas redes de aquecimento urbano.

## Reino Unido

Os financiamentos no Reino Unido elevaram-se a 1 130,1 milhões, 33,4 dos quais por conta de recursos do NIC. O acréscimo de mais de 20 % em relação a 1984 resulta do aumento dos empréstimos no sector energético (657 milhões) e do relançamento dos empréstimos para a indústria (164,5 milhões).

No sector **energético**, os empréstimos concentraram-se acentuadamente nas duas centrais nucleares de Heysham e de Tornesspoint, na ligação desta última à rede eléctrica de alta tensão, nas instalações de armazenagem e de reprocessamento do combustível irradiado de Sellafield (554,7 milhões) e no prosseguimento do aproveitamento do jazigo de gás de Hamilton, ao largo de Yorkshire.

Os restantes investimentos financiados localizaram-se principalmente nas zonas assistidas.

Os empréstimos para **infra-estruturas**, que se elevaram a um montante total de 308,6 milhões, destinaram-se em grande parte a estradas no País de Gales, nos Midlands e na Escócia, à electrificação das linhas de caminho de ferro das redes de Glasgow e de Liverpool, à modernização do aeroporto de Leeds-Bradford (145,2 milhões) e a obras portuárias em Harwich e Felixstowe, visando melhorar as ligações intracomunitárias (15,9 milhões). Em diversas regiões da Escócia e do Norte e Sudoeste da Inglaterra, o Banco financiou instalações de recolha e de tratamento de efluentes tendentes a reforçar a protecção do ambiente (104,7 milhões), tendo igualmente financiado diversos projectos integrados, incluindo zonas industriais, estruturas rodoviárias e instalações de tratamento de efluentes líquidos ou de detritos sólidos (42,9 milhões).

No **sector industrial** (63,2 milhões), o Banco financiou uma fábrica de papel instalada numa antiga área siderúrgica em Shotton, no País de Gales, instalações de transformação de alumina e de alumínio no País de Gales e na Escócia, uma fábrica de aparelhos electrónicos de medida, próximo de

Edimburgo, uma fábrica de fibras sintéticas a partir de limalhas de poliéster, em Hartlepool, uma fábrica de tratamento de grãos de oleaginosas em Liverpool e igualmente a computadorização da gestão de uma cadeia de cooperativas.

Foram também outorgados três empréstimos globais no valor total de 101,3 milhões, que permitirão financiar investimentos de pequenas e médias empresas. No âmbito de empréstimos globais em curso, 83 empresas beneficiaram de 47,7 milhões por conta de recursos próprios e 81, de 15,2 milhões por conta de recursos do NIC.

## Grécia

O montante dos empréstimos concedidos na Grécia elevou-se a 423,7 milhões, sendo 22 milhões por conta de recursos do NIC.

Os empréstimos para **infra-estruturas** (303,3 milhões) representaram cerca de três quartos dos financiamentos totais, destinando-se a telecomunicações interurbanas e internacionais para o controlo dos satélites de navegação Inmarsat, à beneficiação de cerca de um milhar de quilómetros de estradas em diversas regiões e à modernização e ampliação de aeroportos e de portos regionais, sobretudo nas Ilhas do Mar Egeu. Os restantes empréstimos destinaram-se à recolha e tratamento de efluentes de diversas grandes cidades do Mediterrâneo, visando essencialmente reduzir a poluição das zonas costeiras, à irrigação de aproximadamente 30 mil hectares de terras agrícolas de diversas regiões e a infra-estruturas de pequenas dimensões realizadas por municipalidades, no enquadramento de um empréstimo global; no decurso do exercício, foram deste modo financiadas numerosas estruturas rodoviárias e de saneamento, no montante total de 16,1 milhões.

No **sector energético**, a concessão de 71,7 milhões de empréstimos permitirá prosseguir o desenvolvimento de três centrais hidroeléctricas de Pigai, Thissavros e Stratos; estas centrais, com uma potência acumulada de 600 MW, contribuirão para o desenvolvimento das regiões interiores e para o reforço dos recursos energéticos dos Estados-membros.

Foram concluídos dois empréstimos globais, totalizando 48,6 milhões, com vista ao reforço do tecido industrial no conjunto do país, em particular nos

sectores ligados à agricultura e no meio rural. Durante o exercício, foram concedidos 53 créditos no total de 51,3 milhões, para investimentos industriais ou artesanais e para investimentos de cerca de 2 200 explorações agrícolas.

## Dinamarca

Os empréstimos concedidos na Dinamarca, que totalizaram 332,5 milhões (68,5 dos quais por conta de recursos do NIC), concentraram-se sobretudo em projectos que respondessem aos objectivos energéticos da Comunidade (285,5 milhões). Os financiamentos destinaram-se ao prosseguimento da implantação da rede de transporte e de distribuição de gás natural do Mar do Norte, no leste do país (Copenhaga, conjunto do Sjælland e Fionia) e à prossecução do esforço de investimento visando reduzir o consumo de energia, mediante generalização da utilização de redes de aquecimento urbano (área da Grande Copenhaga e da cidade de Århus, municípios do estreito de Pequeno Belt; ver caixa da página 34); o Banco financiou igualmente a electrificação da linha de caminho de ferro através do Sjælland, bem como a construção de instalações eólicas e de uma rede de aquecimento urbano e a extensão da zona portuária de Hasle, na Ilha de Bornholm.

Por último, foram concedidos 47 milhões para o reforço da produção de painéis de alvenaria, segundo um processo economizador de energia, em Hobro no norte da Jutlândia, e para investimentos de pequenas e médias empresas, no enquadramento de três empréstimos globais; no âmbito dos empréstimos em curso, foram concedidos 124 créditos totalizando 41,3 milhões, a maioria dos quais se destinou a projectos fora das regiões assistidas.

## Irlanda

Cifrando-se em 174,5 milhões, 27,9 dos quais por conta de recursos do NIC, todos os empréstimos na Irlanda visaram o desenvolvimento regional e em particular, o reforço de infra-estruturas de base ainda insuficientes; os créditos concedidos destinaram-se a numerosas beneficiações da rede de estradas (67,9 milhões) principalmente na zona de Cork e em Athlone, zona de estrangulamento no centro do país, ao reforço do abastecimento de

água, à instalação de estações de tratamento de efluentes (46,8 milhões) e ao aumento da capacidade de acolhimento e de ensino profissional e técnico para a formação de quadros e de técnicos em cinco institutos superiores de formação situados em Limerick, Dublin, Tralee e Cork (18,2 milhões).

O Banco contribuiu também para o financiamento da central a carvão de Moneypoint, o prosseguimento dos programas de ordenamento florestal e de rearboreização e a construção de fábricas «chave na mão». Um novo empréstimo global permitirá ainda financiar investimentos de pequenas e médias empresas industriais; 84 destas empresas beneficiaram de créditos, que se elevaram a 7,5 milhões.

### Alemanha

Os empréstimos na Alemanha, que orçaram no total em 91,4 milhões, destinaram-se a projectos que respondiam aos objectivos energéticos da Comunidade: as centrais nucleares de Neckarwestheim e Emsland, de 1 230 MW cada uma, as secções de gasoduto que asseguram o transporte do gás da União Soviética para a Comunidade e a ligação com

a rede dinamarquesa, e por último, no Sarre, um sistema de condutas de recuperação do calor de uma central eléctrica e de diversas indústrias, para o abastecimento de redes de aquecimento urbano.

### Bélgica

Na Bélgica, o Banco concedeu empréstimos que totalizaram 77,8 milhões, para a conclusão de três unidades de 1 003 MW cada uma, das centrais nucleares de Tihange, próximo de Liège e de Doel, próximo de Antuérpia.

### Países Baixos

Três dos quatro empréstimos concedidos nos Países Baixos, num total de 69,1 milhões, contribuíram para o reforço das frotas aéreas que asseguram as ligações intracomunitárias, mediante compra de aviões de pequeno curso Jet Stream 31 e de médio curso Airbus A 310-203. O quarto empréstimo destinou-se à ampliação do mais importante centro comunitário de venda em hasta pública de flores em Aalsmeer, próximo de Amsterdão.



# Lista dos empréstimos concedidos na Comunidade <sup>(1)</sup>

## A. Empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco

### Contratos celebrados em 1985

O montante global dos contratos de empréstimo a cargo dos recursos próprios do Banco celebrados em 1985 para projectos de investimento na Comunidade, eleva-se a 5 640,7 milhões. A responsabilidade financeira destas operações — cujos principais aspectos económicos se apresentam nas páginas 23 a 43 — compete ao Banco e as mesmas são contabilizadas no balanço. Os objectivos económicos visados são indicados no Quadro 3.

Os empréstimos concedidos para reconstrução das áreas sinistradas da Itália, que beneficiam de uma bonificação de juro de 3 %, são assinalados com um asterisco.

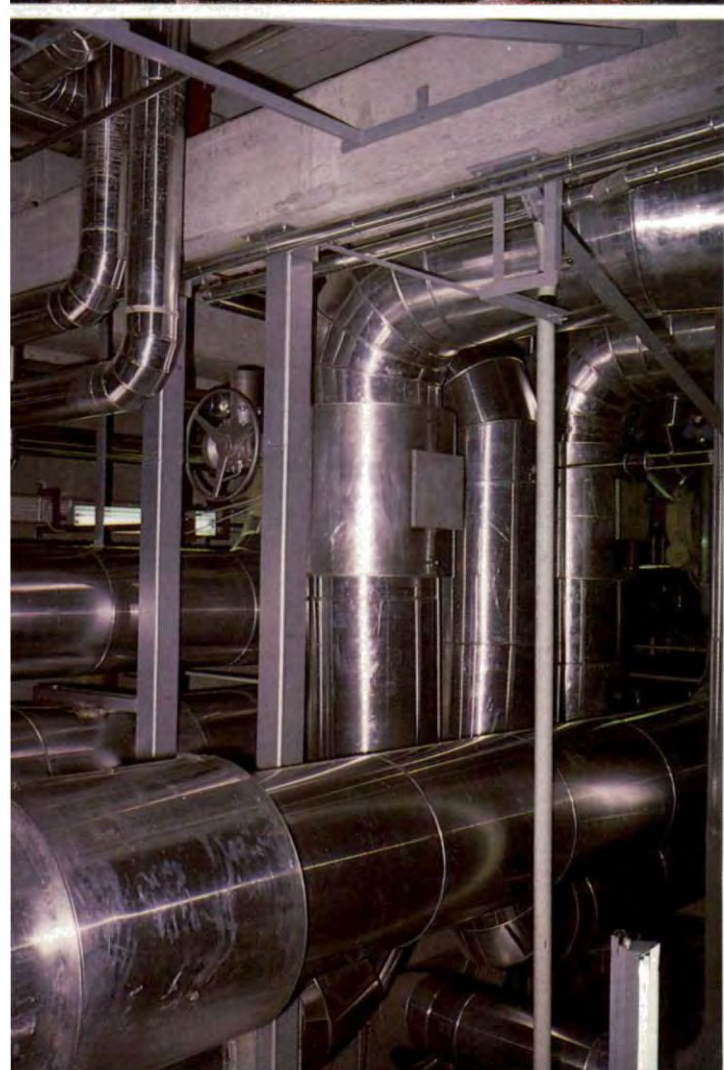
Objectivos energéticos		Objectivos energéticos	
Infra-estruturas comunitárias		Infra-estruturas comunitárias	
Modernização de empresas		Modernização de empresas	
Desenvolvimento regional		Desenvolvimento regional	
milhões de ECUs		milhões de ECUs	
<b>BÉLGICA</b>		<b>77,8</b>	
<b>3 500 milhões de francos belgas</b>			
1. Centrais nucleares de Tihange (Liège), 3ª unidade (1003 MW) e de Doel (Flandres Oriental), 4ª unidade (1003 MW)			
<b>Belgelectric Finance B.V.</b>			
1 750 milhões de BEC	39,1		
2. Central nuclear de Tihange (Liège) 3ª unidade (1003 MW)			
<b>Belgelectric Finance B.V.</b>			
1 750 milhões de BEC	38,7		
<b>DINAMARCA</b>		<b>264,0</b>	
2 116 milhões de coroas dinamarquesas			
3.—5. Rede de transporte e de distribuição de gás natural em 47 municípios da área da Grande Copenhaga. Hovedstadsregionens Naturgas I/S por intermédio de Kongeriget Danmarks Hypotekbank og Finansforvaltning			
300 milhões de DKK	37,6		
300 milhões de DKK	37,5		
400 milhões de DKK	49,6		
6.—7. Rede de transporte e de distribuição de gás natural nos condados de Vestsjælland e Storstrøm (Sjælland)			
<b>Naturgas Sjælland I/S</b> por intermédio de Kongeriget Danmarks Hypotekbank og Finansforvaltning			
63 milhões de DKK	7,9		
100 milhões de DKK	12,4		
8. Rede de transporte e de distribuição de gás natural em 27 municípios da Ilha de Fiônia			
<b>Naturgas Fyn I/S</b> por intermédio de Kongeriget Danmarks Hypotekbank og Finansforvaltning			
100 milhões de DKK	12,5		
9. Rede de aquecimento urbano na área da Grande Copenhaga			
<b>Centralkommunernes Transmissions-selskab I/S</b>			
275 milhões de DKK	34,4		
10. Extensão da rede de aquecimento urbano do município de Århus			
<b>Município de Århus</b>			
250 milhões de DKK	31,3		
11. Rede de aquecimento urbano em cinco municípios do estreito do Pequeno Belt (Leste da Jutlândia)			
<b>Trekantområdets Varmetransmissionsselskab I/S</b>			
100 milhões de DKK	12,4		
12. Condutas de água quente destinada a diferentes redes de aquecimento urbano a oeste de Copenhaga			
<b>Vestegnens Kraftvarmeselskab I/S</b>			
120 milhões de DKK	14,9		
13. Ampliação do porto de Hasle; rede de aquecimento urbano; construção de uma bateria de aerogeradores			
<b>Município de Hasle</b>			
32 milhões de DKK	4,0		
14. Aumento da capacidade de produção de painéis de alvenaria numa fábrica em Hobro (Jutlândia Setentrional) e conversão para gás natural do sistema de cozedura e de secagem			
<b>Danogips A/S</b>			
36 milhões de DKK	4,5		
15. Empréstimo global ao Estado Dinamarquês (Conselho de Desenvolvimento Regional) para o financiamento de pequenas e médias iniciativas industriais e turísticas nas regiões assistidas			
40 milhões de DKK	5,0		
<b>ALEMANHA</b>		<b>91,4</b>	
204 milhões de marcos alemães			
16. Central nuclear de Neckarwestheim (Bade-Wurtemberg); segunda unidade (1 230 MW)			
<b>Gemeinschaftskernkraftwerk Neckarwestheim</b> por intermédio de <b>EVS Kernkraft Neckarwestheim GmbH</b>			
40 milhões de DEM	18,1		

(1) As aberturas de crédito são, de um modo geral, expressas no contravalor de uma moeda nacional; apresenta-se na página 61 a explicação das abreviaturas utilizadas nas listas.

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
milhões de ECUs			
17. Central nuclear Emsland de 1 230 MW em Lingen (Baixa Saxónia) <b>Kernkraftwerke Lippe-Ems GmbH</b> 50 milhões de DEM	22,6	●	
18. Gasoduto suplementar para o transporte de gás natural soviético de Waidhaus (fronteira checoslovaca) até Medelsheim (fronteira francesa) <b>Mitteleuropäische Gasleitungsgesellschaft mbH</b> por intermédio de <b>MEGAL Finance Company Ltd</b> 100 milhões de DEM	44,5	●	
19. Gasoduto de ligação das redes dinamarquesa e europeia; estação de compressão <b>Deutsch-Dänische Erdgastransport-Gesellschaft mbH und Co. KG</b> por intermédio da <b>Compagnie luxembourgeoise de la Dresdner Bank</b> — <b>Dresdner Bank International AG</b> 10 milhões de DEM	4,4	●	
20. Rede de aquecimento urbano de Dillingen e Saarlouis alimentada com o calor desenvolvido em instalações industriais (Sarre) <b>Fernwärme-Verbund Saar GmbH</b> por intermédio de <b>Floris-Corsten B.V.</b> 4 milhões de DEM	1,8	●	●
<b>GRÉCIA</b>	<b>401,7</b>		
41 590,4 milhões de dracmas			
21. Central hidroeléctrica de Pigai (210 MW) a norte de Janina (Epiro) <b>PPC</b> 2 050 milhões de GRD	21,2	●	●
22. Central hidroeléctrica de This-savros (240 MW) sobre o rio Nestos (Macedónia) <b>PPC</b> 2 660,4 milhões de GRD (Contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em USD)	27,5	●	●
23. Central hidroeléctrica de Stratos (150 MW) sobre o Acheloos (Centro-Oeste) <b>PPC</b> 2 500 milhões de GRD	23,0	●	●
24. Obras de melhoramento de cerca de 500 km de estradas no Peloponeso <b>Estado Grego (Ministério das Obras Públicas)</b> 300 milhões de GRD	3,1	●	
25. Obras de estrada em 225 km e construção de obras de arte, primordialmente na estrada Salónica — Alexandropolis (Macedónia e Trácia) <b>Estado Grego (Ministério da Economia Nacional)</b> 1 350 milhões de GRD	13,5	●	

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
milhões de ECUs			
26. Melhoramento e reforço de cerca de 210 km de estradas nacionais e regionais <b>Estado Grego (Ministério do Ambiente, do Urbanismo e das Obras Públicas)</b> 4 biliões de GRD	36,8	●	
27. Modernização e ampliação dos portos de Cavala (Macedónia), Volo (Tessália), Suda e Retimo (Creta), Rodes, Cos e Carpatos (Dodecaneso), Corfo (Íónia) e Syros (Cíclades) <b>Estado grego (Ministério das Obras Públicas)</b> 900 milhões de GRD	9,3	●	
28. Modernização e ampliação dos aeroportos de Castoria (Macedónia), Héraclion e Canea (Creta) e das Ilhas de Lemnos, Mitilene, Santorino, Cefalónia, Ciatos, Cerigo e Micono <b>Estado Grego (Ministérios dos Transportes e das Obras Públicas)</b> 500 milhões de GRD	5,2	●	
29. Reestruturação do sistema de controlo aéreo — radares, radio-comunicações, auxiliares de navegação — e instalações para a aproximação nos aeroportos internacionais de Atenas, Rodes, Héraclion <b>Estado Grego (Ministérios dos Transportes e das Obras Públicas)</b> 250 milhões de GRD	2,3	●	●
30.—31. Extensão e modernização das redes de telecomunicações <b>OTE</b> 3 560 milhões de GRD 5 440 milhões de GRD (contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em USD)	32,8	●	
32. Irrigação de 2 600 ha na planície de Boida-Mavri (Epiro) <b>Estado Grego (Ministério da Agricultura)</b> 60 milhões de GRD	0,6	●	
33. Irrigação de 12 000 ha na planície de Drama (Macedónia Oriental) <b>Estado Grego (Ministério da Agricultura)</b> 640 milhões de GRD	6,6	●	
34. Irrigação por aspersão de 15 500 ha de terrenos agrícolas na área do antigo lago de Yannitsa a oeste de Salónica (Macedónia) <b>Estado Grego (Ministério da Economia Nacional)</b> 2 000 milhões de GRD	20,7	●	
35. Irrigação dos perímetros de Pieria, Aghitis, Nea Magnissia, Axioupolis; 4 575 ha no total (Macedónia) <b>Estado Grego (Ministério da Economia Nacional)</b> 120 milhões de GRD	1,2	●	





Ph.: B. Turbang

Objectivos energéticos  
Infra-estruturas comunitárias  
Modernização de empresas  
Desenvolvimento regional  
milhões de ECUs

36. Irrigação de 2 200 ha na zona de Hierapetra (Creta)

**Estado Grego (Ministério da Economia Nacional)**

200 milhões de GRD

1,8

37. Obras de recolha e de tratamento de efluentes de três cidades costeiras do Mediterrâneo: Salónica (Macedónia), Volo (Tessália) e Aghios Nikolaos (Creta)

**Organismos responsáveis das municipalidades interessadas** por intermédio do **Estado Grego**

2 260 milhões de GRD

23,4

38. Obras de saneamento no golfo Sarónico a oeste de Atenas, integradas no programa de tratamento de efluentes da área da Grande Atenas

**Estado Grego (Ministério das Obras Públicas)**

2 000 milhões de GRD

20,0

39. Empréstimo global à **Caixa de Depósitos e Consignações** para financiamento de infra-estruturas de pequena dimensão realizadas pelos municípios

6 biliões de GRD

60,0

40. Empréstimo global ao **Banco Agrícola da Grécia** para financiamento de pequenas e médias iniciativas agro-industriais e de investimentos em explorações agrícolas, assim como em pequenas empresas industriais no meio rural

4 800 milhões de GRD

44,2

## FRANÇA

889,6

6 054 milhões de francos franceses

41. Central nuclear de Flamanville, na Península de Cotentin (Baixa-Normandia) — 1ª e 2ª unidades de 1 300 MW cada uma

**EDF**

250 milhões de FRF

37,0

42. Central hidroeléctrica de 45 MW em Sault-Brenaz, 60 km a montante de Lião (Ródano-Alpes)

**Compagnie Nationale du Rhône**

400 milhões de FRF

58,6

43. Interligação das redes eléctricas de alta tensão francesa e italiana; secção de 53 km Albertville (Saboia) — passagem do Petit Saint Bernard (fronteira italiana)

**EDF**

140 milhões de FRF

20,5



Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>44.</b> Interligação das redes eléctricas de alta tensão francesa e britânica por quatro pares de cabos submarinos através da Mancha, entre Bonningues-lès-Calais (Nord — Pas-de-Calais) e Sellindge no condado de Kent <b>EDF</b> 160 milhões de FRF	23,4	●	
<b>45.</b> Rede de aquecimento urbano alimentada por energia geotérmica em Chevilly Larue e L'Hay-les-Roses, nos arredores de Paris (Ile de France) <b>Syndicat intercommunal pour la géothermie</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 73,7 milhões de FRF	10,9	●	
<b>46.</b> TGV-Atlântico: construção de vias electrificadas (273 km) nos trajectos Paris — Le Mans e Paris — Tours servindo respectivamente a Bretanha e o Sudoeste; colocação em serviço de 95 composições de alta velocidade <b>Société Nationale des Chemins de Fer</b> 300 milhões de FRF	44,4	●	
<b>47.</b> Lanço Bourges — Clermont Ferrand (182 km) da auto-estrada A 71, Orléans — Clermont-Ferrand <b>Société des Autoroutes Paris-Rhin-Rhône</b> por intermédio da <b>CNA</b> 250 milhões de FRF	37,0	●	
<b>48.</b> Lanço Le Mans — Angers (81,5 km) da auto-estrada A 11, Paris — Nantes <b>Société des Autoroutes du Sud de la France</b> por intermédio da <b>CNA</b> 150 milhões de FRF	22,2	●	
<b>49.</b> Auto-estrada de desvio a leste de Toulouse que assegura a ligação entre as auto-estradas A 61 e A 62 (Midi-Pirinéus) <b>Região Midi-Pirinéus, Departamento da Haute-Garonne e cidade de Toulouse</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 50 milhões de FRF	7,4	●	
<b>50.</b> Obras de melhoramento da rede de estradas e auto-estradas em 12 troços (270 km) <b>Fonds Spécial des Grands Travaux</b> 700 milhões de FRF	102,1	●	●
<b>51.</b> Beneficiação das infra-estruturas rodoviárias em mais de 100 km, nomeadamente nos eixos Rennes — Nantes e St Brieux — Quimper <b>Região e Departamentos de Bretonha, Região dos Pays de la Loire e Departamento de Loire-Atlântico</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 113,7 milhões de FRF	16,6	●	
<b>52.</b> Obras em nove troços de estradas e auto-estradas (72 km) na Lorena			

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>Região da Lorena, Departamentos de Meurthe-et-Moselle e de Vosges</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 80,6 milhões de FRF	11,9	●	●
<b>53.</b> Construção e lançamento de satélites, estações terrestres e redes destinadas a assegurar serviços telemáticos aperfeiçoados às empresas, bem como ligações com os departamentos franceses ultramarinos <b>Administration des Postes et Télécommunications</b> por intermédio da <b>CNT</b> 100 milhões de FRF	14,6	●	●
<b>54.</b> Ordenamento do curso do rio Meurthe, redes de saneamento, reserva de água potável e via radial de acesso a Nancy (Lorena) <b>Distrito Urbano de Nancy</b> por intermédio da <b>CAECL</b> 30 milhões de FRF	4,4	●	
<b>55.</b> Ampliação e equipamento de oficinas robotizadas para montagem e maquinaria de motores de média cilindrada, em Douvrin (Norte — Pas-de-Calais) <b>Française de Mécanique</b> 475 milhões de FRF	69,5	●	●
<b>56.—58.</b> Empréstimos globais à <b>CAECL</b> para o financiamento de equipamento de pequena e média dimensão realizado por colectividades locais ou por entidades públicas nas regiões assistidas 250 milhões de FRF 250 milhões de FRF 500 milhões de FRF	36,5 36,5 74,1	● ● ●	
<b>59.—69.</b> Empréstimos globais a onze <b>Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR)</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas na indústria, turismo e serviços nas regiões assistidas — SDR de Bretagne 85 milhões de FRF — SDR de Champagne-Ardenne «Champex» 10 milhões de FRF — Caisse de Développement de la Corse 25 milhões de FRF — SDR du Sud-Ouest «Expanso» 30 milhões de FRF — SDR de Lorraine «Lordex» 40 milhões de FRF — SDR du Nord et du Pas-de-Calais 70 milhões de FRF — SDR de Picardie 10 milhões de FRF — SDR du Centre et du Centre-Ouest «Sodecco» 80 milhões de FRF — SDR de l'Ouest «Sodero» 80 milhões de FRF	12,4 1,5 3,7 4,4 5,9 10,2 1,5 11,7 11,7	● ● ● ● ● ● ● ● ● ● ●	

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
— SDR du Languedoc-Roussillon «Sloder»			
30 milhões de FRF	4,4	●	
— SDR du Sud-Ouest «Tofinso»			
40 milhões de FRF	5,9	●	
<b>70.—71.</b> Empréstimos globais ao <b>CEPME</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, turismo e serviços nas regiões assistidas			
220 milhões de FRF	32,2	●	
381 milhões de FRF (contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em DEM)	56,5	●	
<b>72.</b> Empréstimo global à <b>Caisse Centrale de Crédit Coopératif</b> para o financiamento de iniciativas de pequena e média dimensão do sector da pesca marítima nas regiões litorais assistidas			
100 milhões de FRF	14,6	●	
<b>73.—74.</b> Empréstimos globais ao <b>Crédit National</b> para o financiamento de projectos de tecnologia avançada de pequena e média dimensão realizados pelas empresas industriais			
200 milhões de FRF	29,3	●	
100 milhões de FRF	14,8	●	
<b>75.</b> Empréstimo global à <b>CAECL</b> para o financiamento por colectividades locais ou entidades públicas de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários			
150 milhões de FRF	21,9	●	
<b>76.</b> Empréstimo global ao <b>Crédit National</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários			
130 milhões de FRF	19,3	●	
<b>IRLANDA</b>	<b>146,6</b>		
105 milhões de libras irlandesas			
<b>77.</b> Ampliação da central eléctrica a carvão de Moneypoint, terceira unidade de 300 MW			
<b>Electricity Supply Board</b>			
5 milhões de IEP	7,0	●	●
<b>78.—83.</b> Obras de melhoramento de diversos troços da rede rodoviária nacional			
<b>Colectividades locais interessadas</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
5 milhões de IEP	7,0	●	
6,5 milhões de IEP	9,1	●	
9,5 milhões de IEP	13,3	●	
5 milhões de IEP	7,0	●	
10 milhões de IEP	14,0	●	
7,5 milhões de IEP	10,5	●	

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>84.</b> Estrada de desvio em Athlone e ponte sobre o Shannon			
<b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
5 milhões de IEP	7,0	●	
<b>85.—87.</b> Obras de adução de água e instalações de tratamento de efluentes			
<b>Colectividades locais interessadas</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
5 milhões de IEP	7,0	●	
15 milhões de IEP	21,0	●	
13,5 milhões de IEP	18,9	●	
<b>88.</b> Construção de fábricas «chave na mão» e por medida			
<b>Shannon Free Airport Development Company Ltd e Udaras na Gaeltachta</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
5 milhões de IEP	7,0	●	
<b>89.</b> Ampliação de cinco institutos de ensino técnico superior em Limerick, Dublin, Tralee e Cork			
<b>Os institutos interessados</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
9 milhões de IEP	12,6	●	
<b>90.</b> Ampliação das instalações de formação superior técnica, industrial e comercial em Limerick			
<b>National Institute for Higher Education</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>			
4 milhões de IEP	5,6	●	
<b>ITÁLIA</b>	<b>2 603,9</b>		
3 728,7 biliões de liras italianas			
<b>91.—93.</b> Central nuclear em Montalto di Castro (Lácio); 2 unidades de 982 MW cada uma			
<b>ENEL</b>			
150 biliões de ITL	109,3	●	
(Contravalor de um empréstimo a taxa variável expresso em USD)			
60,3 biliões de ITL	42,2	●	
140 biliões de ITL	94,1	●	
<b>94.</b> Central em curso de água (22 MW) sobre o rio Dora Baltea entre Pont-St-Martin e Quincinetto (Piemonte)			
<b>ENEL</b>			
15 biliões de ITL	10,1	●	
<b>95.</b> Centrais hidroeléctricas com uma potência total de cerca de 70 MW, no Friul, na Emilia Romana e na Lombardia			
<b>ENEL</b>			
30 biliões de ITL	20,2	●	
<b>96.</b> Cinco centrais geotermoelectricas na Toscana com uma potência total de 75 MW			
<b>ENEL</b>			
60 biliões de ITL	43,9	●	



Objectivos energéticos				
Infra-estruturas comunitárias				
Modernização de empresas				
Desenvolvimento regional				
	milhões de ECUs			
<b>97.</b> Exploração dos jazigos de gás de Cervia Mare (Emilia Romana), San Benedetto, Flavia e Fulvia (Marcas), Pessa (Lombardia) e Demma — Locantore (Lucânia)				
<b>AGIP S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
9 biliões de ITL	6,6	●	●	
<b>98.—99.</b> Desenvolvimento do jazigo de petróleo de Torrente Tona, na província de Compobasso (Molissa)				
<b>AGIP S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
14 biliões de ITL	9,8	●	●	
6 biliões de ITL	4,2	●	●	
<b>100.—103.</b> Desenvolvimento do jazigo de petróleo de Vega, o mais importante da Itália, no Canal de Sicília ao largo da província de Ragusa				
<b>AGIP S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
42 biliões de ITL	29,3	●	●	
18 biliões de ITL	12,6	●	●	
38,5 biliões de ITL	25,8	●	●	
16,5 biliões de ITL	11,0	●	●	
<b>104.</b> Unidades de produção de bio-gás a partir de esterco porcino em Marsciano e Bettona (Úmbria)				
<b>Municípios de Marsciano e Bettona</b> por intermédio da <b>Região Úmbria</b>				
7,7 biliões de ITL	5,2	●		
<b>105.</b> Interligação das redes eléctricas de alta tensão italiana e francesa; secção de 138 km Rondissone (Vale de Aosta) — passagem do Petit Saint-Bernard (fronteira francesa)				
<b>ENEL</b>				
20 biliões de ITL	14,1	●		
<b>106.</b> Gasoduto Argélia-Itália; secção de 155 km Arezzo (Toscana)—Minerbio (Emilia Romana) e estação de compressão em Melizzano (Campânia)				
<b>SNAM S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
40 biliões de ITL	29,2	●		
<b>107.</b> Transporte de gás natural no Centro-Norte: gasoduto de ligação de Alexandria (Piemonte) a Génova (Ligúria); abastecimento de dez municípios de Vale de Nievole (Toscana) e de 19 municípios de Valsugana (Trentino — Alto-Adige)				
<b>SNAM S.p.A.</b>				
23 biliões de ITL	16,8	●		
<b>108.—109.</b> Construção de centrais de armazenamento de gás				
— no Centro-Norte em Ripalta (Lombardia), Tresigallo (Emilia Romana)				
<b>SNAM S.p.A.</b>				
23 biliões de ITL	16,8	●		

Objectivos energéticos				
Infra-estruturas comunitárias				
Modernização de empresas				
Desenvolvimento regional				
	milhões de ECUs			
— no Mezzogiorno em Nuova Cupello (Abruzos)				
<b>SNAM S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
17 biliões de ITL	12,4	●	●	
<b>110.—111.</b> Conversão de jazigos esgotados em reservatórios de armazenagem de gás				
— no Centro-Norte em Sabbioncello (Emilia Romana)				
<b>AGIP S.p.A.</b>				
18 biliões de ITL	13,1	●		
— no Mezzogiorno em S. Salvo (Abruzos)				
<b>AGIP S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
17 biliões de ITL	12,4	●	●	
<b>112.—114.</b> Conclusão da conversão para gás natural da rede romana e extensão das redes de distribuição a municípios da área da Grande Roma (Lácio)				
<b>ITALGAS S.p.A.</b> por intermédio de				
— <b>BNL — SAFOP</b>				
17 biliões de ITL	11,9	●		
— <b>EFIBANCA</b>				
17 biliões de ITL	11,9	●		
— <b>CENTROBANCA</b>				
17 biliões de ITL	11,9	●		
<b>115.—116.</b> Conversão para gás natural e extensão da rede de distribuição da cidade de Nápoles e dos municípios vizinhos (Campânia)				
<b>Napoletana Gas S.p.A.</b> por intermédio do <b>ENI</b>				
28 biliões de ITL	19,5	●	●	
12 biliões de ITL	8,4	●	●	
<b>117.</b> Redes de distribuição de gás natural em vinte municípios da província de Udine				
<b>Região autónoma Friul-Veneza Julianna</b>				
10 biliões de ITL	6,7	●		
<b>118.—119.</b> Ampliação das redes de distribuição de gás natural em 32 municípios da Lombardia, Veneza, Piemonte e Emilia Romana				
<b>Società Distribuzione Gas — Sodigas S.p.A. e Sodigas S.p.A. Trecate</b> por intermédio de <b>Mediocredito Lombardo</b>				
14,6 biliões de ITL	10,2	●		
6,3 biliões de ITL	4,4	●		
<b>120.—121.</b> Rede de aquecimento de Reggio Emilia e central de geração combinada de electricidade e calor, a partir de diversos combustíveis				
<b>Azienda Gas Acqua Consorziale</b> por intermédio do <b>BNL — SAFOP</b>				
7 biliões de ITL	4,7	●		
3 biliões de ITL	2,0	●		



Objectivos energéticos  
Infra-estruturas comunitárias  
Modernização de empresas  
Desenvolvimento regional

milhões de ECUs

**122.—123.** Instalações destinadas a reduzir as perdas de calor e a poluição em duas refinarias de Livorno (Toscana) e Sannazzaro (Lombardia)  
**Raffineria del Po S.p.A. e Stanic Industria Petroliera S.p.A.** por intermédio de **AGIP Petroli S.p.A.**

30 biliões de ITL

21,0

15 biliões de ITL

10,0

**124.** Redução do consumo de energia, melhoria da produção e redução dos efeitos poluidores de uma refinaria de petróleo em Falconara (Marcas)  
**API — Raffineria di Ancona S.p.A.** por intermédio da **BNL — Sezione Speciale per il Credito industriale**

18 biliões de ITL

12,6

**125.** Ampliação da linha Cumana da rede ferroviária suburbana de Nápoles e instalação de estações de triagem/oficinas (Campânia)

**Estado Italiano (Ministério dos Transportes)**

20 biliões de ITL

14,0

**126.—127.** Auto-estrada do Friul; conclusão do lanço Carnia Pontebba (31,2 km)

**Autostrade — Concessioni e Costruzioni Autostrade S.p.A.** por intermédio de **IMI**

63 biliões de ITL

44,0

27 biliões de ITL

18,8

**128.** Beneficiação de doze viadutos da auto-estrada Nápoles — Avellino — Bari danificados pelos sismos de Novembro de 1980 (Campânia)

**Autostrade — Concessioni e Costruzioni Autostrade S.p.A.**

5 biliões de ITL

3,5 \*

**129.** Diversos troços de estradas nacionais (Apúlia)

**ANAS**

14 biliões de ITL

9,4

**130.** Extensão do nó de ligação de Vomero da auto-estrada urbana de Nápoles (Campânia)

**Região de Campânia**

10 biliões de ITL

6,7

**131.** Reforço da protecção do porto exterior e sobretudo, dos cais carboníferos de Brindisi (Apúlia)

**Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)**

10 biliões de ITL

6,7



Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
milhões de ECUs			
132. Terminal para a recepção de navios porta-contentores e «ro-ro» em Génova — Voltri (Ligúria) <b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b> 20 biliões de ITL	13,4	●	
133.—135. Compra de aviões MD 82 destinados às ligações regionais três empréstimos de 39 biliões de ITL cada um (27,2 milhões de ECUs) Contravalor dos empréstimos expressos em USD <b>Aero Trasporti Italiani</b> por intermédio de — <b>Banco di Roma</b> — <b>Banca Commerciale Italiana</b> — <b>Credito Italiano</b>	81,6	●	
136. Compra de três aviões e de três helicópteros destinados a intervenções de protecção civil <b>Estado Italiano (Ministério da Protecção Civil)</b> 55 biliões de ITL	36,8	●	●
137. Centro de ligação intermodal via férrea/estrada em Verona (Veneza) <b>Conzorzio per la Zona Agricolo-Industriale di Verona</b> por intermédio de <b>VENEFONDIARIO</b> 12,5 biliões de ITL	8,7	●	
138. Ampliação das instalações da estação terrestre para satélites de Fucino (Abruzos) <b>Telespazio</b> por intermédio de <b>EFI-BANCA</b> 15 biliões de ITL	10,9	●	●
139. Reforço do equipamento telefónico na Sardenha; ligação de cerca de 80 000 assinantes <b>SIP</b> por intermédio da <b>IRI</b> 100 biliões de ITL	72,9	●	
140. Reforço da rede telefónica na Campânia, Lucânia, Apúlia, Calábria e Sicília; ligação de mais de 225 000 assinantes <b>SIP</b> por intermédio da <b>IRI</b> 50 biliões de ITL	36,5	●	
141.—145. Ampliação da rede de telecomunicações nas diferentes regiões do Mezzogiorno Cinco empréstimos de 100 biliões de ITL cada um (69,8 milhões de ECUs) <b>SIP</b> por intermédio de — <b>ISVEIMER</b> — <b>IRI</b> — <b>CREDIOP</b> — <b>IMI</b> — <b>BNL</b>	348,9	●	
146. Melhoria do abastecimento de água de Nápoles, da respectiva província e da província de Caserta,			

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
milhões de ECUs			
numa vasta área habitada por cerca de 2,3 milhões de pessoas (Campânia) <b>Cassa per il Mezzogiorno</b> 85 biliões de ITL	56,9	●	
147. Melhoria do abastecimento de água na parte ocidental e sul da Sardenha, incluindo as cidades de Sassari e Cagliari <b>Cassa per il Mezzogiorno</b> 15 biliões de ITL	10,0	●	
148. Obras visando o saneamento do Golfo da Manfredonia e um melhor abastecimento de água na província de Foggia (Apúlia) <b>Região Apúlia</b> 20 biliões de ITL	14,6	●	●
149.—150. Saneamento da lagoa de Veneza; redes de recolha (56 km), estação de tratamento de efluentes provenientes da zona industrial de Porto Marghera e dos municípios de Veneza e de Martellago <b>Região Veneza</b> 20 biliões de ITL 23 biliões de ITL	14,6 16,0	● ●	
151.—153. Obras de recolha e de tratamento de efluentes visando diminuir a poluição do Pó e dos seus afluentes numa área com cerca de 3,5 milhões de habitantes — <b>Região Piemonte</b> 15 biliões de ITL — <b>Região Emilia Romana</b> 30 biliões de ITL — <b>Região Lombardia</b> 14 biliões de ITL	10,9 21,0 9,8	● ● ●	
154. Redes de recolha de efluentes e estação de tratamento visando diminuir a poluição dos lagos de Avigliana e do rio Dora Riparia, afluente do Pó a nordeste de Turim (Piemonte) <b>Região Piemonte</b> 10 biliões de ITL	6,7	●	
155.—156. Redes de recolha e estações de tratamento de efluentes domésticos e industriais lançados na bacia do Gorzóna (Veneza) <b>Região Veneza</b> 10 biliões de ITL 10 biliões de ITL	7,0 6,7	● ●	
157. Obras visando a regularização do débito do Arno, a protecção do vale e principalmente de Florença e de Pisa contra as inundações, melhoria do abastecimento hidráulico e do equipamento de recolha e de tratamento de efluentes <b>Região Toscana</b> 30 biliões de ITL	21,0	●	



Objectivos energéticos	Infra-estruturas comunitárias	Modernização de empresas	Desenvolvimento regional
milhões de ECUs			
158. Construção dos grandes colectores de condução para a estação de tratamento de Roma-Sul e ampliação da estação de Roma-Ostia para o serviço de mais de um milhão de habitantes (Lácio) <b>Município de Roma</b> por intermédio do <b>Istituto Bancario San Paolo di Torino</b> 16 biliões de ITL		10,7	●
159. Obras destinadas a combater a erosão e a prevenir os deslizamentos de terras nas zonas montanhosas da provincia de Isernia (Molissa) <b>Estado Italiano (Ministério das Obras Públicas)</b> e <b>Região Molissa</b> 5 biliões de ITL		3,3	●
160. Ordenamento e equipamento de zonas industriais em San Mango, Calabritto, Baccino e Calaggio (Campânia), municípios sinistrados aquando dos sismos de Novembro de 1980 <b>Estado Italiano</b> 40 biliões de ITL		26,8 *	●
161. Instalação das infra-estruturas de base de uma nova área de escritórios em Nápoles: construção subterrânea da linha ferroviária «Circumvesuviana», reestruturação da Via Poggioreale e obras de saneamento (Campânia) <b>Município de Nápoles</b> e <b>Strade Ferate Secondarie Meridionali</b> por intermédio da <b>Região Campânia</b> 60 biliões de ITL		40,1	●
162. Centro de comercialização de produtos agrícolas para exportação em Verona (Veneza) <b>Ente Autonomo Fiere di Verona</b> por intermédio do <b>VENEFONDIARIO</b> 10 biliões de ITL		7,3	● ●
163. Aumento da capacidade de produção de duas fábricas de artigos de higiene feminina em Pescara (Abruzos) e Patrica (Lácio) <b>Aterni Fater S.p.A.</b> por intermédio de <b>ISVEIMER</b> 22 biliões de ITL		16,0	●
164. Unidade de produção de fraldas para bebés e racionalização do fabrico de sabões e de detergentes numa fábrica em Pomezia (Lácio) <b>Procter and Gamble Italia S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b> 20 biliões de ITL		14,6	●
165.—166. Aumento da capacidade de produção de uma fábrica de detergentes líquidos em Pozzilli (Molissa) <b>Sodel</b> por intermédio do <b>Banco di Napoli — Sezione di Credito Industriale</b> 6,3 biliões de ITL 2,7 biliões de ITL		4,4 1,9	● ●

Objectivos energéticos	Infra-estruturas comunitárias	Modernização de empresas	Desenvolvimento regional
milhões de ECUs			
167. Aumento da capacidade de fabrico de produtos biomédicos, de reagentes para imunodiagnóstico, de estimuladores cardíacos e de filtros para hemodiálise, em Saluggia (Piemonte) <b>Sorin Biomedica S.p.A.</b> por intermédio de <b>EFIBANCA</b> 4,5 biliões de ITL		3,1	●
168.—169. Ampliação e modernização das instalações de produção de antibióticos em Torre Annunziata (Campânia) <b>Ciba Ceigy S.p.A.</b> por intermédio de <b>ISVEIMER</b> 8,4 biliões de ITL 3,6 biliões de ITL		5,9 2,5	● ●
170. Centro de pesquisa e desenvolvimento de novas substâncias terapêuticas e de diagnóstico em Concorezzo (Lombardia) <b>Boehringer Biochemia Robin S.p.A.</b> , por intermédio do <b>IMI</b> 8 biliões de ITL		5,8	●
171.—172. Reunião do fabrico de produtos injectáveis, anticancerosos e antibióticos numa fábrica em Nerviano (Lombardia); desenvolvimento de processos de fabrico que utilizam tecnologias de ponta <b>Farmitalia Carlo Erba S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b> 10,5 biliões de ITL 4,5 biliões de ITL		7,0 3,0	● ●
173. Centro de pesquisa e desenvolvimento de antibióticos e de substâncias activas por meio de técnicas de engenharia biomolecular, em Gerenzano próximo de Varese (Lombardia) <b>Gruppo Lepetit S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b> 5 biliões de ITL		3,3	●
174. Modernização e ampliação de uma fábrica de tractores em Jesi (Marcas) <b>Fiat Trattori S.p.A.</b> por intermédio de <b>CENTROBANCA</b> 24 biliões de ITL		16,8	●
175. Modernização de três fábricas de equipamento de telecomunicações e de telemática em Áquila (Abruzos), Palermo (Sicília) e Caserta (Campânia) <b>Italtel SIT S.p.A.</b> e <b>Italtel Telematica S.p.A.</b> por intermédio do <b>IMI</b> 100 biliões de ITL		72,9	● ●
176.—177. Conversão de uma antiga fábrica, próximo de Áquila (Abruzos), com vista à produção e à montagem de satélites e de materiais para estações terrestres <b>Selenia Spazio S.p.A.</b> por intermédio de <b>ISVEIMER</b> 9,1 biliões de ITL 3,9 biliões de ITL		6,1 2,6	● ●

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>178.—179.</b> Modernização e ampliação de uma fábrica de tubos catódicos para televisores a cores em Anagni (Lácio) <b>Videocolor S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
35 biliões de ITL	24,4	●	
15 biliões de ITL	10,5	●	
<b>180.—181.</b> Ampliação e reestruturação de uma fábrica de componentes electrónicos próximo de Catânia (Sicília) <b>SGS Ates S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
28 biliões de ITL	19,5	●	●
12 biliões de ITL	8,4	●	●
<b>182.</b> Reforço dos meios de fabrico e de distribuição de gelados e de produtos alimentares congelados em Ferentino (Lácio), Benevento (Campânia) e Porto d'Ascoli (Marcas) <b>Italgel S.p.A.</b> por intermédio de ISVEIMER			
20 biliões de ITL	14,6	●	
<b>183.—184.</b> Ampliação de uma padaria em Ascoli Piceno (Marcas) <b>Nuova Forneria Adriatica S.p.A.</b> por intermédio de INTERBANCA			
5,6 biliões de ITL	3,7	●	
2,4 biliões de ITL	1,6	●	
<b>185.</b> Modernização de uma fábrica de confecções e de um armazém em Villorba (Veneza) <b>Benetton S.p.A. e Benetton Cotone S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
8 biliões de ITL	5,8	●	
<b>186.</b> Automatização da produção e informatização da gestão em nove fábricas de confecções nas províncias de Turim, Asti e Cuneo (Piemonte) <b>Gruppo Finanziario Tessile S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
5 biliões de ITL	3,6	●	
<b>187.—188.</b> Modernização de quatro fábricas de fiação de linho em Villa d'Almé, Fara d'Adda, Cassano d'Adda e Origgio (Lombardia) <b>Linificio e Canapificio Nazionale S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
15,4 biliões de ITL	10,3	●	
6,6 biliões de ITL	4,4	●	
<b>189.—190.</b> Investimentos necessários à produção de películas radiográficas de alto rendimento e ao aperfeiçoamento de um sistema de radiografia digital numa fábrica em Ferrania (Ligúria)			

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>3 M Italia S.p.A.</b> por intermédio de MEDIOBANCA			
4,2 biliões de ITL	2,8	●	
1,8 biliões de ITL	1,2	●	
<b>191.—192.</b> Conversão de uma fábrica em Settimo Torinese (Piemonte) numa nova fábrica altamente automatizada para a produção de um novo tipo de pneus radiais para camiões <b>Pirelli Pneumatici S.p.A.</b> por intermédio do CREDIOP			
21 biliões de ITL	14,1	●	
9 biliões de ITL	6,0	●	
<b>193.</b> Arborização de mais de 4 000 ha e construção de estradas florestais no Vale de Aosta <b>Região Autónoma do Vale de Aosta</b>			
6 biliões de ITL	4,0	●	
<b>194.</b> Aldeamento turístico de 1 100 camas no litoral do Metaponto (Lucânia) <b>Sviluppo Turistico per il Metaponto S.p.A.</b> por intermédio de ISVEIMER			
5 biliões de ITL	3,5	●	
<b>195.</b> Modernização de cinco hotéis em Avellino e Caserta (Campânia), Catânia, Palermo e Siracusa (Sicília) <b>Compagnia Italiana dei Jolly Hotels S.p.A.</b> por intermédio do IMI			
3,5 biliões de ITL	2,4	●	
<b>196.—197.</b> Empréstimos globais ao BNL — Sezione Speciale per il Credito Industriale para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno			
25 biliões de ITL	17,4	●	
25 biliões de ITL	16,7	●	
<b>198.—199.</b> Empréstimos globais ao BNL — SACAT para o financiamento de pequenas e médias iniciativas hoteleiras e turísticas			
— no Mezzogiorno			
10 biliões de ITL	7,0	●	
— nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
12,5 biliões de ITL	8,7	●	
<b>200.</b> Empréstimo global ao Banco di Napoli — Sezione di Credito e para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno			
30 biliões de ITL	20,9	●	
<b>201.</b> Empréstimo global ao Banco di Sicilia para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços na Sicília			
6,5 biliões de ITL	4,3	●	





Ph.: B. Turbang

Objectivos energéticos

Infra-estruturas comunitárias

Modernização de empresas

Desenvolvimento regional

milhões de ECUs

**202.** Empréstimo global ao **Consorzio Nazionale per il Credito Agrario di Miglioramento** para o financiamento de iniciativas de pequena e média dimensão no Mezzogiorno

- investimentos nas explorações agrícolas
- projectos agro-industriais
- pequenos projectos de irrigação, de arborização e pequenas infra-estruturas

6,5 biliões de ITL

4,3

**203.** Empréstimo global ao **CRE-DIOP** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno

10 biliões de ITL

7,0

**204.** Empréstimo global à **Sezione di Credito Fondiario del Monte dei Paschi di Siena** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas hoteleiras e turísticas no Mezzogiorno

10 biliões de ITL

7,0

**205.** Empréstimo global ao **IMI** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno

30 biliões de ITL

21,0

**206.** Empréstimo global, por intermédio do **IMI**, a **diversas sociedades especializadas**, para o financiamento mediante locação financeira de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno

40 biliões de ITL

28,0

**207.** Empréstimo global à **INTERBANCA** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno

20 biliões de ITL

13,4

**208.** Empréstimo global à **IRFIS** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas industriais na Sicília

20 biliões de ITL

14,6

**209.—211.** Empréstimos globais à **ISVEIMER** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas industriais no Mezzogiorno

50 biliões de ITL

36,5

40 biliões de ITL

28,0

75 biliões de ITL

50,2

**212.** Empréstimo global ao **Medio-credito Centrale** para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços no Mezzogiorno

11,2 biliões de ITL

7,5

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>213.—214.</b> Empréstimos globais ao <b>BNL — Sezione Speciale per il Credito Industriale</b> e para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
10 biliões de ITL	7,0	●	
15 biliões de ITL	10,0	●	
<b>215.</b> Empréstimo global ao <b>CENTROBANCA</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, turismo e serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
7,5 biliões de ITL	5,0	●	
<b>216.</b> Empréstimo global ao <b>IMI</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria, turismo e serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
45 biliões de ITL	30,1	●	
<b>217.</b> Empréstimo global ao <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento, através dos <b>Mediocrediti regionali</b> , de pequenas e médias iniciativas da indústria, turismo e serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
18,5 biliões de ITL	12,4	●	
<b>218.</b> Empréstimo global aos <b>Mediocrediti regionali</b> e à <b>INTERBANCA</b> por intermédio do <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento de pequenas e médias iniciativas da indústria e dos serviços nas zonas menos desenvolvidas do Centro-Norte			
60 biliões de ITL	43,8	●	
<b>219.—220.</b> Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento, no Centro-Norte, de projectos de tecnologias avançadas de pequena e média dimensão realizados por empresas industriais			
17,8 biliões de ITL	11,9	●	
5,8 biliões de ITL	3,9	●	
<b>221.—224.</b> Empréstimos globais ao <b>BNL</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários			
— no Centro-Norte			
50 biliões de ITL	35,0	●	
40 biliões de ITL	27,9	●	
— no Mezzogiorno			
20 biliões de ITL	14,0	●	
20 biliões de ITL	13,4	●	
<b>225.—226.</b> Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários no Centro-Norte			
30 biliões de ITL	21,9	●	
40 biliões de ITL	26,8	●	

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>227.—229.</b> Empréstimos globais ao <b>Istituto Bancario San Paolo di Torino</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos da Comunidade			
— no Centro-Norte			
23,5 biliões de ITL	17,1	●	
11,5 biliões de ITL	8,4	●	
— no Mezzogiorno			
10 biliões de ITL	7,3	●	
<b>230.</b> Empréstimo global ao <b>INTERBANCA</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários no Centro-Norte			
25 biliões de ITL	17,5	●	
<b>231.</b> Empréstimo global ao <b>ISVEIMER</b> para o financiamento, no Mezzogiorno, de investimentos que respondem aos objectivos energéticos comunitários			
10 biliões de ITL	6,7	●	
<b>232.</b> Empréstimo global ao <b>Mediocredito Lombardo</b> para o financiamento de investimentos que respondem aos objectivos energéticos da Comunidade no Centro-Norte			
20 biliões de ITL	14,0	●	
<b>PAÍSES BAIXOS</b>		<b>69,1</b>	
174,3 milhões de florins holandeses			
<b>233.</b> Aquisição de aviões de pequeno curso destinados principalmente às ligações intracomunitárias; instalações aeroportuárias			
<b>NetherLines B.V.</b>			
10 milhões de NLG	4,0	●	
<b>234.—235.</b> Aquisição de aviões de médio curso destinados às ligações intracomunitárias			
<b>Koninklijke Luchtvaart Maatschappij N.V.</b> por intermédio do <b>Groupement d'Intérêt Economique Hollande-Bail</b> e de <b>KG Allgemeine Leasing GmbH &amp; Co</b>			
85,1 milhões de NLG (contravalor de um empréstimo expresso em francos franceses)	33,6	●	
49,2 milhões de NLG	19,7	●	
<b>236.</b> Ampliação de 78 000 m <sup>2</sup> da parte coberta de um centro de vendas de flores em leilão (330 000 m <sup>2</sup> actualmente) em Aalsmeer, próximo de Amsterdão (Holanda Setentrional)			
<b>Coöperatieve Vereniging «Verenigde Bloemenveilingen Aalsmeer» B.A.</b>			
30 milhões de NLG	11,8	●	



Objectivos energéticos  
 Infra-estruturas comunitárias  
 Modernização de empresas  
 Desenvolvimento regional

milhões de ECUs

# REINO UNIDO

1 096,7

640,1 milhões de libras

**237.—239.** Central nuclear (1320 MW) em Tornesspoint (Escócia)

**South of Scotland Electricity Board**

Contravalor de três empréstimos a taxa de juro variável expressos em USD

29,7 milhões de GBP 50,9

20,1 milhões de GBP 35,4

23 milhões de GBP 39,9

**240.** Segunda central nuclear (2 x 615 MW) em Heysham (Noroeste)

**Central Electricity Generating Board**

por intermédio do **Electricity Council**

200 milhões de GBP (contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em USD)

343,8

**241.** Construção de uma fábrica de processamento de combustíveis nucleares em Sellafield (Norte)

**British Nuclear Fuels plc**

50 milhões de GBP (contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em USD)

84,7

**242.** Desenvolvimento do jazigo de gás Esmond ao largo da costa inglesa, na parte meridional do sector britânico do Mar do Norte

**Hamilton Brothers UK Petroleum Company e Hamilton Oil Great Britain Plc**

30 milhões de GBP 49,2

**243.** Linhas eléctricas de ligação da central nuclear de Tornesspoint à rede britânica de alta tensão (Escócia)

**South of Scotland Electricity Board**

30,1 milhões de GBP (contravalor de um empréstimo a taxa de juro variável expresso em USD)

53,1

**244.** Electrificação do troço Rock Ferry — Hooton (9 km) da linha férrea de ligação de Liverpool ao sul do estuário do Mersey (Noroeste)

**Merseyside County Council**

3 milhões de GBP 5,3

**245.—246.** Obras em 18 km da estrada nacional A 467 de Newport a Abertillery (País de Gales)

**Gwent County Council**

3 milhões de GBP 5,1

5 milhões de GBP 8,5

**247.—248.** Estrada de ligação de Llanelli e das zonas industriais à auto-estrada M 4 (País de Gales)

**Dyfed County Council**

2 milhões de GBP 3,4

0,8 milhões de GBP 1,4

**249.** Lanços de 11 km da circular de Cardiff e construção de vias de acesso (País de Gales)

**South Glamorgan County Council**

6 milhões de GBP 10,6



Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>250.</b> Melhoramento nas três principais vias de acesso a Swansea (País de Gales) <b>West Glamorgan County Council</b> 3 milhões de GBP	5,3	●	
<b>251.</b> Desvio de Edimburgo; troço de Sighthill (Escócia) <b>Lothian Regional Council</b> 5,7 milhões de GBP	10,0	●	
<b>252.—253.</b> Obras em diversos troços de importantes estradas urbanas (18 km no total) nomeadamente em Birmingham, Coventry e Wolverhampton (West Midlands) <b>West Midlands County Council</b> 20 milhões de GBP 10 milhões de GBP	35,2 17,0	● ●	
<b>254.</b> Estrada de desvio em Bridge-north (West Midlands) <b>Shropshire County Council</b> 3,3 milhões	5,6	●	
<b>255.</b> Obras em 10 troços rodoviários (13,5 km), acessos rodoviários, construção de um centro para a inovação industrial no Condado de Clwyd (País de Gales) <b>Clwyd County Council</b> 3 milhões de GBP	5,1	●	
<b>256.</b> Via rápida de ligação de Llandudno à auto-estrada A 55, obras de beneficiação da rede rodoviária no Condado de Gwynedd (País de Gales) <b>Gwynedd County Council</b> 4 milhões de GBP	6,8	●	
<b>257.—258.</b> Dragagem do principal canal de acesso ao porto de Harwich (East Anglia) visando permitir a entrada de navios porta-contentores modernos <b>Harwich Harbour Board</b> 2 milhões de GBP 2,5 milhões de GBP	3,3 4,1	● ●	
<b>259.</b> Terminal para navios porta-contentores no porto de Felixstowe (East Anglia) <b>Felixstowe Dock &amp; Railway Co</b> 5 milhões de GBP	8,5	●	
<b>260.</b> Modernização e ampliação do aeroporto regional de Leeds-Bradford (Yorkshire & Humberside) <b>Leeds-Bradford Airport Joint Committee</b> por intermédio do <b>West Yorkshire Metropolitan County Council</b> 5,3 milhões de GBP	9,0	●	

Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias			
Modernização de empresas			
Desenvolvimento regional			
	milhões de ECUs		
<b>261.</b> Obras de recolha e de tratamento de efluentes; obras de adução de água no sudoeste de Devon (Sudoeste) <b>South West Water Authority</b> 10 milhões de GBP	16,4	●	
<b>262.</b> Obras de recolha e de tratamento de efluentes e condutas de descarga marítima que beneficiam o ambiente nos Condados de Avon, Somerset e Dorset (Sudoeste) <b>Wessex Water Authority</b> 10 milhões de GBP	17,6	●	
<b>263.</b> Obras de recolha e de tratamento de efluentes nas bacias do Wiske, do Don e do Calder; melhoramento do abastecimento de água de quatro cidades do sul do Yorkshire <b>Yorkshire Water Authority</b> 10,4 milhões de GBP (contravalor de um empréstimo a taxa variável expresso em USD)	17,9	●	
<b>264.</b> Redes de recolha e de tratamento de efluentes; obras de adução de água (Noroeste) <b>North-West Water Authority</b> 25,7 milhões de GBP (contravalor de um empréstimo a taxa variável expresso em USD)	44,0	●	●
<b>265.</b> Obras de recolha de efluentes em Newcastle-upon-Tyne (Norte) <b>Northumbrian Water Authority</b> 5 milhões de GBP	8,8	●	●
<b>266.</b> Obras em estradas, adução de água, obras de saneamento de efluentes no centro da Escócia <b>Central Regional Council</b> 7,5 milhões de GBP	13,2	●	
<b>267.</b> Obras em estradas, realização de esgotos, infra-estruturas para as zonas industriais no Lancashire (Noroeste) <b>Lancashire County Council</b> 3 milhões de GBP	5,3	●	
<b>268.</b> Estradas, zonas industriais e obras de protecção costeira no Lancashire (Noroeste) <b>Lancashire County Council, Blackpool e Blackburn Borough Councils</b> por intermédio de <b>Lancashire County Council</b> 2,7 milhões de GBP	4,6	●	
<b>269.</b> Obras em estradas e desenvolvimento de zonas industriais no sul de Yorkshire e Humberside <b>South Yorkshire County Council</b> 9 milhões de GBP	15,3	●	
<b>270.—271.</b> Zonas industriais no Condado de Durham (Norte) <b>Easington District Council</b> 0,74 milhões de GBP <b>Wear Valley District Council</b> 0,18 milhões de GBP	1,3 0,3	● ●	



Objectivos energéticos  
Infra-estruturas comunitárias  
Modernização de empresas  
Desenvolvimento regional

milhões de ECUs

272. Zonas industriais em Strathclyde (Escócia)

**Dumbarton District Council**

0,175 milhões de GBP

0,3

●

273. Zonas industriais no Condado de Durham (Norte)

**Sedgefield District Council**

1,5 milhões de GBP

2,6

●

274. Modernização e racionalização de instalações de transformação de alumina e de alumínio em Burntisland e Falkirk (Escócia) e Rogerstone (País de Gales)

**British Alcan Aluminium Limited**

1,6 milhões de GBP

2,9

●

275.—276. Fabrico de aparas de poliéster para fibras em Hartlepool (Norte)

**Tolaram Polymers (U.K.) Ltd**

2,5 milhões de GBP

4,3

●

3,5 milhões de GBP

5,9

●

277. Ampliação de uma fábrica de instrumentos electrónicos de medida e de ensaio próximo de Edimburgo (Escócia)

**Hewlett-Packard Ltd**

2,5 milhões de GBP

4,4

●

278. Fábrica de processamento de grãos de oleaginosas comestíveis e

Objectivos energéticos  
Infra-estruturas comunitárias  
Modernização de empresas  
Desenvolvimento regional

milhões de ECUs

instalações de embalagem em Liverpool (Noroeste)

**Bibby Edible Oils Ltd**

6 milhões de GBP

10,2

●

279. Fábrica de papel de jornal de primeira qualidade instalada numa antiga área siderúrgica em Shotton (País de Gales)

**Shotton Paper Company Limited**

17 milhões de GBP

27,9

●

280. Aperfeiçoamento e instalação de um novo sistema de gestão informática para uma cadeia de cooperativas

**Co-operative Wholesale Society Ltd**

4,5 milhões de GBP

7,6

●

281. Contrato de mandato e de garantia com a **Secretaria de Estado da Indústria para a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte** para o financiamento de pequenos e médios empreendimentos industriais, turísticos e de serviços nas zonas assistidas

40 milhões de GBP

68,5

●

282. Empréstimo global ao **Grupo Investors in Industry plc** para o financiamento de pequenos e médios empreendimentos industriais nas zonas assistidas

10 milhões de GBP

16,4

●

Em 1985, foram outorgados 629,1 milhões de ECUs sob a forma de empréstimos globais por conta de recursos do Novo Instrumento Comunitário (NIC), para investimentos de pequenas e médias empresas. Os créditos no âmbito dos empréstimos globais NIC em curso contribuíram para o financiamento de 2 916 investimentos industriais de PMEs.



Ph.: B. Turbang

## B. Empréstimos a cargo de recursos do Novo Instrumento Comunitário de contracção e de concessão de empréstimos (NIC)

### Contratos celebrados em 1985

O montante global dos contratos de empréstimo por conta de recursos do NIC, celebrados conjuntamente pela Comissão das Comunidades Europeias e o Banco para projectos de investimento na Comunidade, elevou-se em 1985 a 883,7 milhões.

Estas operações — cujos principais aspectos económicos são apresentados nas páginas 23 a 43 — são efectuadas pelo Banco sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia (cf. pág. 25) e são contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (cf. pág. 92); a responsabilidade do Banco no que se refere a estes empréstimos limita-se à boa execução, em conformidade com as práticas bancárias usuais, do mandato que lhe é confiado. Os objectivos económicos visados por estes empréstimos são indicados no Quadro 4.

O empréstimo concedido para a reconstrução das áreas sinistradas da Itália, que beneficia de uma bonificação de juro de 3 %, é assinalado com um asterisco.

Objectivos energéticos		Objectivos energéticos	
Infra-estruturas comunitárias		Infra-estruturas comunitárias	
Investimentos das PME		Investimentos das PME	
Desenvolvimento regional		Desenvolvimento regional	
milhões de ECUs		milhões de ECUs	
<b>DINAMARCA</b>	<b>68,5</b>	<b>FRANÇA</b>	<b>357,8</b>
550 milhões de coroas dinamarquesas		2 440 milhões de francos franceses	
<b>283.—284.</b> Electrificação da rede ferroviária; troço Helsingør — Korsør via Compenhaga		<b>289.</b> Lanço Maçon-Châtillon (96 km) da auto-estrada A 40, que assegura a ligação com o túnel do Monte-Branco (Ródano-Alpes)	
<b>Danske Statsbaner</b> por intermédio do <b>Estado Dinamarquês</b>		<b>Société des Autoroutes Paris-Rhin-Rhône</b> por intermédio da <b>CNA</b>	
70 milhões de DKK	8,7	500 milhões de FRF	73,2
180 milhões de DKK (contravalor de um empréstimo expresso em LUF)	22,3		
<b>285.—286.</b> Empréstimos globais ao <b>Finansieringsinstituttet for Industri og Håndværk A/S</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas industriais		<b>290.</b> Construção e lançamento de satélites, estações terrestres e redes destinadas a assegurar serviços telemáticos aperfeiçoados às empresas, bem como as ligações com os departamentos franceses ultramarinos	
200 milhões de DKK	25,0	<b>Administration des Postes et Télécommunications</b> por intermédio da <b>CNT</b>	
100 milhões de DKK	12,5	100 milhões de FRF	14,6 <sup>(1)</sup>
		<b>291.—292.</b> Empréstimos globais ao <b>CEPME</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas	
		500 milhões de FRF	73,2
		70 milhões de FRF	10,4
<b>GRÉCIA</b>	<b>22,0</b>	<b>293.—294.</b> Empréstimos globais ao <b>Crédit National</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas	
2 100 milhões de dracmas		300 milhões de FRF	43,9
<b>287.</b> Reforço da rede de telecomunicações interurbana e internacional; instalação nas Termópilas de uma estação costeira de comunicação marítima por satélite Inmarsat		270 milhões de FRF	40,0
<b>OTE</b>		<b>295.—308.</b> Empréstimos globais a <b>14 Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR)</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas	
1 700 milhões de GRD	17,6	— <b>SDR du Centre-Est «Centrest»</b>	
Empréstimo global concedido à <b>Organização Helénica das Pequenas e Médias Indústrias e Empresas Artesanais (EOMMEX)</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas		125 milhões de FRF	18,3
400 milhões de GRD	4,4		

<sup>(1)</sup> Investimentos que desenvolvem tecnologias avançadas.



Objectivos energéticos				Objectivos energéticos			
Infra-estruturas comunitárias				Infra-estruturas comunitárias			
Investimentos das PME				Investimentos das PME			
Desenvolvimento regional				Desenvolvimento regional			
milhões de ECUs				milhões de ECUs			
— SDR de Champagne-Ardenne «Champex»	30 milhões de FRF	4,4	●	<b>312.</b> Construção das infra-estruturas de base de uma nova área de escritórios em Nápoles (Campânia)			
— SDR du Sud-Ouest «Expanso»	35 milhões de FRF	5,1	●	<b>MEDEDIL — Società Edilizia Mediterranea p.A.</b> por intermédio do <b>ISVEIMER</b>			
— SDR de Lorraine «Lordex»	40 milhões de FRF	5,9	●	20 biliões de ITL	13,4	●	
— SDR de Méditerranée	40 milhões de FRF	5,9	●	<b>313.—314.</b> Instalação de painéis solares destinados à produção de água quente em edifícios residenciais e do sector terciário			
— SDR du Nord — Pas-de-Calais	35 milhões de FRF	5,1	●	<b>ENEL</b>			
— SDR de Normandie	75 milhões de FRF	11,0	●	— no Mezzogiorno	6,6 biliões de ITL	4,4	●
— SDR de Picardie	60 milhões de FRF	8,8	●	— no Centro-Norte	7,4 biliões de ITL	5,0	●
— SDR d'Alsace «Sade»	80 milhões de FRF	11,7	●	<b>315.—316.</b> Empréstimos globais ao <b>BNL</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
— SDR du Centre et du Centre-Ouest «Sodecco»	20 milhões de FRF	2,9	●	30 biliões de ITL	21,9	●	
— SDR de l'Ouest — «Sodero»	20 milhões de FRF	2,9	●	30 biliões de ITL	21,0	●	
— SDR du Languedoc-Roussillon — «Sodler»	10 milhões de FRF	1,5	●	<b>317.</b> Empréstimo global ao <b>Banco di Sicilia</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
— SDR du Sud-Est	120 milhões de FRF	17,6	●	10 biliões de ITL	7,0	●	
— SDR du Sud-Ouest — «Tofinso»	10 milhões de FRF	1,5	●	<b>318.</b> Empréstimo global à <b>Cassa per il Credito alle Imprese Artigiane</b> para o financiamento de investimentos de empresas artesanais no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
<b>IRLANDA</b>		<b>27,9</b>		20 biliões de ITL	13,4	●	
20 milhões de libras irlandesas				<b>319.</b> Empréstimo global ao <b>CENTROBANCA</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
<b>309.</b> Arborização de 13 300 ha, estradas florestais, instalações turísticas e técnicas				55 biliões de ITL	38,4	●	
<b>Serviço florestal do Ministério das Pescas e das Florestas</b> por intermédio do <b>Estado Irlandês (Ministério das Finanças)</b>				<b>320.</b> Empréstimo global ao <b>EFIBANCA</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
20 milhões de IEP		27,9	●	15 biliões de ITL	10,5	●	
<b>ITÁLIA</b>		<b>374,1</b>		<b>321.—322.</b> Empréstimos globais ao <b>IMI</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas			
540 biliões de liras italianas				60 biliões de ITL	42,0	●	
<b>310.</b> Restauração da rede ferroviária danificada pelos sismos de Novembro de 1980				60 biliões de ITL	40,1	●	
<b>Azienda Autonoma delle Ferrovie dello Stato</b>							
21 biliões de ITL		14,1*	●				
<b>311.</b> Instalações de recolha e de tratamento de efluentes visando reduzir a poluição do Pó e dos seus afluentes, numa zona habitada por cerca de 3,5 milhões de pessoas							
<b>Região Lombardia</b>							
50 biliões de ITL		36,5	●				

	Objectivos energéticos	Infra-estruturas comunitárias	Investimentos das PME	Desenvolvimento regional	milhões de ECUs
<b>323.</b> Empréstimo global ao <b>INTER-BANCA</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas					35 bilhões de ITL
					24,5
<b>324.—325.</b> Empréstimos globais aos <b>Mediocrediti regionali</b> por intermédio do <b>Mediocredito Centrale</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas no Centro-Norte fora das zonas menos desenvolvidas					60 bilhões de ITL
					42,0
					40,1

	Objectivos energéticos	Infra-estruturas comunitárias	Investimentos das PME	Desenvolvimento regional	milhões de ECUs
<b>REINO UNIDO</b>					<b>33,4</b>
20 milhões de libras					
<b>326.</b> Electrificação da linha férrea Glasgow-Ayr e aquisição de material circulante (Escócia) <b>Strathclyde Regional Council</b>					10 milhões de GBP
					17,0
<b>327.</b> Empréstimo global a <b>Investors in Industry Group plc</b> para o financiamento de investimentos produtivos de pequenas e médias empresas fora das zonas assistidas					10 milhões de GBP
					16,4

#### Abreviaturas utilizadas

Grécia	OTE	Organismos Tilepikoinonion tis Ellados
		Organismo de Telecomunicações da Grécia S.A.
	PPC	Dimosia Epirisi Ilektrismou
		Empresa Pública de Electricidade
França	CAECL	Caisse d'Aide à l'Équipement des Collectivités Locales
	CEPME	Crédit d'Équipement des Petites et Moyennes Entreprises
	CNA	Caisse Nationale des Autoroutes
	CNT	Caisse Nationale des Télécommunications
	EDF	Electricité de France — Service National
Itália	AGIP	Azienda Generale Industria Petroli
	ANAS	Azienda Nazionale Autonoma delle Strade
	BNL	Banca Nazionale del Lavoro
	BNL/SACAT	Sezione Autonoma per l'Esercizio del Credito Alberghiero e Turistico della Banca Nazionale del Lavoro
	BNL/SAFOP	Sezione Autonoma per il Finanziamento di Opere Pubbliche e di Impianti di Pubblica Utilità della Banca Nazionale del Lavoro

CENTROBANCA	Banca Centrale di Credito Popolare
CIS	Credito Industriale Sardo
CREDIOP	Consorzio di Credito per le Opere Pubbliche
EFIBANCA	Ente Finanziario Interbancario
ENEL	Ente Nazionale per l'Energia Elettrica
ENI	Ente Nazionale Idrocarburi
IMI	Istituto Mobiliare Italiano
INTERBANCA	Banca per Finanziamenti a Medio e Lungo Termine
IRFIS	Istituto Regionale per il Finanziamento alle Industrie in Sicilia
IRI	Istituto per la Ricostruzione Industriale
ISVEIMER	Istituto per lo Sviluppo Economico dell'Italia Meridionale
MEDIOBANCA	Banca di Credito Finanziario
MEDIOCREDITO CENTRALE	Istituto Centrale per il Credito Medio Termine
SIP	Società Italiana per l'Esercizio delle Telecomunicazioni
SNAM	Società Nazionale Metanodotti
VENEFONDIARIO	Istituto di Credito Fondiario delle Venezie



Durante os anos que precederam a adesão de Espanha e de Portugal, o Banco concedeu empréstimos, no contexto de acordos de cooperação financeira celebrados entre a Comunidade e estes dois países, no valor, respectivamente, de 550 milhões de ECUs e 725 milhões de ECUs. Entre os investimentos financiados figuram a beneficiação de troços da linha ferroviária Madrid—Barcelona—Port Bou (foto 1), a exploração de terras irrigadas em Odivelas-Vigia, no Alentejo (foto 2: ao fundo, um canal de condução de água), o reforço da segurança do tráfego do aeroporto do Funchal, na Madeira (foto 3) e o aproveitamento hidroeléctrico do Pocinho, no Douro (foto 4).

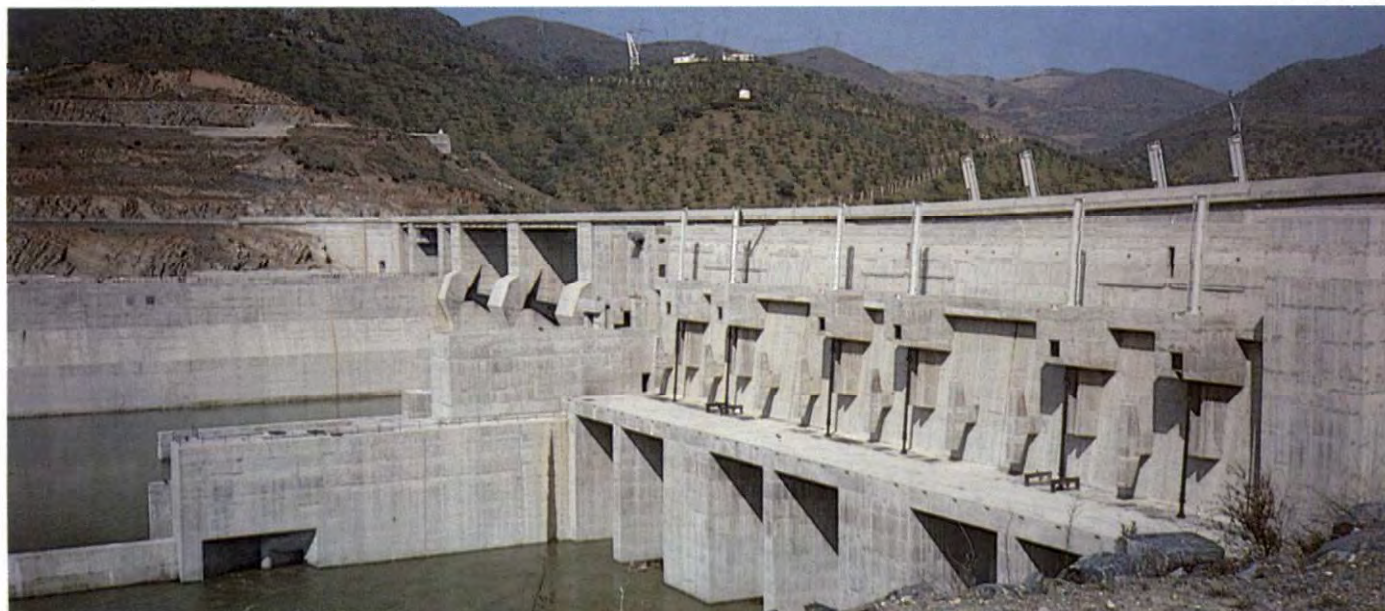


Ph.: J. Klees



Ph.: J. Klees

Ph.: B. Turbang





# Financiamentos no exterior da Comunidade

O montante de financiamentos no exterior da Comunidade elevou-se a 584,3 milhões a cargo de recursos próprios do Banco e a 75,9 milhões a cargo de recursos orçamentais, perfazendo no total 660,2 milhões.

O Banco outorgou empréstimos em Espanha e em Portugal, com vista a facilitar a integração da economia dos dois países na economia comunitária (260 milhões) e nos países do Magrebe, na Síria e em Chipre (165,2 milhões, 8,7 dos quais por conta de recursos orçamentais) no enquadramento de acordos de cooperação financeira assinados entre estes países e a Comunidade.

Os empréstimos concedidos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, no âmbito da Convenção de Lomé II, e nos Países e Territórios Ultramarinos, no âmbito da decisão do Conselho das Comunidades, elevaram-se a 167,8 milhões por conta de recursos próprios e a 67,2 milhões por conta de recursos orçamentais para contribuições em capitais de risco, perfazendo no total 235 milhões.

## Empréstimos em Espanha e em Portugal

Totalizando 260 milhões por conta de recursos próprios do Banco, os empréstimos nestes dois países destinaram-se ao reforço das infra-estruturas de transporte (140 milhões), ao sector energético (70 milhões) e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas industriais e turísticas (50 milhões). (Ver nas pág. 109 a 111 uma breve análise da intervenção do Banco nestes dois países).

### Espanha

Dos empréstimos concedidos em Espanha, que totalizaram 160 milhões (140 milhões em 1984), 100 milhões foram concedidos para infra-estruturas de

comunicações: obras em cinco troços de grandes eixos rodoviários próximo de Barcelona, Córdova, Burgos, Valladolid e Múrcia; melhoramentos numa das principais linhas de caminhos de ferro de ligação de Madrid à fronteira francesa, passando por Barcelona; construção de um novo cais para mercadorias a granel no porto de Cádiz, assim como de dois molhes de protecção e de equipamento para uma doca do porto de Santa Cruz de Tenerife, nas Canárias; foi ainda concedido um empréstimo global para ajudar ao financiamento pelas colectividades locais, de pequenas infra-estruturas nas zonas menos favorecidas; no âmbito dos empréstimos globais em curso, foram afectados 27,2 milhões a 17 pequenas obras de estrada e de saneamento.

## Modalidades de intervenção no exterior da Comunidade

O Banco desenvolve actividades no exterior da Comunidade, no enquadramento de acordos celebrados entre um país específico ou um grupo de países e a Comunidade Económica Europeia. As suas intervenções carecem de um **autorização global** do Conselho de Governadores, nos termos do artigo 18º dos Estatutos, que prevê a concessão de empréstimos no exterior da Comunidade (Ver Quadro 9).

O BEI outorga **empréstimos a cargo de recursos próprios**, provenientes de fundos captados no mercado de capitais; a Comunidade ou os Estados-membros concedem uma garantia global até ao montante de 75 % dos créditos abertos, para cobertura de todos os riscos decorrentes destes empréstimos; estes financiamentos podem beneficiar de bonificações de juro por conta de fundos orçamentais.

O Banco concede igualmente financiamentos **por conta de recursos orçamentais**, na qualidade de mandatário da Comunidade; estes financiamentos, concedidos em condições muito favoráveis (empréstimos especiais ou capitais de risco), são contabilizados como contas extrapatri-

moniais na «Secção Especial» (cf. pág. 92). Os empréstimos especiais são concedidos a uma taxa particularmente baixa (1 %) e por um prazo muito longo (40 anos, com um diferimento de 10 anos).

As contribuições sob a forma de capitais de risco permitem financiar tomadas de participação directas do Banco em nome da Comunidade, empréstimos a um Estado ou a uma instituição nacional de desenvolvimento para o reforço dos fundos próprios das empresas e assistência em quase-capital. Esta toma a forma de empréstimos subordinados, cujo reembolso só tem lugar após extinção das dívidas prioritárias, ou de empréstimos condicionados, cujos reembolso e prazo dependem do cumprimento de condições determinadas aquando da concessão do empréstimo. A possibilidade de uma adaptação flexível desta forma de intervenção, nomeadamente pela adequação das condições de concessão às características dos projectos, permite satisfazer necessidades de financiamento muito diversas, principalmente no sector industrial; são igualmente concedidas verbas mais reduzidas para estudos de viabilidade ou para assistência técnica ao arranque das empresas.



Um empréstimo de 40 milhões concedido a um importante complexo hidroeléctrico, a 50 km a sudoeste de Valência, incluindo três barragens e duas centrais, contribuirá para o aproveitamento dos recursos energéticos.

Por último, um novo empréstimo global ao Banco de Crédito Industrial (20 milhões) permitirá o financia-

mento de investimentos, especialmente para a modernização de pequenas e médias empresas; em 1985, foram concedidos 111 créditos para este efeito, no total de 50,1 milhões, no âmbito de empréstimos globais em curso.

Quadro 9: **Montantes da ajuda financeira da Comunidade prevista nas convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou negociados em 13 de Maio de 1986**

(milhões de ECUs)

		Intervenções por conta de recursos orçamentais				(milhões de ECU)	
	Tipo de acordo	Período de aplicação	Empréstimos por conta de recursos do BEI	Empréstimos com condições especiais	Operações de capitais de risco	Ajudas não reembolsáveis (2)	Total
<b>Bacia Mediterrânica</b>							
Jugoslávia	protocolo financeiro	em negociação					
Turquia	protocolo complementar	a partir de 1. 3. 1986		47 (3) (4)			
	4º protocolo financeiro	ainda não assinado	225	325 (4)		50	600
Argélia	2º protocolo financeiro	1. 1. 1983—31. 10. 1986	107 (1)	16 (5)		28	151
Marrocos	2º protocolo financeiro	1. 1. 1983—31. 10. 1986	90 (1)	42 (5)		67	199
Tunísia	2º protocolo financeiro	1. 6. 1983—31. 10. 1986	78 (1)	24 (5)		37	139
Egipto	2º protocolo financeiro	1. 1. 1983—31. 10. 1986	150 (1)	50 (5)		76	276
Jordânia	2º protocolo financeiro	1. 1. 1983—31. 10. 1986	37 (1)	7 (5)		19	63
Libano	2º protocolo financeiro	1. 3. 1983—31. 10. 1986	34	5 (5)		11	50
	2ª ajuda excepcional	—	50				50
Síria	2º protocolo financeiro	1. 2. 1983—31. 10. 1986	64 (1)	11 (5)		22	97
Malta	2º protocolo financeiro	31. 10. 1988	16	3 (4)		10,5	29,5
Chipre	2º protocolo financeiro	1. 5. 1984—31. 12. 1988	28 (1)	6 (4)		10	44
Israel	2º protocolo financeiro	1. 1. 1984—31. 10. 1986	40				40
Total países da bacia mediterrânica			919	489		330,5	1 738,5
<b>Estados ACP—PTUM</b>							
ACP	Convenção de Lomé III	1986—1990	1 100 (1)	600 (2)	600 (4)	4 860	7 160
PTUM	Decisão do Conselho	1986—1990	20 (1)	25 (2)	15 (4)	55	115
Total ACP—PTUM (6)			1 120	625	615	4 915	7 275
<b>Total Geral</b>			<b>2 039</b>	<b>1 114</b>	<b>615</b>	<b>5 245,5</b>	<b>9 013,5</b>

(1) Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento para projectos nos Estados ACP e PTUM e por conta dos recursos do orçamento geral das Comunidades para projectos nos países da bacia mediterrânica; os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

(2) Financiamentos concedidos pela Comissão das Comunidades Europeias, após dedução das bonificações de juros.

(3) Montante em milhões de unidades de conta não considerado nos totais.

(4) Financiamentos concedidos pelo Banco.

(5) Financiamentos concedidos pela Comissão ou pelo Banco.

(6) Não inclui o fundo de estabilização das receitas de exportação dos ACP (925 milhões) e dos PTUM (5 milhões), nem o sistema especial para os produtos mineiros dos ACP (415 milhões); financiamentos concedidos pela Comissão.

## Portugal

Dos 100 milhões outorgados em Portugal (80 milhões em 1984), 40 milhões visaram o melhoramento das ligações rodoviárias no norte do país: troços de 38 km da auto-estrada Porto—Lisboa e de cerca de 100 km nos itinerários principais de ligação do porto de Aveiro e de Coimbra a Vilar Formoso.

A concessão de um empréstimo de 30 milhões, para a quarta unidade da central eléctrica a carvão de Si-

nes, contribuirá para reduzir a grande dependência do país em relação às importações de petróleo.

Dois empréstimos globais, de 15 milhões cada um, permitirão financiar um número crescente de investimentos de pequenas e médias empresas, com vista a modernizar os respectivos equipamentos e também, em certos casos, a reduzir o consumo de energia; foram concedidos 90 créditos no total de 25,4 milhões, afectados no âmbito de empréstimos globais em curso.

## Financiamentos noutros países da bacia mediterrânica

O conjunto dos empréstimos noutros países da bacia mediterrânica elevou-se a 165,2 milhões, essencialmente a cargo de recursos próprios, em comparação com 327,6 milhões em 1984, sendo 126,3 milhões concedidos na Jugoslávia, ao abrigo do protocolo financeiro, cujo montante foi assim esgotado, e no contexto de financiamentos adicionais autorizados pelo Conselho de Governadores.

Na **Argélia**, a concessão de empréstimos no valor total de 75 milhões, contribuiu para o reforço dos meios de comunicação rodoviários — graças à melhoria de 134 km da estrada entre Jijel, na costa, e Constantina, no coração de uma zona interior de acesso difícil — e marítimos, mediante ampliação de um cais e construção de terraplenos no porto de Bejaia, a leste de Argel.

Na **Tunísia**, foram efectuadas cinco operações no total de 23,5 milhões (sendo 5 milhões em condições especiais por conta de recursos orçamentais), por intermédio do Banque Nationale de Développement Agricole: dois empréstimos permitirão reforçar

a frota de pesca, mediante aquisição de dez traineiras; dois empréstimos globais contribuirão para o financiamento de iniciativas agrícolas e agro-industriais e um terceiro, para o financiamento de Unidades Cooperativas de Produção (foram afectados 137 créditos, no total de 6,4 milhões, no âmbito de empréstimos globais em curso).

Em **Marrocos**, foi concedido um empréstimo de 8,5 milhões à Caisse Nationale de Crédit Agricole, para o financiamento de investimentos no sector rural (compra de gado e de equipamento agrícola, construção de edifícios) visando modernizar os métodos de produção e aumentar a auto-suficiência em produtos alimentares. No âmbito de um empréstimo global em curso, foram desembolsados 19,2 milhões para 4 projectos agro-industriais e para cerca de 82 500 investimentos rurais de dimensão muito pequena.

Em **Chipre**, foram concedidos 30,2 milhões (3,7 dos quais em condições especiais a cargo de recursos orçamentais), para a construção de uma barragem-albufeira em Kouris e a instalação de condutas, que

Quadro 10: Financiamentos nos países da bacia mediterrânica em 1985

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos

	Empréstimos por conta de recursos próprios		Operações por conta de recursos orçamentais		Total	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
Espanha	160,0	38,4	—	—	160,0	37,6
Portugal	100,0	24,0	—	—	100,0	23,5
<b>Outros Países</b>	<b>156,5</b>	<b>37,6</b>	<b>8,7</b>	<b>100,0</b>	<b>165,2</b>	<b>38,9</b>
Argélia	75,0	18,0	—	—	75,0	17,7
Marrocos	8,5	2,0	—	—	8,5	2,0
Tunísia	18,5	4,5	5,0	57,5	23,5	5,5
Síria	28,0	6,7	—	—	28,0	6,6
Chipre	26,5	6,4	3,7	42,5	30,2	7,1
<b>Total</b>	<b>416,5</b>	<b>100,0</b>	<b>8,7</b>	<b>100,0</b>	<b>425,2</b>	<b>100,0</b>



## O desenvolvimento agrícola em Marrocos e na Tunísia

A agricultura continua a constituir uma actividade essencial em Marrocos e na Tunísia, tanto sob o ponto de vista económico como social, contribuindo para cerca de 14 % do Produto Nacional Bruto e ocupando 50 % da mão-de-obra em Marrocos e 35 % na Tunísia. No entanto, em qualquer destes dois países, a produção agrícola tem sido sempre insuficiente para satisfazer as necessidades alimentares. A fim de promover o acréscimo da produção, Marrocos e a Tunísia iniciaram recentemente uma série de reformas, incluindo aumentos significativos dos preços dos produtos agrícolas e o reforço do crédito agrícola e de serviços de formação destinados aos agricultores.

A Comunidade Europeia tem apoiado activamente as estratégias de desenvolvimento agrícola de Marrocos e da Tunísia, a pedido expresso destes dois países. Até ao final de 1985, os empréstimos concedidos para a agricultura e serviços, a partir de recursos próprios do Banco, totalizaram 28,5 milhões de ECUs em Marrocos e 39,5 milhões de ECUs na Tunísia; esta última beneficiou igualmente de 6,5 milhões de ECUs, sob a forma de empréstimos especiais a partir de recursos orçamentais geridos pelo Banco, em nome da Comunidade. Em Marrocos, o Banco deu o seu apoio à Caisse Nationale de Crédit Agricole (CNCA), uma instituição de crédito agrícola já antiga, com muita experiência em todos os sectores da agricultura marroquina. O Banco associou-se neste esforço a outras instituições de crédito, tais como o Banco Mundial e o Kreditanstalt für Wiederaufbau. Na Tunísia, o BEI concedeu fundos para um novo banco de crédito agrícola, o Banque Nationale de Développement Agricole (BNDA), que já financiou mais de 250 projectos abrangendo diferentes aspectos da agricultura tunisina. Estas instituições de crédito utilizam os fundos concedidos pelo BEI para financiar investimentos rurais de pequenos agricultores ou de empresas agrícolas de maiores dimensões. De igual modo, em diversos casos, os fundos do Banco foram reafectados por intermédio do BNDA, para projectos especiais, tais como a construção de instalações de armazenamento de fertilizantes, a edifi-

cação de uma fábrica de lacticínios e a compra de traíneiras. O BEI apoiou directamente um outro projecto importante, que consistiu no programa promovido pelo Office des Terres Domaniales, visando melhorar a qualidade das pastagens para a criação de carneiros. Este projecto demonstrou a viabilidade dos esforços empreendidos para o aproveitamento de vastas áreas de terrenos ameaçados pela desertificação, tendo igualmente produzido benefícios directos em termos de produtividade.

Alguns dos financiamentos do Banco também se associaram a fundos provenientes da Comunidade Europeia, concedidos na forma de empréstimos especiais em condições favorecidas ou de subsídios autorizados pela Comissão, nomeadamente para projectos de infra-estruturas agrícolas e para diversos programas de assistência técnica.

A importância dada ao desenvolvimento da produção local de bens essenciais, tais como cereais, carnes e lacticínios, a qual no presente satisfaz somente 50 % ou mesmo uma percentagem inferior do consumo local, corresponde inteiramente às necessidades básicas destes países e contribui para reduzir as cargas a suportar pelas respectivas balanças de pagamentos. As medidas recentemente tomadas pelos governos de Marrocos e da Tunísia revelam que os mesmos estão cientes da importância da adopção de reformas que garantam uma agricultura verdadeiramente lucrativa nos seus países. Além disso, prevê-se que estes países procedam a uma revisão total de alguns dos principais mecanismos de apoio à agricultura, tais como sistemas de crédito e serviços de formação, de forma a que os agricultores possam tirar o maior partido das novas oportunidades oferecidas pela reforma da política de preços. No contexto dos seus financiamentos, é intenção do Banco Europeu de Investimento, continuar a prestar a melhor assistência possível a estes países, a fim de melhorar a produtividade da agricultura e de conter o aumento dos défices alimentares.

permitirão melhorar o abastecimento de água para fins industriais e domésticos, às principais cidades da ilha.

Na **Síria**, um empréstimo de 28 milhões contribuirá para o financiamento do reforço da central térmica de Mehardeh, no norte do país.

## Financiamentos nos Estados ACP e nos PTUM

Não obstante a persistência na maior parte destes países de uma situação económica difícil, os financiamentos registaram um acréscimo. O Banco desenvolveu actividades em 27 países de África, das Caraíbas e do Pacífico e em três territórios ultramarinos, tendo concedido 18 empréstimos num montante total de 167,8 milhões por conta de recursos próprios, e 25 contribuições sob a forma de capitais de risco, no montante de 67,2 milhões. O valor global dos financiamentos do exercício elevou-se, pois, a 235 milhões, em comparação com 160,7 milhões

em 1984. Este facto permitiu comprometer a quase totalidade das verbas previstas na Convenção de Lomé II para operações de capitais de risco, e mais de quatro quintos das verbas para empréstimos por conta de recursos próprios. Todos estes empréstimos beneficiaram de bonificações de juros financiadas por recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Mais de metade do montante das operações destinou-se a investimentos industriais (124 milhões),

primordialmente nos sectores transformador (17 %) e agro-industrial (18,5 %), e ao financiamento de bancos de fomento (17,3 %). O montante afectado no âmbito de empréstimos globais em curso elevou-se a 33,8 milhões, repartidos por 82 créditos em favor de pequenas e médias empresas, predominantemente nos sectores da agro-indústria (20 %), das indústrias extractivas (10,4 %), das indústrias têxteis (7,3 %) e do turismo (6,7 %). No sector industrial, as operações visando a reabilitação, a renovação e a ajuda ao arranque das empresas representaram cerca de 30 % das contribuições em capitais de risco.

Os restantes empréstimos incidiram essencialmente sobre a produção de energia (65,6 milhões, ou seja 28 % do total) bem como sobre as redes de telecomunicações (12 %), de transporte e de abastecimento de água.

Os investimentos financiados individualmente e por afectação no contexto de empréstimos globais devem contribuir para a criação directa de cerca de 6 000 postos de trabalho, essencialmente nos sectores industrial e agro-industrial; na indústria, o custo médio de investimento por posto de trabalho criado é de 160 000 ECUs, no que se refere aos projectos individuais, e cinco vezes inferior, no que respeita aos créditos no âmbito de empréstimos globais. Estes valores não incluem os projectos de plantação, nem os projectos de reabilitação e de assistência ao arranque, cujo objectivo essencial consiste na reposição de empresas em condições de funcionamento económica e financeiramente viáveis.

A maioria dos projectos de investimento nos Estados ACP foi objecto de co-financiamentos, efectuados essencialmente com as instituições de crédito bilaterais dos países membros, o Banco Mundial, a Comissão das Comunidades Europeias (Fundo Europeu de Desenvolvimento) e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento.

A distribuição dos financiamentos segundo o grau de desenvolvimento dos diferentes países revela que cerca de 80 % do montante total dos empréstimos por conta de recursos próprios do banco foram concedidos nos Estados ACP, cujo rendimento per capita é superior a cerca de 400 USD e cuja capacidade de endividamento é mais elevada, e que as contribuições sob a forma de capitais de risco foram canalizadas numa proporção superior a 60 %, para projectos situados em países ACP mais desfavorecidos, cujo PIB per capita é inferior ou igual a cerca de 400 USD.

Em 1985, o Banco financiou as seguintes operações em 19 países de África <sup>(1)</sup>:

— **Congo** (24,1 milhões): desenvolvimento de plantações de palmeiras de óleo no Norte e melhoramento e ampliação das instalações de telecomunicações internacionais;

— **Camarões** (22 milhões): construção de uma barragem-albufeira no rio Mapé a norte de Yaoundé que permitirá assegurar, em todas as estações, o funcionamento regular das centrais de Edéa e de Song-Loulou;

— **Costa do Marfim** (22 milhões): plantação de uma floresta de palmeiras, construção de uma fábrica de óleo e modernização das instalações e do equipamento de transformação de cacau de uma fábrica na zona industrial de Abidjan;

— **Quénia** (22 milhões): melhoramento e ampliação das redes locais e internacionais de telecomunicações;

— **Botsuana** (10 milhões): instalação do quarto grupo (33 MW) na central eléctrica de Morupule, alimentada por carvão local;

— **Sudão** (10 milhões): prosseguimento do aproveitamento de uma mina de ouro de Gebeit, reaberta em 1982, e ampliação da central hidroeléctrica de Roseires, que reforçará o abastecimento eléctrico do país;

— **Malawi** (9,5 milhões): construção de uma fábrica de chá, que tratará os produtos da plantação de Kavuzi e dois empréstimos globais para financiamento de projectos de pequena e média dimensão e de tomadas de participação;

— **Burkina Faso** (7 milhões): financiamento de um empréstimo a título de accionista à Société de Recherches et d'Exploitation Minières do Burkina Faso, com vista a investimentos complementares para a exploração da mina de ouro de Pourra;

— **Mauritânia** (7 milhões): reabilitação das instalações de abastecimento de água e de electricidade da cidade de Nouadhibou;

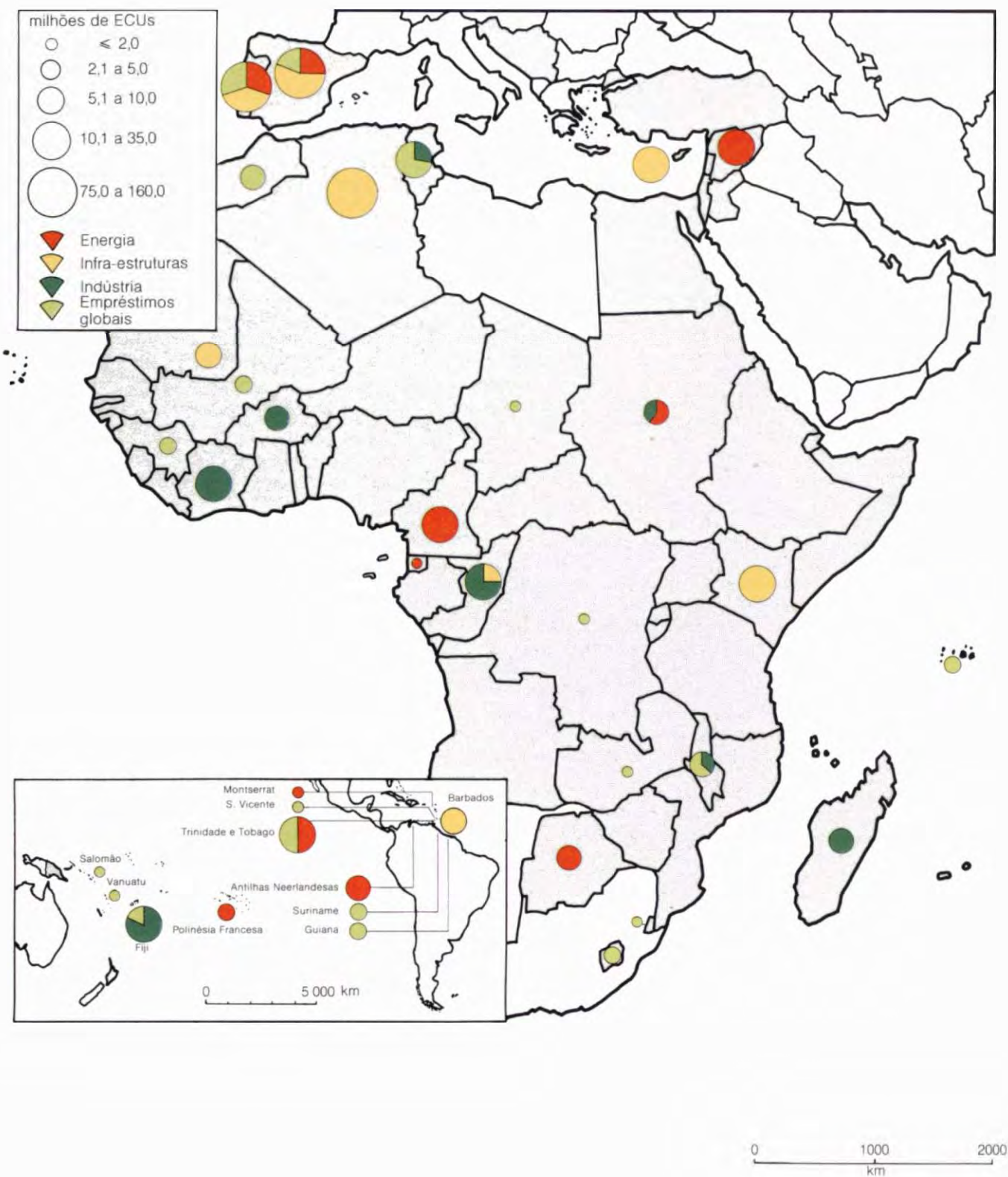
— **Madagáscar** (6 milhões): renovação e modernização de uma fábrica têxtil em Antsirabé, que utiliza algodão local, cuja produção deverá satisfazer cerca de 80 % do mercado interno;

— **Mali** (3,4 milhões): investimentos complementares visando melhorar o funcionamento da unidade de descasque de arroz de Dioro;

— **Lesoto** (3 milhões): empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias dimensões, nomeadamente por intermédio de tomadas de participação;

<sup>(1)</sup> Ver lista pormenorizada nas páginas 73 e 75.





— **Seychelles** (3 milhões): empréstimo global para o financiamento de projectos de pequena e média dimensão nos sectores da indústria, da agro-indústria e do turismo;

— **Guiné** (2,7 milhões): criação do Banque Internationale pour le Commerce et l'Industrie da Guiné, instituição bancária nacional e internacional;

— **Guiné Equatorial** (2 milhões): construção de uma central hidroeléctrica sobre o rio Riaba;

— **Chade** (2 milhões): linha de crédito colocada à disposição do Banque Tchadienne de Crédit et de Dépôts e do Banque Internationale pour l'Afrique au Tchad para a reabilitação de empresas de pequena ou média dimensão;

— o Banque de Développement des Etats d'Afrique Centrale (**BDEAC**), que agrupa os Camarões, a Centráfrica, o Congo, o Gabão, a Guiné Equatorial e o Chade, beneficiou de um empréstimo de 2,6 milhões para a ampliação do porto fluvial de Brazzaville, que serve alguns destes países;

— por último, três contribuições, no montante total de 1,04 milhões, financiarão a assistência ao National Industrial Development Corporation da Suazilândia, bem como estudos preliminares para um oleoduto na **Zâmbia** e um processo de recuperação de gás metano no **Zaire**.

Nas Caraíbas, o Banco desenvolveu actividades em cinco países, financiando:

— **Trinidade e Tobago** (24 milhões): extensão da rede de transporte de electricidade e um empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão nos sectores industrial e turístico;

— **Barbados** (5,6 milhões): aquisição de equipamento de manutenção de contentores no porto de Bridgetown, o qual é igualmente um porto de trânsito para os Estados vizinhos;

— **Guiana** (4 milhões): um empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas nos sectores da indústria, da agro-indústria, da silvicultura e da pesca;

### Financiamento de estudos de viabilidade e de assistência técnica nos Estados ACP

A degradação das condições económicas na maioria dos Estados ACP, aliada a uma conjuntura internacional desfavorável, tem agravado nestes últimos anos o problema da identificação e da realização de projectos de investimento viáveis. Esta situação traduziu-se numa necessidade crescente de proceder a estudos de viabilidade que, mediante uma análise aprofundada dos projectos ou a peritagem de problemas específicos, permitam detectar certos riscos, antes da tomada de decisão de investimento ou de financiamento. Pelas mesmas razões, verificou-se igualmente a necessidade da prestação de uma assistência técnica apropriada a empresas de criação recente.

Desde a entrada em vigor da Primeira Convenção de Lomé, o Banco tem contribuído para o financiamento, por meio de capitais de risco, de estudos para a elaboração de projectos e de assistência a empresas durante o período de arranque; a sua contribuição assume a forma, quer de empréstimos condicionados, quer de tomadas de participação directas ou indirectas no capital das sociedades de estudos. Os recursos aplicados para estes fins elevaram-se a cerca de 19 milhões e permitiram o financiamento de mais de cinquenta estudos e contratos de assistência técnica, quatro dos quais com um carácter regional, em cerca de quarenta países. Além disso, no âmbito da Segunda Convenção de Lomé, prevê-se a afectação de 6 milhões adicionais a este tipo de operações, durante os próximos três anos.

Os estudos foram financiados directamente ou através das instituições de fomento, mediante afectações no âm-

bito de linhas de crédito, tendo incidido, na maioria, sobre os sectores industrial, mineiro e energético, em cujo financiamento o Banco assume uma responsabilidade particular no contexto da Convenção de Lomé, e reflectindo a dificuldade de concretização de projectos industriais nos Estados ACP. Os restantes estudos centraram-se nos sectores agro-industrial e turístico. A assistência técnica ao arranque das empresas revelou-se igualmente importante, permitindo reforçar em inúmeros casos a capacidade de gestão das empresas.

De um total de aproximadamente quarenta estudos já concluídos, quinze conduziram a conclusões positivas que, em muitos casos, permitiram o arranque de projectos em cujo financiamento, por vezes, o Banco participou. Nos restantes casos, os estudos não originaram projectos devido a factores políticos ou económicos nacionais ou internacionais, como por exemplo, a queda dos preços mundiais das matérias-primas, verificada após conclusão dos estudos.

Há que assinalar igualmente a importância dos estudos que conduziram a recomendações negativas, na medida em que contribuíram para que se evitasse o lançamento de projectos demasiado arriscados ou com justificação económica insuficiente, eliminando assim uma afectação inadequada de recursos financeiros que, de outro modo, seriam eventualmente mobilizados para a realização de projectos marginais. A maioria dos casos ocorreu no sector mineiro, facto que não surpreende, em virtude do grau habitual de incerteza que caracteriza os investimentos neste domínio.



Quadro 11: **Financiamentos nos países de África, das Caraíbes e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) em 1985**

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos

	Empréstimos por conta de recursos próprios		Operações de capitais de risco por conta de recursos orçamentais		Total	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
<b>África</b>	<b>110,2</b>	<b>65,7</b>	<b>49,1</b>	<b>73,1</b>	<b>159,3</b>	<b>67,8</b>
África Ocidental	22,0	13,1	20,1	29,9	42,1	17,9
Burkina Faso	—	—	7,0	10,4	7,0	3,0
Costa do Marfim	22,0	13,1	—	—	22,0	9,4
Guiné	—	—	2,7	4,0	2,7	1,1
Mali	—	—	3,4	5,1	3,4	1,4
Mauritânia	—	—	7,0	10,4	7,0	3,0
África Central e Equatorial	48,7	29,0	4,5	6,7	53,2	22,6
Projectos inter-regionais	2,6	1,5	—	—	2,6	1,1
Camarões	22,0	13,1	—	—	22,0	9,3
Congo	24,1	14,4	—	—	24,1	10,2
Guiné Equatorial	—	—	2,0	3,0	2,0	0,9
Chade	—	—	2,0	3,0	2,0	0,9
Zaire	—	—	0,5	0,7	0,5	0,2
África Oriental e Austral	39,5	23,6	24,5	36,5	64,0	27,3
Botsuana	10,0	6,0	—	—	10,0	4,3
Quênia	22,0	13,1	—	—	22,0	9,4
Lesoto	—	—	3,0	4,5	3,0	1,3
Madagáscar	—	—	6,0	8,9	6,0	2,5
Malawi	7,5	4,5	2,0	3,0	9,5	4,0
Seychelles	—	13,1	3,0	4,5	3,0	1,3
Sudão	—	—	10,0	14,9	10,0	4,3
Suazilândia	—	—	0,04	—	0,04	—
Zâmbia	—	—	0,5	0,7	0,5	0,2
<b>Caraíbas</b>	<b>29,6</b>	<b>17,6</b>	<b>8,4</b>	<b>12,5</b>	<b>38,0</b>	<b>16,2</b>
Barbados	5,6	3,3	—	—	5,6	2,4
Guiana	—	—	4,0	6,0	4,0	1,7
S. Vicente	—	—	0,1	0,1	0,1	0,1
Suriname	—	—	4,3	6,4	4,3	1,8
Trinidade e Tobago	24,0	14,3	—	—	24,0	10,2
<b>Pacífico</b>	<b>16,0</b>	<b>9,5</b>	<b>8,1</b>	<b>12,0</b>	<b>24,1</b>	<b>10,2</b>
Fiji	16,0	9,5	6,0	8,9	22,0	9,4
Salomão	—	—	0,1	0,1	0,1	—
Vanuatu	—	—	2,0	3,0	2,0	0,8
<b>Total ACP</b>	<b>155,8</b>	<b>92,8</b>	<b>65,6</b>	<b>97,6</b>	<b>221,4</b>	<b>94,2</b>
<b>Total PTUM</b>	<b>12,0</b>	<b>7,2</b>	<b>1,6</b>	<b>2,4</b>	<b>13,6</b>	<b>5,8</b>
Antilhas Neerlandesas	7,1	4,2	1,6	2,4	8,7	3,7
Montserrat	0,9	0,6	—	—	0,9	0,4
Polinésia Francesa	4,0	2,4	—	—	4,0	1,7
<b>Total Geral</b>	<b>167,8</b>	<b>100,0</b>	<b>67,2</b>	<b>100,0</b>	<b>235,0</b>	<b>100,0</b>

— **Suriname** (4,3 milhões): um empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas industriais, agro-industriais, silvículas, mineiras e turísticas e da reabilitação de unidades já existentes e para assistência técnica ao banco de fomento nacional;

— **São Vicente e Grenadinas** (0,1 milhão): um estudo preliminar para a construção de uma pista de aterragem na Ilha de Béquia, para as ligações com São Vicente.

No Pacífico, três países beneficiaram de financiamentos do Banco, que se destinaram a:

— **Fiji** (22 milhões): construção de uma serração integrada em Viti Levu e um empréstimo global para o financiamento de empresas de pequena e média dimensão na indústria, agro-indústria, pesca e turismo;

— **Vanuatu** (2 milhões): um empréstimo global para o financiamento de pequenos e médios investimentos nos sectores industrial, agro-industrial, turístico, energético e dos transportes;

— **Ilhas Salomão** (0,1 milhão): um estudo sobre a modernização e a fusão de dois estaleiros navais.

Nos PTUM, o Banco financiou:

— **Antilhas Neerlandesas** — Ilha de Curaçao (8,7 milhões): ampliação de uma central termoeléctrica, pela adição de um grupo de 25 MW e aumento da capacidade de dessalinização da água do mar;

— **Polinésia Francesa** (4 milhões): extensão da rede eléctrica;

— **Montserrat** (0,9 milhões): reforço da produção de electricidade e da rede de transporte de média tensão.





<b>TUNISIA</b>	<b>18,5</b>	<b>COSTA DO MARFIM</b>	<b>22,0</b>	<b>pement des États de l'Afrique Centrale</b>	
11,6 milhões de dinares tunisinos		7 426,6 milhões de francos CFA		877,7 milhões de francos CFA	2,6
<b>343.</b> Reforço da frota de pesca de alto mar mediante aquisição de 10 traineiras de 24 a 30 metros		<b>350.</b> Modernização de instalações de processamento de sementes de cacau nos arredores de Abidjan			
<b>Banque Nationale de Développement Agricole</b>		<b>Société Saco-Sa</b>			
2,8 milhões de DT	4,5	1 012,7 milhões de F. CFA	3,0		
<b>344.—345.</b> Empréstimos globais ao <b>Banque Nationale de Développement Agricole</b> para o financiamento de		<b>351.</b> Complexo agro-industrial de produção de óleo de palma, incluindo a plantação de mais de 5 000 ha, bem como uma fábrica de óleo em Blidouba, no Sudoeste do país			
— investimentos produtivos de pequena e média dimensão nos sectores agrícola e agro-industrial		<b>República da Costa do Marfim para Palmindustrie</b>			
4,4 milhões de DT	7,0	6 413,9 milhões F. CFA	19,0		milhões de ECUs
— investimentos nas Unidades Cooperativas de Produção Agrícola					
4,4 milhões de DT	7,0				
<b>MARROCOS</b>		<b>QUÊNIA</b>		<b>TRINIDADE E TOBAGO</b>	<b>24,0</b>
<b>346.</b> Empréstimo global à <b>Caisse Nationale de Crédit Agricole</b> para o financiamento de investimentos agro-industriais e rurais		<b>352.</b> Reforço e modernização da rede telefónica local e interurbana e da rede de telecomunicações por satélite		42,4 milhões de dólares de Trinidad e Tobago	
65,2 milhões de dirhams marroquinos	8,5	<b>Kenya Posts and Telecommunications Corporation</b>		<b>357.</b> Empréstimo global à <b>Trinidad and Tobago Development Finance Corporation</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, agro-indústria e turismo	
		277,7 milhões de xelins do Quênia	22,0	21,2 milhões de TT\$	12,0
		<b>BOTSUANA</b>		<b>358.</b> Reforço da rede de transporte de electricidade	
		<b>353.</b> Central eléctrica de Morupule; quarta unidade a carvão de 33 MW		<b>Trinidad and Tobago Electricity Commission</b>	
		<b>Botswana Power Corporation</b>		21,2 milhões de TT\$	12,0
		16,9 milhões de pulas	10,0		
<b>Estados ACP — África</b>	<b>milhões de ECUs</b>	<b>MALAWI</b>	<b>7,5</b>	<b>ANTILHAS NEERLANDESAS</b>	
<b>CONGO</b>	<b>24,1</b>	9,8 milhões de kwachas		<b>359.</b> Instalação de um grupo de 25 MW na central de Mundo Nobo	
8 159,7 milhões de francos CFA		<b>354.</b> Fábrica de chá, irrigação das plantações, instalação de descasque de macadâmia		<b>Kompania di Awa i Elektrisidat di Korsou N.V.</b> por intermédio do <b>Governo Federal das Antilhas Neerlandesas</b>	
<b>347.</b> Reforço da rede de telecomunicações internacionais		<b>Kavuzi Tea Co. Ltd</b>		10,5 milhões de florins das Antilhas	7,1
<b>República Popular do Congo</b> para o <b>Office National des Postes et Télécommunications</b>		4,6 milhões de MK	3,5		
2 083,4 milhões de F. CFA	6,1	<b>355.</b> Empréstimo global ao <b>Investment and Development Bank of Malawi Ltd.</b> para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria, agro-indústria, transportes e turismo		<b>BARBADOS</b>	
<b>348.</b> Ampliação de 2 150 ha para 5 000 ha das plantações de palmeiras de óleo e construção de uma fábrica de transformação local, em Ouessou, no Norte do país		5,2 milhões de MK	4,0	<b>360.</b> Instalação de equipamento de manutenção de contentores no porto de Bridgetown	
<b>Sanghapalm</b> por intermédio da <b>República Popular do Congo</b>				<b>Barbados Port Authority</b>	
6 076,3 milhões de F. CFA	18,0			9,3 milhões de dólares de Barbados	5,6
<b>CAMARÕES</b>		<b>ÁFRICA CENTRAL</b>		<b>MONTSERRAT</b>	
<b>349.</b> Construção de uma barragem-albufeira no Mapé, que contribuirá para a alimentação durante a estação seca, das centrais hidroeléctricas de Edéa e Song-Loulou, no Sanaga		<b>356.</b> Ampliação do terminal para contentores do porto de Brazzaville		<b>361.</b> Instalação de um gerador diesel de 1,5 MW e reforço da rede de transporte de média tensão	
<b>Société Nationale d'Electricité du Cameroun</b>		<b>República Popular do Congo</b> para a <b>Agence Transcongolaise des Communications</b> por intermédio do <b>Banque de Dévelop-</b>		<b>Montserrat Electricity Services Limited</b>	
7 426,6 milhões de francos CFA	22,0			1,723 milhões de dólares das Caraíbas Orientais	0,9

## Estados ACP e PTUM — Caraíbas



## Estados ACP e PTUM — Pacífico

milhões de ECUs

**FJI**

**16,0**

14,5 milhões de dólares de Fiji

**362.** Empréstimo global ao **Fiji Development Bank** para o financiamento de pequenas e médias

empresas da indústria, agro-indústria, pesca e turismo  
3,4 milhões de F\$

**363.** Serração integrada com instalações de recuperação de limalhas em Drasa, na região ocidental da Ilha de Viti Levu  
**Joint Venture Company** por intermédio do **Estado de Fiji**  
11,1 milhões de F\$

4,0

## POLINÉSIA FRANCESA

**364.** Linhas de transporte de electricidade de 20 kV e de 90 kV para a ligação de várias centrais hidroeléctricas em Tahiti  
**Société de Transport d'Energie Electrique en Polynésie** por intermédio da **Caisse Centrale de Coopération Economique**  
496,8 milhões de francos CFP

4,0

A agricultura continua a desempenhar um papel determinante na economia dos países em vias de desenvolvimento. Os empréstimos concedidos na Tunísia contribuíram particularmente para o desenvolvimento da agricultura e para o aproveitamento de mais de 10 000 ha ameaçados pela desertificação (ver igualmente caixa pág. 66).



## B. Financiamentos por conta de recursos orçamentais da Comunidade

### Contratos celebrados em 1985

O montante total dos financiamentos por conta de recursos orçamentais da Comunidade efectuados em 1985 elevou-se a 75,9 milhões, sendo 8,7 milhões concedidos sob a forma de empréstimos com condições especiais nos países da bacia mediterrânica e 67,2 milhões, como operações de capitais de risco nos Estados ACP e nos PTUM. Os financiamentos são concedidos pelo Banco sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia e são contabilizados como contas extrapatrimoniais na Secção Especial (pág. 92). A responsabilidade do Banco no que se refere a estas operações, cujos principais aspectos económicos são apresentados nas páginas 63 a 71, limita-se à boa execução do mandato que lhe é cometido.

### Países da bacia mediterrânica

milhões de ECUs

#### TUNÍSIA 5,0

3,1 milhões de dinares tunisinos

**365.** Reforço da frota pesqueira de alto mar mediante aquisição de 10 traineiras de 24 a 30 m

**Banque Nationale de Développement Agricole**

1,2 milhões de DT 2,0

Empréstimo global ao **Banque Nationale de Développement Agricole** para o financiamento de investimentos produtivos de pequena e média dimensão nos sectores agrícola e agro-industrial

1,9 milhões de DT 3,0

#### CHIPRE

**367.** Barragem-albufeira e condutas para a melhoria do abastecimento de água para fins industriais e domésticos nas regiões de Nicósia, Famagusta, Limassol e Larnakas

**República de Chipre**

1,7 milhões de libras cipriotas 3,7

### Estados ACP — África

milhões de ECUs

#### SUDÃO 10,0

20,7 milhões de libras sudanesas

Desenvolvimento da mina de ouro de Gebeit

Empréstimo condicionado à **Sud Minex Gold Mining Venture** por intermédio do **Governo do Sudão**

8,3 milhões de £S 4,0

Instalação do sétimo grupo no complexo hidroeléctrico de Roseires

Empréstimo condicionado à **National Electricity Corporation** por intermédio do **Governo do Sudão**

12,4 milhões de £S 6,0

#### BURKINA FASO

**370.** Desenvolvimento da mina de ouro de Pourra a oeste de Ouagadougou

Empréstimo condicionado à **República de Burkina Faso** para o financiamento de um empréstimo a título de accionista à **Société de Recherches et d'Exploitation Minières du Burkina**

2 363 milhões de francos CFA 7,0

#### MAURITÂNIA

**371.** Reabilitação das instalações de produção e distribuição de electricidade e de tratamento e abastecimento de água em Nouadhibou

Empréstimo condicionado à **República Islâmica da Mauritânia** para a **Société Nationale d'Eau et d'Electricité**

412,3 milhões de ouguiyas 7,0

#### MADAGÁSCAR

**372.** Renovação e modernização do equipamento de uma fábrica têxtil em Antsirabé, principalmente relacionado com os processos de acabamento, e ampliação das plantações de algodão de Souete

Empréstimo condicionado à **La Cotonnière de Antsirabé** por intermédio da **República Democrática de Madagascar**

3 milhões de francos malgaxes 6,0

#### MALI

**373.** Investimentos complementares que permitem assegurar o funcionamento satisfatório da fábrica de descasque de arroz de Dioro (novas instalações de armazenagem e instalações de recuperação de vapor)

Empréstimo condicionado para a **Fábrica de Arroz de Dioro** (Operação Riz Segou) — **República do Mali**

1 147,7 milhões de francos do Mali 3,4

#### LESOTO

**374.** Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas dos sectores da indústria, agro-indústria, minas e turismo

Empréstimo condicionado à **Lesotho National Development Corporation**

4,3 milhões de rands sul-africanos 3,0

#### SEYCHELLES

**375.** Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas da indústria e do turismo

Empréstimo condicionado ao **Banco de Desenvolvimento das Seychelles**

16 milhões de rupias das Seychelles 3,0

#### GUINÉ

2,7

52,2 milhões de sylis

**376.—377.** Criação de um novo banco nacional (comercial e de fomento) e internacional

— Empréstimo condicionado à **República da Guiné**, que lhe permitirá participar nos fundos próprios do **Banque Internationale pour le Commerce et l'Industrie de Guinée — BICIGUI**

40,5 milhões de sylis 2,1

— Tomada de participação no capital da **BICIGUI** em nome da Comunidade

11,7 milhões de sylis 0,6

#### GUINÉ EQUATORIAL

**378.** Central hidroeléctrica no rio Riaba

Empréstimo condicionado à **República da Guiné Equatorial**

542,3 milhões de bikueles 2,0

#### MALAWI

**379.** Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas da indústria,



agro-indústria, transportes e turismo  
Empréstimo condicionado ao  
**Investment and Development  
Bank of Malawi Ltd**  
2,6 milhões de kwachas

2,0

#### CHADE

**380.** Empréstimo global para a reabilitação de pequenas e médias empresas dos sectores industrial, agro-industrial, da pesca, da energia e dos transportes  
Empréstimo condicionado à **República do Chade** para o **Banque Tchadienne de Crédit et de Dépôts** e o **Banque Internationale pour l'Afrique au Tchad**  
685,4 milhões de francos CFA

2,0

#### ZAIRE

**381.** Estudo para a utilização de gás metano natural do lago Kivu na fábrica de cimento de Katana  
Empréstimo condicionado ao **Banque de Développement des Etats des Grands Lacs**  
11,1 milhões de zaires

0,5

#### ZÂMBIA

**382.** Estudo sobre a restauração do oleoduto Tazama  
Empréstimo condicionado à **República da Zâmbia**  
0,9 milhões de kwachas

0,5

#### SUAZILÂNDIA

**383.** Estudo realizado por consultores, sobre o funcionamento da NIDCS  
Empréstimo condicionado à **National Industrial Development Corporation of Swaziland**  
0,053 milhões de lilangenis

0,037

## Estados ACP — Pacífico

milhões de ECUs

**FIJI** **6,0**

5,5 milhões de dólares de Fiji

**384.—385.** Serração integrada com instalações de recuperação de limalhas em Drasa, na parte ocidental da Ilha de Viti Levu

— Empréstimo condicionado à **Joint Venture Company** por intermédio do **Estado de Fiji**  
3,3 milhões de F\$

3,6

— Tomada de participação na **Joint Venture Company** em nome da Comunidade  
2,2 milhões de F\$

2,4

#### VANUATU

**386.** Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas nos sectores da indústria, agro-indústria, energia, transportes e turismo

Empréstimo condicionado ao **Banco de Fomento de Vanuatu**  
148,2 milhões de vatus

2,0

#### ILHAS SALOMÃO

**387.** Estudo preliminar da modernização e fusão de dois estaleiros navais na Ilha de Flórida, situados próximos um do outro

Empréstimo condicionado à **Government's Shareholding Agency**  
0,1 milhões de dólares das Ilhas Salomão

0,100

## Estados ACP e PTUM — Caraíbas

milhões de ECUs

**SURINAME** **4,25**

5,5 milhões de florins do Suriname

**388.—389.** Empréstimos condicionados à **Nationale Ontwikkelingsbank N.V.**

— Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas dos sectores industrial, agro-industrial, florestal, mineiro e turístico  
5,2 milhões de FL S **4,0**  
— Assistência técnica durante o prazo do empréstimo global  
0,3 milhões de FL S **0,25**

#### GUIANA

**390.** Empréstimo global para o financiamento de investimentos de pequenas e médias empresas nos sectores da indústria, agro-indústria, silvicultura e pesca, bem como da substituição ou manutenção de equipamento ou da reconstituição de stocks de matérias-primas destas empresas

Empréstimo condicionado à **Guyana Co-operative Agricultural and Industrial Development Bank**  
12,1 milhões de dólares da Guiana

4,0

#### ANTILHAS NEERLANDESAS

**391.** Colocação de um dispositivo de precipitação de cinzas em suspensão e de queimadores para redução das emissões de óxido de azoto na central eléctrica de Mundo Nobo  
**Kompania di Awa i Elektrisidat di Korsou N.V.**

2,4 milhões de florins das Antilhas

1,6

#### SÃO VICENTE E GRENADINAS

**392.** Estudo do estabelecimento de uma ligação aérea com a Ilha de Béquia  
Empréstimo condicionado ao **Governo de São Vicente e das Grenadinas**

0,2 milhões de dólares das Caraíbas

0,1

# Recursos

---

*O presente capítulo trata da evolução do mercado de capitais e dos fundos angariados pelo Banco para operações de empréstimo por conta de recursos próprios, que são contabilizadas no balanço e que implicam a sua responsabilidade financeira. Apresenta-se nas páginas 44 a 58 e 72 a 74, a respectiva lista pormenorizada referente ao ano de 1985. Esta rubrica não inclui os recursos geridos pelo Banco sob mandato e por conta e risco de ter-*

*ceiros, que são contabilizados como contas extra-patrimoniais na Secção Especial (cf. pág. 92), essencialmente os empréstimos por conta de recursos do NIC e os financiamentos concedidos nos Estados ACP e mediterrânicos, por conta de recursos orçamentais da Comunidade, cujos pormenores relativamente ao ano de 1985 se apresentam, respectivamente, nas páginas 59 a 61 e 75-76.*

## Evolução do mercado de capitais

A actividade emissora no mercado internacional e no sector estrangeiro dos mercados nacionais registou um rápido crescimento em 1985, não obstante o clima de incerteza prevalecente em relação às taxas de câmbio e às taxas de juro. A instabilidade destas últimas conduziu a uma reactivação dos empréstimos a taxas de juro flutuantes. Em termos mais gerais, as medidas de desregulamentação adoptadas pelas autoridades nacionais, com vista à promoção do seu mercado de capitais interno, incentivaram uma competição e uma inovação crescentes entre os intervenientes no mercado. Simultaneamente, o desenvolvimento das técnicas de *swap* abriu caminho a novas oportunidades de obtenção de créditos em novos mercados e bem assim à utilização de instrumentos financeiros inovadores.

Durante o ano, o evidente abrandamento da actividade económica nos EUA foi seguido de uma liberalização gradual da política monetária que, aliada à adopção de medidas legislativas visando a redução do défice orçamental federal, veio alimentar as expectativas de uma descida das taxas de juro. Quando essas expectativas começaram a concretizar-se, as taxas começaram também a declinar nos outros mercados, em conformidade com os objectivos dos governos, preocupados em relançar a actividade económica, num clima geral de redução das pressões inflacionárias.

A baixa das taxas de juro nos mercados do dólar tendeu a acentuar-se depois da reunião do Grupo dos Cinco (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) em Setembro último, na qual se procurou estabelecer uma cotação mais realista para o dólar. As autoridades japonesas, em particular, intervieram no sentido de incrementar as taxas de juro a curto prazo no seu mercado interno, medida que teve como efeito um acréscimo dos rendimentos das obrigações. Na Alemanha e no Reino Unido, as taxas de juro a longo prazo também mostraram temporariamente uma tendência ascendente.

Conquanto fosse previsível que o subsequente declínio da taxa de câmbio do dólar americano provocasse tensões no seio do SME, estas foram restringidas. No decurso do ano, o sistema continuou a funcionar sem outros ajustamentos para além do da taxa central da lira em Julho.

Em 1985, as emissões expressas nas moedas dos Estados-membros, incluindo o ECU, tenderam a representar uma maior percentagem dos empréstimos internacionais contraídos que nos anos anteriores, facto que ilustra o interesse dos investidores nestas moedas. Em contrapartida, as divisas da Comunidade foram relativamente pouco utilizadas em operações de *swap*, nas quais se recorreu essencialmente aos dólares americano e canadiano e ao iene e, sobretudo no segundo semestre de 1985, aos dólares australiano e neo-zelandês, em virtude do enfraquecimento dos dólares americano e canadiano.

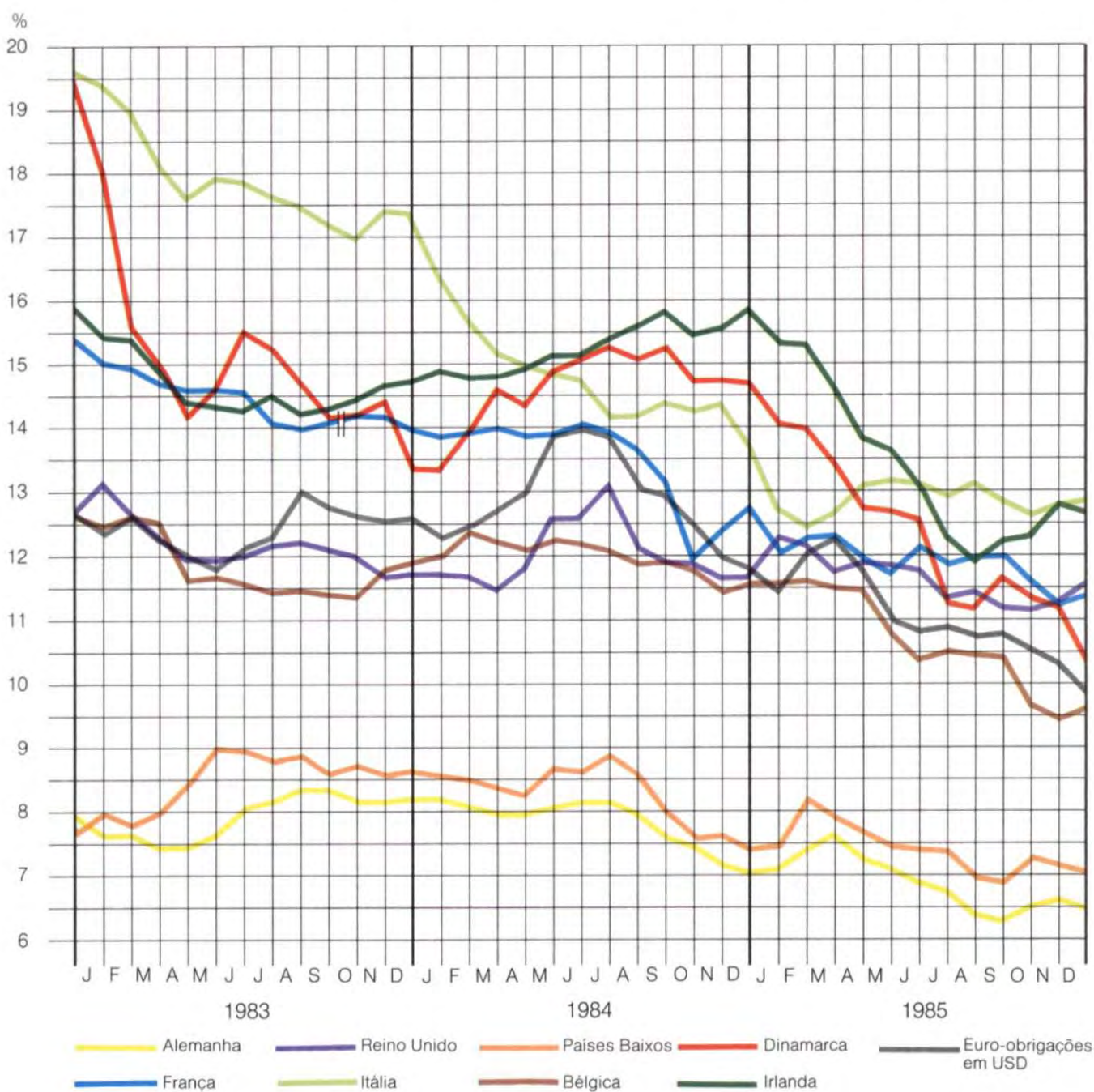
Não obstante o encerramento do mercado durante três semanas em Fevereiro/Março, devido à grande flutuação do dólar, as emissões expressas em marcos alemães registaram um crescimento em 1985. Este aumento deveu-se em grande parte às medidas de liberalização introduzidas a partir de 1 de Maio, incluindo a abertura do mercado às operações a taxa flutuante, que representaram 30 % do total das operações. Também pode ser em parte atribuído ao desenvolvimento da emissão de obrigações ligadas a *equity warrants* e de emissões convertíveis.

A actividade do mercado primário relativa aos títulos expressos em florins manteve-se praticamente inalterada em 1985, sendo a sua evolução semelhante à dos títulos de rendimento fixo expressos em marcos alemães. As autoridades holandesas anunciaram a adopção de uma série de medidas de liberalização da regulamentação conducentes sobretudo, à abertura do mercado às emissões a taxa flutuante, a partir do início de 1986.



### Taxa de rendimento bruto das obrigações

com cotação na bolsa nos diferentes mercados financeiros da Comunidade e cujas emissões apresentam características comparáveis com as dos empréstimos contraídos pelo Banco. No que se refere ao Reino Unido e à Irlanda, os rendimentos capitalizados numa base semestral foram convertidos numa base anual, para fins de comparação.



A reabertura do mercado do euro-franco francês em Abril constituiu a primeira de uma série de medidas de liberalização adoptadas pelas autoridades francesas em 1985. O mercado beneficiou de um quase contínuo declínio dos rendimentos das obrigações durante o ano, decorrente da quebra substancial da taxa de inflação e o franco manteve-se entre as moedas fortes do SME.

No mercado da euro-lira, aberto em 1985, foram lançadas três emissões. Durante o ano, verificou-se um aumento da emissão de obrigações a taxa fixa por mutuários estrangeiros no mercado interno italiano, mas os fracos resultados obtidos no combate à inflação conduziram a que a melhoria das condições de emissão fosse modesta.

O mercado da euro-libra e o mercado interno britânico sofreram as consequências do enfraquecimento dos preços do petróleo, bem como da instabilidade da cotação da libra. No que se refere às emissões a taxa fixa em esterlino, a prevalência durante todo o ano de rendimentos em geral mais elevados, tendeu a desencorajar a contracção de empréstimos deste tipo. Por outro lado, as alterações introduzidas na legislação conduziram a que as instituições de crédito predial britânicas recorressem de uma forma substancial a emissões a taxa flutuante.

Os resultados obtidos pelas políticas de estabilização adoptadas na Bélgica e a relativa firmeza do franco belga conduziram a uma melhoria das condições no mercado obrigacionista deste país e em menor grau, no do Luxemburgo. Na Dinamarca, a abertura do mercado da coroa euro-dinamarquesa foi empreendida à luz da recuperação económica, evidenciada por um declínio das taxas de juro. Na Irlanda, as taxas de juro baixaram igualmente durante quase todo o ano de 1985, mas, nos últimos meses, a influência da deterioração do mercado de capitais britânico, aliada a uma crescente incerteza nos mercados cambiais estrangeiros, decorrente da depreciação do dólar e da libra esterlina, exerceu uma pressão altista nas taxas de juro deste país. Na Grécia, os rendimentos das obrigações situavam-se no final do ano a um nível significativamente inferior ao do início do mesmo, acompanhando a tendência geral.

As emissões públicas em ECUs, excluindo as lançadas no mercado interno dos mutuários, mais que duplicaram em 1985, passando de 3,4 biliões de ECUs em 1984, para 9,4 biliões de ECUs no ano em apreço. Após uma primeira emissão efectuada em finais de 1984 pela CEE no mercado interno americano, os mutuários estrangeiros recorreram, duran-

te todo o ano de 1985, aos mercados internos francês, luxemburguês e japonês, assim como ao dos Estados Unidos. Foram igualmente obtidos elevados montantes em ECUs, através de emissões públicas efectuadas por mutuários nacionais na Itália, nos Países Baixos, na Dinamarca e nos Estados Unidos. No entanto, em virtude da elevada procura por parte dos investidores, os rendimentos obrigacionistas em ECUs registaram uma quebra acentuada, descendo abaixo das taxas de juro a curto prazo e reduzindo o diferencial em relação aos rendimentos nas moedas fortes que integram o ECU. Esta situação, aliada a uma grande actividade no mercado primário no início do ano, tendeu a desacelerar o lançamento de novas emissões durante o segundo semestre.

As emissões expressas em USD ocuparam, de longe, a primeira posição em termos quantitativos, embora incluíssem os refinanciamentos de emissões anteriores, efectuadas em condições mais onerosas. Reflectindo a incerteza geral quanto à evolução das taxas de juro, as emissões a taxas flutuantes ocuparam uma vez mais uma posição preponderante no total de emissões. Tanto o sector de emissões de rendimento fixo, como o de emissões a taxas flutuantes recorreram à inovação para atrair investidores e mutuários, mas foi nestas últimas que surgiu o maior número de novas fórmulas: estas incluíram as emissões limitadas (*capped issues*) em que o investidor recebe juros até um máximo estipulado, independentemente da evolução da taxa de referência, e uma entidade terceira, o comprador do *cap* recebe o juro eventualmente excedente (esta inovação foi adoptada em emissões a taxa flutuante expressas noutras moedas, tais como o marco alemão), uma fórmula *mini/max* em que se estabelece uma taxa mínima e máxima para emissões e uma fórmula designada por *mismatch*, que aproveita o pendor positivo de uma curva de rendimentos e que consiste em fixar, por exemplo, o montante de cupões semestrais, com base em taxas de juro reajustadas em cada mês. A assinalar igualmente que em 1985, pela primeira vez, os rendimentos de emissões perpétuas a taxa flutuante, lançadas pelos bancos comerciais, foram assimilados aos fundos próprios pelas respectivas autoridades.

Embora normalmente as condições do mercado obrigacionista do euro-dólar acompanhem as do mercado nova-iorquino, os rendimentos obrigacionistas no mercado internacional tenderam a ficar atrás dos de Nova Iorque, quando estes declinaram no segundo semestre de 1985. Em contrapartida, a taxa do mercado monetário interbancário de Londres (Libor), que constitui uma taxa de referência para a maioria das emissões fiduciárias a taxa flu-



tuante, registou uma queda mais acentuada que a da taxa do papel comercial dos Estados Unidos com um vencimento semelhante.

A evolução favorável da Libor incentivou o desenvolvimento do financiamento através da emissão de euro-notas a curto prazo (essencialmente expressas em USD) apoiadas por garantias de subscrição renováveis (RUF) ou por linhas de crédito que podiam ser igualmente usadas para apoiar emissões de papel comercial no mercado interno americano. Os bancos tenderam cada vez mais a utilizar nas suas operações de financiamento instrumentos mais negociáveis, ou pelo menos mais facilmente transferíveis, tentando proteger-se contra a possível deterioração das suas carteiras de empréstimo e dos seus rácios de capital. Esta tendência para uma «segurança» constitui, em certa medida, uma contrapartida do declínio verificado na fórmula tradicional de empréstimo directo pelos consórcios bancários internacionais.

As emissões em ienes aumentaram para mais do dobro, após liberalização pelas autoridades japonesas dos critérios de admissão de mutuários estrangeiros no mercado japonês. Mais de metade das

emissões em euro-ienes foram efectuadas em duas divisas, consistindo em títulos subscritos em ienes, rendendo juros igualmente expressos nesta divisa, mas resgatáveis em dólares a uma taxa de conversão pré-determinada iene/dólar, que tinha geralmente em conta a apreciação prevista do iene em relação ao dólar. No entanto, o sector euro-iene mostrou em várias ocasiões sinais de saturação e, no mercado interno japonês, os rendimentos das obrigações subiram abruptamente em fins de Outubro e em Novembro, como reacção ao aumento das taxas a curto prazo decidido pelas autoridades monetárias, com vista a garantir a apreciação do iene em relação ao dólar.

Na Suíça, o mercado primário manteve-se muito activo, mas sofreu ocasionalmente os efeitos de um fluxo excessivo de novas emissões, algumas das quais se destinavam ao refinanciamento de emissões anteriores, efectuadas em condições menos vantajosas. Tendo subido no princípio do ano, as taxas de juro a longo prazo registaram um declínio até Outubro, altura em que esta tendência foi anulada por um surto de novas emissões, incentivadas pelas condições favoráveis oferecidas aos mutuários.

## Actividade do Banco nos diferentes mercados de capitais

O Banco pôde beneficiar da evolução globalmente favorável do mercado internacional de capitais em 1985 <sup>(1)</sup>; o montante total do recurso aos diferentes compartimentos atingiu os 5 709,1 milhões, significando um aumento de cerca de 30 % em relação ao ano anterior (4 360,9 milhões) e de quase 60 % em relação ao ano de 1983 (3 619,4 milhões). No entanto, há que assinalar que 509,6 milhões destinaram-se à conversão de certos empréstimos emitidos anteriormente.

A angariação de recursos (após dedução dos reembolsos e dos ajustamentos para variação das taxas de conversão) traduziu-se num acréscimo dos empréstimos em curso de 2 100,6 milhões, o que, tendo em conta o excedente da conta de lucros e perdas (515,8 milhões) e a comparticipação dos Estados-membros no âmbito do aumento de capital decidido pelo Conselho de Governadores em 15 de Junho de 1981 (135 milhões), permitiu incrementar os recursos do Banco, contabilizados no balanço em 31 de Dezembro de 1985, para 31 561,9 milhões, em comparação com 28 810,5 milhões em 31 de Dezembro de 1984.

Na sua reunião de 11 de Junho de 1985, o Conselho de Governadores decidiu aumentar o capital subscrito do Banco, sendo o mesmo elevado a partir do dia 1 de Janeiro de 1986, de 14,4 biliões para 28,8 biliões. Esta duplicação resulta simultaneamente do aumento da contribuição dos dez antigos Estados-membros, da dos dois novos Estados-membros — Espanha e Portugal — e do alinhamento da quota-parte do capital subscrito pela Itália em relação à Alemanha, da França e do Reino Unido. Uma vez efectuados os pagamentos correspondentes à fracção realizada e a realizar do capital subscrito, no final de 1993, o capital já realizado do Banco elevar-se-á a 2 595,9 milhões (ver anexo da situação em 1 de Janeiro, pág. 106).

\* \*

Graças à relativa liquidez que prevaleceu no mercado, pelo menos durante o último semestre do ano de 1985, o Banco pôde captar os fundos necessários à sua actividade sem especiais dificuldades. Pôde igualmente prosseguir a política de diversificação da sua carteira de empréstimos, recorrendo não só a emissões públicas e a colocações privadas a

<sup>(1)</sup> Todas as quantias citadas são expressas em ECUs.

taxa fixa (que tinham constituído até ao último trimestre de 1984 praticamente o seu único meio de financiamento), mas também a operações a taxa variável. O prosseguimento desta política em 1985 conduziu à mobilização de recursos a taxa variável, no total de 899,2 milhões, em comparação com 189,2 milhões em 1984. A moeda mais utilizada nos créditos obtidos pelo Banco foi o dólar: 821,8 milhões contra 189,1 milhões em 1984, correspondendo a 91 % do agregado dos recursos a taxa variável. Para esse efeito, o Banco reactivou o seu programa

de papel comercial no mercado americano, negociando, tal como já o tinha feito em 1984, uma linha de crédito renovável por um prazo de 10 anos. Com vista a obter recursos em condições mais favoráveis que as da emissão de papel comercial, o Banco, não renunciando contudo à sua política de prudência, recorreu igualmente com maior frequência que no passado às operações de *swap* (de juros, de divisas ou da combinação dos dois). Esta técnica permitiu-lhe recorrer aos mercados para divisas ou prazos que não eram utilizados, para o reabasteci-

Quadro 12: Recursos angariados em 1985, por divisa

(em milhões de ECUs)					
	antes swaps	%	swaps	depois swaps	%
<b>EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A TAXA FIXA A MÉDIO E A LONGO PRAZO</b>					
<b>Comunidade</b>					
ECU	720,0	12,6		720,0	12,6
DEM	617,1	10,8		617,1	10,8
NLG	424,3	7,4		424,3	7,4
FRF	368,6	6,5		368,6	6,5
ITL	342,0	6,0		342,0	6,0
GBP	217,7	3,8		217,7	3,8
BEC	170,5	3,0		170,5	3,0
LUF	40,0	0,7		40,0	0,7
DKK	31,3	0,5		31,3	0,5
IEP	20,9	0,4	— 20,9		
	2 952,4	51,7	— 20,9	2 931,5	51,3
<b>Países Terceiros</b>					
USD	1 259,4	22,1	— 275,1	984,3	17,2
JPY	621,3	10,9	— 92,6	528,7	9,3
CHF	354,8	6,2		354,8	6,2
CAN\$	80,1	1,4	— 80,1		
	2 315,6	40,6	— 447,8	1 867,8	32,7
<b>Total</b>	<b>5 268,0</b>	<b>92,3</b>	<b>— 468,7</b>	<b>4 799,3</b>	<b>84,0</b>
<b>EMPRÉSTIMOS A TAXA VARIÁVEL A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO</b>					
<b>Comunidade</b>					
DEM	56,5	1,0		56,5	1,0
IEP			+ 20,9	20,9	0,4
<b>Países Terceiros</b>					
USD — (papel comercial)	374,0	6,5		374,0	6,5
— (outros recursos)			+ 447,8	447,8	7,9
<b>Total</b>	<b>430,5</b>	<b>7,5</b>	<b>468,7</b>	<b>899,2</b>	<b>15,8</b>
<b>CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO</b>					
ECU	10,6	0,2		10,6	0,2
<b>Total geral</b>	<b>5 709,1</b>	<b>100,0</b>		<b>5 709,1</b>	<b>100,0</b>



mento dos seus recursos a taxa fixa (emissões a taxa fixa em dólares canadianos ou empréstimos obtidos em USD com um prazo mais curto que o das emissões habituais) ou aproveitar a liquidez momentânea de certos mercados (colocações privadas em ienes).

Em 1985, o Banco alargou a captação de recursos a taxa flutuante ao marco alemão e à libra irlandesa, tirando partido das medidas de liberalização do mercado de capitais empreendidas a partir de Maio de 1985, lançou em Dezembro o seu primeiro empréstimo a taxa flutuante expresso em marcos, no valor total de 56,5 milhões, amortizável em 5 anos. O BEI foi também o primeiro emissor internacional no mercado de capitais irlandeses ao propor, no final de Outubro, libras irlandesas a taxa fixa por um prazo de 10 anos e totalizando o equivalente de 20,9 milhões, as quais foram seguidamente objecto de *swap* contra a mesma divisa a taxa variável.

Não obstante este crescimento dos empréstimos obtidos a taxa variável, os recursos a taxa fixa representaram 84 % do conjunto das operações do Banco, no total de 4 810 milhões — 4 799,4 milhões de empréstimos contraídos e 10,6 milhões de certificados de participação — o que representa um aumento de 15 % em relação ao ano de 1984 (4 071,8 milhões). Naturalmente, tal como no passado, o Banco marcou a sua presença nos principais mercados de capitais no interior e no exterior da Comunidade. Para além disso, se manteve a sua posição relativamente tradicional no que se refere às fórmulas de empréstimo propostas aos seus subscritores, interveio na abertura ou no alargamento de certos mercados, nomeadamente os da euro-lira, da euro-coroa dinamarquesa e do ECU. Tal

como no passado, a importância das diferentes moedas angariadas dependeu da evolução dos diferentes mercados financeiros, bem como da procura das melhores condições de empréstimo no que se refere às moedas, aos prazos ou aos montantes correspondentes às pretensões da sua clientela.

Confirmando a evolução já iniciada em 1984, os fundos obtidos nas divisas comunitárias representaram mais de 61 % do total dos recursos a taxa fixa mobilizados pelo Banco em 1985. O ECU ocupa a primeira posição entre os recursos comunitários a taxa fixa, com 720 milhões, sendo 550 milhões obtidos através de emissões públicas. Prosseguindo a sua política de extensão dos mercados do ECU, já iniciada em 1984, o Banco interveio em Fevereiro, colocando uma emissão de 200 milhões com cotação na praça de Paris, cujos títulos podiam ser subscritos por residentes franceses, sem obrigar à compra da divisa do investimento. Uma emissão subsequente de 150 milhões permitiu que o Banco recorresse simultaneamente aos mercados holandeses, suíço e japonês, sendo este último novamente solicitado em Outubro para o montante de 100 milhões; finalmente, o BEI terminou o ano, solicitando no mercado internacional um montante idêntico. Embora se mantivesse activo no mercado das emissões públicas, o Banco não negligenciou os empréstimos privados, tendo concluído cinco operações, no valor de 170 milhões.

O marco alemão, cuja importância, tanto em termos absolutos como relativos, decresceu em relação a 1984 (617,1 milhões em relação a 632,3 milhões), ocupou a segunda posição entre as moedas comunitárias angariadas a uma taxa fixa em 1985. Tal

Quadro 13: Recursos angariados de 1961 a 1985

(em milhões de ECUs)

Ano	Número	Empréstimos a longo e a médio prazo				Operações a curto prazo			Recursos obtidos
		Empréstimos privados	Operações interbancárias	Empréstimos públicos	Total	Papel comercial	Certificados de depósito em ECUs	Certificados de participação	
1961/1980	386	4 688,3	128,4	7 830,9	12 647,6			402,5	13 050,1 <sup>(1)</sup>
1981	57	882,1	92,8	1 267,8	2 242,7			67,0	2 309,7
1982	91	1 213,7	105,7	1 826,3	3 145,7			59,5	3 205,2
1983	81	1 130,9	62,1	2 315,4	3 508,4			111,0	3 619,4
1984	104	822,2		3 227,5	4 049,7	189,1	100,0	22,1	4 360,9
1985	75	1 095,5		4 229,0	5 324,5	374,0		10,6	5 709,1
<b>1961—1985</b>	<b>794</b>	<b>9 832,7</b>	<b>389,0</b>	<b>20 696,9</b>	<b>30 918,6</b>	<b>563,1</b>	<b>100,0</b>	<b>672,7</b>	<b>32 254,4</b>

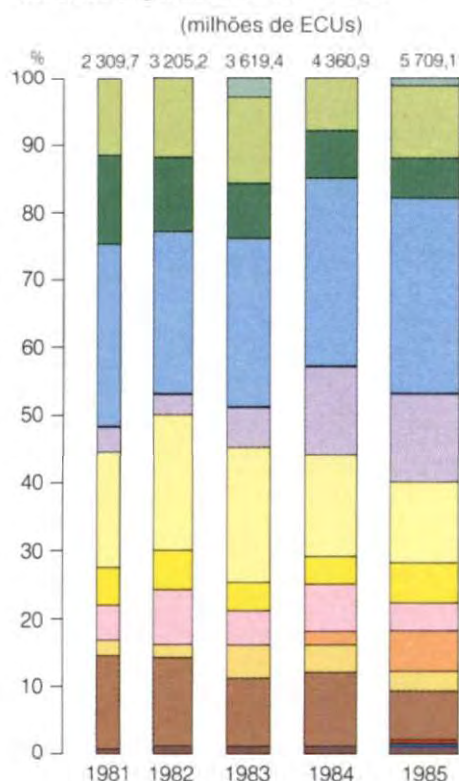
<sup>(1)</sup> Média anual: 652,5 milhões.

como no ano precedente, o Banco mostrou-se particularmente activo no domínio das emissões públicas, obtendo um total de 448,4 milhões no decurso do ano. O sector das colocações privadas, essencialmente efectuadas sob a forma de *Schuldscheindarlehen*, permitiu a mobilização de 168,7 milhões. A angariação de fundos em florins no mercado de capitais a taxa fixa atingiu o montante total de 424,3 milhões (479,4 milhões em 1984). As colocações privadas atingiram os 264,8 milhões e foram lançadas duas emissões públicas no mercado interno dos Países Baixos, no montante total de 159,5 milhões. Em França, o Banco captou 368,6 milhões, ou seja, mais do dobro do montante do ano anterior (174,9 milhões) através de duas emissões vultosas

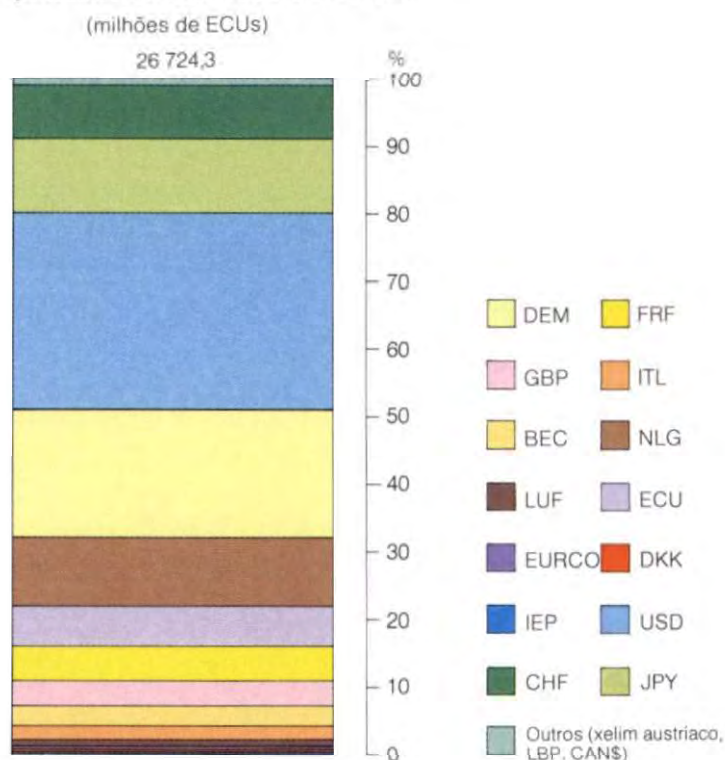
no montante total de 294,5 milhões no mercado interno de capitais a taxa fixa e de uma emissão de menores dimensões no mercado do euro-franco.

Depois de uma estreia modesta em 1984, a lira tornou-se em 1985 a quinta moeda comunitária obtida a taxa fixa pelo Banco, com um montante de 342 milhões (108,3 em 1984). Inicialmente, o BEI interveio com maior frequência no mercado interno da lira, com três emissões públicas, em vez da emissão única do ano anterior, as quais totalizaram 275,1 milhões. Posteriormente, durante o último trimestre, abriu o mercado da euro-lira com uma operação a taxa fixa no montante de 66,9 milhões, que teve grande aceitação.

Recursos angariados de 1981 a 1985



Empréstimos a médio e a longo prazo pendentes em 31 de Dezembro de 1985





## Recursos

Quadro 14: **Especificação dos recursos angariados em 1985**

I. Operações a longo e a médio prazo a taxa fixa e a taxa variável

### EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Emitidos durante o mês de	Local de emissão	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional (em milhões)	Valor em ECUs (em milhões)	Prazo do empréstimo (anos)	Taxa nominal (%)
Janeiro	Japão	JPY	30 000,000	168,490	10	6,700
Janeiro	Luxemburgo	LUF	1 000,000	22,363	10	9,500
Fevereiro	França	ECU	200,000	200,000	10	9,250
Fevereiro	Alemanha	DEM	300,000	134,423	8	7,500
Fevereiro	Luxemburgo	USD	100,000	141,054	10	11,000
Março	Luxemburgo	CAN\$	75,000	80,145	10	12,000
Março	Reino Unido	GBP	50,000	81,988	8	11,125
Março	Suíça	CHF	150,000	81,597	10	6,000
Março	Luxemburgo	DKK	250,000	31,297	10	12,000
Abril	Luxemburgo	ECU	150,000	150,000	10	9,750
Abril	Japão	JPY	30 000,000	164,642	10	7,300
Abril	Itália	ITL	150 000,000	104,985	8	12,250
Abril	Luxemburgo	USD	200,000	275,063	10	12,000
Abril	França	FRF	1 000,000	146,388	10	11,900
Maio	Alemanha	DEM	200,000	89,422	12	7,375
Maio	Países Baixos	NLG	200,000	79,269	15	8,000
Julho	Luxemburgo	USD	200,000	275,063	5	10,000
Julho	Bélgica	BEC	4 500,000	99,413	10	10,500
Julho	Itália	ITL	100 000,000	69,776	7	12,500
Julho	Suíça	CHF	100,000	53,077	10	5,625
Agosto	Alemanha	DEM	200,000	88,930	12	6,750
Setembro	Luxemburgo	ECU	100,000	100,000	10	8,875
Setembro	Luxemburgo	USD	150,000	204,096	7	10,250
Outubro	Japão	JPY	30 000,000	167,520	12	6,200
Outubro	Luxemburgo	FRF	500,000	74,058	7	11,250
Outubro	Luxemburgo	ITL	100 000,000	66,906	5	13,500
Outubro	Irlanda	IEP	15,000	20,951	10	11,500
Outubro	França	FRF	1 000,000	148,116	12	11,700
Outubro	Luxemburgo	USD	200,000	242,066	9	10,250
Novembro	Países Baixos	NLG	200,000	80,189	10	7,250
Novembro	Alemanha	DEM	300,000	135,596	10	6,875
Novembro	Itália	ITL	150 000,000	100,359	7	13,000
Dezembro	Suíça	CHF	200,000	110,482	10	5,375
Dezembro	Reino Unido	GBP	50,000	84,814	10	10,500
Dezembro	Luxemburgo	ECU	40,000	40,000	5	8,625
Dezembro	Luxemburgo	ECU	60,000	60,000	7	8,750
Dezembro	Alemanha	DEM	125,000	56,498	5	variável
<b>(37 empréstimos)</b>				<b>4 229,036</b>		

### EMPRÉSTIMOS PRIVADOS

Numero de operações	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional (em milhões)	Valor em ECUs (em milhões)	Prazo do empréstimo	Taxa nominal (%)
5	DEM	375,000	168,713	10	7,230—8,050
1	GBP	30,000	50,888	15	11,000
12	NLG	666,000	264,843	10—15	7,125—8,500
3	BEC	3 200,000	71,048	8—12	10,500—11,750
2	LUF	800,000	17,674	6—8	9,250—9,500
4	USD	93,642	122,075	7—10	9,730—11,650
3	CHF	200,000	109,638	5—7	5,250—5,500
3	JPY	21 700,000	120,616	8—10	7,100—7,800
5	ECU	170,000	170,000	5—10	8,750—9,795
<b>38</b>			<b>1 095,495</b>		

**Sub-total 75 5 324,531**

II. Operações a curto prazo

**Papel comercial** USD 374,000 variável

III. Participação de terceiros no financiamento de empréstimos BEI

ECUs 10,600

**Total Geral 5 709,131**

O Banco continuou a angariar montantes menos significativos no mercado de capitais a taxa fixa dos outros países da Comunidade. Em virtude da taxa elevada da libra esterlina em relação às restantes moedas comunitárias propostas habitualmente à sua clientela, os recursos mobilizados pelo Banco nesta divisa elevaram-se somente a 217,7 milhões, em comparação com 284,9 milhões em 1984. O BEI realizou duas operações no mercado da euro-libra no montante total de 166,9 milhões, com prazos que correspondiam melhor aos dos seus empréstimos e a taxas inferiores às do mercado interno britânico de títulos estrangeiros (*bull-dog market*). O sector das colocações privadas permitiu ainda obter 50,8 milhões. No que se refere ao franco belga, o lançamento de uma emissão pública e a realização de empréstimos privados permitiram captar um montante de recursos a taxa fixa que pouco diferiu do do ano precedente. Tal como nos anos anteriores, o Banco interveio no mercado luxemburguês de capitais sob a forma de uma emissão pública no montante de 22,4 milhões, de uma colocação privada e de um crédito bancário. Aproveitando a abertura do mercado da euro-coroa dinamarquesa, o BEI foi o primeiro mutuário a lançar uma emissão neste euro-mercado, obtendo um total de 31,3 milhões.

Entre as divisas não comunitárias, a quota-parte do dólar dos Estados Unidos nos recursos utilizados para empréstimos a taxa fixa, conquanto fosse a mais importante, foi ligeiramente inferior à do ano precedente, totalizando 984,4 milhões, contra 1 066 em 1984. No entanto, o conjunto dos recursos em dólares angariados a taxa fixa atingiu os 1 259,4 milhões, 275,1 dos quais correspondem a operações de *swap* de juros, que permitiram ao Banco obter recursos a uma taxa flutuante, tal como já foi referido.

Devido às condições geralmente mais favoráveis prevalecentes no mercado internacional de capitais, o BEI interveio de um modo contínuo no euro-mercado, particularmente em USD, sob a forma de cinco emissões públicas, no valor total de 1 137,4 milhões, efectuadas mediante oferta pública de um pequeno número de bancos ou transaccionadas por meio de um consórcio bancário. As colocações privadas expressas em USD angariaram 122 milhões em 1985.

A liquidez do mercado do iene a taxa fixa permitiu que o Banco aumentasse de uma maneira significativa a captação de recursos nesta divisa. A obtenção de recursos a taxa fixa atingiu o montante total de 621,3 milhões (contra 346 milhões no ano anterior), 528,7 milhões dos quais foram utilizados para desembolso de empréstimos a taxa fixa e 92,6 milhões para empréstimos a taxa variável obtidos por meio de *swaps*. A saturação do mercado do euro-iene no início do ano, como consequência das medidas de liberalização instituídas neste mercado, e a relativa persistência subsequente das taxas elevadas incitaram o Banco a manter-se no mercado interno japonês reservado às entidades emissoras estrangeiras (o *samurai bond market*) onde efectuou três emissões públicas no montante total de 500,6 milhões. Foram obtidos 120,6 milhões adicionais através do lançamento de empréstimos, sendo uma parte importante dos recursos utilizada em operações de *swap* de juros e de divisas.

O Banco angariou no mercado de capitais suíço um total de 354,8 milhões (322,6 milhões em 1984). Tal como nos anos anteriores, a sua intervenção centrou-se no sector das emissões públicas (245,2 milhões) e das colocações privadas (109,6 milhões).



## Resultados de gestão

---

Os resultados de gestão do BEI em 1985 reflectem, tal como nos anos anteriores, a utilização dos seus fundos próprios e, de uma forma menos significativa, o contínuo crescimento das suas actividades de crédito.

O montante dos juros e comissões de empréstimos cobrado em 1985 atingiu os 2 937,2 milhões, em comparação com 2 719,2 em 1984, enquanto os juros e encargos de empréstimos contraídos se elevaram a 2 582,6 milhões, em comparação com 2 478,6 em 1984. As comissões administrativas mantiveram-se estáveis (15,5 milhões contra 15,4 milhões no ano anterior).

A redução das disponibilidades do Banco e a descida das taxas de juro a longo prazo conduziram ao decréscimo do montante dos rendimentos de investimento (juros e comissões) para 199,5 milhões em 1985, contra 242,2 em 1984.

A descida das taxas de juro, que restringiu a possibilidade do Banco de recomprar as suas próprias obrigações no enquadramento de fundos de recompra, reduziu ligeiramente o saldo entre os proveitos e os encargos financeiros; no entanto, este saldo elevou-se a 38 milhões nos finais de 1985, contra 43,4 milhões em 1984.

As despesas e encargos administrativos passaram de 49,4 milhões em 1984, para 55,8 milhões em 1985.

Tendo em conta as diferenças de câmbio de 0,2 milhões, a amortização de encargos e prémios de emissão e os prémios de reembolso que se elevaram a 59,9 milhões, as amortizações de edifícios e

material no valor de 4,6 milhões, a menos-valia decorrente da avaliação dos activos líquidos do Banco não abrangidos pelo artigo 7º dos Estatutos, no valor de 10,2 milhões, e um proveito excepcional de 38,9 milhões, o saldo positivo da conta de lucros e perdas do Banco elevou-se a 515,8 milhões, contra 434,8 em 1984.

O Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores a redução da provisão para variações da taxa de conversão do ECU num montante de 10 213 093 ECUs, representando a menos-valia líquida, emergente em 31 de Dezembro de 1985, da avaliação dos activos líquidos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos e a afectação do excedente de gestão do exercício de 1985, acrescido do montante correspondente aos proveitos excepcionais, ou seja, um total de 526 003 022 ECUs, às reservas e provisões.

Nos termos de uma decisão do Conselho de Administração na sessão de 25 de Julho de 1985, a apresentação do balanço deixa de incluir a rubrica «a desembolsar no âmbito de empréstimos concedidos» no total, sem que tal implique a alteração da estrutura do balanço (ver Demonstrações Financeiras, Anexo E, Nota A, ponto 3, página 143). Esta decisão obrigou a um ajustamento do total do balanço no final de 1984.

Em 31 de Dezembro de 1985, o total do balanço elevava-se a 35 092,1 milhões, contra 32 463,7 milhões em 31 de Dezembro de 1984, o que representa um aumento de 8,1 %.

# Administração

---

## Conselho de Administração

O Conselho sentiu profundamente o falecimento, em 21 de Agosto de 1985, de um dos seus administradores suplentes, Berardo CLEMENTE, de cuja eminente experiência e competência o BEI usufruia desde Junho de 1983. Para o substituir no Conselho, o Conselho de Governadores nomeou Paolo RANUZZI DE BIANCHI.

Brian UNWIN e Geoffrey FITCHEW tiveram de abandonar o Conselho em 1985. Para sua substituição, o Conselho de Governadores nomeou como administrador titular, Roger G. LAVELLE e como suplente, Andrew J. C. EDWARDS, pelo período de tempo ainda por decorrer do mandato dos seus antecessores.

O Conselho de Administração agradece aos Srs. Unwin e Fitchew a sua inestimável contribuição para a actividade do Banco.

Desde a entrada em vigor do Tratado de Adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa à Comunidade, em Janeiro de 1986, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 11º, nº 2, alterado, dos Estatutos, passou a ser constituído por 22 administradores titulares e 12 suplentes.

O Conselho de Governadores, igualmente ampliado para 12 membros, completou a composição do Conselho de Administração, nomeando administradores titulares José María GARCÍA ALONSO, Julián GARCÍA VARGAS e José António GIRÃO e administrador suplente Miguel MORA HIDALGO.

## Comité de Fiscalização

Na sua sessão anual de 11 de Junho de 1985, o Conselho de Governadores decidiu renovar o mandato do membro do Comité de Fiscalização cujas funções cessavam, J. BREDSDORFF, para os exercícios de 1985, 1986 e 1987.

A presidência foi assumida por A. HANSEN até aprovação do balanço e da conta de lucros e perdas do exercício de 1985, na sessão anual de 1985.

## Comité Executivo

Miguel Angel ARNEDO ORBAÑANOS, Sub-Director das Operações Externas do Banco de Espanha, foi nomeado Vice-Presidente, ocupando assim o cargo criado a partir de 1986, em virtude da adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa à Comunidade.

## Informação

À semelhança dos anos anteriores, o Banco recorreu a um vasto leque de técnicas de comunicação para difundir informações relativas às suas actividades e divulgar o seu papel no seio das instituições comunitárias. Foi nesta perspectiva que instituiu o «Prémio BEI», destinado a encorajar o estudo do investimento e do seu financiamento. O Prémio BEI de 1985 foi conferido em Junho último à Sra. Giovanna Nicodano, de Milão, pela sua tese «Struttura finanziaria, costo del capitale e decisioni d'investimento». O júri, presidido por Lord Roll of IPSDEN (Presidente da S.G. Warburg & Co. Ltd.), compunha-se das seguintes personalidades: Beniamino ANDREATTA (Universidade de Bolonha), Arnold HEERTJE (Universidade de Amsterdão), Jacques LESOURNE (Conservatoire National des Arts et Métiers, Paris), Michael MacCORMAC (University College, Dublin) e Wolfgang STÜTZEL (Universidade do Sarre).

## Organização e Estrutura

Em 1985, o Comité Executivo procedeu a uma reorganização dos serviços do Banco, em vista da adesão de Espanha e de Portugal em 1 de Janeiro de 1986.

Foi assim decidido dividir as operações de financiamento nos Estados-membros em duas direcções, apoiadas por um departamento de administração dos financiamentos e uma divisão de coordenação comuns. Estas alterações são ilustradas no organigrama dos serviços do Banco na página 6.



Em 1985, foram tomadas duas outras medidas de estruturação importantes. Com vista a uma melhor adaptação do trabalho de investigação económica às necessidades dos serviços operacionais, procedeu-se à reorganização da Direcção de Estudos (ver página 7); 1985 foi igualmente o primeiro ano de plena actividade da Unidade de Auditoria Interna que, numa primeira fase, centrou as suas actividades nas despesas administrativas.

### Pessoal

Nos últimos meses de 1985 e início de 1986, verificaram-se várias alterações nos cargos de chefia do Banco. Dieter HARTWICH foi nomeado Secretário-Geral e Director da Direcção de Administração-Geral, a partir de 1 de Dezembro de 1985. Hartwich foi substituído na chefia da Direcção de Financiamentos no Exterior da Comunidade por Jacques SILVAIN, anteriormente Co-Director desta mesma Direcção e Director do Departamento ACP-PTUM. Por sua vez, Silvain foi substituído na chefia deste departamento por Thomas OURSIN, anteriormente chefe da Divisão África Oriental e Pacífico.

No enquadramento da nova estrutura das Direcções de Financiamentos na Comunidade (ver página 6), Pit TREUMANN foi nomeado Director da Direcção 2, Financiamentos na Comunidade; Christopher LETHBRIDGE foi nomeado para o novo cargo de Director do Departamento Dinamarca, Alemanha e Espanha. O cargo de Director do Departamento Mediterrâneo, deixado vago, foi confiado a Pietro PETTOVICH, anteriormente Chefe da Divisão de Financiamentos na Turquia, nos países do Magrebe e em Malta.

Em 31 de Dezembro de 1985, trabalhavam nos serviços do Banco 673 pessoas, especificamente, 308 mulheres e 365 homens, o que corresponde a um aumento de 35 pessoas no total, em 1985. No final do ano, 45 agentes do sexo feminino beneficiavam das disposições em vigor no Banco em matéria de trabalho a tempo parcial.

No decurso dos últimos cinco anos, o pessoal a nível de quadros e de funcionários distribuía-se da seguinte forma:

Anos	Quadros		Funcionários, Secretárias, Técnicos	
	M	F	M	F
1981	196	16	99	217
1982	209	16	104	232
1983	223	22	108	243
1984	240	26	111	261
1985	259	34	106	274
Total 1985	293 (43,5 %)		380 (56,5 %)	

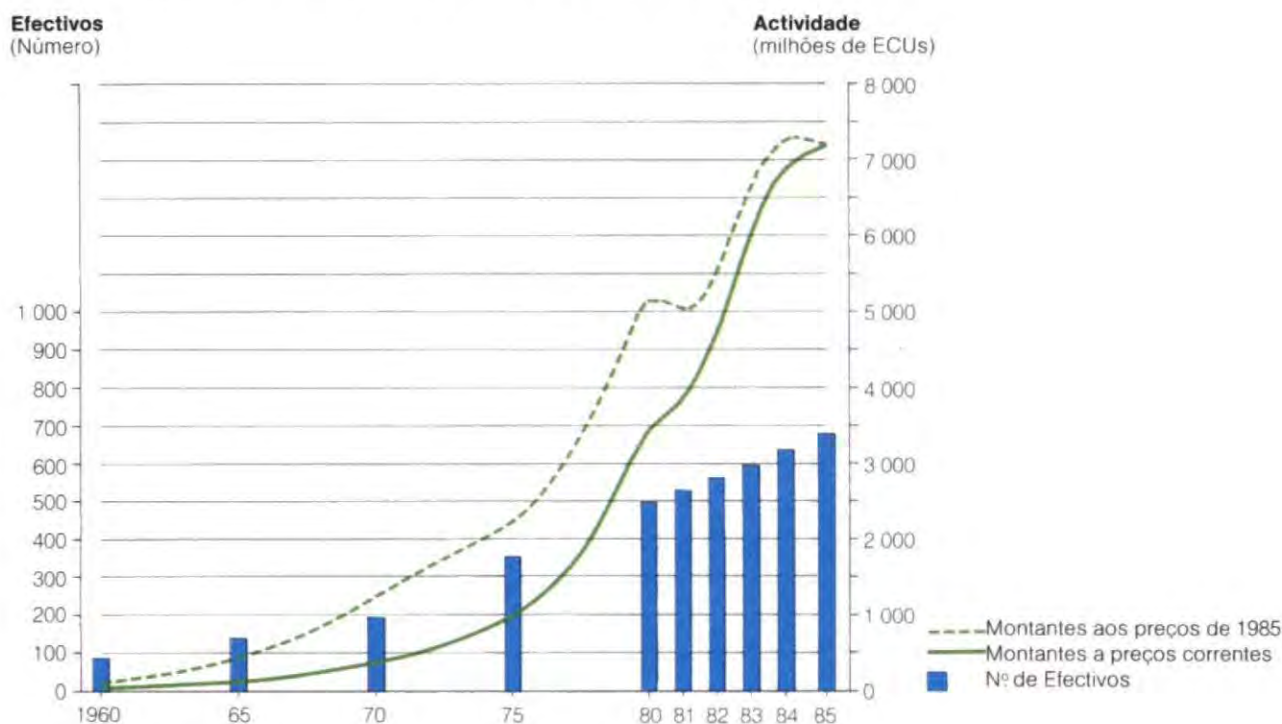
Em 1985, foram dedicados 3 611 dias a actividades de formação contínua, 1 016 dos quais no domínio das novas técnicas de escritório, 916 no da formação linguística e os restantes, no de programas gerais de gestão e de aperfeiçoamento. Estas actividades visam permitir a reciclagem dos agentes do Banco, mediante uma formação complementar nos seus domínios respectivos, encorajando-os igualmente a interessarem-se activamente pela adaptação dos métodos e sistemas de trabalho do Banco a um ambiente em constante evolução.

Em 1985, pela primeira vez, o Banco recrutou jovens quadros estagiários que seguiram um programa de aperfeiçoamento de um ano. Além disso, dois agentes do Banco seguiram um ciclo de formação profissional a tempo completo.

Foi criado um grupo consultivo visando promover a igualdade de oportunidades para o pessoal feminino nos domínios da formação profissional, das perspectivas de carreira e da aplicação das normas administrativas. Este grupo deu uma valiosa contribuição para a concretização de uma formação especializada para os agentes dos graus inferiores, na maioria femininos, destinada a facilitar-lhes o acesso a funções mais elevadas no seio do Banco.

No decurso do ano, procedeu-se a uma avaliação dos cargos dos grupos III e IV (funcionários, secretárias e técnicos). A grelha de funções, introduzida em 1980 para os graus superiores, foi alargada ao conjunto do

## Evolução dos efectivos e da actividade global do Banco (1960-1985)



peçoal. Estas medidas conduziram a uma análise do grau de responsabilidade inerente a cada cargo — que, em certos casos, foi consideravelmente alterado pela introdução de novas tecnologias — a qual levou, por sua vez, à introdução de perfis de carreira mais adequados.

Os representantes eleitos pelo peçoal foram consultados sobre os problemas de interesse para os agentes do Banco e participaram activamente na elaboração da política adoptada neste domínio. Foi ainda lançado um jornal interno, que contou com a colaboração de vários agentes interessados e com o apoio dos serviços competentes.

O BEI acolheu os primeiros agentes espanhóis e portugueses no final de 1985 e o recrutamento prossegue a um ritmo rápido nos dois novos Estados-membros, à medida que se vão verificando vagas de cargos, de forma a assegurar em devido tempo aos cidadãos destes países uma participação adequada no peçoal do Banco. Neste contexto, o Comité Executivo foi autorizado a pôr em prática um esquema restrito de reforma antecipada, o qual facilitará o recrutamento de agentes espanhóis e portugueses.

\* \* \*

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao peçoal do Banco pela extensão, rigor e qualidade do trabalho por este prestado, com competência e dedicação, no decurso do ano de 1985.

Luxemburgo, 13 de Maio de 1986.

O Presidente do Conselho de Administração  
Ernst-Günther BRÖDER



# Balanço em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Activo	31. 12. 1985	31. 12. 1984
<b>A creditar pelos Estados-membros na conta de capital</b> (Anexo A)	<b>270 000 000</b>	405 000 000
<b>Caixa e Bancos</b>		
À ordem ou até um ano	<b>1 362 821 758</b>	1 515 688 248
A mais de um ano	<b>78 033</b>	802 673
	<b>1 362 899 791</b>	1 516 490 921
<b>Carteira de valores</b> (Nota B)		
Até um ano	<b>161 304 848</b>	41 681 724
A mais de um ano	<b>704 400 598</b>	583 500 980
	<b>865 705 446</b>	625 182 704
<b>Receitas de empréstimos a receber</b>	<b>91 270 285</b>	270 450 477
<b>Valores a cobrar dos Estados-membros para ajustamento do capital</b> (Anexo D)	<b>13 121 193</b>	6 519 442
<b>Empréstimos concedidos</b> (Anexo B)		
Total em curso	<b>32 531 641 659</b>	30 192 040 950
Menos: fracção não desembolsada dos empréstimos concedidos	<b>2 305 176 694</b>	2 496 298 699
	<b>30 226 464 965</b>	27 695 742 251
<b>Garantias</b>		
No âmbito de empréstimos concedidos sob mandato	<b>23 055 507</b>	34 172 581
Com exclusão dos empréstimos concedidos por terceiros: 1985: 512 253 660; 1984: 561 798 760		
No âmbito de participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco: 1985: 223 900 583; 1984: 379 366 118		
<b>Terrenos e edifícios</b> (Nota C)	<b>42 235 457</b>	43 902 457
<b>Juros e comissões a receber</b>	<b>850 455 142</b>	767 105 117
<b>A cobrar a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME</b> (Nota H)	<b>275 594 058</b>	305 302 733
<b>Despesas de emissão a amortizar</b>	<b>324 303 678</b>	309 245 445
<b>Prémios de reembolso a amortizar</b>	<b>9 224 135</b>	12 853 541
	<b>333 527 813</b>	322 098 986
<b>Depósitos especiais para serviço de empréstimos</b> (Nota D)	<b>690 911 979</b>	415 925 002
<b>Diversos</b> (Nota G)	<b>46 814 611</b>	55 770 517
	<b>35 092 056 247</b>	32 463 663 188

## Passivo

	31. 12. 1985	31. 12. 1984
<b>Capital</b> (Anexo A)		
Subscrito	14 400 000 000	14 400 000 000
Não exigido	12 934 285 000	12 934 285 000
	1 465 715 000	1 465 715 000
<b>Fundo de reserva</b> (Nota N)	1 440 000 000	1 440 000 000
<b>Reservas suplementares</b> (Nota N)	1 000 598 914	560 617 455
<b>Provisão para variações da taxa de conversão do ECU</b> (Nota N)	14 669 916	19 832 369
<b>Fundo de reforma do pessoal</b> (Nota E)	64 376 775	49 926 352
<b>Valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital</b> (Anexo D)	9 047 354	5 781 576
<b>Empréstimos obtidos a curto prazo</b> (Anexo C)	659 383 128	287 530 192
<b>Empréstimos obtidos a médio e a longo prazo</b> (Anexo C)		
Obrigações e certificados de caixa	21 403 488 331	20 055 070 621
Outros	5 320 838 116	4 935 885 841
	26 724 326 447	24 990 956 462
Prémios de reembolso de obrigações	11 430 363	16 076 509
	26 735 756 810	25 007 032 971
<b>Credores diversos</b> (Nota F)	282 837 705	416 719 148
<b>Garantias</b>		
para empréstimos sob mandato	23 055 507	34 172 581
para empréstimos concedidos por terceiros: 1985: 512 253 660; 1984: 561 798 760		
para participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco: 1985: 223 900 583; 1984: 379 366 118		
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente</b> (Nota H)	923 047 187	1 044 967 352
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente por conta de terceiros</b> (Nota H)	126 886 507	152 882 929
	1 049 933 694	1 197 850 281
<b>Juros e comissões a pagar e juros cobrados antecipadamente</b>	1 118 365 480	1 074 806 431
<b>Cupões e obrigações vencidos e a pagar</b> (Nota D)	690 911 979	415 925 002
<b>Diversos</b> (Nota G)	21 614 056	52 934 824
<b>Saldo da conta de lucros e perdas</b> (Nota N)	515 789 929	434 819 006
	35 092 056 247	32 463 663 188

## Contas Extrapatrimoniais

### Secção Especial

Fundos em gestão fiduciária		
— por conta dos Estados-membros	295 986 908	313 636 265
— por conta das Comunidades Europeias	7 275 996 775	6 378 531 652
Valores recebidos em caução para empréstimos sob mandato	17 560 649	20 618 256
Valores recebidos em depósito	78 835 310	98 738 127



# Demonstração da Secção Especial (1) em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Activo	31. 12. 1985	31. 12. 1984
<b>Países da Comunidade</b>		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>		
Empréstimos Euratom desembolsados Total (2)	<b>1 988 341 853</b>	1 858 119 755
<i>Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia (Novo Instrumento Comunitário de contracção e concessão de empréstimos — NIC)</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	<b>382 395 392</b>	638 666 192
— desembolsados	<b>4 757 896 039</b>	4 034 101 208
Total (3)	<b>5 140 291 431</b>	4 672 767 400
<b>Turquia</b>		
<i>Por conta de recursos dos Estados-membros</i>		
Empréstimos em curso		
— desembolsados	<b>295 986 908</b>	313 636 265
Total (4)	<b>295 986 908</b>	313 636 265
<b>Países da bacia mediterrânica</b>		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia</i>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	<b>79 444 129</b>	89 960 576
— desembolsados	<b>209 555 871</b>	190 339 424
	<b>289 000 000</b>	280 300 000
Operações de capitais de risco		
— valores a pagar	<b>3 000 000</b>	3 000 000
— valores desembolsados	<b>5 000 000</b>	5 000 000
	<b>8 000 000</b>	8 000 000
Total (5)	<b>297 000 000</b>	288 300 000
<b>Países de África, Caraibas e Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos</b>		
<i>A cargo de recursos da Comunidade Económica Europeia</i>		
<b>Convenções de Yaoundé I e II</b>		
Empréstimos em curso		
— não desembolsados	—	70 699
— desembolsados	<b>104 806 250</b>	110 113 937
	<b>104 806 250</b>	110 184 636
Contribuições para a formação de capitais de risco		
valores desembolsados	<b>1 267 760</b>	1 244 382
Total (6)	<b>106 074 010</b>	111 429 018
<b>Convenções de Lomé I e II</b>		
Operações de capitais de risco		
— valores a pagar	<b>161 410 158</b>	127 393 828
— valores desembolsados	<b>209 129 002</b>	179 612 946
Total (7)	<b>370 539 160</b>	307 006 774
<b>Total geral</b>	<b>8 198 233 362</b>	7 551 259 212

## N.B.:

Total dos valores em dívida ainda não reembolsados referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CEE:

\* No âmbito das Convenções de Lomé I e II:

em 31. 12. 1985: 598 273 563; em 31. 12. 1984: 481 859 133.

\* No âmbito dos protocolos celebrados com os países da bacia mediterrânica: em 31. 12. 1985: 76 767 195; em 31. 12. 1984: 59 070 731.

(1) A Secção Especial foi criada pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste na contabilização das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta e risco de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (77/271/

/EURATOM) de 29 de Março de 1977 e (82/170/EURATOM) de 15 de Março de 1982, até um montante total de dois biliões para o financiamento de centrais nucleares de energia nos países da Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica:

1 976 391 633  
A adicionar: ajustamentos cambiais + 120 586 714  
A deduzir: reembolsos — 108 636 494  
**1 988 341 853**

## Passivo

	31. 12. 1985	31. 12. 1984
<b>Fundos em gestão fiduciária</b>		
<i>Sob mandato das Comunidades Europeias</i>		
Comunidade Europeia da Energia Atómica	1 988 341 853	1 858 119 755
Comunidade Económica Europeia:		
— Novo Instrumento Comunitário	4 757 896 039	4 034 101 208
— Protocolos financeiros com os países da bacia mediterrânica	214 555 871	195 339 424
— Convenções de Yaoundé I e II	106 074 010	111 358 319
— Convenções de Lomé I e II	209 129 002	179 612 946
	<b>7 275 996 775</b>	6 378 531 652
<i>Sob mandato dos Estados-membros</i>	<b>295 986 908</b>	313 636 265
Total	<b>7 571 983 683</b>	6 692 167 917
<b>Fundos a desembolsar</b>		
Empréstimos Novo Instrumento Comunitário	382 395 392	638 666 192
Empréstimos e operações de capitais de risco nos países da bacia mediterrânica	82 444 129	92 960 576
Empréstimos Convenção de Yaoundé II	—	70 699
Operações de capitais de risco Convenções de Lomé I e II	161 410 158	127 393 828
Total	<b>626 249 679</b>	859 091 295
<b>Total geral</b>	<b>8 198 233 362</b>	7 551 259 212

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (78/870/CEE) de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), (82/169/CEE) de 15 de Março de 1982 e (83/200/CEE) de 19 de Abril de 1983, visando a promoção dos investimentos na Comunidade e bem assim (81/19/CEE) de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões sinistradas pelo terramoto de 23 de Novembro de 1980, em Campânia e Lucânia (Itália) e (81/1013/CEE) de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia sinistradas pelos terremotos de Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	230 845 699	
A deduzir: anulações		52 540 739	
reembolsos		110 686 791	— 163 227 530
			<u>5 140 291 431</u>

(4) Montante inicial dos contratos de empréstimo celebrados para financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros:

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	18 414 008	
A deduzir: anulações		215 000	
reembolsos		92 427 100	— 92 642 100
			<u>295 986 908</u>

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machrek, bem como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos

(EAMMA-PTDUM) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— Empréstimos com condições especiais	139 483 056	
— Contribuições para a formação de capitais de risco	2 502 615	141 985 671
A adicionar:		
— juros capitalizados	1 178 272	
— ajustamentos cambiais	5 114 727	+ 6 292 999
A deduzir:		
— anulações	1 573 609	
— reembolsos	40 631 051	— 42 204 660
		<u>106 074 010</u>

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para financiamento de projectos nos países de África, Caraíbas e Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTUM) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— Empréstimos condicionados e subordinados	369 255 000	
— Tomadas de participação	11 323 510	
— Subscrição de obrigações convertíveis	2 499 606	383 078 116
A adicionar		
— juros capitalizados		+ 11 371
A deduzir:		
— anulações	6 270 855	
— reembolsos	4 812 172	
— ajustamentos cambiais	1 467 300	— 12 550 327
		<u>370 539 160</u>



# Conta de Lucros e Perdas do exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Receitas	1985	1984
Juros e Comissões de empréstimos concedidos	2 937 209 467	2 719 196 226
Juros e Comissões de colocações	199 484 300	242 226 951
Comissões administrativas (Nota I)	15 565 292	15 376 864
Proveitos financeiros e outras receitas (Nota L)	39 350 295	43 544 224
Diferenças cambiais	—	1 175 879
	<b>3 191 609 354</b>	<b>3 021 520 144</b>
Despesas		
Despesas e encargos administrativos (Nota K)	55 770 557	49 394 559
Juros e encargos de empréstimos obtidos	2 582 625 671	2 478 616 906
Amortização de despesas de emissão e de prémios de reembolso	59 916 231	49 924 062
Encargos financeiros (Nota L)	1 368 962	147 299
Amortização		
— de compras líquidas de instalações e material	2 931 193	1 788 859
— do edifício	1 667 000	1 667 000
Diferenças cambiais	219 234	—
	<b>2 704 498 848</b>	<b>2 581 538 685</b>
Excedente do exercício	<b>487 110 506</b>	<b>439 981 459</b>
Menos-valia líquida emergente da avaliação dos activos do Banco não sujeitos a ajustamento nos termos do artigo 7º dos Estatutos (Nota J)	<b>— 10 213 093</b>	<b>— 5 162 453</b>
Proveitos extraordinários (Nota M)	<b>+ 38 892 516</b>	<b>—</b>
Saldo (Nota N)	<b>515 789 929</b>	<b>434 819 006</b>

# Mapa de Origem e Aplicação de Fundos para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

	1985	1984
<b>Origem de fundos</b>		
Saldo da conta de lucros e perdas	515 789 929	434 819 006
Rubricas que não implicam movimento de fundos:		
Amortização do edifício, de compras líquidas, instalações e material	4 598 193	3 455 859
Amortização de despesas de emissão e de prémios de reembolso	59 916 231	49 924 062
Aumento dos juros e comissões a pagar e juros cobrados antecipadamente	43 559 049	198 055 723
Aumento dos juros e comissões a cobrar	— 83 350 025	— 135 631 650
	540 513 377	550 623 000
Outras origens:		
Produto de empréstimos obtidos	5 875 566 869	4 234 985 710
Reembolso de empréstimos concedidos	1 851 850 634	1 561 393 563
Capital realizado pelos Estados-membros	135 000 000	135 000 000
Ajustamentos cambiais relativos a empréstimos concedidos	2 015 164 031	— 1 499 027 449
Diminuição (aumento) de rubricas diversas do activo	8 955 906	— 26 658 459
<b>Total</b>	<b>10 427 050 817</b>	<b>4 956 316 365</b>
<b>Aplicação de fundos</b>		
As disponibilidades foram aplicadas em:		
Desembolso líquido de empréstimos concedidos	6 397 737 3/9	5 200 105 323
Reembolso de empréstimos contraídos	1 788 216 394	1 325 239 331
Despesas de emissão e prémios de reembolso de empréstimos	71 345 058	127 517 176
Terrenos, edifícios e instalações	2 931 193	1 788 859
Ajustamentos cambiais em empréstimos contraídos	1 807 593 508	— 1 521 370 609
Aumento líquido a título de ajustamento de capital dos Estados-membros	3 335 973	439 964
Diminuição das rubricas Credores diversos, Débitos diversos, Fundo de reforma do pessoal e bonificações de juros líquidas	268 959 700	201 718 210
Aumento (diminuição) das rubricas Caixa e Bancos e Carteira de valores	86 931 612	— 379 121 889
<b>Total</b>	<b>10 427 050 817</b>	<b>4 956 316 365</b>

## Anexo A — Demonstração das Subscrições de Capital

Em 31 de Dezembro de 1985

Em milhares de ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Estados-membros	Capital subscrito (1)	Capital não exigido (2)	Capital Realizado e a Realizar		
			realizado em 31. 12. 1985	A realizar (1)	Total
Alemanha	3 150 000	2 829 375	261 562,5	59 062,5	320 625
França	3 150 000	2 829 375	261 562,5	59 062,5	320 625
Reino Unido	3 150 000	2 829 375	261 562,5	59 062,5	320 625
Itália	2 520 000	2 263 500	209 250	47 250	256 500
Bélgica	829 500	745 068,75	68 878,125	15 553,125	84 431,25
Países Baixos	829 500	745 068,75	8 878,125	15 553,125	84 431,25
Dinamarca	420 000	377 250	34 875	7 875	42 750
Grécia	225 000	202 097,5	18 683,75	4 218,75	22 902,5
Irlanda	105 000	94 312,5	8 718,75	1 968,75	10 687,5
Luxemburgo	21 000	18 862,5	1 743,75	393,75	2 137,5
<b>Total</b>	<b>14 400 000</b>	<b>12 934 285</b>	<b>1 195 715</b>	<b>270 000</b>	<b>1 465 715</b>

(1) Por decisão do Conselho de Governadores de 15 de Junho de 1981, o capital subscrito do Banco foi elevado a partir de 31 de Dezembro 1981, de 7 200 000 000 para 14 400 000 000 de ECUs.

Os Estados-membros pagarão, na sua moeda respectiva, 7,5% do aumento, ou seja, o contravalor de um total de 540 000 000 ECUs, em oito prestações iguais de 67 500 000 ECUs, em 30 de Abril e 31 de Outubro dos anos de 1984 e 1987. O montante a pagar de 270 000 000 ECUs representa as 4 prestações dos anos de 1986/1987.

(2) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

N.B.: A partir de 1 de Janeiro de 1986, o capital subscrito do Banco foi elevado de 14 400 000 000 de ECUs para 28 800 000 000. Este aumento para o dobro resulta simultaneamente do aumento das contribuições dos dez anteriores Estados-membros (decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1985), e da participação dos dois novos Estados-membros — Espanha e Portugal. (Ver demonstração das subscrições de capital em 1 de Janeiro de 1986, página 106).



# Anexo B — Demonstração dos Empréstimos em Curso

Em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

Países ou territórios em que se situam os projectos de investimento	Número	Total em curso (1) (2) (3)	Montantes não desembolsados	Montantes desembolsados	% do Total em curso
<b>1. Créditos para investimentos na Comunidade e créditos relacionados</b>					
Alemanha	38	563 767 843	18 316 193	545 451 650	1,73
França	215	4 411 211 236	193 759 489	4 217 451 747	13,56
Reino Unido	311	5 336 525 074	45 536 652	5 290 988 422	16,40
Itália	720	13 106 848 441	813 466 717	12 293 381 724	40,29
Bélgica	23	669 783 664	—	669 783 664	2,06
Países Baixos	7	84 726 659	12 188 532	72 538 127	0,26
Dinamarca	96	1 176 590 241	16 589 750	1 160 000 491	3,62
Grécia	114	1 671 933 791	19 148 300	1 652 785 491	5,14
Irlanda	134	2 054 449 182	56 018 094	1 998 431 088	6,32
Luxemburgo	2	17 702 949	—	17 702 949	0,05
Empréstimos relacionados (*)	7	203 744 221	—	203 744 221	0,63
<b>Sub-Total</b>	<b>1 667</b>	<b>29 297 283 301</b>	<b>1 175 023 727</b>	<b>28 122 259 574</b>	<b>90,06</b>
<b>2. Créditos para investimentos no exterior da Comunidade</b>					
Novos Estados-membros em 1 de Janeiro de 1986					
Portugal	38	639 889 278	238 061 280	401 827 998	1,97
Espanha	29	546 643 456	30 465 000	516 178 456	1,68
Países da Bacia Mediterrânica					
Jugoslávia	6	311 110 433	165 075 000	146 035 433	0,96
Egipto	8	172 118 459	77 212 611	94 905 848	0,53
Marrocos	8	145 291 835	48 556 677	96 735 158	0,45
Argélia	3	94 403 455	61 828 400	32 575 055	0,29
Turquia	9	91 280 906	—	91 280 906	0,28
Síria	4	81 334 405	48 158 870	33 175 535	0,25
Tunísia	10	66 414 655	22 230 860	44 183 795	0,20
Chipre	3	46 314 309	26 764 330	19 549 979	0,14
Jordânia	10	43 815 594	12 963 918	30 851 676	0,13
Libano	7	34 309 411	—	34 309 411	0,10
Malta	1	1 960 820	—	1 960 820	0,01
Países ACP/PTUM					
Camarões	13	116 475 118	62 611 218	53 863 900	0,36
Costa do Marfim	20	105 833 356	36 180 684	69 652 672	0,32
Quênia	11	84 431 336	29 905 775	54 525 561	0,26
Nigéria	3	77 658 542	44 212 000	33 446 542	0,24
Papua Nova Guiné	3	54 563 510	45 556 000	9 007 510	0,17
Ilhas Fiji	5	50 895 651	16 000 000	34 895 651	0,16
Trinidade e Tobago	5	40 550 439	28 793 200	11 757 239	0,12
Zâmbia	4	36 942 209	648 000	36 294 209	0,11
Zimbabwe	2	34 768 660	23 352 557	11 416 103	0,11
Botsuana	5	33 427 841	16 642 237	16 785 604	0,10
Senegal	5	32 902 669	—	32 902 669	0,10
Gabão	4	32 451 561	9 014 272	23 437 289	0,10
Congo	3	28 118 904	26 470 301	1 648 603	0,09
Mauritânia	1	24 757 658	—	24 757 658	0,08
Togo	4	22 665 521	659 526	22 005 995	0,07
Malawi	5	17 775 922	7 500 000	10 275 922	0,05
Suazilândia	3	15 779 998	—	15 779 998	0,05
Ilha Maurícia	5	14 892 855	1 446 000	13 446 855	0,04
Barbados	4	14 751 688	6 620 000	8 131 688	0,04
Gana	2	14 041 534	—	14 041 534	0,04
Benim	1	13 500 000	13 500 000	—	0,04
Niger	3	13 107 433	—	13 107 433	0,04
Zaire	1	12 104 548	4 194 316	7 910 232	0,04
Guiné	2	11 036 664	4 079 041	6 957 623	0,03
Libéria	3	9 321 300	1 201 000	8 120 300	0,03
Nova Caledónia	2	8 832 138	—	8 832 138	0,03
Burkina Faso	1	7 419 774	—	7 419 774	0,02
Antilhas Neerlandesas	1	7 100 000	7 100 000	—	0,02
África Ocidental	1	4 936 351	3 000 000	1 936 351	0,01
Jamaica	1	4 002 265	2 284 894	1 717 371	0,01
Polinésia Francesa	1	4 000 000	4 000 000	—	0,01
Ilhas Caimão	1	2 840 618	—	2 840 618	0,01
África Central	1	2 600 000	2 600 000	—	0,01
Belize	1	1 848 121	365 000	1 483 121	0,01
Caraíbas	1	1 575 943	—	1 575 943	0,01
Montserrat	1	900 000	900 000	—	0,01
Tanzânia	1	661 215	—	661 215	0,01
<b>Sub-total</b>	<b>266</b>	<b>3 234 358 358</b>	<b>1 130 152 967</b>	<b>2 104 205 391</b>	<b>9,94</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1 933</b>	<b>32 531 641 659</b>	<b>2 305 176 694</b>	<b>30 226 464 965</b>	<b>100,00</b>

(\*) Empréstimos relacionados com empréstimos na Comunidade; operações efectuadas nos termos do nº 1, parágrafo 2 do artigo 18º dos Estatutos e referentes a investimentos na plataforma continental norueguesa, na Áustria e na Tunísia.

**(1) Divisas em que os empréstimos em curso são reembolsáveis:**

<i>Divisa:</i>	<i>Montante:</i>
Divisas dos Estados-membros	16 531 270 778
Outras Divisas	13 695 194 187
Parte desembolsada de empréstimos em curso	30 226 464 965
Mais: fracção não desembolsada dos empréstimos em curso:	
Empréstimos a desembolsar a uma taxa de juro e numa mistura de divisas fixas, determinadas no contrato de financiamento	465 087 825
Empréstimos a desembolsar a uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco escolher as divisas a desembolsar	1 071 626 833
Empréstimos a desembolsar a uma taxa livre, podendo o Banco escolher as taxas de juro e as misturas de divisas a desembolsar	768 462 036
	2 305 176 694
	32 531 641 659

**Calendário do reembolso dos empréstimos em curso em milhares de ECUs**

<i>ano de pagamento</i>	<i>em 31. 12. 1985</i>	<i>ano de pagamento</i>	<i>em 31. 12. 1984</i>
1986	2 042 774	1985	1 812 437
1987	2 396 715	1986	2 135 726
1988	2 680 373	1987	2 460 106
1989	2 969 886	1988	2 577 739
1990	3 135 069	1989	2 790 660
1991 a 1995	13 511 053	1990 a 1994	12 868 977
1996 a 2000	5 054 661	1995 a 1999	4 871 814
2001 a 2005	696 264	2000 a 2004	629 333
2006 a 2009	44 846	2005 a 2009	45 249
Total	32 531 641	Total	30 192 041

**(2) Desdobramento dos empréstimos em curso segundo as garantias principais de que beneficiam em 31 de Dezembro de 1985 (I)**

**A. Empréstimos para investimentos na Comunidade e empréstimos relacionados (II)**

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou que beneficiam da garantia destes	21 989 586 537 (VI)
Empréstimos concedidos a instituições públicas dos Estados-membros ou por estas garantidos	4 667 134 255
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito a longo prazo, companhias de seguros) ou por estas garantidos	970 916 227
Empréstimos garantidos por sociedades (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na Comunidade	242 465 431
Empréstimos que beneficiam de garantias reais sobre edifícios	176 034 144
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado	688 232 837
Empréstimos que beneficiam de garantias reais sobre outros bens do activo; outras garantias	562 913 870
Sub-total	29 297 283 301

**B. Empréstimos para investimentos no exterior da Comunidade**

1. Empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Yaoundé	
Empréstimos concedidos aos Estados EAMMA signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	31 790 911
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	1 647 802
	33 438 713 (III)

**2. Empréstimos concedidos no âmbito da Primeira Convenção de Lomé**

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	310 621 587
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	8 760 280
	319 381 867 (IV)
3. Empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Lomé	
Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou que beneficiam da garantia destes	549 210 143
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	17 440 619
Empréstimos concedidos para o desenvolvimento do potencial mineiro e energético (artigo 59º)	40 000 000
	606 650 762 (V)
4. Empréstimos concedidos no âmbito dos acordos financeiros da CEE com os países da bacia mediterrânica	
Empréstimos que beneficiam da garantia dos seis Estados-membros fundadores do BEI	3 012 230
Empréstimos que beneficiam da garantia da CEE	99 203 338
Empréstimos concedidos aos países da bacia mediterrânica signatários destes acordos ou que beneficiam da garantia ou da contragarantia destes	2 008 204 882 (VI)
Empréstimos que beneficiam de outras garantias	164 466 566 (VI)
	2 274 887 016
Sub-total	3 234 358 358
Total dos empréstimos em curso	32 531 641 659

(I) Certos empréstimos são cobertos por vários tipos de garantias ou de cauções.

(II) Empréstimos relacionados com empréstimos na Comunidade; operações efectuadas ao abrigo do nº 1, parágrafo 2 do artigo 18º dos Estatutos e relativas a investimentos na plataforma continental norueguesa, na Áustria e na Tunísia.

(III) O montante das garantias prestadas pelos seis Estados-membros fundadores do BEI para cobertura de quaisquer riscos decorrentes destes compromissos financeiros eleva-se a ECUs 24 430 695.

(IV) O montante das garantias prestadas pelos Estados-membros para cobertura de quaisquer riscos decorrentes destes compromissos financeiros eleva-se a ECUs 114 842 500.

(V) O montante das garantias prestadas pelos Estados-membros para cobertura de quaisquer riscos decorrentes destes compromissos financeiros eleva-se a ECUs 460 061 000.

(VI) O montante da garantia global prestada pela CEE para cobertura de quaisquer riscos decorrentes destes compromissos financeiros e ainda de compromissos financeiros assumidos na Grécia no valor de ECUs 223 017 153, emergentes de empréstimos concedidos antes da entrada deste país na CEE, elevava-se a ECUs 1 879 042 400 em 31 de Dezembro de 1985, em comparação com ECUs 1 574 167 400 em 31 de Dezembro de 1984.

Em caso de execução destas garantias, as obrigações dos garantes serão definidas com base nas taxas de conversão entre o ECU e as divisas desembolsadas aos mutuários, em vigor nas datas de desembolso.

**(3) Montante inicial dos empréstimos calculado com base nas paridades aplicadas na data de assinatura**

A adicionar	
ajustamentos cambiais	+ 3 034 892 793
	42 043 759 040
A deduzir	
rescisões e anulações	360 562 562
reembolsos de capital ao Banco	8 927 654 236
participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco	223 900 583
	— 9 512 117 381
Empréstimos em curso	32 531 641 659

A responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco, que nos termos do nº 5 do artigo 18º dos Estatutos não deve exceder 250 % do montante do capital subscrito (ou seja, 36 000 000 000 actualmente) elevava-se em 31 de Dezembro de 1985 a:

— empréstimos	32 531 641 659
— garantias:	
de empréstimos sob mandato	23 055 507
de empréstimos concedidos por terceiros	512 253 660
de participações de terceiros no financiamento dos empréstimos concedidos pelo Banco	223 900 583
	759 209 750
Total dos empréstimos e garantias em curso	33 290 851 409



## Anexo C — Demonstração Sintética dos Empréstimos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre demonstrações financeiras, Anexo E

### Empréstimos obtidos a curto prazo

Pagáveis em	Capital não amortizado		Taxa de juro (médias ponderadas)
	em 31. 12. 1984	em 31. 12. 1985	
ECU	100 000 000	100 000 000	8,63
USD valor nominal	189 085 848	563 109 355	8,06
Menos:			
montante dos descontos não amortizados	— 1 555 656	— 3 726 227	
<b>Total</b>	<b>287 530 192</b>	<b>659 383 128</b>	

### Empréstimos obtidos a médio e a longo prazo

Pagável em	Capital não amortizado em 31. 12. 1984	Operações do Exercício			Capital não amortizado em 31. 12. 1985		
		Empréstimos	Reembolsos	Ajustamentos cambiais	Montante (1)	Taxa de juro (médias ponderadas)	Vencimento
EURCO (2)	73 288 626	—	705 132	690 766 +	73 274 260	8,13	1986/1989
ECU	872 948 000	720 000 000	—	—	1 592 948 000	10,47	1986/1999
DEM	4 577 384 844	673 583 629	188 063 406	109 556 537 +	5 172 461 604	8,04	1986/2001
FRF	983 737 131	368 561 974	40 589 459	22 195 870 +	1 333 905 516	13,40	1986/1997
GBP	922 083 780	217 690 154	9 561 267	14 166 720 —	1 116 045 947	11,68	1986/2004
ITL	188 543 797	342 027 251	17 686 473	21 082 959 —	491 801 616	12,75	1986/1995
BEC	626 823 140	170 461 607	80 920 343	2 531 329 +	718 895 733	11,48	1986/2000
NLG	2 415 860 720	424 299 514	147 239 877	61 726 253 +	2 754 646 610	9,30	1986/2004
DKK	—	31 296 750	—	123 233 +	31 419 983	12,00	1986/1995
IEP	—	20 950 803 (3)	—	55 982 +	21 006 785	11,50	1986/1995
LUF	226 046 028	40 036 464	18 341 912	489 906 +	248 230 486	10,39	1986/1995
USD	9 390 183 789	1 259 417 539 (3)	914 713 597	1 922 817 670 —	7 812 070 061	11,30	1986/2000
CHF	2 078 806 506	354 795 609	194 362 457	5 725 369 —	2 233 514 289	6,18	1986/1996
LBP	1 074 018	—	584 618	489 400 —	—	—	—
JPY	2 454 726 709	621 267 802 (3)	169 835 741	960 479 +	2 907 119 249	8,00	1986/2000
ATS	93 897 637	—	3 745 915	1 874 880 +	92 026 602	8,02	1986/1993
Can\$	85 551 737	80 144 645 (3)	—	40 736 676 —	124 959 706	12,06	1991/1995
<b>Total</b>	<b>24 990 956 462</b>	<b>5 324 533 741</b>	<b>1 786 350 197</b>	<b>1 804 813 559 —</b>	<b>26 724 326 447</b>		
Prêmios de reembolso	16 076 509	—	1 866 197	2 779 949 —	11 430 363		
<b>Total geral</b>	<b>25 007 032 971</b>	<b>5 324 533 741</b>	<b>1 788 216 394</b>	<b>1 807 593 508 —</b>	<b>26 735 756 810</b>		

(1) Indica-se no quadro a seguir (em milhares de ECUs) os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos a médio e a longo prazo:

ano de pagamento	valor em 31. 12. 1985	ano de pagamento	valor em 31. 12. 1984
1986	1 525 839	1985	1 400 429
1987	2 022 956	1986	1 554 618
1988	2 146 291	1987	2 336 083
1989	2 255 025	1988	2 438 182
1990	3 154 209	1989	2 447 151
1991 a 1995	13 519 973	1990 a 1994	12 961 006
1996 a 2000	1 845 811	1995 a 1999	1 561 096
2001 a 2005	265 653	2000 a 2004	308 468
<b>Total</b>	<b>26 735 757</b>	<b>Total</b>	<b>25 007 033</b>

(2) O EURCO consiste na soma dos valores fixos das moedas dos primeiros Estados-membros da Comunidade Económica Europeia, a saber: 1 EURCO = 0,9 DEM + 1,2 FRF + 0,075 GBP + 80 ITL + 0,35 NLG + 4,5 BEC + 0,2 DKK + 0,005 IEP + 0,5 LUF.

(3) No decurso de 1985, certos empréstimos obtidos a DKK a taxa fixa em USD, Can\$ e JPY foram convertidos em USD a taxa variável; o empréstimo em IEP a taxa fixa foi subsequentemente convertido na mesma divisa a taxa variável.

## Anexo D — Valores a Cobrar ou a Pagar aos Estados-membros para Ajustamento do Capital

Em 31 de Dezembro de 1985

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E

A aplicação das taxas de conversão indicadas na nota A do Anexo E a seguir implica o ajustamento dos montantes pagos pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes que o Banco tem a cobrar ou a pagar são os seguintes:

A cobrar:	Reino Unido	9 901 379
	Grécia	3 219 814
	<b>Total</b>	<b>13 121 193</b>
A pagar:	Alemanha	3 178 779
	França	1 691 967
	Itália	611 456
	Bélgica	1 216 386
	Países Baixos	1 650 405
	Dinamarca	541 184
	Irlanda	126 118
	Luxemburgo	31 059
	<b>Total</b>	<b>9 047 354</b>

Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, a liquidação das quantias a pagar ou a cobrar pelo Banco terá lugar no dia 31 de Outubro de cada ano, sempre que a diferença entre a taxa de conversão contabilística

e a taxa de conversão considerada para efeitos de ajustamento seja superior a 1,5 %. No caso dessa diferença ser inferior a 1,5 %, em ambos os sentidos, os montantes a ajustar serão transportados para as contas de ajustamento não remuneradas em juros.

## Anexo E — Notas sobre as Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 1985 — Em ECUs

### Nota A — Síntese dos princípios contabilísticos de base

#### 1. Bases de conversão de divisas estrangeiras

Nos termos do nº 1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco emprega como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a elaboração das suas demonstrações financeiras, o ECU utilizado pelas Comunidades Europeias.

O valor do ECU é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DEM	0,719	NLG	0,256
GBP	0,0878	BEC	3,71
FRF	1,31	LUF	0,14
ITL	140,0	DKK	0,219
IEP	0,00871	GRD	1,15

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ECU, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco faz igualmente uso destas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes moedas utilizadas nas suas operações.

O Banco efectua as suas operações nas moedas dos Estados-membros, em ECUs e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital e reservas, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas moedas. Por vezes, o Banco converte o produto dos empréstimos que obtém noutras divisas, celebrando simultaneamente contratos de câmbio a prazo, a fim de reaver os montantes em questão na moeda de origem.

As taxas de conversão utilizadas na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1985 e de 31 de Dezembro de 1984 foram as seguintes:

1 ECU =	1985	1984
Marco alemão	2,18386	2,23176
Franco francês	6,70474	6,83069
Libra esterlina	0,615334	0,609846
Lira italiana	1 489,94	1 371,10
Peseta espanhola	136,519	122,860
Franco belga	44,645	44,7168
Florim holandês	2,46133	2,51853
Coroa dinamarquesa	7,95672	7,98805
Dracma	131,200	91,0428
Escudo	140,736	120,344
Libra irlandesa	0,714055	0,715023
Franco luxemburguês	44,645	44,7168
Dólar americano	0,887927	0,708946
Franco suíço	1,84023	1,8383
Libra libanesa	16,0715	6,28481
Iene japonês	178,207	178,052
Xelim austríaco	15,3523	15,6677
Dólar canadiano	1,24088	0,935808
Franco CFA	335,237	341,535

Os lucros ou perdas decorrentes da conversão dos activos e passivos do Banco em ECUs são creditados ou debitados na conta de lucros e perdas. Esta avaliação não inclui os montantes a cobrar ou a pagar pelos Estados-membros resultantes dos ajustamentos relativos ao capital realizado previstos no artigo 7º dos Estatutos.

#### 2. Carteira de valores

As obrigações do tesouro, os certificados de caixa e outras obrigações são geralmente avaliados pelo seu valor de compra, pelo valor nominal se o valor de compra for superior ao valor nominal do título, ou pelo valor de bolsa, sempre que este seja inferior ao valor de compra.

#### 3. Empréstimos concedidos

Os empréstimos são contabilizados no activo do Banco pelo respectivo valor desembolsado líquido; a fracção correspondente aos montantes não desembolsados de empréstimos em curso, anteriormente apresentada no passivo, figura agora como dedução do total dos empréstimos em curso no activo.

#### 4. Imobilizações

Os terrenos e edificios são avaliados pelo valor de custo, deduzido da redução inicial efectuada ao valor do edificio de Kirchberg e da amortização acumulada. A amortização do edificio de Kirchberg é calculada com base no método das quotas constantes para um período de 30 anos. As instalações e o material de escritório são amortizados no ano de aquisição.

#### 5. Custos de emissão e prémios de reembolso

Os custos de emissão e os prémios de reembolso são amortizados durante todo o prazo do empréstimo, com base nos montantes de capital em dívida.

#### 6. Bonificações de juro cobradas antecipadamente

Certos empréstimos beneficiam de bonificações de juro, recebidas antecipadamente ao seu valor actualizado. Estas bonificações são imputadas na conta de lucros e perdas nos vencimentos dos juros correspondentes.

#### 7. Fundo de reforma do pessoal

O Banco constituiu um fundo de pensão de reforma para o seu pessoal. Todas as contribuições pagas pelo Banco e pelo pessoal são investidas no activo do Banco. Os valores provisionados baseiam-se numa avaliação actuarial, que é actualizada todos os 3 anos.

#### 8. Impostos

O protocolo sobre os privilégios e imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu um Conselho Único e uma Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

### Nota B — Carteira de valores

A carteira de valores inclui:	1985	1984
obrigações do tesouro, certificados de caixa e outras obrigações ao respectivo valor de compra, limitado eventualmente ao valor nominal ou de bolsa		
(valor de bolsa		
1985: 723 980 677		
1984: 595 475 431)	699 818 643	577 847 439



obrigações próprias do Banco ao seu valor de recompra, ainda não susceptíveis de anulação	5 597 156	5 403 565
efeitos bancários ao seu valor nominal	160 289 647	41 931 700
	<u>865 705 446</u>	<u>625 182 704</u>

A distribuição, segundo o vencimento, é a seguinte:

até 3 meses	158 907 709	23 931 700
a mais de 3 meses e até 6 meses	1 569 949	1 767 146
a mais de 6 meses e até 12 meses	827 190	15 982 878
a mais de 12 meses	704 400 598	583 500 980
	<u>865 705 446</u>	<u>625 182 704</u>

### Nota C — Terrenos e edifícios

O título «Terrenos e edifícios», que figura no activo com 42 235 457, inclui o valor contabilístico do edifício de Kirchberg, após dedução das amortizações acumuladas de 32 235 036.

### Nota D — Depósitos especiais para serviço de empréstimos

Esta rubrica, que tem a sua contrapartida no passivo, no título «Cupões e obrigações vencidos e a pagar», representa o montante dos cupões e obrigações vencidos ainda não apresentados para cobrança.

### Nota E — Fundo de reforma do pessoal

O saldo que figura no balanço de 31 de Dezembro de 1985, de 64 376 775 (31. 12. 1984: 49 926 352), reflecte o resultado da avaliação actuarial dos direitos adquiridos segundo o Regulamento do Fundo de Reforma, acrescido das contribuições do Banco e dos seus empregados e das remunerações e dedução feita das reduções ocorridas desde a dita avaliação.

Os encargos do regime de reforma do pessoal, incluindo os juros a cargo do Banco, para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1985, elevam-se a 12 081 400 (8 549 025 em 1984).

### Nota F — Credores diversos

Esta rubrica inclui:	1985	1984
empréstimos bancários contraídos a curto prazo	75 025 560	45 087 720
as contas da Comunidade Económica Europeia:		
— para operações no âmbito da Secção Especial e diversos montantes relacionados a regularizar	184 780 227	343 132 192
— contas de depósito	16 826 968	25 535 019
montantes a regularizar ou a pagar	6 204 950	2 964 217
	<u>282 837 705</u>	<u>416 719 148</u>

### Nota G — Contas de diversos do balanço

Estas contas compreendem:	1985	1984
no activo:		
— os créditos à construção e os adiantamentos concedidos ao pessoal	26 005 946	22 774 944

— os valores líquidos das operações swap	1 308 143	16 841 272
— as contas de devedores diversos	19 500 522	16 154 301
	<u>46 814 611</u>	<u>55 770 517</u>
no passivo:		
— as despesas a pagar, outros encargos administrativos previstos ou de pagamento diferido no fecho do exercício e diversos	21 614 056	52 934 824

### Nota H — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente» abrangem os montantes das bonificações de juro relativos aos créditos concedidos para projectos no exterior da Comunidade, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da bacia mediterrânica, e bem assim as bonificações de juro relativas a certas operações de crédito a cargo de recursos próprios do Banco na Comunidade, colocadas à sua disposição no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME), em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979.

b) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente por conta de terceiros» representam os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativos a empréstimos concedidos a partir de recursos da CEE no enquadramento das decisões do Conselho das Comunidades Europeias (78/870) de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), (82/169) de 15 de Março de 1982 e (83/200) de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2790/82 do Conselho das Comunidades Europeias de 18 de Outubro de 1982.

c) Uma fracção dos montantes recebidos no âmbito do SME foi posta à disposição como adiantamento a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica «A cobrar a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME».

### Nota I — Comissão administrativa

Este título representa a remuneração pela administração dos empréstimos concedidos sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros ou das Comunidades Europeias, contabilizados na Secção Especial.

### Nota J — Menos-valia líquida resultante da avaliação dos activos do Banco não sujeitos a ajustamento nos termos do artigo 7.º dos Estatutos

A aplicação das taxas de conversão aplicadas na elaboração do balanço (ver nota A) em 31 de Dezembro de 1985 acarreta uma redução líquida do valor dos activos do Banco de 10 213 093 (em 1984, 5 162 453). A avaliação não contempla os activos expressos nas moedas nacionais de cada um dos Estados-membros, correspondentes à quota-parte de capital pago por cada um dos Estados-membros na sua moeda nacional, que deve ser objecto de ajustamentos periódicos nos termos do artigo 7.º dos Estatutos (ver anexo D).

### Nota K — Despesas e encargos administrativos

Custos com pessoal	1985	1984
Remunerações e emolumentos	35 578 303	32 261 588
Encargos sociais	9 687 397	7 571 058
Outros custos com pessoal	2 243 295	2 234 588
	<u>47 508 995</u>	<u>42 067 234</u>
Despesas gerais e administrativas	8 261 562	7 327 325
	<u>55 770 557</u>	<u>49 394 559</u>

Em 31 de Dezembro de 1985, o pessoal ao serviço do Banco elevava-se a 673 efectivos (638 em 31 de Dezembro de 1984).

**Nota L — Proveitos financeiros e outras receitas; encargos financeiros**

Os proveitos financeiros e outras receitas incluem:	1985	1984
— lucros realizados em operações da carteira de valores	39 229 635	41 297 242
— redução da menos-valia não realizada da carteira de valores	—	1 731 993
— outras receitas	120 660	514 989
	<u>39 350 295</u>	<u>43 544 224</u>
Os encargos financeiros incluem:		
— aumento da menos-valia não realizada da carteira de valores	1 235 813	—
— outros custos	133 149	147 299
	<u>1 368 962</u>	<u>147 299</u>

**Nota M — Proveitos extraordinários**

O proveito extraordinário de 38 892 516 representa um estorno das provisões constituídas para encargos de pagamento diferido. Em virtude de já não serem necessárias, por decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1985, sob proposta do Conselho de Administração, essas provisões foram creditadas na conta de lucros e perdas do exercício de 1985.

**Nota N — Reservas e provisões e afectação do excedente do exercício**

Em 11 de Junho de 1985, o Conselho de Governadores decidiu reduzir a provisão para variações da taxa de conversão do ECU

em 5 162 453, montante que representa a menos-valia líquida resultante da avaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos e afectar o excedente de gestão do exercício de 1984, de 439 981 459, às reservas suplementares.

**Movimentos nas contas de reservas e de provisões no exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1985**

	saldo em 31. 12. 1984	Afectação do saldo da conta de lucros e perdas do exer- cício de 1984	saldo em 31. 12. 1985
Fundo de reserva	1 440 000 000	—	1 440 000 000
Reservas suplementares	560 617 455	439 981 459	1 000 598 914
Provisão para variações da taxa de conversão do ECU	19 832 369	— 5 162 453	14 669 916
	<u>2 020 449 824</u>	<u>434 819 006</u>	<u>2 455 268 830</u>

O Comité Executivo decidiu propor ao Conselho de Administração que recomendasse ao Conselho de Governadores a redução da provisão para variações da taxa de conversão do ECU, num montante de 10 213 093, representando a menos-valia líquida resultante em 31 de Dezembro de 1985 da avaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos e a afectação do excedente de gestão do exercício de 1985, acrescido do montante correspondente ao proveito extraordinário ou seja, 526 003 022 no total, às reservas e provisões.

## Relatório da Price Waterhouse

Ao Presidente do  
Banco Europeu de Investimento  
Luxemburgo

Em nossa opinião, os mapas financeiros que acompanham este relatório apresentam de forma adequada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1985 e de 1984, bem como os resultados das suas operações e a origem e aplicação de fundos nos anos findos naquelas datas, em conformidade com princípios contabilísticos geralmente aceites e aplicados de forma consistente. Os nossos exames destes mapas financeiros foram efectuados de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceites e consequentemente incluíram as verificações dos registos contabilísticos e a adopção dos procedimentos de auditoria que consideramos necessários nas circunstâncias.

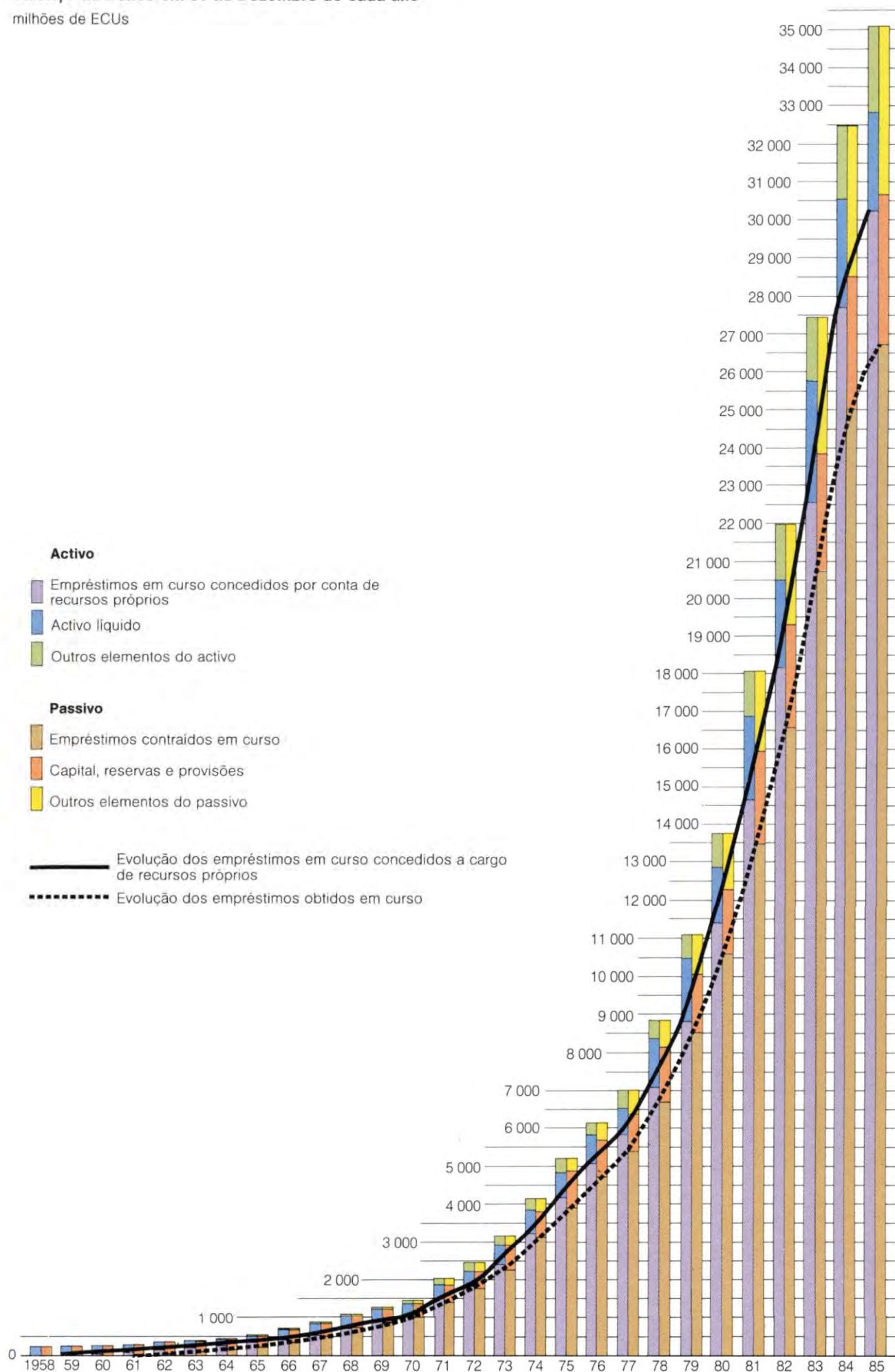
Os mapas financeiros abrangidos pela nossa opinião são os seguintes:

Balanço	
Demonstração da Secção Especial	
Conta de Lucros e Perdas	
Mapa de Origem e Aplicação de Fundos	
Demonstração das Subscrições de Capital	Anexo A
Demonstração dos Empréstimos em Curso	Anexo B
Demonstração Sintética dos Empréstimos Obtidos	Anexo C
Valores a Cobrar ou a Pagar aos Estados-membros para Ajustamento do Capital	Anexo D
Notas sobre as Demonstrações Financeiras	Anexo E



# Balanço do Banco em 31 de Dezembro de cada ano

milhões de ECUs



# Declaração do Comité de Fiscalização

---

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para efeitos de verificação da regularidade das suas operações e livros,

— após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

— após exame dos relatórios elaborados pela Price Waterhouse em 21 de Fevereiro de 1986,

considerando o Relatório Anual de 1985, o Balanço do Banco e a Situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1985, assim como a Conta de Lucros e Perdas relativa ao exercício encerrado nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 13 de Maio de 1986,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

certifica pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1985 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o Balanço, a Conta de Lucros e Perdas e a Situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 2 de Junho de 1986

O Comité de Fiscalização

A. HANSEN

K. THANOPOULOS

J. BREDSDORFF



# Situação em 1 de janeiro de 1986 <sup>(1)</sup>

Em ECUs — Ver notas sobre as demonstrações financeiras, Anexo E (página 99)

Activo	1. 1. 1986	31. 12. 1985
<b>A creditar pelos Estados-membros na conta de capital</b>	<b>1 400 223 276</b>	270 000 000
<b>A creditar em conta de reservas e provisões</b>	<b>256 872 736</b>	—
<b>Caixa e Bancos</b>		
À ordem ou até um ano	1 362 821 758	1 362 821 758
A mais de um ano	78 033	78 033
	<b>1 362 899 791</b>	1 362 899 791
<b>Carteira de valores</b>		
Até um ano	161 304 848	161 304 848
A mais de um ano	704 400 598	704 400 598
	<b>865 705 446</b>	865 705 446
<b>Receitas de empréstimos em curso</b>	<b>91 270 285</b>	91 270 285
<b>Valores a cobrar dos Estados-membros para ajustamento do capital</b>	<b>13 121 193</b>	13 121 193
<b>Créditos concedidos</b>		
Total em curso	32 531 641 659	32 531 641 659
Menos: fracção não desembolsada dos créditos concedidos	2 305 176 694	2 305 176 694
	<b>30 226 464 965</b>	30 226 464 965
<b>Garantias</b>		
No âmbito de empréstimos sob mandato	23 055 507	23 055 507
Com exclusão dos empréstimos concedidos por terceiros: 1. 1. 1986: 512 253 660; 31. 12. 1985: 512 253 660		
No âmbito de participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco: 1. 1. 1986: 223 900 583; 31. 12. 1985: 223 900 583		
<b>Terrenos e edifícios</b>	<b>42 235 457</b>	42 235 457
<b>Juros e comissões a receber</b>	<b>850 455 142</b>	850 455 142
<b>A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME</b>	<b>275 594 058</b>	275 594 058
<b>Despesas de emissão a amortizar</b>	<b>324 303 678</b>	324 303 678
<b>Prémios de reembolso a amortizar</b>	<b>9 224 135</b>	9 224 135
	<b>333 527 813</b>	333 527 813
<b>Depósitos especiais para serviço de empréstimos</b>	<b>690 911 979</b>	690 911 979
<b>Diversos</b>	<b>46 814 611</b>	46 814 611
	<b>36 479 152 259</b>	35 092 056 247

(1) Ver Anexo, página 106.

## Passivo

	1. 1. 1986	31. 12. 1985
<b>Capital</b>		
Subscrito	28 800 000 000	14 400 000 000
Não exigido	26 204 061 724	12 934 285 000
	2 595 938 276	1 465 715 000
<b>Fundo de reserva</b>	1 564 499 975	1 440 000 000
<b>Reservas suplementares</b>	1 087 109 011	1 000 598 914
<b>Provisão para variações da taxa de conversão do ECU</b>	15 938 252	14 669 916
<b>Fundo de reforma do pessoal</b>	64 376 775	64 376 775
<b>Valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital</b>	9 047 354	9 047 354
<b>Empréstimos contraídos a curto prazo</b>	659 383 128	659 383 128
<b>Empréstimos contraídos a médio e a longo prazo</b>		
Obrigações e certificados de caixa	21 403 488 331	21 403 488 331
Outros	5 320 838 116	5 320 838 116
	26 724 326 447	26 724 326 447
Prémios de reembolso de obrigações	11 430 363	11 430 363
	26 735 756 810	26 735 756 810
<b>Credores diversos</b>	282 837 705	282 837 705
<b>Garantias</b>		
empréstimos sob mandato	23 055 507	23 055 507
empréstimos concedidos por terceiros:		
1. 1. 1986: 512 253 660; 31. 12. 1985: 512 253 660		
participações de terceiros em empréstimos concedidos pelo Banco:		
1. 1. 1986: 223 900 583; 31. 12. 1985: 223 900 583		
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente</b>	923 047 187	923 047 187
<b>Bonificações de juros recebidas antecipadamente por conta de terceiros</b>	126 886 507	126 886 507
	1 049 933 694	1 049 933 694
<b>Juros e comissões a pagar e juros cobrados antecipadamente</b>	1 118 365 480	1 118 365 480
<b>Cupões e obrigações vencidos e a pagar</b>	690 911 979	690 911 979
<b>Diversos</b>	21 614 056	21 614 056
<b>Contribuição para o saldo da conta de lucros e perdas ainda a afectar</b>	44 594 328	—
<b>Saldo da conta de lucros e perdas</b>	515 789 929	515 789 929
	36 479 152 259	35 092 056 247

## Contas Extrapatrimoniais

### Secção Especial

Fundos em gestão fiduciária		
— por conta dos Estados-membros	295 986 908	295 986 908
— por conta das Comunidades Europeias	7 275 996 775	7 275 996 775
Valores recebidos em caução para empréstimos sob mandato	17 560 649	17 560 649
Valores recebidos em depósito	78 835 310	78 835 310



## Anexo da Situação em 1 de Janeiro de 1986

A partir de 1 de Janeiro de 1986, o capital subscrito do Banco foi elevado de 14 400 000 000 ECUs para 28 800 000 000. Este aumento para o dobro do capital resulta do aumento da contribuição dos dez anteriores Estados-membros, incluindo o alinhamento do capital subscrito pela Itália com o da Alemanha, da França e do Reino Unido (decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1985), e da contribuição dos dois novos Estados-membros — Espanha e Portugal.

Os dez Estados-membros pagarão 7,5 % da respectiva quota-parte do aumento do capital, ou seja, o total de 908 111 250 ECUs, divididos em doze semestralidades iguais de 75 675 937,50, entre 30 de Abril de 1988 e 31 de Outubro de 1993.

Por força do alinhamento da sua participação, a Itália deverá pagar um montante complementar de 16 875 000 ECUs em quatro semestralidades iguais de 4 218 750, entre 30 de Abril de 1986 e 31 de Outubro de 1987.

Em virtude da sua adesão, o Reino de Espanha e a República Portuguesa pagarão uma importância de 103 379 526 ECUs, correspondente à sua quota do capital pago pelos Estados-membros, na data de 1 de Janeiro de 1986, em cinco semestralidades iguais de 20 675 905,20, entre 30 de Abril de 1986 e 30 de Abril de 1988, bem como um montante de 78 513 750 ECUs

em doze semestralidades iguais de 6 542 812,50, entre 30 de Abril de 1988 e 31 de Outubro de 1993.

No que respeita à parte ainda por pagar correspondente ao aumento de capital decidido em 15 de Junho de 1981, o Reino de Espanha e a República Portuguesa participarão proporcionalmente e de acordo com o calendário fixado para este aumento de capital. Neste contexto, os doze Estados-membros pagarão a quantia de 293 343 750 em quatro semestralidades iguais de 73 335 937,50, entre 30 de Abril de 1986 e 31 de Outubro de 1987.

Como resultado da sua adesão, o Reino de Espanha e a República Portuguesa contribuirão igualmente para o fundo de reserva, para as reservas suplementares e para as provisões equivalentes a reservas e bem assim para o montante ainda a afectar às reservas e provisões, constituído pelo saldo da conta de lucros e perdas, tal como consta do balanço em 31 de Dezembro de 1985, com montantes correspondentes a, respectivamente, 7,63888842 % destas reservas e provisões para o Reino de Espanha e 1,00694315 % para a República Portuguesa. Consequentemente, a minuta do balanço do Banco em 1 de Janeiro de 1986 e as demonstrações das subscrições de capital na mesma data reflectem a situação no início do ano financeiro de 1986 (avaliação provisória, enquanto se aguarda a fixação definitiva do montante da contribuição destes dois países para as reservas e provisões do Banco).

## Demonstração das Subscrições de Capital em 1 de Janeiro de 1986

(em milhares de ECUs)

Capital realizado e a realizar

Estados-membros	Capital subscrito	Capital não exigido	Capital realizado em 31. 12. 1985	Capital a realizar					Total
				em 1986	em 1987	em 1988	em 1989	de 1990 a 1993 (*)	
Alemanha	5 508 725	5 011 195,625	261 562,500	29 531,250	29 531,250	29 484,0625	29 484,0625	117 936,25	497 529,375
França	5 508 725	5 011 195,625	261 562,500	29 531,250	29 531,250	29 484,0625	29 484,0625	117 936,25	497 529,375
Itália	5 508 725	5 011 195,625	209 250,000	32 062,500	32 062,500	37 359,0625	37 359,0625	149 436,25	497 529,375
Reino Unido	5 508 725	5 011 195,625	261 562,500	29 531,250	29 531,250	29 484,0625	29 484,0625	117 936,25	497 529,375
Espanha	2 024 928	1 843 594,060	—	46 848,236	46 848,236	29 829,468	11 561,600	46 246,40	181 333,940
Bélgica	1 526 980	1 390 237,750	68 878,125	7 776,5625	7 776,5625	8 718,500	8 718,500	34 874,00	136 742,250
Países Baixos	1 526 980	1 390 237,750	68 878,125	7 776,5625	7 776,5625	8 718,500	8 718,500	34 874,00	136 742,250
Dinamarca	773 154	703 917,450	34 875,000	3 937,500	3 937,500	4 414,425	4 414,425	17 657,70	69 236,550
Grécia	414 190	377 098,250	18 683,750	2 109,375	2 109,375	2 364,875	2 364,875	9 459,50	37 091,750
Portugal	266 922	243 018,914	—	6 175,450	6 175,449	3 932,062	1 524,025	6 096,10	23 903,086
Irlanda	193 288	175 978,900	8 718,750	984,375	984,375	1 103,600	1 103,600	4 414,40	17 309,100
Luxemburgo	38 658	35 196,150	1 743,750	196,875	196,875	220,725	220,725	882,90	3 461,850
<b>Total</b>	<b>28 800 000</b>	<b>26 204 061,724</b>	<b>1 195 715,000</b>	<b>196 461,186</b>	<b>196 461,185</b>	<b>185 113,405</b>	<b>164 437,500</b>	<b>657 750,00</b>	<b>2 595 938,276</b>

(\*) Em quatro prestações anuais idênticas à de 1989.

# Evolução dos financiamentos concedidos

Os financiamentos do Banco aumentaram a um ritmo rápido, passando de 500 milhões em 1972, antes do primeiro alargamento da Comunidade, para 3,5 biliões em 1980 e para cerca de 7,2 biliões em 1985. O Quadro 15 e o gráfico a seguir ilustram esta evolução.

Os mapas e os gráficos que se seguem apresentam certos aspectos da actividade do Banco nos Estados-membros, no decurso dos últimos cinco anos, e fora da Comunidade, no âmbito dos diferentes acordos de cooperação.

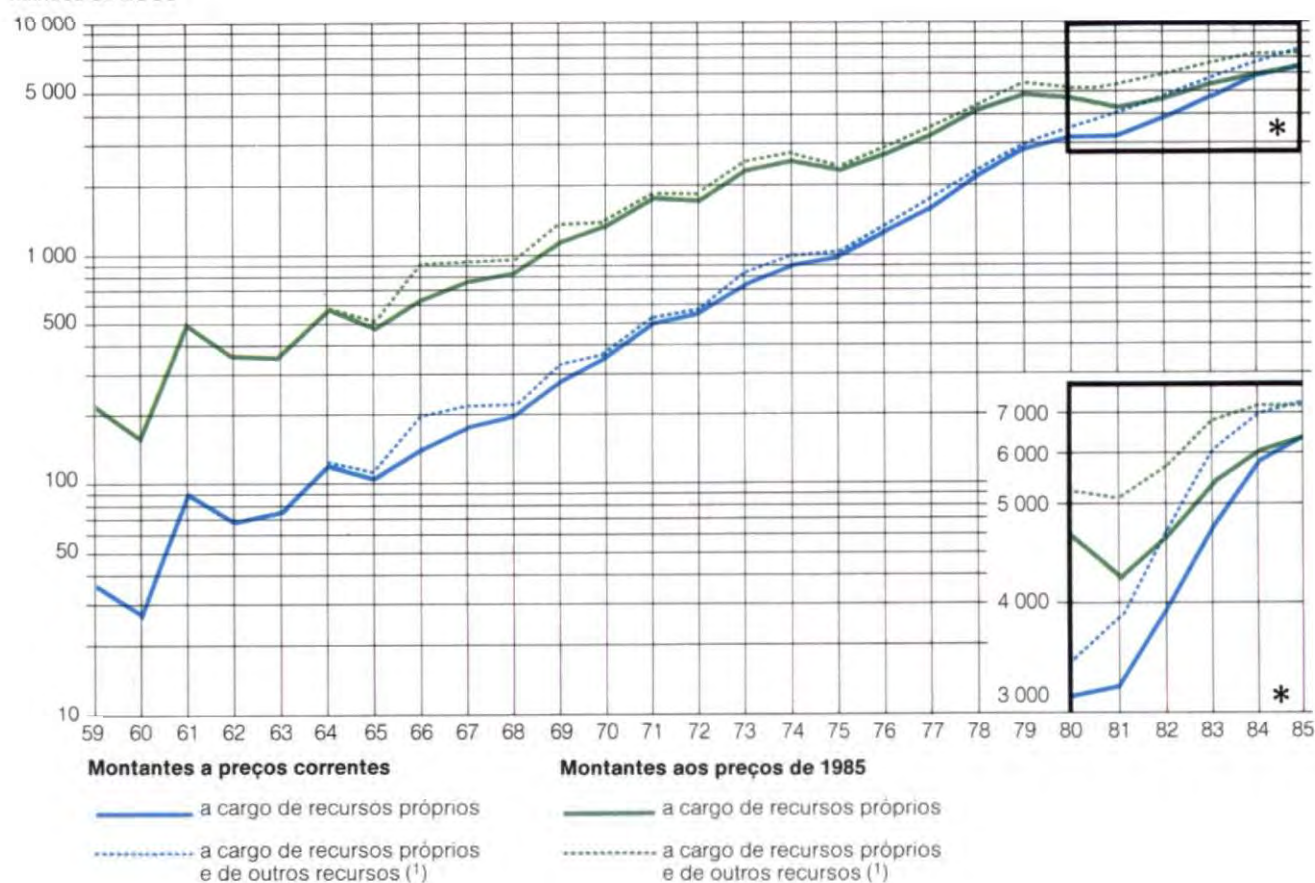
## Financiamentos na Comunidade (1981-1985)

De 1981 aos finais de 1985, o Banco outorgou 21 143,1 milhões por conta de recursos próprios, sob a forma de empréstimos e de garantias para investimentos na Comunidade, sendo ainda conce-

didos 4 595,9 milhões por conta de recursos do NIC. O total de empréstimos elevou-se, pois, a 25 739 milhões.

## Financiamentos nos Estados-membros e no exterior da Comunidade de 1959 a 1985

milhões de ECUs

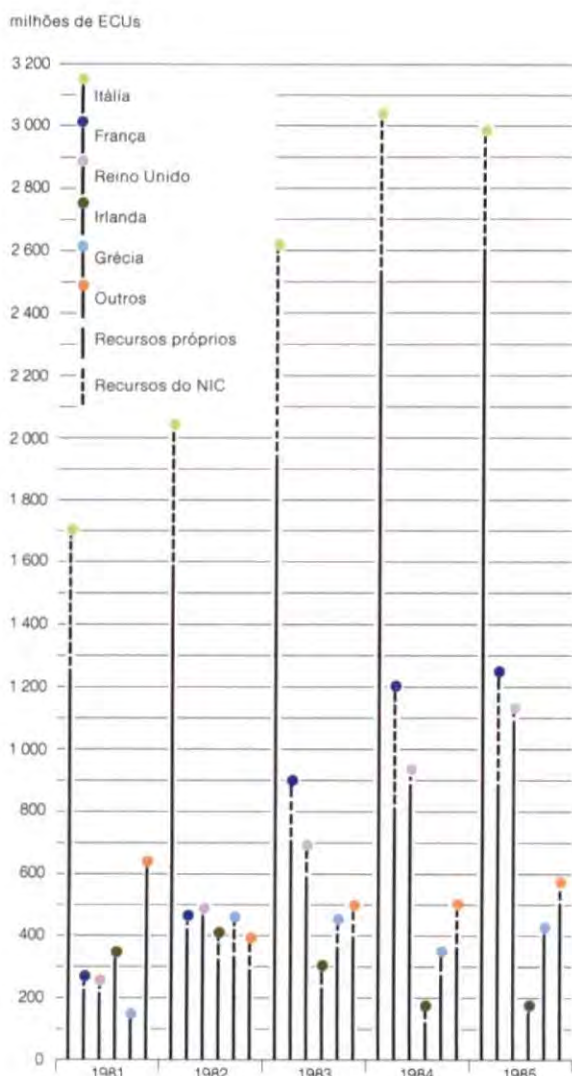


<sup>(1)</sup> No exterior da Comunidade e a partir de 1979 também na Comunidade, no âmbito do NIC.



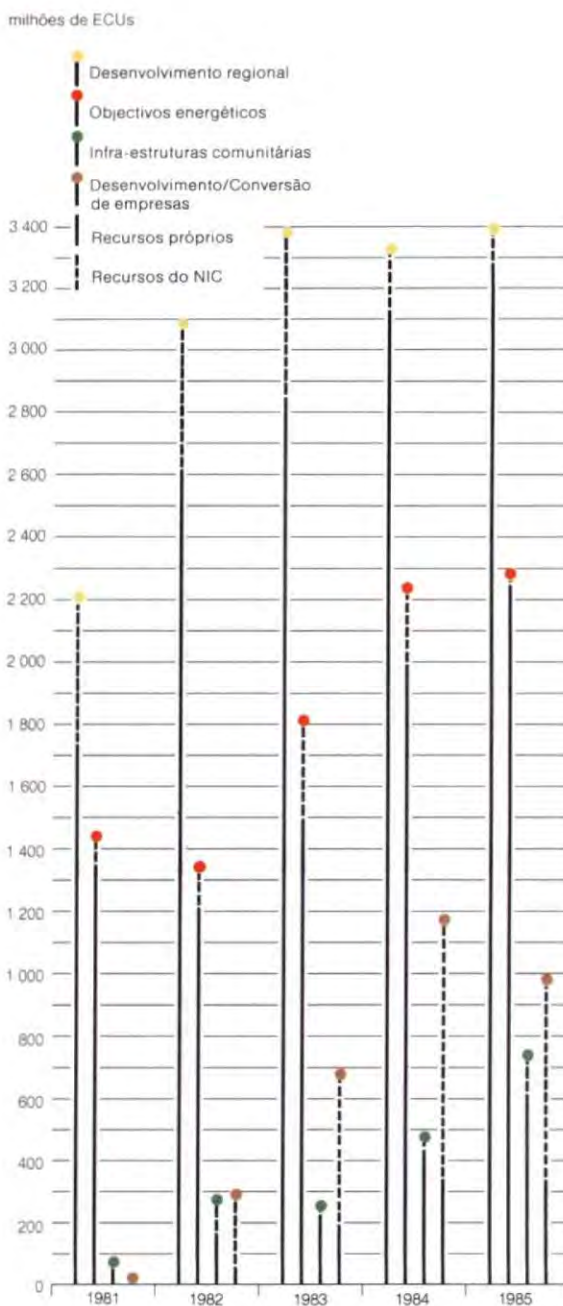
### Distribuição segundo a localização do projecto de investimento (Ver Quadro 5 e gráfico abaixo)

Mais de 60 % dos projectos financiados desde 1981 situam-se em países cujos problemas regionais se revestem de uma maior dimensão e acuidade: a Itália (recebendo o Mezzogiorno, só por si, 28 % dos financiamentos nos Estados-membros), a Grécia e a Irlanda. Seguem-se os empréstimos no Reino Unido e na França, com 29 %, distribuindo-se os restantes pelos outros Estados-membros.



### Distribuição por objectivos económicos (Ver Quadro 17 e gráfico abaixo)

O montante dos empréstimos concedidos desde 1981 para projectos que contribuíam para o desenvolvimento regional representa 60% do total das contribuições nos Estados-membros. Os financiamentos de projectos que correspondiam aos objec-



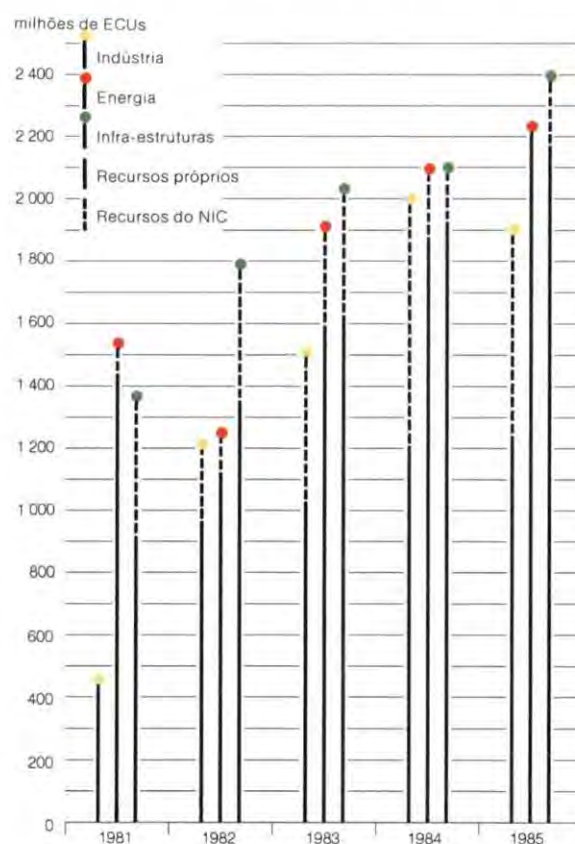
tivos energéticos da Comunidade centraram-se sobretudo no aproveitamento dos recursos internos e na utilização racional da energia. Foram concedidos créditos vultosos para infra-estruturas destinadas a melhorar as comunicações entre os Estados-membros, projectos visando a protecção do ambiente e investimentos, essencialmente de pequena e média dimensão, que contribuíam para a modernização das empresas.

### Distribuição sectorial

(Ver Quadro 19 e gráfico ao lado)

Os financiamentos nos sectores da produção elevaram-se a 7 biliões, graças essencialmente aos empréstimos globais em favor de pequenas e médias empresas; cerca de 13 500 empreendimentos industriais e de 2 000 empreendimentos nos sectores agrícola e de serviços beneficiaram de créditos neste contexto.

Os financiamentos no sector energético elevaram-se a 9 biliões e os créditos para infra-estruturas, principalmente de transportes e telecomunicações, atingiram os 9,7 biliões.



Quadro 15: Financiamentos de 1959 a 1985

Anos	Total dos financiamentos	(milhões de ECUs)				
		Na Comunidade		No exterior da Comunidade		
		Empréstimos por conta de recursos próprios	Empréstimos por mandato e garantias	Empréstimos por conta de recursos NIC	Empréstimos por conta de recursos próprios	Operações por conta de recursos orçamentais
1959—1980	17 177,0	14 079,3	242,3	474,6	1 537,0	843,8
<i>média anual</i>	<i>780,8</i>	<i>640,0</i>	<i>11,0</i>	<i>21,6</i>	<i>69,9</i>	<i>38,5</i>
1981	3 821,9	2 523,8	282,1	539,8	386,4	89,8
1982	4 688,6	3 446,0	—	791,1	410,2	41,3
1983	5 923,4	4 145,9	97,6	1 199,6	427,2	53,1
1984	6 897,1	5 007,0	—	1 181,8	620,7	87,6
1985	7 184,6	5 640,7	—	883,7	584,3	75,9
<b>Total</b>	<b>45 692,8</b>	<b>34 842,6</b>	<b>622,1</b>	<b>5 070,6</b>	<b>3 966,0</b>	<b>1 191,5</b>

### Financiamentos em Espanha e em Portugal

(Ver Quadro 16 e mapa página 110)

No decurso dos anos que precederam a adesão destes dois países à Comunidade, o Banco concedeu empréstimos no montante total de 1 275 milhões, correspondente aos limites de intervenção

inscritos nos acordos de cooperação financeira celebrados pela Comunidade com Portugal e posteriormente, com a Espanha.



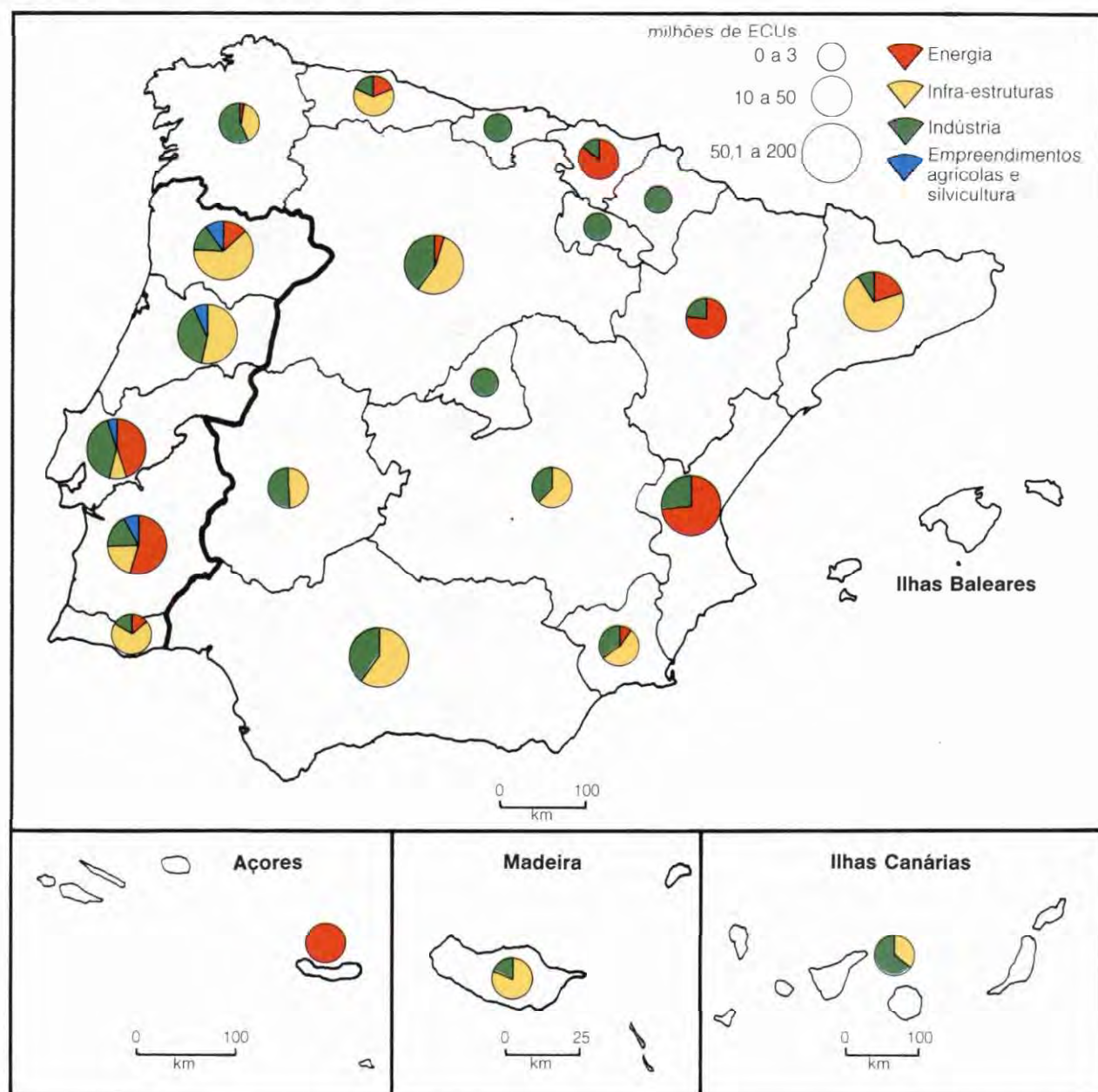
## Portugal (1975-1985)

Os empréstimos do Banco — 725 milhões — centraram-se essencialmente em investimentos destinados a vencer três dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico do país: a carência de infra-estruturas de comunicação (273 milhões para

investimentos rodoviários e ferroviários, bem como para instalações portuárias e aeroportuárias), a elevada dependência das importações de petróleo (190 milhões para centrais hidroeléctricas e a carvão e a melhoria da rede de alta tensão), a fraca produtividade de inúmeras empresas (244 milhões, 70 dos quais para grandes empresas dos sectores dos

## Projectos financiados em Espanha e Portugal

antes da adesão destes países à Comunidade



sectores dos adubos, do cimento, das matérias plásticas e do cobre e 174 milhões de empréstimos globais utilizados para o financiamento de 276 empresas de pequena e média dimensão). Foram ainda concedidos 45 milhões para a irrigação de perímetros agrícolas e para operações no sector silvícola.

24 destes empréstimos, no montante total de 445 milhões, beneficiaram de uma bonificação de juros por conta dos recursos orçamentais da Comunidade.

### Espanha (1981-1985)

Os empréstimos concedidos pelo Banco — 550 milhões — visaram facilitar a integração da economia espanhola na Comunidade, nomeadamente median-

te financiamento de ligações ferroviárias e rodoviárias e desenvolvimento e modernização das pequenas e médias empresas, no enquadramento de empréstimos globais.

Globalmente, os empréstimos no sector da produção elevaram-se a 207 milhões, beneficiando de créditos 411 pequenas e médias empresas da indústria e do turismo; os empréstimos para infra-estruturas de comunicação atingiram os 150 milhões e os empréstimos globais destinados ao financiamento de estradas ou a obras de saneamento básico pelas colectividades locais elevaram-se a 96 milhões. No sector energético, foram concedidos empréstimos no valor de 97 milhões, para projectos de aproveitamento dos recursos internos em hidrocarbonetos e dos recursos hidroeléctricos.

Quadro 16: Financiamentos em Espanha e em Portugal antes da adesão destes países à Comunidade

	Montante inicial do Protocolo Milhões de ECUs	Empréstimos individuais			Empréstimos globais		Créditos afectados no âmbito de empréstimos globais em curso <sup>(1)</sup>			
		Energia	Infra-estruturas	Indústria Silvicultura	Infra-estruturas	Indústria Turismo	Infra-estruturas		Indústria Turismo	
		Milhões de ECUs			Milhões de ECUs		Nº	Milhões de ECUs	Nº	Milhões de ECUs
<b>Espanha</b>	<b>550,0</b>	<b>97,1</b>	<b>167,0</b>	<b>1,9</b>	<b>79,0</b>	<b>205,0</b>	<b>60</b>	<b>79,0</b>	<b>408</b>	<b>173,8</b>
Cooperação financeira/Pré-adesão	200,0	17,1	57,0	1,9	39,0	85,0	35	39,0	178	85,0
Cooperação financeira/Pré-adesão complemento I	100,0	20,0	20,0	—	15,0	45,0	10	15,0	137	45,0
Cooperação financeira/Pré-adesão complemento II	250,0	60,0	90,0	—	25,0	75,0	15	25,0	93	43,8
<b>Portugal</b>	<b>725,0</b>	<b>190,0</b>	<b>273,0</b>	<b>88,0</b>	<b>—</b>	<b>174,0</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>276</b>	<b>149,1</b>
Ajuda excepcional de urgência	150,0	55,0	51,0	20,0	—	24,0	—	—	47	24,0
Protocolo I	200,0	30,0	72,0	68,0	—	30,0	—	—	44	30,0
Ajuda pré-adesão	150,0	35,0	60,0	—	—	55,0	—	—	71	55,0
Ajuda pré-adesão complemento I	75,0	40,0	—	—	—	35,0	—	—	104	29,8
Ajuda pré-adesão complemento II	150,0	30,0	90,0	—	—	30,0	—	—	10	10,3
<b>Total</b>	<b>1 275,0</b>	<b>287,1</b>	<b>440,0</b>	<b>89,9</b>	<b>79,0</b>	<b>379,0</b>	<b>60</b>	<b>79,0</b>	<b>684</b>	<b>322,9</b>

(1) Os saldos dos empréstimos globais devem ser comprometidos em 1986.

## Financiamentos nos países da bacia mediterrânica (1981-1985)

(Ver Quadros 22 e 23 e mapa da página 112)

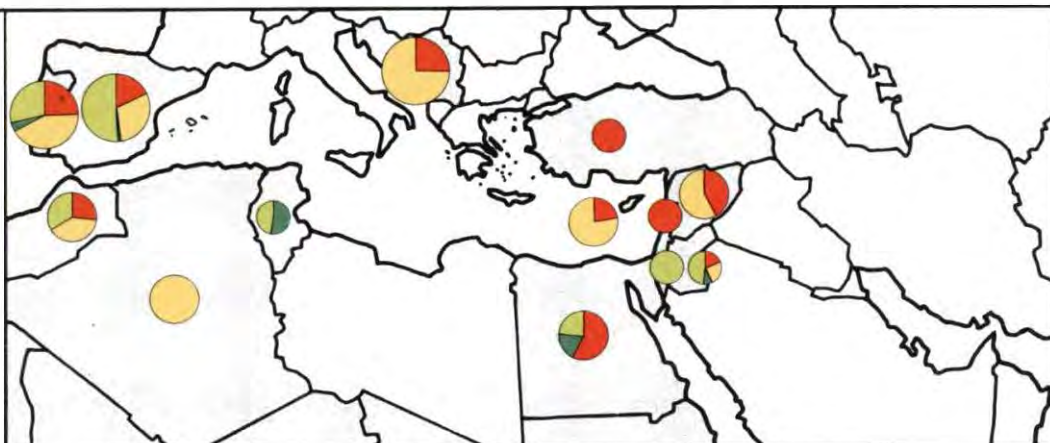
Desde 1963, o Banco presta a sua contribuição para a concretização da política de cooperação económica e financeira empreendida pela Comunidade em quase todos os países da bacia mediterrânica. Durante o período de 1981 a 1985, os financiamentos atingiram os 837,3 milhões por conta de recur-

sos próprios e os 63,2 milhões por conta de recursos orçamentais: 249,5 milhões nos países do Magrebe, 237,8 milhões nos do Machrek, 260 milhões na Jugoslávia, 49 milhões na Turquia, 54,2 milhões em Chipre e 50 milhões em Israel.



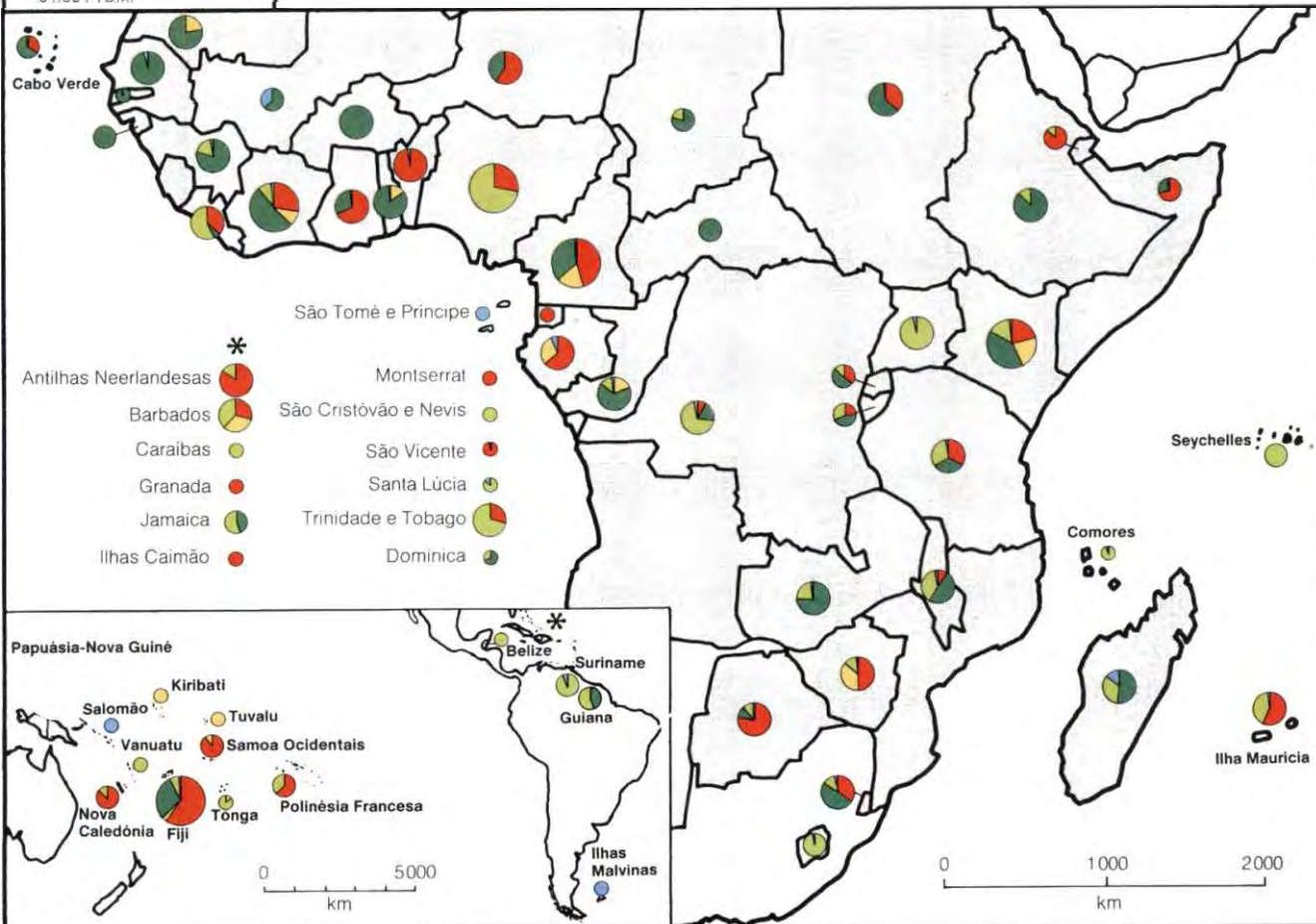
### Projectos financiados nos países da bacia mediterrânica de 1981 a 1985

milhões de ECUs



(¹) Empréstimos globais nos países da bacia mediterrânica. Créditos a bancos de fomento nos Estados ACP e nos PTUM.

### Projectos financiados nos Estados ACP e nos PTUM de 1976 a 1985 (Convenções de Lomé)



## Financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico no âmbito das Convenções de Lomé

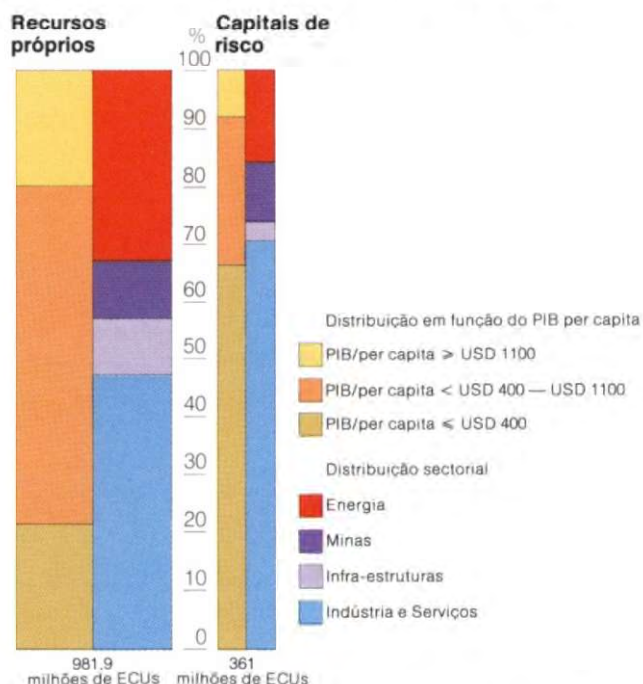
(Ver Quadros 24 e 25 e mapa página 112)

O Banco tem intervindo, desde 1976, nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários das Convenções de Lomé I e II e no âmbito das decisões relativas aos países e territórios ultramarinos.

Globalmente, os financiamentos elevaram-se a 1 397 milhões, que correspondem a 32 % do total dos financiamentos do Banco no exterior da Comunidade, sendo 1 014,5 milhões por conta de recursos

próprios e 382,6 milhões sob a forma de capitais de risco, por conta de recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento. As operações em África atingiram os 1 133,9 milhões, isto é, mais do que quatro quintos do total; nas Caraíbas, os financiamentos elevaram-se a 92,7 milhões, no Pacífico a 139,7 milhões e nos PTUM, a 30,8 milhões. Os créditos para a indústria atingiram os 872 milhões, para energia, os 403,1 milhões e para as infra-estruturas, os 121,9 milhões.

### Financiamentos nos Estados ACP de 1976 a 1985



Não inclui os projectos regionais de um valor de 10,6 milhões por conta de recursos próprios e de 12,8 milhões sob a forma de capitais de risco.



Quadro 17: **Financiamentos na Comunidade em 1985 e de 1981 a 1985** <sup>(1)</sup>

Distribuição segundo os objectivos económicos

Objectivos de política económica (2)					1985	
	Por conta de recursos próprios		Por conta de recursos do NIC		Total	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs		Milhões de ECUs	%
<b>Desenvolvimento regional</b>	<b>3 286,2</b>	<b>100,0</b>	<b>104,5</b>		<b>3 390,7</b>	<b>100,0</b>
Bélgica	—	—	—		—	—
Dinamarca	13,4	0,4	—		13,4	0,4
Alemanha	1,8	0,1	—		1,8	0,1
Grécia	401,7	12,2	17,6		419,3	12,4
França	653,9	19,9	14,6		668,5	19,7
Irlanda	146,6	4,5	27,9		174,5	5,1
Itália	1 692,8	51,5	27,4		1 720,2	50,7
Luxemburgo	—	—	—		—	—
Países Baixos	4,0	0,1	—		4,0	0,1
Reino Unido	372,0	11,3	17,0		389,0	11,5
<b>Objectivos energéticos</b>	<b>2 241,6</b>	<b>100,0</b>	<b>40,4</b>		<b>2 282,0</b>	<b>100,0</b>
Aproveitamento dos recursos internos	1 479,8	66,0	—		1 479,8	64,8
energia hidroeléctrica	160,5	7,2	—		160,5	7,0
energia nuclear	1 009,0	45,0	—		1 009,0	44,2
hidrocarbonetos	310,3	13,8	—		310,3	13,6
hulha, linhite, turfa	—	—	—		—	—
Diversificação das importações	237,0	10,6	—		237,0	10,4
gás natural	230,0	10,3	—		230,0	10,1
carvão	7,0	0,3	—		7,0	0,3
Utilização racional da energia	273,8	12,2	40,4		314,2	13,8
Empréstimos globais (3)	251,0	11,2	—		251,0	11,0
<b>Infra-estruturas de interesse comunitário</b>	<b>617,4</b>	<b>100,0</b>	<b>127,3</b>		<b>744,7</b>	<b>100,0</b>
Transportes	274,4	44,4	73,2		347,6	46,7
Estradas e obras de arte	176,9	28,7	73,2		250,1	33,6
Transportes marítimos	29,2	4,7	—		29,2	3,9
Transportes aéreos	59,6	9,6	—		59,6	8,0
Centros de ligação intermodal	8,7	1,4	—		8,7	1,2
Telecomunicações	—	—	—		—	—
Outras infra-estruturas	19,1	3,1	—		19,1	2,5
Protecção do ambiente	323,9	52,5	36,5		360,4	48,4
<b>Modernização das empresas</b>	<b>335,2</b>	<b>100,0</b>	<b>643,7</b>		<b>978,9</b>	<b>100,0</b>
Tecnologias avançadas	311,0	92,8	14,6		325,6	33,3
Modernização e conversão	24,2	7,2	—		24,2	2,5
Investimentos das PME	—	—	629,1		629,1	64,2
— a deduzir para ter em conta os duplos empregos no caso de financiamentos justificados simultaneamente com base em diversos objectivos	— 839,7		— 32,2		— 871,9	
<b>Total</b>	<b>5 640,7</b>		<b>883,7</b>		<b>6 524,4</b>	

(1) Cf. nota 1 do Quadro 1.

(2) Cf. nota 1 do Quadro 3.

(3) Para investimentos na indústria e nas infra-estruturas.

1981—1985

Por conta de recursos próprios		Por conta de recursos do NIC		Total		Objectivos de política económica (2)
Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs		Milhões de ECUs	%	
<b>13 601,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1 779,7</b>		<b>15 380,7</b>	<b>100,0</b>	<b>Desenvolvimento regional</b>
17,8	0,1	—		17,8	0,1	Bélgica
167,8	1,2	48,6		216,4	1,4	Dinamarca
24,7	0,2	—		24,7	0,2	Alemanha
1 508,9	11,1	280,9		1 789,8	11,6	Grécia
1 843,7	13,6	128,4		1 972,1	12,8	França
1 148,7	8,5	247,7		1 396,4	9,1	Irlanda
7 034,4	51,7	989,5		8 023,9	52,2	Itália
—	—	—		—	—	Luxemburgo
4,0	—	—		4,0	—	Países Baixos
1 851,0	13,6	84,6		1 935,6	12,6	Reino Unido
<b>8 283,2</b>	<b>100,0</b>	<b>830,8</b>		<b>9 114,0</b>	<b>100,0</b>	<b>Objectivos energéticos</b>
5 124,2	61,9	375,1		5 499,3	60,3	Aproveitamento dos recursos internos
365,5	4,4	—		365,5	4,0	energia hidroeléctrica
3 290,3	39,7	—		3 290,3	36,1	energia nuclear
1 274,0	15,4	242,8		1 516,8	16,6	hidrocarbonetos
194,4	2,4	132,3		326,7	3,6	hulha, linhite, turfa
963,0	11,6	188,6		1 151,6	12,7	Diversificação das importações
830,2	10,0	141,9		972,1	10,7	gás natural
132,8	1,6	46,7		179,5	2,0	carvão
1 330,9	16,1	184,6		1 515,5	16,6	Utilização racional da energia
865,1	10,4	82,5		947,6	10,4	Empréstimos globais (3)
<b>1 525,6</b>	<b>100,0</b>	<b>311,9</b>		<b>1 837,5</b>	<b>100,0</b>	<b>Infra-estruturas de interesse comunitário</b>
894,9	58,7	152,0		1 046,9	57,0	Transportes
674,5	44,2	152,0		826,5	45,0	Estradas e obras de arte
36,5	2,4	—		36,5	2,0	Transportes marítimos
175,2	11,5	—		175,2	9,5	Transportes aéreos
8,7	0,6	—		8,7	0,5	Centros de ligação intermodal
2,1	0,1	17,6		19,7	1,1	Telecomunicações
22,0	1,4	—		22,0	1,2	Outras infra-estruturas
606,6	39,8	142,3		748,9	40,7	Protecção do ambiente
<b>939,7</b>	<b>100,0</b>	<b>2 181,9</b>		<b>3 121,6</b>	<b>100,0</b>	<b>Modernização das empresas</b>
733,7	78,1	58,4		792,1	25,4	Tecnologias avançadas
63,6	6,8	—		63,6	2,0	Cooperação industrial
6,5	0,6	—		6,5	0,2	Investimentos de protecção do ambiente
135,9	14,5	19,4		155,3	5,0	Modernização e conversão
—	—	2 104,1		2 104,1	67,4	Investimentos das PME
— 3 206,4		— 508,4		— 3 714,8		— a deduzir para ter em conta os duplos empregos no caso de financiamentos justificados simultaneamente com base em diversos objectivos
<b>21 143,1</b>		<b>4 595,9</b>		<b>25 739,0</b>		<b>Total</b>



Quadro 18.1: **Financiamentos na Comunidade por conta de recursos próprios em 1985**

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUS	%	Número	Milhões de ECUS	Milhões de ECUS	%
<b>Energia</b>	<b>81</b>	<b>2 230,9</b>	<b>39,5</b>	<b>157</b>	<b>133,3</b>	<b>2 113,2</b>	<b>38,1</b>
Produção	32	1 359,3	24,1	36	26,8	1 386,1	25,0
Energia nuclear	13	955,9	16,9	—	—	955,9	17,2
Centrais térmicas	1	7,0	0,1	—	—	7,0	0,1
Centrais hidroeléctricas	6	160,5	2,9	28	14,5	175,0	3,2
Energias geotérmicas e alternativas	1	43,9	0,8	—	—	43,9	0,8
Hidrocarbonetos	11	192,0	3,4	8	12,3	204,3	3,7
Transporte e armazenagem	12	260,7	4,6	—	—	260,7	4,7
Electricidade	4	111,1	2,0	—	—	111,1	2,0
Gás natural e petróleo	8	149,6	2,6	—	—	149,6	2,7
Distribuição	23	359,9	6,4	121	106,5	466,4	8,4
Electricidade	—	—	—	19	6,3	6,3	0,1
Gás natural	14	242,3	4,3	91	74,5	316,8	5,7
Calor	9	117,6	2,1	11	25,7	143,3	2,6
Empréstimos globais	14	251,0	4,4	—	—	—	—
<b>Infra-estruturas</b>	<b>111</b>	<b>2 169,1</b>	<b>38,5</b>	<b>484</b>	<b>136,1</b>	<b>2 098,2</b>	<b>37,7</b>
Comunicações	65	1 393,7	24,7	462	112,5	1 506,2	27,1
Transportes	54	828,6	14,7	462	112,5	941,1	16,9
Caminhos de ferro	3	63,7	1,1	—	—	63,7	1,1
Estradas e obras de arte	33	514,8	9,1	451	104,4	619,2	11,1
Transportes marítimos	7	49,2	0,9	8	5,6	54,8	1,0
Transportes aéreos	10	192,2	3,4	3	2,5	194,7	3,5
Centros de ligação intermodal	1	8,7	0,2	—	—	8,7	0,2
Telecomunicações	11	565,1	10,0	—	—	565,1	10,2
Equipamento de telecomunicações	9	539,5	9,6	—	—	539,5	9,7
Satélites e estações	2	25,6	0,4	—	—	25,6	0,5
Infra-estruturas hidráulicas	29	435,1	7,7	21	23,2	458,3	8,2
Ordenamento agrícola	5	31,0	0,5	—	—	31,0	0,5
Água (captação, distribuição, tratamento)	24	404,1	7,1	21	23,2	427,3	7,7
Infra-estruturas diversas	13	133,3	2,4	1	0,4	133,7	2,4
Edifícios públicos	2	19,1	0,4	—	—	19,1	0,3
Infra-estruturas mistas	11	114,2	2,0	1	0,4	114,6	2,1
Empréstimos globais	4	207,0	3,7	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>90</b>	<b>1 240,7</b>	<b>22,0</b>	<b>2 896</b>	<b>878,7</b>	<b>1 348,1</b>	<b>24,2</b>
Indústria	39	433,7	7,7	2 371	722,1	1 155,8	20,8
Indústrias extractivas	—	—	—	83	11,4	11,4	0,2
Indústrias metalúrgicas de base	1	2,9	0,1	22	17,5	20,4	0,4
Materiais de construção	1	4,5	0,1	210	62,9	67,4	1,2
Indústria da madeira	—	—	—	209	39,7	39,7	0,7
Vidro e cerâmica	—	—	—	59	29,3	29,3	0,5
Indústria química	13	62,7	1,1	107	60,2	122,9	2,2
Indústria metalomecânica	1	16,8	0,3	402	123,5	140,3	2,5
Automóveis, material de transporte	1	69,5	1,2	80	33,2	102,7	1,9
Engenharia electrotécnica	8	148,8	2,6	85	39,4	188,2	3,4
Produtos alimentares	4	30,1	0,5	324	123,8	153,9	2,8
Têxteis, vestuário e calçado	4	24,2	0,4	159	35,8	60,0	1,1
Pasta de papel, papel e tipografia	2	43,9	0,8	136	42,2	86,1	1,6
Transf. de borracha e mat. plásticas	2	20,1	0,4	143	71,9	92,0	1,6
Indústrias transformadoras diversas	1	3,2	0,1	52	8,3	11,5	0,2
Engenharia civil e construção	1	7,0	0,1	300	23,0	30,0	0,5
Agricultura, silvicultura, pescas	1	4,0	0,1	40	17,9	21,9	0,4
Serviços	5	31,7	0,6	485	138,7	170,4	3,0
Turismo	2	5,9	0,1	277	93,5	99,4	1,8
Outros serviços	3	25,8	0,5	208	45,2	71,0	1,2
Empréstimos globais	45	771,3	13,7	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>5 640,7 <sup>(1)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>3 537</b>	<b>1 148,1</b>	<b>5 559,5 <sup>(1)</sup></b>	<b>100,0</b>

(1) A diferença entre estes dois montantes corresponde à parte ainda não afectada dos empréstimos globais em curso.

Quadro 18.2: Financiamentos na Comunidade por conta de recursos do NIC em 1985

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	—	—	—	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,7</b>	<b>0,1</b>
<b>Infra-estruturas</b>	<b>11</b>	<b>226,7</b>	<b>25,7</b>	<b>10</b>	<b>4,1</b>	<b>230,8</b>	<b>23,5</b>
Comunicações	7	167,4	19,0	—	—	167,4	17,0
Transportes	5	135,2	15,3	—	—	135,2	13,7
Caminhos de ferro	4	62,0	7,0	—	—	62,0	6,3
Estradas e obras de arte	1	73,2	8,3	—	—	73,2	7,4
Telecomunicações	2	32,2	3,7	—	—	32,2	3,3
Equipamento de telecomunicações	1	17,6	2,0	—	—	17,6	1,8
Satélites e estações	1	14,6	1,7	—	—	14,6	1,5
Infra-estruturas hidráulicas	1	36,5	4,1	—	—	36,5	3,7
Água (captação, distribuição, tratamento)	1	36,5	4,1	—	—	36,5	3,7
Infra-estruturas diversas	3	22,8	2,6	10	4,1	26,9	2,8
Edifícios públicos	2	9,4	1,1	8	4,0	13,4	1,4
Infra-estruturas mistas	1	13,4	1,5	2	0,1	13,5	1,4
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>34</b>	<b>657,0</b>	<b>74,3</b>	<b>2 917</b>	<b>724,2</b>	<b>752,1</b>	<b>76,4</b>
Indústria	—	—	—	2 613	671,3	671,3	68,2
Indústria extractiva	—	—	—	28	5,8	5,8	0,6
Indústrias metalúrgicas de base	—	—	—	17	7,2	7,2	0,7
Materiais de construção	—	—	—	69	24,5	24,5	2,5
Indústria da madeira	—	—	—	215	46,2	46,2	4,7
Vidro e cerâmica	—	—	—	60	30,0	30,0	3,0
Indústria química	—	—	—	128	45,1	45,1	4,6
Indústria metalomecânica	—	—	—	710	146,0	146,0	14,8
Automóveis, material de transporte	—	—	—	93	24,3	24,3	2,5
Engenharia electrotécnica	—	—	—	130	34,3	34,3	3,5
Produtos alimentares	—	—	—	294	95,8	95,8	9,7
Têxteis, vestuário e calçado	—	—	—	207	79,6	79,6	8,1
Pasta de papel, papel e tipografia	—	—	—	256	55,2	55,2	5,6
Transf. de borracha e mat. plásticas	—	—	—	169	37,4	37,4	3,8
Indústrias transformadoras diversas	—	—	—	76	14,5	14,5	1,5
Engenharia civil e construção	—	—	—	155	24,4	24,4	2,5
Loteamentos e edifícios industriais	—	—	—	6	1,0	1,0	0,1
Agricultura, silvicultura, pescas	1	27,9	3,1	8	2,4	30,3	3,1
Serviços	—	—	—	296	50,5	50,5	5,1
Turismo	—	—	—	10	2,3	2,3	0,2
Outros serviços	—	—	—	286	48,2	48,2	4,9
Empréstimos globais	33	629,1	74,2	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>883,7 (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>2 928</b>	<b>729,0</b>	<b>983,6 (1)</b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1 do Quadro 18.1.



Quadro 18.3: **Financiamentos na Comunidade por conta de recursos próprios e por conta de recursos do NIC em 1985**

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>81</b>	<b>2 230,9</b>	<b>34,2</b>	<b>158</b>	<b>134,0</b>	<b>2 113,9</b>	<b>32,3</b>
Produção	32	1 359,3	20,8	37	27,5	1 386,8	21,2
Energia nuclear	13	955,9	14,6	—	—	955,9	14,6
Centrais térmicas	1	7,0	0,1	—	—	7,0	0,1
Centrais hidroeléctricas	6	160,5	2,5	29	15,2	175,7	2,7
Energias geotérmicas e alternativas	1	43,9	0,7	—	—	43,9	0,7
Hidrocarbonetos	11	192,0	2,9	8	12,3	204,3	3,1
Transporte e armazenagem	12	260,7	4,0	—	—	260,7	4,0
Electricidade	4	111,1	1,7	—	—	111,1	1,7
Gás natural e petróleo	8	149,6	2,3	—	—	149,6	2,3
Distribuição	23	359,9	5,5	121	106,5	466,4	7,1
Electricidade	—	—	—	19	6,3	6,3	0,1
Gás natural	14	242,3	3,7	91	74,5	316,8	4,8
Calor	9	117,6	1,8	11	25,7	143,3	2,2
Empréstimos globais	14	251,0	3,9	—	—	—	—
<b>Infra-estruturas</b>	<b>122</b>	<b>2 395,8</b>	<b>36,7</b>	<b>494</b>	<b>140,2</b>	<b>2 329,0</b>	<b>35,6</b>
Comunicações	72	1 561,1	23,9	462	112,5	1 673,6	25,5
Transportes	59	963,8	14,8	462	112,5	1 076,3	16,4
Caminhos de ferro	7	125,7	1,9	—	—	125,7	1,9
Estradas e obras de arte	34	588,0	9,0	451	104,4	692,4	10,6
Transportes marítimos	7	49,2	0,8	8	5,6	54,8	0,9
Transportes aéreos	10	192,2	2,9	3	2,5	194,7	3,0
Centros de ligação intermodal	1	8,7	0,2	—	—	8,7	0,1
Telecomunicações	13	597,3	9,1	—	—	597,3	9,1
Equipamento de telecomunicações	10	557,1	8,5	—	—	557,1	8,5
Satélites e estações	3	40,2	0,6	—	—	40,2	0,6
Infra-estruturas hidráulicas	30	471,6	7,2	21	23,2	494,8	7,6
Ordenamento agrícola	5	31,0	0,5	—	—	31,0	0,5
Água (captação, distribuição, tratamento)	25	440,6	6,7	21	23,2	463,8	7,1
Infra-estruturas diversas	16	156,1	2,4	11	4,5	160,6	2,4
Edifícios públicos	4	28,5	0,4	8	4,0	32,9	0,5
Infra-estruturas mistas	12	127,6	2,0	3	0,5	127,7	1,9
Empréstimos globais	4	207,0	3,2	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>124</b>	<b>1 897,7</b>	<b>29,1</b>	<b>5 813</b>	<b>1 602,9</b>	<b>2 100,2</b>	<b>32,1</b>
Indústria	39	433,7	6,6	4 984	1 393,4	1 827,1	27,9
Indústrias extractivas	—	—	—	111	17,2	17,2	0,3
Indústrias metalúrgicas de base	1	2,9	—	39	24,7	27,6	0,4
Materiais de construção	1	4,5	0,1	279	87,4	91,9	1,4
Indústria da madeira	—	—	—	424	85,9	85,9	1,3
Vidro e cerâmica	—	—	—	119	59,3	59,3	0,9
Indústria química	13	62,7	1,0	235	105,3	168,0	2,5
Indústria metalomecânica	1	16,8	0,2	1 112	269,5	286,3	4,4
Automóveis, material de transporte	1	69,5	1,0	173	57,5	127,0	2,0
Engenharia electrotécnica	8	148,8	2,3	215	73,7	222,5	3,4
Produtos alimentares	4	30,1	0,5	618	219,6	249,7	3,8
Têxteis, vestuário e calçado	4	24,2	0,4	366	115,4	139,6	2,1
Pasta de papel, papel e tipografia	2	43,9	0,7	392	97,4	141,3	2,2
Transf. de borracha e mat. plásticas	2	20,1	0,3	312	109,3	129,4	2,0
Indústrias transformadoras diversas	1	3,2	—	128	22,8	26,0	0,4
Engenharia civil e construção	1	7,0	0,1	455	47,4	54,4	0,8
Loteamentos e edifícios industriais	—	—	—	6	1,0	1,0	—
Agricultura, silvicultura, pescas	2	31,9	0,5	48	20,3	52,2	0,8
Serviços	5	31,7	0,5	781	189,2	220,9	3,4
Turismo	2	5,9	0,1	287	95,8	101,7	1,6
Outros serviços	3	25,8	0,4	494	93,4	119,2	1,8
Empréstimos globais	78	1 400,4	21,5	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>6 524,4 <sup>(1)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>6 465</b>	<b>1 877,1</b>	<b>6 543,1 <sup>(1)</sup></b>	<b>100,0</b>

<sup>(1)</sup> Cf. nota 1 do Quadro 18.1.

Quadro 19.1: Financiamentos na Comunidade por conta de recursos próprios de 1981 a 1985 <sup>(1)</sup>

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>292</b>	<b>8 261,9</b>	<b>39,1</b>	<b>329</b>	<b>364,0</b>	<b>7 760,8</b>	<b>37,8</b>
Produção	139	4 979,0	23,5	99	79,1	5 058,1	24,7
Energia nuclear	58	3 237,3	15,3	—	—	3 237,3	15,8
Centrais térmicas	12	333,0	1,6	—	—	333,0	1,6
Centrais hidroeléctricas	24	501,4	2,4	76	45,1	546,5	2,7
Energias geotérmicas e alternativas	2	65,8	0,3	—	—	65,8	0,3
Centrais de produção de calor	1	11,4	0,1	12	19,3	30,7	0,2
Hidrocarbonetos	39	792,9	3,7	11	14,7	807,6	3,9
Extracção de combustíveis sólidos	3	37,2	0,2	—	—	37,2	0,2
Transporte e armazenagem	56	1 704,9	8,1	2	2,9	1 707,8	8,3
Electricidade	23	695,8	3,3	—	—	695,8	3,4
Gás natural e petróleo	33	1 009,1	4,8	2	2,9	1 012,0	4,9
Distribuição	51	712,9	3,4	228	282,0	994,9	4,8
Electricidade	—	—	—	26	18,7	18,7	0,1
Gás natural	26	466,7	2,2	174	167,9	634,6	3,1
Calor	25	246,2	1,2	28	95,4	341,6	1,6
Empréstimos globais	46	865,1	4,1	—	—	—	—
<b>Infra-estruturas</b>	<b>399</b>	<b>7 988,1</b>	<b>37,8</b>	<b>1 537</b>	<b>471,0</b>	<b>7 912,4</b>	<b>38,6</b>
Comunicações	208	5 138,8	24,3	1 505	421,0	5 559,8	27,1
Transportes	152	2 671,7	12,6	1 505	421,0	3 092,7	15,1
Caminhos de ferro	12	347,4	1,6	7	8,2	355,6	1,7
Estradas e obras de arte	96	1 794,0	8,5	1 466	389,0	2 183,0	10,6
Transportes marítimos	21	113,3	0,5	28	21,2	134,5	0,7
Transportes aéreos	22	408,3	1,9	4	2,6	410,9	2,0
Centros de ligação intermodal	1	8,7	0,1	—	—	8,7	0,1
Telecomunicações	56	2 467,1	11,7	—	—	2 467,1	12,0
Equipamento de telecomunicações	51	2 308,2	10,9	—	—	2 308,2	11,3
Satélites e estações	5	158,9	0,8	—	—	158,9	0,7
Infra-estruturas hidráulicas	110	1 548,9	7,3	27	41,9	1 590,8	7,8
Ordenamento agrícola	28	199,6	0,9	—	—	199,6	1,0
Água (captação, distribuição, tratamento)	82	1 349,3	6,4	27	41,9	1 391,2	6,8
Infra-estruturas diversas	62	753,7	3,6	5	8,1	761,8	3,7
Habitações	9	127,0	0,6	—	—	127,0	0,6
Edifícios públicos	2	19,1	0,1	1	1,8	20,9	0,1
Infra-estruturas mistas	51	607,6	2,9	4	6,3	613,9	3,0
Empréstimos globais	19	546,7	2,6	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>340</b>	<b>4 893,1</b>	<b>23,1</b>	<b>8 620</b>	<b>2 867,6</b>	<b>4 839,4</b>	<b>23,6</b>
Indústria	144	1 805,6	8,5	7 291	2 416,2	4 221,8	20,6
Indústrias extractivas	—	—	—	244	57,3	57,3	0,3
Indústrias metalúrgicas de base	3	38,7	0,2	101	77,2	115,9	0,6
Materiais de construção	12	169,3	0,8	673	243,5	412,8	2,0
Indústria da madeira	—	—	—	711	136,4	136,4	0,7
Vidro e cerâmica	6	66,1	0,3	173	109,6	175,7	0,9
Indústria química	26	176,7	0,8	363	221,8	398,5	1,9
Indústria metalomecânica	19	211,4	1,0	1 388	405,6	617,0	3,0
Automóveis, material de transporte	24	615,7	2,9	244	110,7	726,4	3,5
Engenharia electrotécnica	15	216,4	1,0	317	127,1	343,5	1,7
Produtos alimentares	19	137,1	0,7	1 154	442,0	579,1	2,8
Têxteis, vestuário e calçado	7	45,9	0,2	415	124,6	170,5	0,8
Pasta de papel, papel e tipografia	5	60,2	0,3	441	129,6	189,8	0,9
Transf. de borracha e mat. plásticas	3	27,2	0,1	420	159,5	186,7	0,9
Indústrias transformadoras diversas	2	5,5	—	165	31,8	37,3	0,2
Engenharia civil e construção	3	35,4	0,2	482	39,5	74,9	0,4
Agricultura, silvicultura, pescas	3	56,0	0,3	225	98,4	154,4	0,8
Serviços	18	110,2	0,5	1 104	353,0	463,2	2,2
Turismo	6	15,9	0,1	755	252,8	268,7	1,3
Outros serviços	12	94,3	0,4	349	100,2	194,5	0,9
Empréstimos globais	175	2 921,3	13,8	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>1 031</b>	<b>21 143,1 <sup>(2)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>10 486</b>	<b>3 702,6</b>	<b>20 512,6 <sup>(2)</sup></b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1 do Quadro 1.

(2) Cf. nota 1 do Quadro 18.1.



Quadro 19.2: Financiamentos na Comunidade por conta de recursos do NIC de 1981 a 1985 (1)

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>36</b>	<b>749,5</b>	<b>16,3</b>	<b>1</b>	<b>0,7</b>	<b>667,7</b>	<b>15,5</b>
Produção	11	223,7	4,9	1	0,7	224,4	5,2
Centrais térmicas	7	138,6	3,0	—	—	138,6	3,2
Centrais hidroeléctricas	1	32,9	0,7	1	0,7	33,6	0,8
Extracção de combustíveis sólidos	3	52,2	1,2	—	—	52,2	1,2
Transporte e armazenagem	13	333,6	7,2	—	—	333,6	7,8
Electricidade	2	46,6	1,0	—	—	46,6	1,1
Gás natural e petróleo	11	287,0	6,2	—	—	287,0	6,7
Distribuição	7	109,7	2,4	—	—	109,7	2,5
Gás natural	6	97,8	2,1	—	—	97,8	2,3
Calor	1	11,9	0,3	—	—	11,9	0,2
Empréstimos globais	5	82,5	1,8	—	—	—	—
<b>Infra-estruturas</b>	<b>59</b>	<b>1 679,1</b>	<b>36,5</b>	<b>180</b>	<b>69,0</b>	<b>1 716,6</b>	<b>39,9</b>
Comunicações	28	733,6	16,0	1	4,2	737,8	17,1
Transportes	15	380,1	8,3	1	4,2	384,3	8,9
Caminhos de ferro	8	141,9	3,1	—	—	141,9	3,3
Estradas e obras de arte	7	238,2	5,2	1	4,2	242,4	5,6
Telecomunicações	13	353,5	7,7	—	—	353,5	8,2
Equipamento de telecomunicações	11	295,1	6,4	—	—	295,1	6,8
Satélites e estações	2	58,4	1,3	—	—	58,4	1,4
Infra-estruturas hidráulicas	8	266,5	5,8	2	24,3	290,8	6,8
Água (captação, distribuição, tratamento)	8	266,5	5,8	2	24,3	290,8	6,8
Infra-estruturas diversas	22	647,5	14,1	177	40,5	688,0	16,0
Habitacões	7	99,9	2,2	1	0,1	100,0	2,3
Edifícios públicos	10	221,4	4,8	174	40,3	261,7	6,1
Infra-estruturas mistas	5	326,2	7,1	2	0,1	326,3	7,6
Empréstimos globais	1	31,5	0,6	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>110</b>	<b>2 167,3</b>	<b>47,2</b>	<b>6 954</b>	<b>1 855,8</b>	<b>1 919,0</b>	<b>44,6</b>
Indústria	4	15,9	0,3	6 252	1 709,6	1 725,5	40,1
Indústrias extractivas	—	—	—	63	16,7	16,7	0,4
Indústrias metalúrgicas de base	—	—	—	52	25,6	25,6	0,6
Materiais de construção	1	6,8	0,2	208	74,4	81,2	1,9
Indústria da madeira	—	—	—	512	115,2	115,2	2,7
Vidro e cerâmica	—	—	—	153	83,5	83,5	1,9
Indústria química	—	—	—	305	113,9	113,9	2,7
Indústria metalomecânica	—	—	—	1 718	382,5	382,5	8,9
Automóveis, material de transporte	1	5,4	0,1	213	64,8	70,2	1,6
Engenharia electrotécnica	—	—	—	341	91,5	91,5	2,1
Produtos alimentares	—	—	—	658	230,2	230,2	5,3
Têxteis, vestuário e calçado	—	—	—	415	161,6	161,6	3,8
Pasta de papel, papel e tipografia	—	—	—	670	155,7	155,7	3,6
Transf. de borracha e mat. plásticas	—	—	—	404	96,6	96,6	2,2
Indústrias transformadoras diversas	—	—	—	209	42,0	42,0	1,0
Engenharia civil e construção	2	3,7	0,1	331	55,4	59,1	1,4
Agricultura, silvicultura, pescas	2	47,3	1,0	9	2,5	49,8	1,2
Serviços	—	—	—	693	143,7	143,7	3,3
Turismo	—	—	—	142	37,8	37,8	0,9
Outros serviços	—	—	—	551	105,9	105,9	2,4
Empréstimos globais	104	2 104,1	45,8	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>4 595,9 (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>7 135</b>	<b>1 925,5</b>	<b>4 303,3 (2)</b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1 do Quadro 1.

(2) Cf. nota 1 do Quadro 18.1.

Quadro 19.3: **Financiamentos na Comunidade por conta de recursos próprios e por conta de recursos do NIC de 1981 a 1985 (1)**

Distribuição sectorial

Sectores	Empréstimos individuais e empréstimos globais			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>328</b>	<b>9 011,4</b>	<b>35,0</b>	<b>330</b>	<b>364,7</b>	<b>8 428,5</b>	<b>34,0</b>
Produção	150	5 202,7	20,2	100	79,8	5 282,5	21,3
Energia nuclear	58	3 237,3	12,6	—	—	3 237,3	13,0
Centrais térmicas	19	471,6	1,8	—	—	471,6	1,9
Centrais hidroeléctricas	25	534,3	2,1	77	45,8	580,1	2,3
Energias geotérmicas e alternativas	2	65,8	0,2	—	—	65,8	0,3
Centrais de produção de calor	1	11,4	—	12	19,3	30,7	0,1
Hidrocarbonetos	39	792,9	3,1	11	14,7	807,6	3,3
Extracção de combustíveis sólidos	6	89,4	0,4	—	—	89,4	0,4
Transporte e armazenagem	69	2 038,5	7,9	2	2,9	2 041,4	8,2
Electricidade	25	742,4	2,9	—	—	742,4	3,0
Gás natural e petróleo	44	1 296,1	5,0	2	2,9	1 299,0	5,2
Distribuição	58	822,6	3,2	228	282,0	1 104,6	4,5
Electricidade	—	—	—	26	18,7	18,7	0,1
Gás natural	32	564,5	2,2	174	167,9	732,4	3,0
Calor	26	258,1	1,0	28	95,4	353,5	1,4
Empréstimos globais	51	947,6	3,7	—	—	—	—
<b>Infra-estruturas</b>	<b>458</b>	<b>9 667,2</b>	<b>37,6</b>	<b>1 717</b>	<b>540,0</b>	<b>9 629,0</b>	<b>38,8</b>
Comunicações	236	5 872,4	22,8	1 506	425,2	6 297,6	25,4
Transportes	167	3 051,8	11,8	1 506	425,2	3 477,0	14,0
Caminhos de ferro	20	489,3	1,9	7	8,2	497,5	2,0
Estradas e obras de arte	103	2 032,2	7,9	1 467	393,2	2 425,4	9,8
Transportes marítimos	21	113,3	0,4	28	21,2	134,5	0,5
Transportes aéreos	22	408,3	1,6	4	2,6	410,9	1,7
Centros de ligação intermodal	1	8,7	—	—	—	8,7	—
Telecomunicações	69	2 820,6	11,0	—	—	2 820,6	11,4
Equipamento de telecomunicações	62	2 603,3	10,1	—	—	2 603,3	10,5
Satélites e estações	7	217,3	0,9	—	—	217,3	0,9
Infra-estruturas hidráulicas	118	1 815,4	7,1	29	66,2	1 881,6	7,6
Ordenamento agrícola	28	199,6	0,8	—	—	199,6	0,8
Água (captação, distribuição, tratamento)	90	1 615,8	6,3	29	66,2	1 682,0	6,8
Infra-estruturas diversas	84	1 401,2	5,4	182	48,6	1 449,8	5,8
Habitações	16	226,9	0,9	1	0,1	227,0	0,9
Edifícios públicos	12	240,5	0,9	175	42,1	282,6	1,1
Infra-estruturas mistas	56	933,8	3,6	6	6,4	940,2	3,8
Empréstimos globais	20	578,2	2,3	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>450</b>	<b>7 060,4</b>	<b>27,4</b>	<b>15 574</b>	<b>4 723,4</b>	<b>6 758,4</b>	<b>27,2</b>
Indústria	148	1 821,5	7,1	13 543	4 125,8	5 947,3	24,0
Indústrias extractivas	—	—	—	307	74,0	74,0	0,3
Indústrias metalúrgicas de base	3	38,7	0,1	153	102,8	141,5	0,6
Materiais de construção	13	176,1	0,7	881	317,9	494,0	2,0
Indústria da madeira	—	—	—	1 223	251,6	251,6	1,0
Vidro e cerâmica	6	66,1	0,3	326	193,1	259,2	1,0
Indústria química	26	176,7	0,7	668	335,7	512,4	2,1
Indústria metalomecânica	19	211,4	0,8	3 106	788,1	999,5	4,0
Automóveis, material de transporte	25	621,1	2,4	457	175,5	796,6	3,2
Engenharia electrotécnica	15	216,4	0,8	658	218,6	435,0	1,8
Produtos alimentares	19	137,1	0,5	1 812	672,2	809,3	3,3
Têxteis, vestuário e calçado	7	45,9	0,2	830	286,2	332,1	1,3
Pasta de papel, papel e tipografia	5	60,2	0,2	1 111	285,3	345,5	1,4
Transf. de borracha e mat. plásticas	3	27,2	0,1	824	256,1	283,3	1,1
Indústrias transformadoras diversas	2	5,5	—	374	73,8	79,3	0,3
Engenharia civil e construção	5	39,1	0,2	813	94,9	134,0	0,6
Agricultura, silvicultura, pescas	5	103,3	0,4	234	100,9	204,2	0,8
Serviços	18	110,2	0,4	1 797	496,7	606,9	2,4
Turismo	6	15,9	0,1	897	290,6	306,5	1,2
Outros serviços	12	94,3	0,3	900	206,1	300,4	1,2
Empréstimos globais	279	5 025,4	19,5	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>1 236</b>	<b>25 739,0 (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>17 621</b>	<b>5 628,1</b>	<b>24 815,9 (2)</b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1 do Quadro 1.

(2) Cf. nota 1 do Quadro 18.1.



Quadro 20: **Empréstimos globais concedidos e créditos afectados na Comunidade de 1981 a 1985**

Distribuição segundo os objectivos de política económica e a localização

	Empréstimos globais assinados em 1985		Empréstimos globais <sup>(1)</sup> assinados de 1981 a 1985		Créditos afectados de 1981 a 1985	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL «INDÚSTRIA»</b>						
<b>Recursos próprios</b>						
Itália	23	400,9	80	1 759,0	3 973	1 543,7
Grécia	1	44,2	18	303,2	306	224,0
Irlanda	—	—	12	87,5	1 025	117,3
França	14	176,5	42	464,7 <sup>(2)</sup>	2 515	429,6
Reino Unido	2	84,9	11	197,5	214	101,1
Dinamarca	1	5,0	6	31,7	118	31,2
Bélgica	—	—	2	17,8	12	17,8
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL «INFRA-ESTRUTURAS»</b>						
<b>Recursos próprios</b>						
França	3	147,0	15	448,5	1 532	431,0
Grécia	1	60,0	2	91,5	3	27,8
Itália	—	—	2	6,8	3	6,8
<b>Recursos NIC</b>						
Grécia	—	—	1	31,5	3	28,5
<b>Total Desenvolvimento Regional</b>	<b>45</b>	<b>918,5</b>	<b>191</b>	<b>3 439,7</b>	<b>9 704</b>	<b>2 958,8</b>
<b>OBJECTIVOS ENERGÉTICOS</b>						
<b>Recursos próprios</b>						
Itália	12	209,9	36	654,1	508	545,7
França	2	41,1	8	182,7	243	163,3
Grécia	—	—	1	9,8	9	6,8
Dinamarca	—	—	1	18,4	6	10,2
Irlanda	—	—	—	—	7	1,3
<b>Recursos NIC</b>						
Itália	—	—	4	46,1	45	22,5
França	—	—	1	36,4	167	36,4
<b>Total Objectivos Energéticos</b>	<b>14</b>	<b>251,0</b>	<b>51</b>	<b>947,5</b>	<b>985</b>	<b>786,2</b>
<b>INVESTIMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DE EMPRESAS</b>						
<b>Recursos NIC</b>						
Itália	11	300,9	34	1 148,4	1 928	971,4
França	18	269,9	54	755,6	4 443	726,8
Reino Unido	1	16,4	8	95,0	238	39,7
Dinamarca	2	37,5	6	84,4	294	84,2
Grécia	1	4,4	2	20,7	17	16,0
<b>Total Investimentos para Modernização de Empresas</b>	<b>33</b>	<b>629,1</b>	<b>104</b>	<b>2 104,1</b>	<b>6 920</b>	<b>1 838,1</b>
<b>TECNOLOGIAS AVANÇADAS</b>						
<b>Recursos próprios</b>						
França	2	44,1	2	44,1	8	29,2
Itália	2	15,8	2	15,8	4	15,8
<b>Total Tecnologias Avançadas</b>	<b>4</b>	<b>59,9</b>	<b>4</b>	<b>59,9</b>	<b>12</b>	<b>45,0</b>
Sub-total — recursos próprios	63	1 229,4	239	4 333,1	10 486	3 702,6
Sub-total — recursos NIC	33	629,1	110	2 218,1	7 135	1 925,5
<b>Total Geral</b>	<b>96</b>	<b>1 858,5</b>	<b>349</b>	<b>6 551,2</b>	<b>17 261</b>	<b>5 628,1</b>

(1) Montante total das linhas de crédito abertas para assinatura dos contratos de financiamento.

(2) Inclui 18,1 milhões de ECUs também inscritos na rubrica «Modernização de Empresas».

Quadro 21: **Créditos no âmbito de empréstimos globais na Comunidade em 1985 e de 1981 a 1985**

Distribuição regional e segundo o objectivo económico

	1985		1981-1985			1985		1981-1985	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs		Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
DESENVOLVIMENTO REGIONAL «INDÚSTRIA»									
<b>Bélgica</b>	—	—	<b>12</b>	<b>17,8</b>	Limousin	67	8,2	134	17,2
Antuérpia	—	—	1	1,7	Lorena	42	7,9	117	20,9
Hainaut	—	—	4	8,0	Midi-Pirinéus	119	16,6	229	35,3
Liège	—	—	3	3,3	Norte-Pas-de-Calais	95	22,6	186	42,4
Limburgo	—	—	1	0,9	Pays de la Loire	104	16,2	249	42,4
Namur	—	—	1	1,2	Picardia	11	1,6	39	9,0
Oost-Vlaanderen	—	—	2	2,7	Poitou-Charentes	74	11,0	200	33,6
<b>Dinamarca</b>	<b>14</b>	<b>3,9</b>	<b>118</b>	<b>31,2</b>	Provença-Côte d'Azur	8	0,9	17	2,7
Øst for Storebælt	—	—	—	—	Rhône-Alpes	47	4,8	87	8,7
(excluindo Copenhaga)	—	—	15	3,1	<b>Irlanda</b>	<b>84</b>	<b>7,5</b>	<b>1 025</b>	<b>117,4</b>
Vest for Storebælt	14	3,9	103	28,1	<b>Itália</b>	<b>1 504</b>	<b>445,3</b>	<b>3 973</b>	<b>1 543,7</b>
<b>Grécia</b>	<b>36</b>	<b>35,5</b>	<b>306</b>	<b>224,0</b>	Abruzzos	95	35,4	284	135,4
Creta	6	4,6	22	18,2	Lucânia	60	6,1	99	17,8
Epiro	—	—	8	6,7	Calábria	82	13,4	240	63,6
Grécia Central (leste)	4	1,6	69	35,0	Campânia	262	102,9	680	323,7
Ilhas Egeu (leste)	1	1,3	10	11,0	Friul-Venezia Giulia	3	4,7	63	30,7
Macedónia Central e Ocidental	7	4,9	60	43,5	Lácio	69	50,3	311	211,0
Macedónia Oriental	4	2,6	24	13,4	Marcas	145	35,4	335	110,5
Peloponeso-Grécia Central (oeste)	5	2,4	49	24,5	Molissa	7	2,5	56	26,3
Tessália	1	0,5	33	27,1	Apúlia	182	42,7	428	138,3
Trácia	5	2,4	16	7,5	Sardenha	219	25,6	418	89,8
Projectos multi-regionais	3	15,1	15	37,1	Sicília	141	30,6	402	106,9
<b>França</b>	<b>1 049</b>	<b>168,0</b>	<b>2 515</b>	<b>429,7</b>	Toscana	72	18,0	215	73,4
Alsácia	7	1,3	9	1,6	Trentino-Alto Adige	88	49,6	178	103,7
Aquitânia	100	15,7	271	41,4	Úmbria	63	22,1	216	90,5
Auvergne	70	10,6	206	32,3	Veneza	16	6,0	48	22,1
Baixa-Normandia	37	6,7	103	17,9	<b>Reino Unido</b>	<b>83</b>	<b>47,7</b>	<b>214</b>	<b>101,1</b>
Bretanha	131	23,5	380	75,5	Escócia	12	4,7	23	7,4
Centro	6	0,6	19	3,1	Norte	9	13,1	21	20,7
Champanha-Ardenas	14	1,6	19	1,9	Noroeste	16	2,8	44	6,9
Córsega	18	2,8	46	8,5	Sudoeste	8	4,7	23	15,7
Franche-Comté	—	—	1	0,1	Yorkshire & Humber-side	13	5,4	39	17,4
Alta-Normandia	12	2,1	28	6,1	East Midlands	3	0,4	13	6,7
Languedoc-Roussillon	87	13,3	175	29,1	West Midlands	9	1,9	9	1,9
					Pais de Gales	6	5,1	17	6,7
					Irlanda do Norte	7	9,6	25	17,8
<b>Sub-total Desenvolvimento Regional Indústria por conta de recursos próprios</b>	<b>2 770</b>	<b>707,9</b>	<b>8 163</b>	<b>2 464,8</b>					
DESENVOLVIMENTO REGIONAL «INFRA-ESTRUTURAS»									
<b>França</b>	<b>487</b>	<b>121,3</b>	<b>1 532</b>	<b>431,0</b>	Limousin	39	5,2	65	11,6
Aquitânia	59	17,1	174	53,9	Lorena	18	8,2	24	10,9
Auvergne	59	12,9	172	40,0	Midi-Pirinéus	80	13,1	421	77,1
Baixa-Normandia	9	4,8	22	11,4	Norte-Pas-de-Calais	—	—	118	48,2
Bretanha	59	18,3	177	55,6	Pays de la Loire	23	7,3	75	36,3
Centro	—	—	3	4,4	Picardia	14	2,3	21	3,8
Champanha-Ardenas	2	1,6	9	3,1	Poitou-Charentes	—	—	3	2,4
Córsega	22	3,1	40	6,7	Rhône-Alpes	45	9,2	64	14,0
Franche-Comté	—	—	2	0,7	<b>Grécia (1)</b>	<b>1</b>	<b>16,1</b>	<b>3</b>	<b>27,8</b>
Alta-Normandia	6	1,5	34	13,4	<b>Itália</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3</b>	<b>6,8</b>
Languedoc-Roussillon	52	16,7	108	37,5	Lucânia	—	—	2	2,7
					Sicília	—	—	1	4,1
<b>Sub-total Desenvolvimento Regional Infra-estruturas — a cargo de recursos próprios</b>	<b>488</b>	<b>137,4</b>	<b>1 538</b>	<b>465,5</b>					
<b>Sub-total Desenvolvimento Regional Infra-estruturas — a cargo de recursos do NIC</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3</b>	<b>28,5</b>					
<b>Total Desenvolvimento Regional</b>	<b>3 258</b>	<b>845,3</b>	<b>9 704</b>	<b>2 958,8</b>					

(1) Abrange diversos sub-projectos.



Quadro 21 (cont.)

	1985		1981-1985			1985		1981-1985	
	Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs		Número	Milhões de ECUs	Número	Milhões de ECUs
OBJECTIVOS ENERGÉTICOS									
por conta de recursos próprios									
Dinamarca	—	—	6	10,2					
Grécia	—	—	9	6,8					
França	67	47,5	243	163,3	por conta recursos NIC				
Irlanda	—	—	7	1,3	França	—	—	167	36,4
Itália	200	210,3	508	545,7	Itália	12	5,2	45	22,5
Sub-total Objectivos Energéticos						279	263,0	985	768,2
Indústria						115	126,4	479	375,6
Infra-estruturas						164	136,6	506	410,6
INVESTIMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DE EMPRESAS									
por conta recursos NIC									
Dinamarca	110	37,4	294	84,2	França	1 889	303,1	4 443	726,8
Grécia	17	16,0	17	16,0	Itália	819	352,0	1 928	971,4
					Reino Unido	81	15,2	238	39,7
Sub-total Investimentos para Modernização de Empresas						2 916	723,8	6 920	1 838,1
TECNOLOGIAS AVANÇADAS									
por conta de recursos próprios									
					França	8	29,2	8	29,2
					Itália	4	15,8	4	15,8
Sub-total Tecnologias Avançadas						12	45,0	12	45,0
Total Geral						6 465	1 877,1	17 261	5 628,1
por conta recursos próprios						3 537	1 148,1	10 486	3 702,6
por conta recursos NIC						2 928	729,0	7 135	1 925,5

Quadro 22: Financiamentos nos países da bacia mediterrânica de 1981 a 1985

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos

	Empréstimos por conta de recursos próprios		Operações por conta de recursos orçamentais		Total	
	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%	Milhões de ECUs	%
Mediterrâneo Norte	270,0	32,3	39,0	61,7	309,0	34,3
Jugoslávia	260,0	31,1	—	—	260,0	28,9
Turquia	10,0	1,2	39,0	61,7	49,0	5,4
Magrebe	243,0	29,0	6,5	10,3	249,5	27,7
Argélia	75,0	9,0	—	—	75,0	8,3
Marrocos	128,5	15,3	—	—	128,5	14,3
Tunísia	39,5	4,7	6,5	10,3	46,0	5,1
Machrek	227,8	27,2	10,0	15,8	237,8	26,4
Egipto	115,5	13,8	3,0	4,7	118,5	13,2
Jordânia	29,0	3,5	7,0	11,1	36,0	4,0
Libano	17,0	2,0	—	—	17,0	1,9
Síria	66,3	7,9	—	—	66,3	7,3
Outros	96,5	11,5	7,7	12,2	104,2	11,6
Chipre	46,5	5,5	7,7	12,2	54,2	6,0
Israel	50,0	6,0	—	—	50,0	5,6
<b>Sub-total</b>	<b>837,3</b>	<b>100,0</b>	<b>63,2</b>	<b>100,0</b>	<b>900,5</b>	<b>100,0</b>
Espanha	550,0	—	—	—	550,0	—
Portugal	424,0	—	—	—	424,0	—
<b>Total Geral</b>	<b>1 811,3</b>		<b>63,2</b>		<b>1 874,5</b>	

Quadro 23: **Financiamentos nos países da bacia mediterrânica de 1981 a 1985** <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>

Distribuição sectorial

Sectores	Financiamentos			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>22</b>	<b>483,6</b>	<b>25,8</b>	<b>6</b>	<b>8,4</b>	<b>492,0</b>	<b>26,6</b>
Produção	16	331,1	17,7	5	8,2	339,3	18,4
Centrais térmicas	9	162,0	8,7	—	—	162,0	8,8
Centrais hidroeléctricas	4	119,0	6,3	1	1,7	120,7	6,5
Hidrocarbonetos	3	50,1	2,7	1	0,7	50,8	2,7
Combustíveis sólidos	—	—	—	3	5,8	5,8	0,3
Transporte e Distribuição	6	152,5	8,1	1	0,2	152,7	8,2
Linhas de Electricidade	5	137,5	7,3	1	0,2	137,7	7,4
Gasodutos e oleodutos	1	15,0	0,8	—	—	15,0	0,8
<b>Infra-estruturas</b>	<b>37</b>	<b>839,5</b>	<b>44,8</b>	<b>63</b>	<b>74,4</b>	<b>830,9</b>	<b>44,9</b>
Comunicações	20	650,3	34,7	17	13,0	663,3	35,9
Transportes	20	650,3	34,7	17	13,0	663,3	35,9
Caminhos de ferro	5	188,3	10,0	—	—	188,3	10,2
Estradas e obras de arte	10	356,0	19,0	17	13,0	369,0	20,0
Transportes marítimos	4	71,0	3,8	—	—	71,0	3,8
Transportes aéreos	1	35,0	1,9	—	—	35,0	1,9
Infra-estruturas hidráulicas	8	89,2	4,8	16	19,4	108,6	4,8
Ordenamento agrícola	1	20,0	1,1	—	—	20,0	1,1
Água (captação, distribuição, tratamento)	7	69,2	3,7	16	19,4	108,6	5,9
Infra-estruturas diversas	1	17,0	0,9	30	42,0	59,0	3,1
Empréstimos globais	8	83,0	4,4	—	—	—	—
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>49</b>	<b>551,4</b>	<b>29,4</b>	<b>1 090</b>	<b>456,4</b>	<b>525,8</b>	<b>28,5</b>
Indústria	6	32,9	1,8	830	394,1	427,0	23,1
Indústrias extractivas	—	—	—	38	18,2	18,2	1,0
Indústrias metalúrgicas de base	—	—	—	12	6,4	6,4	0,3
Materiais de construção	2	22,5	1,2	82	52,4	74,9	4,0
Indústria da madeira	—	—	—	82	30,8	30,8	1,6
Vidro e cerâmica	1	1,9	0,1	33	25,5	27,4	1,4
Indústria química	2	5,5	0,3	66	43,9	49,4	2,6
Indústria metalomecânica	—	—	—	115	51,4	51,4	2,8
Automóveis, material de transporte	—	—	—	37	9,7	9,7	0,5
Engenharia electrotécnica	—	—	—	29	16,0	16,0	0,8
Produtos alimentares	—	—	—	160	71,8	71,8	3,9
Têxteis, vestuário e calçado	—	—	—	63	23,4	23,4	1,2
Pasta de papel, papel	—	—	—	45	20,4	20,4	1,1
Transf. de borracha e mat. plásticas	—	—	—	47	21,1	21,1	1,1
Outras Indústrias	—	—	—	8	2,4	2,4	0,1
Construção e Engenharia Civil	—	—	—	10	4,6	4,6	0,2
Loteamento e edifícios industriais	1	3,0	0,2	3	6,1	9,1	0,5
Agricultura, silvicultura, pescas	6	36,5	1,9	177	20,4	56,9	3,1
Serviços	—	—	—	83	41,9	41,9	2,3
Turismo	—	—	—	61	36,4	36,4	2,0
Outros serviços	—	—	—	22	5,5	5,5	0,3
Empréstimos globais	37	482,0	25,7	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>1 874,5</b>	<b>100,0</b>	<b>1 159</b>	<b>539,2</b>	<b>1 848,7</b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1 do Quadro 1

(2) Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco (1 811,3 milhões) e operações com condições especiais por conta de recursos orçamentais dos Estados-membros ou da Comunidade, contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial do Banco (63,2 milhões).



Quadro 24: **Financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) de 1976 a 1985 (Convenções de Lomé)**

Distribuição segundo a localização do projecto de investimento e a origem dos recursos

(em milhões de ECU's)

	Empréstimos a cargo de recursos próprios			Operações de capitais de risco por conta de recursos orçamentais			Total dos financiamentos (1)		
	Lomé I	Lomé II	Total	Lomé I	Lomé II	Total	Lomé I	Lomé II	Total
<b>ÁFRICA</b>	<b>338,5</b>	<b>479,0</b>	<b>817,5</b>	<b>94,26</b>	<b>222,13</b>	<b>316,39</b>	<b>432,76</b>	<b>701,13</b>	<b>1 133,89</b>
<i>África Ocidental</i>	<i>192,5</i>	<i>161,1</i>	<i>353,6</i>	<i>41,14</i>	<i>69,57</i>	<i>110,71</i>	<i>233,64</i>	<i>230,67</i>	<i>464,31</i>
Benim	—	13,5	13,5	0,35	4,5	4,85	0,35	18,0	18,35
Burkina Faso	8,0	—	8,0	7,93	7,0	14,93	15,93	7,0	22,93
Cabo Verde	—	—	—	3,58	1,8	5,38	3,58	1,8	5,38
Costa do Marfim	47,4	56,2	103,6	2,93	2,43	5,36	50,33	58,63	108,96
Gâmbia	—	—	—	2,39	—	2,39	2,39	—	2,39
Gana	16,0	—	16,0	2,25	16,03	18,28	18,25	16,03	34,28
Guiné	4,4	7,5	11,9	0,3	2,71	3,01	4,7	10,21	14,91
Guiné-Bissau	8,0	—	—	—	3,8	3,8	—	3,8	3,8
Libéria	7,4	3,5	10,9	0,29	2,2	2,49	7,69	5,7	13,39
Mali	—	—	—	6,36	3,4	9,76	6,36	3,4	9,76
Mauritânia	25,0	—	25,0	—	7,0	7,0	25,0	7,0	32,0
Niger	6,0	10,0	16,0	0,9	—	0,9	6,9	10,0	16,9
Nigéria	50,0	40,0	90,0	—	—	—	50,0	40,0	90,0
Senegal	12,0	21,0	33,0	8,47	4,65	13,12	20,47	25,65	46,12
Togo	16,3	4,4	20,7	5,25	2,43	7,68	21,55	6,83	28,38
Projectos inter-regionais	—	5,0	5,0	0,14	11,62	11,76	0,14	16,62	16,76
<i>África Central e Equatorial</i>	<i>32,6</i>	<i>158,4</i>	<i>191,0</i>	<i>24,96</i>	<i>44,22</i>	<i>69,18</i>	<i>57,56</i>	<i>202,62</i>	<i>260,18</i>
Burundi	—	—	—	0,5	8,24	8,74	0,5	8,24	8,74
Camarões	32,6	95,7	128,3	5,0	—	5,0	37,6	95,7	133,3
Centráfrica	—	—	—	—	5,1	5,1	—	5,1	5,1
Congo	—	28,1	28,1	3,32	0,48	3,8	3,32	28,58	31,9
Gabão	—	32,0	32,0	—	2,5	2,5	—	34,5	34,5
Guiné Equatorial	—	—	—	—	2,0	2,0	—	2,0	2,0
Ruanda	—	—	—	3,0	2,7	5,7	3,0	2,7	5,7
São Tomé e Príncipe	—	—	—	—	0,04	0,04	—	0,04	0,04
Chade	—	—	—	7,5	2,0	9,5	7,5	2,0	9,5
Zaire	—	—	—	5,64	20,66	26,3	5,64	20,66	26,3
Projectos inter-regionais	—	2,6	2,6	—	0,5	0,5	—	3,1	3,1
<i>África Oriental e Austral</i>	<i>113,4</i>	<i>159,5</i>	<i>272,9</i>	<i>28,16</i>	<i>108,34</i>	<i>136,5</i>	<i>141,56</i>	<i>267,84</i>	<i>409,4</i>
Botsuana	6,5	29,0	35,5	1,75	—	1,75	8,25	29,0	37,25
Comores	—	—	—	0,02	0,16	0,18	0,02	0,16	0,18
Djibuti	—	—	—	1,0	2,26	3,26	1,0	2,26	3,26
Etiópia	—	—	—	—	12,5	12,5	—	12,5	12,5
Quênia	52,4	45,5	97,9	1,25	1,55	2,8	53,65	47,05	100,7
Lesoto	—	—	—	0,1	6,0	6,1	0,1	6,0	6,1
Madagáscar	—	—	—	2,45	21,17	23,62	2,45	21,17	23,62
Malawi	14,5	7,5	22,0	1,55	11,5	13,05	16,05	19,0	35,05
Maurícia	12,5	4,0	16,5	0,03	0,5	0,53	12,53	4,5	17,03
Uganda	—	—	—	0,35	10,0	10,35	0,35	10,0	10,35
Seychelles	—	—	—	0,58	4,0	4,58	0,58	4,0	4,58
Somália	—	—	—	0,25	9,56	9,81	0,25	9,56	9,81
Sudão	—	—	—	6,5	10,2	16,7	6,5	10,2	16,7
Suazilândia	12,0	7,0	19,0	1,15	0,04	1,19	13,15	7,04	20,19
Tanzânia	5,0	—	5,0	7,75	11,0	18,75	12,75	11,0	23,75
Zâmbia	10,5	31,5	42,0	3,43	2,0	5,43	13,93	33,5	47,43
Zimbabue	—	35,0	35,0	—	5,4	5,4	—	40,4	40,4
Projectos inter-regionais	—	—	—	—	0,5	0,5	—	0,5	0,5
<b>CARAÍBAS</b>	<b>20,5</b>	<b>47,6</b>	<b>68,1</b>	<b>3,38</b>	<b>21,25</b>	<b>24,63</b>	<b>23,88</b>	<b>68,85</b>	<b>92,73</b>
Barbados	7,5	9,6	17,1	—	—	—	7,5	9,6	17,1
Belize	—	2,0	2,0	—	0,6	0,6	—	2,6	2,6
Dominica	—	—	—	—	1,0	1,0	—	1,0	1,0
Granada	—	—	—	—	2,4	2,4	—	2,4	2,4
Guiana	—	—	—	3,2	4,0	7,2	3,2	4,0	7,2
Jamaica	—	4,0	4,0	—	5,0	5,0	—	9,0	9,0
Santa Lúcia	—	—	—	0,18	1,0	1,18	0,18	1,0	1,18
São Vicente e Grenadinas	—	—	—	—	3,0	3,0	—	3,0	3,0
Suriname	—	—	—	—	4,25	4,25	—	4,25	4,25
Trinidade e Tobago	10,0	32,0	42,0	—	—	—	10,0	32,0	42,0
Projectos inter-regionais	3,0	—	3,0	—	—	—	3,0	—	3,0
<b>PACÍFICO</b>	<b>31,0</b>	<b>75,9</b>	<b>106,9</b>	<b>2,07</b>	<b>30,68</b>	<b>32,75</b>	<b>33,07</b>	<b>106,58</b>	<b>139,65</b>
Fiji	24,0	28,0	52,0	0,17	7,8	7,97	24,17	35,8	59,97
Kiribati	—	—	—	—	0,2	0,2	—	0,2	0,2
Papua Nova Guiné	7,0	47,9	54,9	1,9	13,8	15,7	8,9	61,7	70,6
Salomão	—	—	—	—	0,1	0,1	—	0,1	0,1
Samoa Ocidentais	—	—	—	—	3,33	3,33	—	3,33	3,33
Tonga	—	—	—	—	2,32	2,32	—	2,32	2,32
Tuvalu	—	—	—	—	0,13	0,13	—	0,13	0,13
Vanuatu	—	—	—	—	3,0	3,0	—	3,0	3,0
<b>Sub-total: Estados ACP</b>	<b>390,0</b>	<b>602,5</b>	<b>992,5</b>	<b>99,71</b>	<b>274,06</b>	<b>373,77</b>	<b>489,71</b>	<b>876,56</b>	<b>1 366,27</b>
<b>Sub-total: PTUM</b>	<b>7,0</b>	<b>15,0</b>	<b>22,0</b>	<b>2,05</b>	<b>6,74</b>	<b>8,79</b>	<b>9,05</b>	<b>21,74</b>	<b>30,79</b>
<b>Total Geral</b>	<b>397,0</b>	<b>617,5</b>	<b>1 014,5</b>	<b>101,76</b>	<b>280,80</b>	<b>382,56</b>	<b>498,76</b>	<b>898,3</b>	<b>1 397,06</b>

(1) Não incluindo 146,1 milhões por conta de recursos próprios e 142 milhões por conta de recursos do FED concedidos de 1964 a 1976, no âmbito das duas Convenções de Yaoundé.

Quadro 25: **Financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTUM) de 1976 a 1985 (Convenções de Lomé) <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>**

Distribuição sectorial

Sectores	Financiamentos			Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso		Total empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso	
	Número	Milhões de ECUs	%	Número	Milhões de ECUs	Milhões de ECUs	%
<b>Energia</b>	<b>50</b>	<b>401,1</b>	<b>28,7</b>	<b>6</b>	<b>2,8</b>	<b>403,9</b>	<b>31,0</b>
Produção	43	332,1	23,8	5	2,2	334,3	25,6
Energia nuclear	1	15,0	1,1	—	—	15,0	1,1
Centrais térmicas	16	98,1	7,0	3	1,8	99,9	7,7
Centrais hidroeléctricas	20	169,9	12,2	2	0,3	170,2	13,0
Energias geotérmicas	1	9,0	0,6	—	—	9,0	0,7
Hidrocarbonetos <sup>(3)</sup>	5	40,1	2,9	—	—	40,1	3,1
Transporte e armazenagem	7	69,0	4,9	—	—	69,0	5,3
Electricidade	7	69,0	4,9	—	—	69,0	5,3
Distribuição	—	—	—	1	0,6	0,6	0,1
Electricidade	—	—	—	1	0,6	0,6	0,1
<b>Infra-estruturas</b>	<b>18</b>	<b>121,9</b>	<b>8,7</b>	<b>1</b>	<b>1,0</b>	<b>122,9</b>	<b>9,4</b>
Comunicações	15	90,3	6,4	1	1,0	91,3	7,0
Transportes	10	27,2	1,9	—	—	27,2	2,1
Caminhos de ferro	1	10,0	0,7	—	—	10,0	0,8
Transportes marítimos	9	17,2	1,2	—	—	17,2	1,3
Telecomunicações	5	63,1	4,5	1	1,0	64,1	4,9
Equipamento de telecomunicações	5	63,1	4,5	1	1,0	64,1	4,9
Infra-estruturas hidráulicas	3	31,6	2,3	—	—	31,6	2,4
Água (captação, distribuição, tratamento)	3	31,6	2,3	—	—	31,6	2,4
<b>Indústria, Agricultura e Serviços</b>	<b>244</b>	<b>874,0</b>	<b>62,6</b>	<b>412</b>	<b>176,9</b>	<b>778,1</b>	<b>59,6</b>
Indústria	97	538,2	38,6	332	155,4	693,6	53,1
Indústrias extractivas	11	134,7	9,6	12	7,6	142,3	10,9
Indústrias metalúrgicas de base	6	31,5	2,3	9	4,0	35,5	2,7
Materiais de construção	14	59,3	4,2	16	7,5	66,8	5,1
Indústria de madeira	4	21,2	1,5	23	10,8	32,0	2,4
Vidro e cerâmica	2	4,0	0,3	7	4,8	8,8	0,7
Indústria química	11	46,9	3,4	15	9,4	56,3	4,3
Indústria metalomecânica	1	0,5	—	28	10,1	10,6	0,8
Automóveis, material de transporte	2	7,3	0,5	12	4,6	11,9	0,9
Engenharia electrotécnica	—	—	—	5	3,3	3,3	0,3
Produtos alimentares	33	165,3	11,9	93	43,8	209,1	16,0
Têxteis, vestuário e calçado	10	42,9	3,1	47	18,5	61,4	4,7
Pasta de papel, papel e tipografia	—	—	—	33	17,7	17,7	1,4
Transf. de borracha e mat. plásticas	3	24,6	1,8	26	11,6	36,2	2,8
Indústrias transformadoras diversas	—	—	—	5	1,3	1,3	0,1
Engenharia civil e construção	—	—	—	1	0,4	0,4	—
Agricultura, silvicultura, pescas	—	—	—	3	0,9	0,9	0,1
Serviços	57	38,9	2,8	70	14,8	53,7	4,1
Turismo	7	19,3	1,4	50	11,7	31,0	2,4
Outros serviços	50	19,6	1,4	20	3,1	22,7	1,7
Empréstimos globais	66	272,8	19,5	—	—	—	—
Bancos de Fomento	24	24,1	1,7	7	5,8	29,9	2,3
<b>Total</b>	<b>312</b>	<b>1 397,0 <sup>(4)</sup></b>	<b>100,0</b>	<b>419</b>	<b>180,7</b>	<b>1 304,9 <sup>(4)</sup></b>	<b>100,0</b>

(1) Cf. nota 1, Quadro 1.

(2) Empréstimos por conta de recursos próprios do Banco (1 014,5 milhões) e operações de capitais de risco por conta de recursos orçamentais dos Estados-membros por intermédio do FED, contabilizadas como contas extrapatrimoniais na Secção Especial do Banco (382,5 milhões)

(3) Incluindo a refinação de petróleo.

(4) Cf. nota 1, Quadro 18.1.



---

**Para quaisquer informações adicionais, dirigir-se a:**

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO  
100, bd Konrad Adenauer — L-2950 Luxembourg  
Tel. 4379-1 — Telex 3530 bnkeu lu  
Telecopiador 43 77 04

**ou a:**

Departamento Itália  
Via Sardegna, 38 — I-00187 Roma  
Tel. 4711-1 — Telex 611130 bankeu i  
Telecopiador 474 58 77

Bureau de Ligação para o Reino Unido  
68, Pall Mall — London SW1Y 5ES  
Tel. 839 3351 — Telex 919159 bankeu g  
Telecopiador 930 99 29

Bureau de Representação em Atenas  
Ypsilantou 13-15, GR-10675 Atenas  
Tel. 7249 811 — Telex 222126 bkeu gr  
Telecopiador 7249 814

Bureau de Representação em Bruxelas  
Rue de la Loi 227 — B-1040 Bruxelles  
Tel. 230 98 90 — Telex 21721 bankeu b  
Telecopiador 230 58 27

**que têm igualmente à disposição as seguintes publicações:**

**Estatutos** e outras disposições que regem o BEI  
1986; 36 p. (AL, DIN, FR, GR, ING, IT, HOL)

**Relatórios anuais**

desde 1958  
(AL, FR, ING, IT, HOL, desde 1972 em dinamarquês, desde 1980 em grego e desde 1985 em espanhol e português)

**BEI-Informações**

Boletim periódico  
(AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Banco Europeu de Investimento 1958—1983**

1983; 116 p. (AL, DIN, FR, GR, ING, IT, HOL)

**Modalidades de Financiamento na Comunidade Europeia**

1986; 16 p.; (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Possibilidades de Financiamento no âmbito da Terceira Convenção de Lomé**

1986; 20 p. (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**100 Perguntas e Respostas**

1986; 50 p. (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

**Banco Europeu de Investimento: elementos básicos (folheto)**

1986; (AL, DIN, ESP, FR, GR, ING, IT, HOL, PORT)

O Banco Europeu de Investimento agradece aos promotores de investimentos que permitiram a realização das fotografias apresentados no presente relatório.





**Den europæiske Investeringsbank**

**Europäische Investitionsbank**

**Ευρωπαϊκή Τράπεζα Επενδύσεων**

**European Investment Bank**

**Banco Europeo de Inversiones**

**Banque européenne d'investissement**

**Banca europea per gli investimenti**

**Europese Investeringsbank**

**Banco Europeu de Investimento**